

*LÚCIA REGINA IBANES INSAURRALDE*

**O SUJEITO SUBVERSIVO:  
UMA LEITURA DA TRAGICIDADE**

*Unicamp  
Instituto de Estudos da Linguagem  
2005*



*LÚCIA REGINA IBANES INSAURRALDE*

**O SUJEITO SUBVERSIVO:  
UMA LEITURA DA TRAGICIDADE**

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para a obtenção do Título de **Doutor em Lingüística**.

**Orientadora: Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana - IEL / UNICAMP**

UNICAMP  
Instituto de Estudos da Linguagem



---

Profa. Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana - Orientadora

---

Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães

---

Prof. Dr. Luís Francisco Dias

---

Profa. Dra. Maria Onice Payer

---

Profa. Dra. María Teresa Celada

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Lingüística em 28 de fevereiro de 2005.



Para o meu marido

Dr. Enrique Crispin Insaurralde Costa, porque  
“uma amizade vale mais do que qualquer  
amor”.



## AGRADECIMENTOS

À minha professora Dra. Mónica Graciela Zoppi-Fontana, que acreditou na paixão e disciplinou o trabalho, sem jamais perder o afeto e nem a paciência.

Às Profas. Dras. Ingedore G. V. Koch e Suzy Lagazzi-Rodrigues, pelas qualificações nas áreas específicas.

Aos Profs. Drs. Eduardo Junqueira Guimarães e Maria Onice Payer pela leitura atenciosa do texto e pelas intervenções muito generosas.

Aos componentes da banca examinadora: Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães, Prof. Dr. Luís Francisco Dias, Profa. Dra. Maria Onice Payer e Profa. Dra. María Teresa Celada. E também à Profa. Dra. Erimita Cunha de Miranda Motta e à Profa. Dra. Suzy Lagazzi-Rodrigues.

Ao Enrique, por tudo.



## NUMA DESSAS NOITES

O tempo e o silêncio transformam eventos históricos em mitos. Prisões arbitrárias, perseguições em repartições públicas, em escolas em fábricas. Invasões de domicílio. Desaparecidos políticos, ossadas que depois de quase meio século ainda estão sendo procuradas. Arquivos fechados. Tortura e morte. Traumas no corpo da cidade, enfaixados pelo silêncio. Longamente silenciadas aquelas vozes. Mas assombrando. Mitos.

Há pouco tempo, numa daquelas conversas domingueiras em família, os irmãos incursionavam pelos revezes da política e se praticava um dos esportes preferidos do povo: criticar os desacertos da presidência da república. Um deles relatou um desabafo público, seu, contra a ilustre figura. A mãe alarmou-se: não se pode falar assim do presidente – é perigoso. Os netos se entreolharam e riram, afinal, a avó está um pouco gagá, como pode ser perigoso falar o que se queira do presidente?

À mesma época, a professora estava dizendo aos adolescentes do tempo em que não se podia falar livremente de política em sala de aula como estavam fazendo ali. Ela contava de um tempo de repressão à liberdade de opinião. Os alunos riram. E não acreditaram. Quem pode me impedir de dizer o que penso?

O murmúrio surdo, que escapa de um arquivo de textos apreendidos, pela mão do pesquisador neurótico vai compondo uma narrativa. Um pântano nebuloso de personagens anacrônicas, em coro, repetem monotonamente a utopia morta da revolução. Sustentado pelas asas de seu desejo, o pesquisador sobrevoa esse pântano e ouve as vozes. E vai ouvindo o lamento da liberdade violada. Comovido, desequilibra-se em suas frágeis asas, cai vertiginosamente, mas não diretamente no pântano - desvia-se, na queda, para o umbral de um espaço cênico.

O palco é um berço esplêndido de malária e verdor: uma cidade sitiada. O coro, ali está, com suas vozes graves e agudas, faminto de liberdade, igualdade e fraternidade, como se fosse logicamente possível reunir tudo isso num charco só. Alguns usam black tie mas a maioria está descalça e suas armas são fabricadas em casa. O antagonista é um bicho muito

grande, figura portentosa. Já encurralou o coro e ordenou seu silêncio e seu silenciamento. Cala a boca, vagabundo, comunista desgraçado. O coro não se cala. Cala a boca, seu terrorista de merda. O coro intensifica o vozerio. Alguns elementos do coro lançam coquetéis molotov, outros disparam armas de poucos tiros e pouca precisão, alguns só têm pedras. Outros se aliam ao adversário e entregam os companheiros, outros saem de cena como podem. Muitos são exemplarmente perfurados, queimados e sufocados. Depois mortos. Fique quieta, filhinha, não fale mais nada. O coro chora mas não cala. O coro tem medo, mas não tem saída. Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come. No final, o bicho pega e come. (O que sobrou do coro fez a revisão crítica de suas posições e foi ganhar dinheiro, ou não.)

A platéia revive o mito-tragédia. A encenação provoca náusea. Repulsa. Não quero ver, não quero ouvir, mas me conta, me conta mais, eu testemunho. Eu vi. Eu estava lá. Me contaram. Podia ter sido eu. Fui eu. Foi meu amigo, foi meu irmão.

As vozes narram sua paixão. A platéia sofre inexoravelmente a compaixão. Sente junto, como se com ela fosse. Vomita. Grita de prazer.

O pesquisador queria apenas ter analisado as falas do coro, ter apontado suas contradições e seus efeitos de sentido éticos, políticos - tinha instrumentos teóricos para isso, mas não contava com a especificidade de um desses efeitos, o qual pôde perceber ao despencar para a platéia: o efeito de tragicidade. Esse efeito que somente é percebido pela compaixão.

Piracicaba, 11/03/2004

Lúcia R. I. Insaurralde

Portanto, se o simulacro ainda é testemunha de uma possibilidade que o ultrapassa, essa ultrapassagem resta, ela (é) *o resto, ela o resta*, embora justamente não se possa confiar aqui em nenhum testemunho determinável, nem em qualquer valor garantido do testemunho, em outras palavras, como o nome indica, na história de nenhum *martírio* (*martyria*). Pois jamais se reconciliará – é impossível e não se deve fazê-lo – o valor de um testemunho com o do saber ou o da certeza. Jamais se reduzirá – é impossível e não se deve fazê-lo – um ao outro.

Eis que resta, segundo Derrida [selon moi], a solidão absoluta de uma paixão sem martírio.

(Jacques Derrida in *Paixões*. Campinas, SP: Papirus, 1995:51)



## SUMÁRIO

Resumo .....	17
Résumé .....	19
Introdução .....	21
1. A Construção do Corpus .....	29
2. Os Sentidos e o Sujeito – Condições de Produção .....	35
3. Enunciação e Interlocação Deslocada .....	51
4. O Sujeito Jurídico e as Éticas - O Funcionamento Político do Discurso ....	61
5. O Desejo e a Utopia – O Futuro Sonhado .....	73
6. O Condicional Hipotético – Um Objeto Teórico .....	111
7. Os Sentidos do Não-Dizer .....	129
8. As Condições para a Realização do Futuro Almejado .....	135
- Recorte Discursivo A – A UNIÃO .....	141
- Recorte Discursivo B – A LUTA .....	149
- Recorte Discursivo C – A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL .....	163
- Recorte Discursivo D – O PRIMADO DA TEORIA – EDUCAÇÃO, CONSCIÊNCIA E VERDADE .....	174
- Recorte Discursivo E – A RESPONSABILIDADE .....	185
- Recorte Discursivo F – A REVOLUÇÃO MATERIALISTA .....	192
9. A Discursividade Repressora (Situacionista) .....	215
10. O Sujeito Subversivo – Retomando a Questão da Subjetividade .....	229
11. O Sujeito Subversivo e a Teoria do Trágico – A Ética e a Política Revisitadas	247
Conclusões .....	259
Referências Bibliográficas .....	271
APÊNDICE .....	279



## RESUMO

O presente trabalho procura compreender o funcionamento do discurso da resistência ao regime militar instaurado no Brasil pelo golpe de 1964, através do exame da estrutura do condicional hipotético e de suas paráfrases. O corpus é constituído por textos escritos pinçados do arquivo do Projeto Brasil Nunca Mais da Arquidiocese de São Paulo e apreendidos por terem sido considerados subversivos pela polícia política do regime ditatorial.

Inscrito no quadro teórico de uma Semântica do Acontecimento aliada a conceitos da Análise de Discurso e pela entrada lingüística do condicional hipotético, o trabalho vai dando visibilidade a um sujeito político que se constitui permanentemente na tensão da relação prótase-apódose da estrutura do condicional: um lugar discursivo onde estão, numa relação simulada de implicação lógica, um futuro utópico e as condições materiais para que esse futuro se realize.

Esse sujeito político subversivo, constituído pelo desejo, muitas vezes inscreve-se, ao mesmo tempo, em posições-sujeito antagônicas, dando visibilidade a um discurso dividido, heterogêneo, contraditório.

A tragicidade desse sujeito é um efeito da leitura de uma divisão que, deonticamente, insta o sujeito a agir mesmo na iminência da destruição de seu corpo físico.

**PALAVRAS-CHAVES:** sujeito subversivo, condicional hipotético, temporalidade, efeito de tragicidade, utopia



## RÉSUMÉ

Au travers de l'examen de la structure du conditionnel hypothétique et de ses paraphrases, ce travail cherche à comprendre le fonctionnement du discours de résistance au régime militaire instauré au Brésil par le coup d'État de 1964. Son corpus est constitué de textes écrits provenant des archives du projet Brasil Nunca Mais (Brésil plus jamais) de l'Archidiocèse de São Paulo, que la police politique du régime dictatorial avait appréhendés car considérés comme subversifs.

Inscrit dans le cadre théorique d'une Sémantique de l'Événement alliée à des concepts de l'Analyse de Discours et au biais linguistique du conditionnel hypothétique, ce travail rend visible un sujet politique se constituant en permanence dans la tension de la relation protase-apodose de la structure du conditionnel: un lieu discursif regroupant, dans une relation simulée d'implication logique, un futur hypothétique et les conditions matérielles pour qu'il se réalise.

Ce sujet politique subversif constitué par le désir s'inscrit très souvent en même temps dans des positions-sujet antagoniques, dévoilant un discours divisé, hétérogène, contradictoire. Le tragique de ce sujet est l'effet de lecture d'une division qui, déontiquement, pousse ce dernier à agir, même dans l'imminence de la destruction de son corps physique.



## INTRODUÇÃO

Foi em 1998, quando o mundo comemorava os 30 anos de 1968, que acabei me envolvendo com o corpus de minha pesquisa – o arquivo Brasil Nunca Mais. Foi quando, pela primeira vez, procurei ler os anexos guardados pelo Arquivo Edgard Leuenroth. Mas tenho a certeza de que, se as questões que ele suscita estão se impondo despoticamente à minha consciência, com visibilidade acadêmica há 6 anos, elas estavam à espera da oportunidade de emergir pelo menos há 40 anos. Eu me lembro, e a memória é assim mesmo, fragmentária, que em 1964 ou 1965, um texto da menina ginásiana que eu era, foi selecionado para um concurso estadual. O tema era alguma coisa relacionada com arrecadação de impostos. Mas, antes de ser enviado para o concurso, o qual acabou vencendo, o texto passou pela mesa da diretora da escola. Fui chamada à sua sala e ela, diante de minha indignação, fez os devidos “cortes” no texto subversivo. Quando eu soube do resultado do concurso, o sentimento que ficou foi de frustração. Aquela foi uma experiência de censura talvez tão dolorosa quanto a de um outro episódio: o de um diário descoberto e execrado. Hoje entendo o pavor dos educadores e dos pais diante dos textos públicos e privados de filhas que falavam e escreviam demais naquelas décadas escuras. Alguns anos depois, em 1969 ou 1970, quando um colega do colegial desapareceu misteriosamente, optei por namorar, assistir a filmes franceses e italianos, estudar belas letras em faculdade católica. Optei pelo silêncio. Por medo, o silêncio, um constrangido e envergonhado silêncio.

Sei, com certeza, que foi o anexo 6 do arquivo BNM que acabou me prendendo, uma carta datada de 1962 e que começa assim:

A Revolução está em marcha e ninguém poderá detê-la. A Revolução é do Povo e se alguém se levantar contra o Povo será por Ele esmagado

A primeira reação diante do texto foi de consternação. Tendo-se passado quarenta anos, o ardor revolucionário souu patético e inútil. A palavra “revolução” apareceu anacrônica

como uma “lambretta”, uma vitrola, como cabelos duros de laquê. “Povo”, com letra maiúscula, assombrou como uma entidade etérea, como um coro de tragédia. O “ninguém” e o “alguém”, justamente os fortes e poderosos da história, apareceram pintados como pobres vermes a serem esmagados, **se** ousassem se levantar contra o Povo, obstruir o caminho por onde marchava a Revolução imaginária.

A partir desse condicional: “se alguém se levantar contra o povo será por ele esmagado”, decidi que a minha entrada naquele imenso corpus de mais de 10 mil documentos seria através da estrutura semântico-sintática do condicional hipotético, que me permitiria ler nos enunciados, a discursividade da subversão.

Já as primeiras análises do condicional mostraram que somente me interessaria esse condicional factual, em que, estando a prótase no futuro do subjuntivo e a apódase no futuro do presente do indicativo, a adesão do sujeito à sua “verdade” é clara. O sujeito enunciator coloca-se, sempre imaginariamente, num mundo real e projeta um futuro real, ao contrário do contrafactual (*se alguém se levantasse contra o povo, seria por ele esmagado*) em que uma hipótese no funcionamento do irreal é considerada e não o real ele mesmo.

Se considerarmos uma rede vertical de formulações (Courtine, 81:43) onde se inscreve a função enunciativa, podemos postular que ao condicional hipotético em questão subjaz uma estrutura silogística e que, portanto, trata-se de um raciocínio que parte de uma premissa. Essa premissa dá legibilidade ao pré-construído “democrático” que circula em determinada formação discursiva: “o Povo é uma entidade poderosa o suficiente para esmagar seus opositores”. Assim temos a premissa maior, seguida de uma premissa menor e de uma conclusão “necessária”:

O Povo esmaga os opositores

(se) X se opuser à vontade do povo

(então) O povo esmagará X

O caráter de simulação da necessidade da conclusão desse raciocínio foi apontado por Pêcheux (95).<sup>1</sup>

Note-se também que há uma relação de causalidade subjacente a esse raciocínio: o Povo esmagará X **porque** X se oporá à vontade do povo.

Esse tipo de condicional hipotético, que se pode chamar de **causal**, difere do **condicional de ação**<sup>2</sup>, em que, apesar de trazer uma relação de causalidade possível entre as sentenças do enunciado, a “verdade” das sentenças está circunscrita ao âmbito da ação concreta de indivíduos, pois aí não há uma relação de necessidade implicada a partir de uma premissa. Por exemplo, a seqüência enunciativa pinçada do corpus desta pesquisa, do anexo 688<sup>3</sup>, em que aparece **condicional de ação com prótase presentificada**:

À mãe de um detido que lhe foi pe[-] interceder em favor de seu filho, um ministro respondeu: “não [-] fazer nada, **se meto o nariz no assunto será pior**”. (645 – 688 – s.e. 236)

Voltando ao condicional factual causal, objeto desta pesquisa, aquele que simula uma relação causal necessária entre prótase e apódose, percebi que se podia ler na sua

<sup>1</sup> (...) há uma relação de simulação, constitutiva entre os operadores jurídicos e os mecanismos da dedução conceptual, especialmente entre a sanção jurídica e a consequência lógica. (op. cit.:108)

<sup>2</sup> Copi, I (1968), apud Koch, Ingedore (1984: 134,135), especifica 5 tipos de implicação incluídos na relação de condicionalidade: 1) **conexão lógica** (com consequente conclusiva): *se todos os mamíferos são vertebrados e a baleia é um mamífero, então a baleia é vertebrada*; 2) **conexão com caráter definidor**: *se Paulo é solteiro, então Paulo não é casado*; 3) **conexão causal** do tipo lógico apresentando a falácia “non sequitur”: *se aquecermos o ferro, então ele se derreterá*; 4) **conexão de decisão**: *se meu time perder, então beberei a noite inteira*; 5) **paradoxo do condicional**: *se aquilo é uma obra de arte, então eu sou uma estrela de cinema*. Observe-se que o tipo 3 é aquele apresentado por Pêcheux (1975) como uma “simulação da relação de implicação lógica” em que não se segue necessariamente a conclusão do antecedente. Evidentemente, por questões de posicionamento teórico, classificações dessa ordem não entram neste trabalho. Aqui as relações entre orações estarão produzindo efeitos de sentido a serem analisados.

<sup>3</sup> Por se tratar de material reprografado a partir de processos judiciais devidamente encadernados, há muitas falhas nas cópias, principalmente nas margens, o que impede a leitura integral dos textos. Quando a superfície textual não pôde ser facilmente inferida, optou-se aqui por indicar o trecho prejudicado com a notação [-]. Os trechos foram transcritos conforme estão no material consultado, incluindo-se a grafia das palavras, a concordância, etc. Ao final de cada seqüência enunciativa, aparece, entre parênteses, o número da página/folha da qual foi recortada a seqüência e o número do anexo, conforme enumeração etiquetada do arquivo BNM, nessa ordem. A seguir, entre parênteses e em negrito, o número da seqüência enunciativa (**s.e.**) **conforme enumeração no Apêndice deste trabalho**. Com relação ao número da página/folha, trata-se de uma enumeração que, aqui, tem a única finalidade de localizar a seqüência enunciativa no anexo para o leitor que queira procurá-la “in loco”, uma vez que não há seqüência para essa enumeração que considere o conjunto dos anexos. São vários critérios para enumeração, provavelmente de acordo com o número de textos classificados em determinado lote.

enunciação, um funcionamento que, aos poucos, pela leitura de tantos enunciados do corpus, ia dando visibilidade a uma discursividade a que chamei de **subversiva**.<sup>4</sup>

O que estará motivando, no entanto, este trabalho, não é apenas o desejo de compreender teoricamente a discursividade subversiva e seus funcionamentos, mas também o funcionamento enunciativo dessa discursividade – compreender a sua performatividade considerando o dizer enquanto determinado ideologicamente e interdito politicamente.

Mas a pesquisa tem desdobramentos.

Antes de finalmente encarar a análise dos condicionais hipotéticos, acabei fazendo a análise de seqüências enunciativas<sup>5</sup> com ocorrências de futuro do presente que colocam em funcionamento a **utopia**.

É evidente, porém, que a utopia não é prerrogativa da subversão. Também os militares torturadores podem ser utópicos (assim como os militares não torturadores). “O Brasil será um país grandioso” podia estar na boca de qualquer brasileiro nas décadas de 60/70 (ou de hoje). A seqüência enunciativa **s.e. 185**, abaixo, que será analisada no capítulo 9 deste trabalho, é trecho de texto obtido sob coação. Observe-se que o sujeito enunciador/preso político (autor da declaração anexada ao arquivo BNM sob número 455), coloca-se como porta-voz de seus torturadores, ou seja, das forças repressivas a serviço do governo militar. Nessa discursividade, temos também a utopia do “Brasil gigante”:

(...) e não existe aquela repressão [-]guinária” e violenta que nos apresentavam, e que [-]munismo tenta apresentar na Europa; muito pelo [-]rário, o que existe, são **peças humanas lutando [-] construção do Brasil gigante**. (1-2 – 455 – **s.e. 185**)

No final da seqüência aparece futuro utópico nominalizado (sem o uso de tempo verbal futuro). É possível afirmar isso porque o sintagma “lutar pela construção de X” pressupõe que algo ainda não existe e que deverá, no futuro, evidentemente, ser construído,

---

<sup>4</sup> Através do estudo de **entradas lexicais** tais como “subversivo”, “comunista”, “revolução”, “luta” e outras, em trabalho (Insaurralde: inédito) destinado a meu exame de qualificação em Análise de Discurso, no programa de doutorado da UNICAMP, apresentei a contradição entre duas discursividades: a do poder (a que chamei situacionista) e a subversiva (a que chamei resistente), através da polissemia envolvendo os itens lexicais analisados.

<sup>5</sup> Pêcheux (1981: 144), em seu artigo no *Matérialités Discursives*, fala de “enunciado” e de “seqüência enunciativa”: *Deux énonces peuvent se conjindre pour former séquence énonciative*.

pois só se constrói algo que ainda não está pronto. A grandeza do Brasil é projetada como certa num cenário futuro pelo funcionamento do determinante “o” para a expressão “Brasil gigante”.

O que mostra a divisão das águas são as “condições” para que a utópica grandeza do Brasil torne-se realidade: Se por um lado podíamos ter: “se acabarmos com esses comunistas nojentos”, por outro tínhamos : “se derrubarmos essa ditadura cruel”.

O que se pode postular a partir daí? Que a estrutura do condicional tem dois lugares que, por hipótese, mantém relação de tensão entre si : a apódose (geralmente com o futuro do presente) é o lugar da utopia, o lugar imaginário do **sonho**. A prótase (com o condicional) é o lugar, também imaginário e também utópico, da **práxis** que modifica um status quo.

No caso do discurso subversivo, a prótase geralmente enuncia o interdito, a ação proibida: seqüestrar autoridades, tocar fogo no latifúndio, assaltar bancos, etc., sendo a própria enunciação, que projeta essas ações proibidas, uma ação interdita, uma vez que, pela legislação repressora da época (via Atos Institucionais), falar/escrever também era crime.

Assim, temos uma tensão, na discursividade subversiva, entre o sonho e o comprometimento em atingi-lo por uma prática interdita – **a enunciação do interdito**. Calar-se (não agir), é negar o sonho e sofrer as conseqüências morais disso. Falar (agir) é comprometer-se com o sonho arriscando a própria integridade física. Ora, estar entre duas forças contraditórias é o que caracteriza a **subjetividade trágica**.

Dentre as diversas possibilidades de se apresentar essa estrutura dilacerante do condicional factual no corpus, através de estruturas parafrásticas (com o uso de outros tempos verbais, nominalização da prótase, uso do condicional temporal), foram se delineando **efeitos de sentido** que, em última instância, poderiam ser descritos como **gradações do efeito de fé na utopia**, que o condicional produz. Com algumas estruturas, a fé na luta é maior, com outras, são produzidos efeitos dubitativos

Nossa hipótese de trabalho sobre o condicional factual causal é considerá-lo o lugar da língua privilegiado para observar o funcionamento tragicamente contraditório da discursividade subversiva, atravessada por diferentes formações discursivas, e constituindo-

se na dupla e desnivelada determinação da ideologia: no funcionamento do jurídico e no funcionamento do desejo. E, ainda: o condicional hipotético utópico funciona também como um **dispositivo de subjetivação individualizante do sujeito do discurso** pois sua enunciação compromete o sujeito enunciador política e juridicamente com seu dizer e esse comprometimento traz conseqüências que vão além do eco pelas paredes.

Orlandi (1999:66) pergunta: “*Por onde passam os sentidos do terrorismo? Por onde passam os sentidos da resistência política de 68? Os sentidos de liberdade?*”

A resposta é que foram silenciados:

*Acontece que estes sentidos - excluídos, silenciados - não puderam e não podem significar, de tal modo que há toda uma nossa história que não corresponde a um dizer possível. Não foram trabalhados socialmente, de modo a que pudéssemos nos identificar em nossas posições. (...) O que está fora da memória não está nem esquecido nem foi trabalhado, metaforizado, transferido. Está in-significado, des-significado.*

Fazer trabalharem esses sentidos, a partir de um corpus que é uma coletânea de textos censurados, interditados, é a motivação mais forte do presente trabalho.

O viés que possibilita a análise é o traço de **argumentatividade** que se materializa na superfície discursiva, através da conexão entre prótase e apódose do condicional hipotético e de suas paráfrases.

A estrutura gramatical do condicional tem sido objeto de análise sob as mais diversas perspectivas, sendo que algumas delas serão apresentadas aqui. Contudo, este é o momento de se aceitar o desafio de ampliar as possibilidades de leitura dessas superfícies discursivas.

Ao analisar o corpus, enfocando especialmente o condicional hipotético e sua articulação com o “não-dito”, esta pesquisa pretende apontar regularidades discursivas que inscrevem os textos analisados em uma prática política de ruptura com o discurso repressor. O discurso repressor fala de um lugar a partir do qual o outro, esse discurso de rompimento, é significado, ou seja, rotulado de “subversivo”.

Acredito que um trabalho sobre o corpus que foi escolhido para esta pesquisa acabará por suscitar nos leitores lembranças dolorosas, emoções, movimentos de identificação que, se por um lado não são desejáveis para os nossos objetivos, por outro são inevitáveis. Gostaria de finalizar, portanto, esta Introdução, com algumas palavras sobre a tortura: prática odiosa e criminosa a que formam submetidos muitos indivíduos ocupando o lugar investido da **posição-sujeito subversivo**.

A tortura sempre existiu e existe hoje. Nesse momento alguém está sendo torturado numa unidade prisional qualquer, numa fazenda, numa estrada deserta, num apartamento sombrio. **Não são objetivos deste trabalho**, analisar a tortura, nem seus efeitos, nem seus motivos. Aqui a realidade da tortura interessa apenas como possibilidade, antecipação que cria condições para a produção discursiva – saber da possibilidade da prisão, da tortura (e da morte) e, mesmo assim, agir subversivamente, faz com que a “escolha” da ação subversiva possa ser interpretada como **trágica**.

Assim, para este trabalho somente interessa a tortura sob dois aspectos: enquanto um risco consciente que se corria ao praticar o censurado naqueles anos de chumbo – enquanto parte das **condições de produção imediatas** do interdito, portanto. Interessa também a tortura iminente como um momento de **subjetivação individualizante da posição-sujeito discursiva**, pela perspectiva da dor e da morte, que sempre são individuais.



## 1. A CONSTRUÇÃO DO CORPUS

Costuma-se dizer que, sob o enfoque do dispositivo teórico da Análise do Discurso (AD), o analista é “pego” pelo seu material. Isso quer dizer que o “dado” lingüístico <sup>6</sup> não é inocente e que o trabalho de análise que a disciplina pressupõe considera o envolvimento do analista. Apesar do esforço metodológico do afastamento, há um comprometimento do analista que vai desde a “escolha” do material a ser analisado até os recortes propostos. Esse comprometimento é de natureza ideológica e faz parte das condições de produção da análise.

Michel Pêcheux, em seu texto-conferência *Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (1983) trata de marcar a diferença fundamental, para a teoria, entre *descrever e interpretar*. Essa preocupação se prende à necessidade de diferenciar o trabalho do analista do discurso do trabalho do lingüista estruturalista em sua obsessão pela “descrição objetiva” em detrimento da “interpretação”. Pêcheux aponta para o fato de que, ao afastar drasticamente a interpretação do trabalho de análise, o lingüista acaba por sobrepor um tipo de *interpretação teórica “narcisista”* aos fatos observados, criando uma espécie de *metalíngua* que formula, a partir dos enunciados efetivamente produzidos nas mais diversas situações, “*enunciados estruturais conceptuais.*” <sup>7</sup>

Sei que não há como evitar a interpretação e, por isso, concordo com Eni Orlandi, quando propõe um trabalho constante de recolocação do analista em seu posto de observador, com o objetivo da **compreensão**, que não pode fugir da interpretação. Para Orlandi, E.(1999: 26), *a interpretação é o sentido pensando-se o co-texto (as outras frases do texto) e o contexto imediato*. Para a autora, *quando se interpreta já se está preso em um sentido*. Assim, propõe que o trabalho de analista de discurso deve ir além da interpretação

---

<sup>6</sup> Para uma discussão sobre o “dado” em AD, ver Orlandi, E.P. (1996:36 a 44)

<sup>7</sup> Pêcheux (1983:46) : *A suspensão da interpretação (associada aos gestos descritivos da leitura das montagens textuais) oscila assim em uma espécie de sobre-interpretação estrutural da montagem com efeito de conjunto: esta sobre-interpretação faz valer o “teórico” como uma espécie de metalíngua, organizada ao modo de uma rede de paradigmas. A sobre-interpretação estruturalista funciona a partir de então como um dispositivo de tradução, transpondo “enunciados empíricos vulgares” em “enunciados estruturais conceptuais”.*

inevitável, deve operar um deslocamento e chegar à **compreensão**: “Compreender é *saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música, etc) produz sentido*.”

Ao final de sua conferência, em 1983, Michel Pêcheux coloca a questão da interpretação inevitável como *uma questão de responsabilidade*. Trata-se de assumir que não há interpretação sem identificação e que é preciso não cair na ilusão de um trabalho asséptico no qual *o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real*.<sup>8</sup>

Para o autor, o trabalho de análise de discurso

*(...) supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.*<sup>9</sup>

Quero dizer agora que se a constituição do corpus e seus recortes, suas montagens discursivas, são momentos de identificação do analista, não é gratuito que o corpus desta pesquisa, seja um corpus de arquivo e de discurso político. Já na Introdução deste trabalho pretendi ter deixado clara a minha determinação, enquanto analista de discurso, na constituição do corpus e dos objetivos da pesquisa – fazer emergir a discursividade do “sujeito subversivo”, do sujeito da resistência ao regime militar de 1964. É nessa discursividade que está colocado o meu desejo.

Mas há uma determinação a mais, uma fascinação, a obsessão (minha) pela emergência da **personagem trágica** que representa nos enunciados o lugar do sujeito subversivo, real, de carne e ossos e nervos e sangue, acuado por determinações contraditórias. Construído no funcionamento da ideologia no campo da história e no campo do desejo, funcionando na oposição aos sentidos instaurados pela ditadura militar, localizado no tempo e no espaço, ocupando, portanto, um lugar político interdito numa formação social – eis o sujeito subversivo.

Feitas essas considerações sobre os processos de identificação que constroem o trabalho do analista e as condições de produção do corpus, vamos à sua apresentação.

---

<sup>8</sup> Pêcheux (1997: 57)

O corpus desta pesquisa é composto de textos escritos contidos no acervo do Projeto “Brasil Nunca Mais” (projeto A), Arquidiocese de São Paulo, 1985, sob a forma de **anexos** a processos judiciais instaurados pela polícia política da ditadura militar. Os doze volumes do projeto foram copiados em 25 coleções distribuídas por instituições de pesquisa do país. Para o presente trabalho está sendo consultado o acervo do arquivo “Edgard Leuenroth” junto ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas.

O volume 1 do tomo VI intitula-se “Arquivo do Material Apreendido” e fornece indicações para o acesso ao material apreendido pela polícia do regime militar que se instaurou no país a partir de 31 de março de 1964. Trata-se de uma coletânea de 10.170 peças reprografadas. Descontadas as duplicatas, o material compõe-se da reprografia de 8.500 documentos diferentes, incluindo-se cartas, panfletos, manifestos, teses, artigos jornalísticos dentre outros tipos de textos. Embora os documentos do arquivo sejam datados de 1961 a 1977, a maior quantidade de material foi apreendida entre os anos de 1963/4 a 1972.

Os documentos são enumerados por ordem de aquisição e o acervo conta com 5 tipos de índices: - índice geral de organizações e setores da sociedade, índice que locais (de produção dos documentos), índice de nomes de pessoas, índice de instituições e eventos e índice de periódicos.

Os índices trazem 2.000 nomes de pessoas, 1.500 entidades e 300 periódicos como autores dos documentos apreendidos, sendo a maioria de São Paulo e do Rio de Janeiro e de outros estados, principalmente de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia.

Os textos estão classificados em cinco categorias: 1) documentos oficiais; 2) documentos de discussão e de estudo; 3) documentos de propaganda; 4) periódicos; 5) pronunciamentos individuais.

Evidentemente não há um critério único para essa classificação. As categorias 1, 4 e 5 prendem-se à questão da autoria: corporativa ou individual e as categorias 2 e 3 estão relacionadas à função do texto na sociedade.

---

<sup>9</sup> Idem, ibidem – o grifo é meu.

De início todos os documentos do arquivo interessavam, desde que trouxessem a estrutura enunciativa do condicional hipotético (ou uma sua paráfrase, como se verá adiante) foco de interesse enunciativo desta pesquisa. Por outro lado, apenas um único documento que trouxesse tal estrutura enunciativa seria material suficiente para uma interessante tese de doutorado, como o documento anexo 80, o “Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano”, de 1969, assinado por Carlos Marighella.

O que fazer? Para o dispositivo teórico da Análise do Discurso, um corpus se constrói pela relação entre textos (tomados aqui enquanto atualizações do processo discursivo, de certa discursividade). A questão da exaustividade do corpus está comentada em Orlandi, E. (1999: 62-63):

*Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com o discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes. A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva.*

A partir das colocações da autora, compreendi que, embora sejam todos os textos muito diferentes em sua estrutura argumentativa, são muito parecidos em seu funcionamento discursivo e compreendi que havia um processo parafrástico interessante, que valia a pena ser investigado. Fui compreendendo os processos parafrásticos que se iam delineando a partir dessa leitura, os recortes discursivos possíveis a partir dela.

Courtine (81) se ocupa longamente com a discussão da construção do corpus discursivo. Como os critérios de reunião de um corpus de pesquisa são determinados a partir de uma teoria, um trabalho em AD opera sobre a materialidade da língua, no sentido

em que permite a recuperação do interdiscurso das Formações Discursivas que sustentam o discurso.

Finalmente, acabei por selecionar **57 anexos**, dos quais recortei **400 seqüências enunciativas**. São textos de diferentes tipos, como se mencionou acima: cartas, panfletos, teses, abaixo-assinados, etc., cujos enunciadores constituem diferentes lugares-sujeito do discurso: padres, estudantes, políticos, petroleiros, militares, líderes de movimentos revolucionários, etc. – uma gama representativa da pequena-burguesia brasileira, como se vê. Essas seqüências enunciativas, durante o processo de análise são organizadas em **recortes discursivos**.<sup>10</sup>

Ao final da apresentação do corpus com o qual se ocupa esta pesquisa, é importante retomar a questão inicial deste capítulo e repetir que, para o dispositivo teórico da AD, o “dado” na pesquisa científica não é inocente. Ele implica um movimento de recorte da realidade, revelador de: a) uma determinação histórico/política do trabalho de pesquisa; b) um movimento do desejo, muitas vezes inconsciente, do pesquisador em debruçar-se sobre este ou aquele tema de acordo com a sua história particular.

Negar essas duas determinações é acreditar que o real é organizado por si só e que os fatos se apresentam como entidades autônomas e auto-determinadas aos olhos de quem quiser ver. É cair na ilusão da evidência do objeto.

Ao final deste capítulo, uma **nota de esclarecimento** que considero importante: uma vez que são muitos enunciados utilizados (embora seja um número muito pequeno perto da extensão do corpus), optei por organizá-los em forma de **Apêndice**. Creio que a melhor maneira de acompanhar as análises que aqui serão feitas é ler o Apêndice antes de mais nada. É possível, pelas seqüências discursivas ali montadas, ter-se uma visão de conjunto do material, o que, certamente, já possibilita um movimento de análise por parte do leitor.

---

<sup>10</sup> A noção de recorte está em Orlandi, E (1987: 139-140): *O recorte é uma unidade discursiva: fragmento*

## 2. OS SENTIDOS E O SUJEITO – CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Nosso trabalho considera a língua e sua ordem própria como a base de sustentação para as análises discursivas que se propõe a apresentar - é um trabalho que pretende compreender, a partir das marcas gramaticais das superfícies discursivas que lhe dão visibilidade, a instauração dos sentidos pela enunciação. Considera, então, os **sentidos** como constituídos **na** língua (e, portanto, passíveis de uma certa leitura) além de o serem **pela** língua (e, portanto, determinados por ela). Além do mais, os sentidos são movimento, sempre abertos à divisão, fluidos.<sup>11</sup> Na linearização (seqüencialização) do interdiscurso no intradiscurso, o discurso é percebido como **efeitos de sentido**, sempre abertos à interpretação.<sup>12</sup>

Por outro lado, apesar de ter como objeto o **sentido** ou **efeitos de sentido**, este trabalho não cabe em nenhum dos quadros tradicionais da Semântica. Por conta das questões de funcionamento discursivo que lhe interessam, ele vai se inscrever numa **Semântica Enunciativa** (e sobre ela retornaremos no final deste capítulo) ancorada no dispositivo teórico da **Análise do Discurso** de orientação francesa (AD), conforme o desenvolvimento que ele tem recebido a partir da teoria do discurso proposta por Michel Pêcheux nas décadas 60/70 do século XX<sup>13</sup>. Além de Pêcheux, outros estudiosos, na França, como Paul Henry, Catherine Fuchs, Claudine Haroche, Jean-Jacques Courtine

---

*correlacionado de linguagem – e – situação.*

<sup>11</sup> Conforme Orlandi, E. (2001): Os sentidos podem ser considerados como trajetos simbólicos e históricos não terminados. A incompletude é o indício da abertura do simbólico, do movimento do sentido e do sujeito, da falha, do possível. (p. 114) - o sentido é sempre dividido (p. 90)

<sup>12</sup> Conforme Courtine, J.J. (1981): la langue, pensée comme une instance relativement autonome, est le lieu matériel où se réalisent les **effets de sens** (p. 12) - La séquentialisation des éléments du savoir y produit en effet différents **effets discursifs** résultant de tel ou tel mode de linéarisation des énoncés dans l'intradiscours (p. 103). Ver também Orlandi (2001): O discurso, definido em sua materialidade simbólica é "**efeito de sentidos entre locutores**". A interpretação torna visível a relação da língua com a história, o funcionamento da ideologia. Não há sentido sem interpretação (p. 63) - No discurso o que existem são **efeitos de sentidos** variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente. (p. 65-66). Todos os grifos são meus.

<sup>13</sup> A teoria materialista da Análise do Discurso foi apresentada por Michel Pêcheux in *Analyse Automatique du Discours – AAD-69* (1969) e rediscutida fundamentalmente pelo autor in *Verités de la Palice* (1975). As respectivas traduções brasileiras estão em Gadet, Françoise e Hak, Tony (orgs) (1997) e Pêcheux, Michel (1995). Denise Maldidier faz a narrativa do percurso teórico de Pêcheux em *A Inquietação do Discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*, recentemente traduzido para o português por Eni Orlandi (vide bibliografia).

contribuíram para o estabelecimento da teoria sobre o funcionamento da linguagem que procura, ao considerar o entrecruzamento do simbólico (linguagem) com o político (prática discursiva), *explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados*.<sup>14</sup>

No Brasil, Eni Orlandi, desde a década de 80, com a publicação de *A Linguagem e seu Funcionamento* (1983), tem divulgado os trabalhos que se realizam na área da AD, bem como tem contribuído para o seu desenvolvimento teórico/metodológico. Em seus trabalhos, discute questões e propostas para o avanço na teoria.<sup>15</sup>

Na últimas décadas, no Brasil, e notadamente no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas), têm-se desenvolvido pesquisas que promovem avanços para a AD e que vêm contribuindo para discussões teóricas nesse campo de estudos da linguagem que põe em questão as relações do simbólico com o político e os processos de identificação do sujeito pelo e no discurso. Dentre os trabalhos com os quais temos aqui mais pontos de ligação, estão as teses de doutorado de Mónica G. Zoppi-Fontana, 1997), editada como *Cidadãos Modernos - Discurso e Representação Política* e de Freda Indursky (1997), editada como *A Fala dos Quartéis e Outras Vozes*. Ambas trabalharam com o funcionamento discursivo das ditaduras militares da Segunda metade do século XX - argentina e brasileira respectivamente. Indursky analisa, dentro do arcabouço teórico da AD, o discurso presidencial da ditadura militar que se instalou no Brasil a partir de 1964. A questão que norteia seu trabalho é a investigação da homogeneidade/heterogeneidade discursiva na fala daquelas cinco generais no período de 1964 a 1985.

Zoppi-Fontana analisa o discurso do presidente Raúl Alfonsín da Argentina, entre 1983 e 1989, período pós-ditadura. Seu foco de interesse é o **funcionamento político** dos enunciados analisados e propõe para o discurso alfonsinista a produção de um **efeito de sentido** político para certas categorias das ciências sociais tais como “democracia”, “cidadão”, “transição”, “modernidade”, deslocando-as. A autora vai também postular para o sujeito enunciativo Alfonsín um lugar enunciativo de porta-voz político que vai funcionar

---

<sup>14</sup> Pêcheux, M. (1997: 60)

<sup>15</sup> A autora apresenta suas contribuições ao avanço da AD in *Discurso e Texto* (2001: 38,39). Dentre as várias rediscussões de noções teóricas e contribuições, tanto para o Dispositivo Teórico como para o Dispositivo Analítico da AD (de resto uma distinção apresentada por ela), eu gostaria de destacar a teorização discursiva do silêncio e a noção de gesto de interpretação, especialmente interessantes para o presente trabalho.

discursivamente no equívoco, isto é, vai ser constituído por duas posições-sujeito antagônicas, inscritas em duas Formações Discursivas antagônicas às quais chamará de Formação Discursiva Pactista/Igualitária e Formação Discursiva Iluminista/Elitista. Esse sujeito contraditório tem visibilidade pelos processos lingüísticos que Zoppi-Fontana vai examinar, sendo um deles a dupla referência do pronome “nós”. Em determinados momentos enunciativos, “nós” refere-se à totalidade dos cidadãos argentinos (incluindo o presidente enunciador, que vai funcionar como porta-voz) e, em outros momentos, exclui o locutor, o qual assume um tom didático, de guia esclarecido.

Neste trabalho, e na contrapartida do trabalho de Zoppi-Fontana, mas também, como a autora, interessada em processos de identificação do sujeito enunciador como sujeito político, procurarei analisar processos lingüísticos que dão visibilidade ao sujeito da **resistência** ao regime militar brasileiro de 64. O foco aqui será uma estrutura sintática: o condicional hipotético.

Outro ponto de interesse naquele trabalho, relacionando-o a este que ora apresento, é que Zoppi-Fontana propõe uma abordagem discursiva para as formas de **representação da temporalidade** no discurso analisado (o DAL – discurso alfonsinista). Especialmente no que diz respeito ao processo de **presentificação do futuro**, este trabalho se relaciona àquele. Na análise de Zoppi-Fontana, a posição de sujeito esclarecido, detentor do saber e guia do povo será marcada por uma presentificação do passado histórico mitificado e linearizado e pela presentificação do futuro como uma instância legitimadora das práticas do presente.

Também a tese de Bethania Sampaio Corrêa Mariani (1996) – *O Comunismo Imaginário – Práticas Discursivas da Imprensa sobre o PCB (1922-1989)*, analisa o funcionamento discursivo de regime autoritário, mas mediado pela imprensa brasileira da primeira metade do século XX. A autora analisa o papel da imprensa, enquanto lugar institucional, na **construção da identidade** dos comunistas (e do comunismo) como a personificação do Mal no imaginário dos brasileiros. Trata-se da identificação do sujeito a partir de seu exterior – a partir do outro. Essa também é a perspectiva aqui, uma vez que “subversivo” funciona como uma pecha imputada ao opositor ao regime ditatorial.

O trabalho de Mariani toma as marcas lingüísticas das denominações, enunciados definitórios, descrições, narrativas e discurso relatado referentes aos sentidos de

“comunista” na imprensa brasileira, desde a fundação do PCB até 1989, ano que marca o retorno à normalidade democrática do país, com as primeiras eleições diretas para a presidência da república após a ditadura.

Esses três trabalhos põem em evidência o funcionamento da **discursividade do poder**. Já a tese de Suzy Lagazzi-Rodrigues (1998) – *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso* interessa a este trabalho porque a autora ao analisar a discursividade do trabalhador rural, através da fala dos assentados da Fazenda Ipanema, em Iperó (SP), toma como ponto de observação o funcionamento discursivo do **movimento temporal-verbal na constituição da identidade do assentado como um sujeito de resistência ao status quo**. A autora encontra, no processo de análise, o sujeito que se constrói na imbricação do jurídico com o político.

A seguir comentarei sucintamente as categorias mais centrais do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso de orientação francesa, no qual pretende se ancorar este trabalho. Não pretendo em absoluto me estender nesses comentários porque outros pesquisadores já o fizeram com muito mais propriedade, produzindo, inclusive, deslocamentos que só vieram a enriquecer o arcabouço teórico inicialmente proposto por Michel Pêcheux.

A disciplina **Análise do Discurso** toma, como unidade de análise, o texto em sua *materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade*.<sup>16</sup> Assim, o **discurso** passa a ser o seu objeto. Numa tal teoria, embora o real da língua seja considerado, o enfoque não se dá no sistema lingüístico, mas sim na *língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história*<sup>17</sup>. Desse modo, os sentidos são tomados em sua **dupla determinação**: a do simbólico e a da história, numa perspectiva materialista, onde **história** é o movimento contraditório e constante **da luta de classes** marcada por suas práticas, discursivas ou não.

Duas noções são fundamentais para que se entenda o processo de historicização da língua, que marca o dispositivo teórico da AD: as noções de **interdiscurso** e de **intradiscurso**. Essas noções foram inicialmente propostas por Pêcheux (1975). Orlandi

---

<sup>16</sup> Orlandi, E. (1999), p. 18

(1999:31) define assim interdiscurso: (...) *é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra.* (p. 31 - o grifo é meu)

Courtine (1981: 50) define intradiscurso: *o intradiscurso de uma seqüência discursiva aparece assim como o lugar onde se realiza a **seqüencialização** dos elementos do saber.* (tradução e grifos meus)

Ora, em AD, esses dois níveis de descrição são inseparáveis. Courtine (1982: 251) categoricamente coloca sua articulação:

*Nós não nos autorizaremos a falar de discurso de outra maneira que não seja em termos de **articulação** do plano do interdiscurso e aquele do intradiscurso; toda caracterização em termos de funcionamentos ou de efeitos discursivos obriga assim a uma relação do enunciado à formulação, da **dimensão vertical** e estratificada onde se elabora o saber de uma FD à **dimensão horizontal** onde os elementos desse saber se linearizam tornando-se objetos de enunciação.* (tradução e grifos meus)

Veja-se que Courtine, em sua tese de doutorado (que deu origem aos seus textos 1981 e 1982), tomou a decisão de chamar “enunciado” àquilo que preferimos que seja chamado de “elementos do saber” ou, como prefere Orlandi. E. (1999: 32-33): *todos os dizeres já ditos – e esquecidos – em uma estratificação de enunciados que, em seu conjunto, representa o dizível.*

Queremos enfatizar que nesse quadro teórico complexo, os **sentidos** não são entidades aladas a voar graciosamente sobre a civilização. Não têm existência transcendental. Não estão grudados sobre as coisas que povoam o real do mundo, como se fossem etiquetas. Não estão imobilizados sobre as páginas comestíveis dos dicionários. Os sentidos estão metaforicamente girando sobre seu próprio eixo, vagamente estabilizado embora perpetuamente descentrado, descrevendo uma espiral contraditória que é, ao mesmo tempo, **parafrástica** e **polissêmica**. Orlandi, E. (1999:36) explica que há uma

---

<sup>17</sup> Orlandi, E. (1999), p. 15

tensão permanente entre processos parafrásticos e processos polissêmicos trazendo ao discurso o espaço do mesmo e do diferente:

*(...) todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos. Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A **paráfrase** representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na **polissemia**, o que tempos é deslocamento, ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco. Essas são duas forças que trabalham continuamente o dizer, de tal modo que todo discurso se faz nessa tensão: entre o mesmo e o diferente.*

Uma das categorias centrais na teoria é a de **Condição de Produção do Discurso**, que migra dos dispositivos de “análise de conteúdo” e do estruturalismo de Harris <sup>18</sup> e se transforma na construção do dispositivo teórico da AD, bipartindo-se. <sup>19</sup> Se, por um lado, continuam-se a considerar as condições imediatas de produção de discurso, isto é, o jogo imaginário dos lugares ocupados pelos falantes, seu papel num contexto social e nas instituições, enfim, o cenário discursivo; por outro lado, passa-se a considerar a memória do dizer que circula pelas Formações Discursivas, isto é, o interdiscurso, como determinante do dizer. Assim, por Condições de Produção entende-se tanto o contexto imediato, situacional, da produção discursiva quanto as determinações sócio-históricas e ideológicas. Em AD, compreender essas determinações permite ao analista o reconhecimento de recortes na memória do dizer, que se chamam **Formações Discursivas**. Essas Condições de

<sup>18</sup> Conforme o histórico desenvolvido por Courtine (1981:19 e ss)

<sup>19</sup> *Les états successifs de la notion de CP du discours se répartissent en deux ensembles: un ensemble de définitions que nous nommons “définitions empiriques”, dans lequel les CP du discours tendent à se confondre avec la définition empirique d’une situation d’énonciation. Ces définitions se situent dans la continuité des origines de la notion. Nous leur opposerons un ensemble de “définitions théoriques” qui apparaissent dès 1971 en AD avec le terme de “formation discursive” (Haroche, Henry, Pêcheux, 71, p. 102), qui provient du travail de FOUCAULT (69). (Courtine, 1981:21)*

Produção discursivas têm o estatuto de **condições históricas**, determinantes do **dizível** e do **que efetivamente se diz**, bem como do **que não se diz**.<sup>20</sup>

A noção de **Formação Discursiva** (FD) é uma das mais discutidas nos trabalhos em AD. Apropriada de Foucault<sup>21</sup> por Pêcheux, a noção foi questionada por Pêcheux e Fuchs (1975)<sup>22</sup>, por Pêcheux (1977), e por Courtine (1981) no sentido em que, para Foucault, uma Formação Discursiva tem contornos precisos, é fechada em si mesma, numa relação de antagonismo com as demais. Já numa concepção materialista do discurso, é necessário conceber essas inegáveis formações dialeticamente: como dominadas por saberes de uma região X do conhecimento mas atravessadas por outros, contraditórios. Essa concepção de uma Formação Discursiva fluida e permeável dá condições para que uma permanente tensão entre os processos parafrásticos e polissêmicos produzam o dizer, refletindo, nos deslizamentos de sentidos que aí se produzem, os embates da **história**.

Lembre-se que **história**, na teoria do materialismo histórico, que informa o dispositivo teórico da AD, são os acontecimentos resultantes da luta de classes. Mas, se o dizível é determinado pelo **real da história**, isso não acontece assim em ligação direta com a história purinha, pela briga de foice, pelo toma lá dá cá, pelo chora mais quem pode menos, pela usurpação da parte da viúva, pelo resultado das eleições ou pela ausência delas, pela dotação de verbas. Passa pelo **imaginário**, inscrito nas **Formações Imaginárias**.<sup>23</sup> É no jogo do imaginário que surgem as posições sujeito discursivas como **projeções**. Em Análise de Discurso não são os sujeitos empíricos que são considerados mas suas projeções num **jogo de antecipações**, conforme explica Orlandi, E. (1999: 40):

*Esse mecanismo [imaginário] produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e também a do objeto do discurso (do que estou lhe falando, do que ele me*

<sup>20</sup> O estatuto do não-dito, calado, silenciado, apagado em relação ao que se diz, está sendo focado no capítulo 6 deste trabalho: Os Sentidos do Não-Dizer.

<sup>21</sup> Foucault, M. (1997)

<sup>22</sup> Para Pêcheux e Fuchs (1997:168): *Há dificuldades teóricas para se delimitar as fronteiras de conceitos tais como: formação ideológica, formação discursiva, condições de produção.*

*fala?).É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazemos intervir a **antecipação**, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. (o grifo é meu)*

Todo o processo de referência na linguagem, incluindo-se aí o processo de **identificação**, de **auto-representação** do sujeito, dá-se ideologicamente no imaginário e trata-se de um processo que tem a propriedade de ser apagado na “consciência” do sujeito, criando uma ilusão de transparência, o **esquecimento no. 1** de que fala Pêcheux (1975). O esquecimento no. 1 tem a ver com os processos de subjetivação e de construção dos sentidos no discurso e o esquecimento no. 2 tem a ver com a seqüencialização, o “fio do discurso” no processo de enunciação.

Parte-se, em AD, do princípio materialista de que **o real**<sup>24</sup> existe mas que o acesso a ele só é possível através de uma elaboração complexa e imaginária que produz **a realidade**<sup>25</sup> para os indivíduos. Essa elaboração mobiliza o simbólico (da linguagem), o desejo (da psicanálise) e a memória (da história).

Com relação à **memória**, Pêcheux (1999:49-50) coloca a questão como uma questão que envolve as disciplinas de interpretação:

*Esta questão [da memória] conduziu a abordar as condições (mecanismos, processos...) nas quais um acontecimento histórico (um elemento descontínuo e exterior) é suscetível de vir a se inscrever na continuidade interna, no espaço potencial de coerência próprio da memória.*

---

<sup>23</sup> As Formações Imaginárias são apresentadas em Pêcheux (1997: 83) : Análise Automática do Discurso (AAD-69)

<sup>24</sup> Orlandi, E. (2001: 60) retoma os conceitos de real e de saber a partir de Pêcheux (1997 - *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*) : “há um real constitutivamente estranho à univocidade lógica e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina e que, no entanto, existe produzindo efeitos” e completa: *A análise de discurso objetiva compreender este tipo de real, sujeito à interpretação e que se dá no cruzamento da língua com a história. Vê-se, então, que não se trata da empiria, mas de um real que funciona na e pela língua.*

<sup>25</sup> Orlandi, E. (2001:44) trata a realidade como *produção imaginária, construção discursiva do referente.*

*Memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador. O risco evocado de uma vizinhança flexível de mundos paralelos se deve de fato à diversidade das condições supostas com essa inscrição: é a dificuldade - com a qual um dia é preciso de confrontar - de um campo de pesquisas que vai da referência explícita e produtiva à lingüística, até tudo o que toca as disciplinas de interpretação: logo a ordem da língua e da discursividade, a da “linguagem”, a da “significância” (Barthes), do simbólico e da simbolização ... (grifos meus)*

Voltarei, mais para o final deste capítulo, à questão levantada aqui por Pêcheux: a questão de um campo de pesquisa multidisciplinar como uma dificuldade, mas não como uma impossibilidade na área dos Estudos da Linguagem.

À **memória do dizer**, recortada por Formações Discursivas, a AD chama **interdiscurso**, que não é acessível à observação direta, mas apenas pela análise discursiva. Como vimos acima, o interdiscurso é o universo do dizível – são os espaços de memória por onde circulam os **sentidos pré-construídos**, ideologicamente determinados.

Para Courtine (1981:35), a noção de **pré-construído** (introduzida em AD por P. Henry) pode ser entendida como *uma construção anterior, exterior e independente, em oposição àquela construída na enunciação*. O pré-construído é um efeito discursivo ligado ao encaixamento (enchâssement) sintático: *um elemento do interdiscurso se nominaliza e se encaixa no intradiscurso sob forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí*. (tradução minha)

Pêcheux (1975:162), assumindo a tese althusseriana<sup>26</sup> de que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” esclarece essa vinculação do interdiscurso às **formações ideológicas**:

---

<sup>26</sup> Althusser, L. (1985)

*(...) o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das **formações ideológicas** (e, especificamente através do **interdiscurso** intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade” enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (grifos meus)*

Regiões no interdiscurso, como já se viu, definem **formações discursivas** diferentes.

Pela **materialidade da língua** é possível compreender os contornos das formações discursivas intrincadas, embricadas, nas **formações ideológicas**, presentes em uma dada formação social. Há, portanto, que se analisar as **superfícies discursivas**, faladas ou escritas – o **intradiscurso**, ou melhor, como teoriza Orlandi, E. (2001:92), há que se analisar **vestígios**. A noção de “vestígio”, como explica a autora, não se confunde com a de “marca”, *sendo esta da instância formal ou empírica*. Para Orlandi

*Nos vestígios (...) da textualização, pelo jogo da interpretação, nós observamos como o **sujeito** está ancorado no discurso, em uma formação discursiva, em um **sentido**, produzindo este **texto** e não outro **texto** qualquer, realizando o imaginário discursivo da unidade, da sua autonomia, da sua responsabilidade face aos sentidos. (os grifos são meus)*

Nessa nossa breve e parcial revisão da bibliografia que trata das noções teóricas construídas pela AD, tocamos mais uma vez no ponto que é crucial ao procedimento: a questão do sujeito e dos sentidos e sua determinação.

Veja-se agora que, nas palavras de Orlandi (acima) fala-se, enfim, de “**texto**” – objeto material, legível e palpável. Mas a relação que a autora faz entre texto e discurso – *efeito de sentido entre locutores*, dá ao texto uma dimensão simbólica e chama para a pauta a questão da leitura. Esse objeto simbólico se abre, assim, para as *diferentes possibilidades*

*de leitura que (...) mostram o processo de textualização do discurso que sempre se faz com “falhas”, com “defeitos”.* (Orlandi, E., 2001: 64)

Os textos sobre os quais nos debruçamos neste trabalho são aquelas cartas, aqueles bilhetes e panfletos, teses e requerimentos, material procurado e apreendido pela polícia política do regime militar de 1964.

Retomando a questão do sujeito e dos sentidos – temos visto sua **tripla determinação: pelo simbólico, pela ideologia e pelo inconsciente**. Ora, se à primeira vista, pode parecer teoricamente incongruente considerar essa múltipla determinação, uma vez que o campo de investigação da lingüística, do materialismo histórico e da psicanálise tenham sido considerados antagônicos<sup>27</sup>, vê-se logo que não se pode privilegiar uma disciplina em detrimento da outra quando se pretende uma leitura crítica da materialidade discursiva. Isso porque o discurso que constitui o sujeito da resistência, o **sujeito subversivo**, que aqui se propõe, sofre a determinação do desejo, a determinação da história (pelo viés ideológico) e também a determinação da língua (enquanto estrutura, que acaba constringindo as possibilidades do dizer).

Orlandi (2001:99 e ss), aponta para a articulação língua-história na constituição do sujeito e do sentido na ordem do discurso: *Vale lembrar que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia.*

Michel Pêcheux, em AAD-69<sup>28</sup>, deixa claro que os sujeitos interlocutores são representações de lugares sociais em processos discursivos e, assim, por hipótese, propõe o conceito de **formações imaginárias**:

---

<sup>27</sup> M. Pêcheux, no 3º. anexo do “Les Vérités”, critica a articulação teórica a que ele ironicamente chama de “Tríplice Aliança” que “na França ao menos, se configurou sob os nomes de Althusser, Lacan e Saussure no decorrer dos anos 60”. Em sua autocrítica, Pêcheux coloca sua posição diante do trabalho com linguagem, ao qual ele chama de trabalho crítico contra os equívocos da “tríplice aliança” mas não descarta a possibilidade de desdobramentos teóricos produtivos a partir daí: “Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido *pelo* fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, **algo novo venha a nascer** (...)” ( p.294 - o grifo é meu) Mais adiante, no mesmo anexo, Pêcheux afirma que “a ordem do inconsciente não coincide com a da ideologia, o recalque não se identifica nem com o assujeitamento nem com a repressão, mas isso não significa que a ideologia deva ser pensada sem referência ao registro do inconsciente.” - ib. p. 301

*Nossa hipótese é a de que esses lugares são representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto seria ingênuo supor que o lugar como feixe de traços objetivos funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto, presente, mas transformado; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro.*

Pensando, assim, nessa dupla determinação do sujeito pela língua afetada pela história, pelo viés das formações imaginárias e pela ideologia, quero destacar o fato de que a estrutura semântico-sintática que, ao final, interessa a esta pesquisa – a estrutura do condicional, funciona como um determinante do sujeito, uma vez que, ao projetar-se um futuro utópico, se preenchidas certas condições de realização, põem-se em funcionamento posições-sujeito sustentadas pela ideologia. Temos, desse modo, o sujeito constituído pelo funcionamento da língua, e não fora dela.

Por outro lado, o sujeito e o discurso sofrem **determinação do inconsciente**. E daí só Freud explica (Lacan também). Por que diabos o indivíduo foi abrir a boca, ou melhor, foi se pôr a escrever o que era proibido e ainda botou o papel em circulação pública? Isso tem a ver com interpelação ideológica mas tem também a ver com processos de subjetivação que não estão no escopo desta pesquisa. Vá saber em que ponto a pulsão do inconsciente é atravessada pela ideologia e se transforma em **utopia** irresistível e mortal, que não se cala, que enuncia o interdito e paga por isso.

O que importa é que alguém abriu a boca, ou melhor, escreveu. Houve a enunciação de estruturas sintáticas e palavras que se repetem à exaustão no arquivo. Repetem-se tanto que se pode, teoricamente, apagar aquele indivíduo com aquela história particular e pode-se considerar uma **posição sujeito** numa Formação Discursiva, produzindo **um efeito sujeito**. Pode-se considerar um sujeito interpelado pela ideologia, assujeitado por ela, dizendo efetivamente o que diz e calando o que cala, fazendo circular sentidos a partir de posições sujeito. O sujeito da AD, portanto, é uma **posição sujeito** em certa discursividade. Essa posição dá uma identidade ao sujeito mas não é escolhida por ele.

---

<sup>28</sup> In Gadet e Hak (1997:82 e ss).

Pode-se falar de vários lugares e ocupar várias posições – isso quer dizer que, pela teoria, o sujeito pode ser constituído no cruzamento de FDs, mesmo que antagônicas, embora uma se apresente como dominante.

Citando Pêcheux (75), Orlandi (1999:49) fala da não acessibilidade do interdiscurso que constitui o sujeito:

*O modo como o sujeito ocupa seu lugar, enquanto posição, não lhe é acessível, ele não tem acesso direto à exterioridade (interdiscurso) que o constitui. Da mesma maneira, a língua também não é transparente nem o mundo diretamente apreensível quando se trata da significação pois o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia.*

Ainda com relação ao sujeito, a AD propõe a noção de **forma-sujeito**. É um conceito que vincula o sujeito a uma ordem histórica, revelando, em suas características, a sua filiação a uma formação econômica, social e política definida. Orlandi (1999:51) comenta a diferenciação que C. Haroche (1987) faz entre a forma-sujeito religioso da Idade Média e a **forma-sujeito jurídico (ou sujeito de direito)** da Idade Moderna:

*Com a transformação das relações sociais, o sujeito teve de tornar-se seu próprio proprietário, dando surgimento ao sujeito-de-direito com sua vontade e responsabilidade. A subordinação explícita do homem ao discurso religioso dá lugar à subordinação, menos explícita, do homem às leis, com seus direitos e deveres. Daí a idéia de um sujeito livre em suas escolhas, o sujeito do capitalismo. A crença na Letra (submissão a Deus) dá lugar à crença nas Letras (submissão ao Estado e às Leis).*

Conseqüência dessa aparente autonomia do sujeito, liberdade individual e não-determinação é *uma forma de assujeitamento mais abstrata e característica do formalismo jurídico, do capitalismo.*<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> idem ibidem

Não é epistemologicamente necessário que, para um objeto complexo (e até as amebas o são), uma disciplina tenha de prover métodos suficientemente abrangentes para dar conta da complexidade. Aliás, essa abordagem não é da natureza da ciência, que tende sempre à segmentação. No entanto, é possível que o estudioso da linguagem sinta ele mesmo o desejo de um aparato teórico-metodológico mais abrangente, que lhe permita uma visão mais larga do objeto. Abordagens estritamente dentro de uma disciplina acabam empobrecendo a visão de um objeto altamente complexo como é a linguagem em uso. Assim, a **multidisciplinaridade** é aceitável. Não deve, contudo, ser confundida com interdisciplinaridade, uma vez que as disciplinas operam com categorias e métodos específicos e muitas vezes conflitantes. Paul Henry (1992: 135) critica o *campo da complementaridade da realidade psicológica e da realidade social* que busca um sujeito individual subordinado ao “sujeito da ciência”.

O que diz sobre isso o dispositivo teórico da Análise do Discurso, o qual vai, no final das contas, informar este trabalho? Diz que para seu objeto teórico, o discurso (e não o texto, a interação conversacional ou a língua), a exterioridade não está exatamente fora. Isto é, na constituição desse objeto “discurso” e na constituição de um de seus efeitos mais interessantes, o efeito-sujeito, não dá para considerar a estrutura lingüística (o “dentro”) sem ser atravessada pela história e a ideologia (o “fora”, o exterior), uma vez que o sujeito, assim como o discurso, é afetado pela história e a ideologia funcionando na língua, através da língua.

No movimento de constituir o corpus desta pesquisa, assumo, como Denise Maldidier (97:23), que o dispositivo de Análise do Discurso tem um inegável **caráter sincrético**. Citando J.J. Courtine (81) a autora coloca os procedimentos metodológicos da Lingüística e a consideração do exterior da língua (a história e a ideologia) como procedimentos integrantes do dispositivo da AD: *a AD é [...] uma prática disciplinar que se pode [...] resumir em três proposições: 1) ela realiza o fechamento de um espaço discursivo; 2) supõe um procedimento lingüístico de determinação das relações inerentes ao texto; 3) produz no discurso uma relação do lingüístico com o exterior da língua.*

Desse modo, optei por trabalhar com uma disciplina que se dispõe a compreender o funcionamento do “exterior da língua”, do histórico no acontecimento lingüístico, visto

também enquanto um espaço de determinações estruturais. Isso sem considerar as implicações que uma abordagem psicanalítica do discursivo tem para a teoria da AD – ao tomar o inconsciente e seu viés de subjetivação na abordagem do objeto discurso, a Psicanálise tem provocado disputas teóricas realmente instigantes.<sup>30</sup>

Como vimos, portanto, para a AD não há **enunciação** fora de suas condições de produção discursivas, históricas, atravessadas pela ideologia. E **também não há enunciação fora de suas condições de produção imediatas** (situacionais). As condições de produção imediatas dizem respeito ao contexto imediato onde se localiza a seqüência discursiva em análise e são sempre representadas pelo imaginário. Aí podem ser descritas circunstâncias da **enunciação**: a identidade jurídica dos sujeitos em interlocução, o meio (lugar, época, canal) onde se dá a interlocução - interessa saber que estamos trabalhando com **textos** direcionados a alguém. Textos escritos para o amigo, para a esposa, para os pais, para o bispo, à mão, às pressas, rabiscados em folhas cedidas por carcereiros, apenas para serem interceptadas depois. Textos escritos à máquina, em manhãs, tardes, madrugadas delatoras, em quarto de dormir, entre um trabalho e outro do escritório, escondido do pai, da mãe, do chefe. Escritos como teses afrontosas e malditas. Entrevistas publicadas em jornais estrangeiros. Textos escritos no verso dos invólucros de cigarro, textos impressos em grosseiras páginas, à tinta, a álcool, em fundo de quintal e distribuídos sorrateiramente pelos corredores das escolas, pelos bares, nas missas, nos quartéis, nas fábricas, pelos cais. Sempre no burgo, entre os letrados, que no eito latifundiário quase tudo quanto era gente, a quem interessar pudesse tal conteúdo herético, era analfabeta.

Assim, para dar conta das análises do corpus específico com o qual trabalho, é preciso descrever em detalhe o funcionamento enunciativo dos textos. Isso porque, como se verá nas análises, os sentidos que vão sendo delineados são produto da determinação histórico-ideológica do discurso que envolve uma situação de **interdição da enunciação** de uma certa discursividade, interdição essa circunscrita a uma situação sócio-política específica – a ditadura militar instaurada no Brasil a partir de 1964 e vigente até 1985. Para

---

<sup>30</sup> Por razões de escolha prévia de orientação teórico-metodológica não procurarei considerar em profundidade a abordagem psicanalítica da Análise do Discurso neste trabalho.

isto, recorreremos ao campo teórico de uma **Semântica do Acontecimento**, tal como tem sido proposta por Eduardo Guimarães.

Finalmente, ao encerrar este capítulo sobre as condições de produção (históricas e imediatas) do discurso, dos sentidos e do sujeito, quero lembrar que Michel Pêcheux (1997: 57), em seu artigo “Ler o Arquivo Hoje”, toma **arquivo** como *campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão*. Evidentemente, sobre a questão do sujeito (que é a que interessa, afinal, a este trabalho), o arquivo é vastíssimo. Desse modo, as leituras que pratica o estudioso da linguagem são um certo recorte no arquivo e a determinação dos contornos desse recorte leva à questão da interpretação. Para Pêcheux, os grandes debates sobre temas levam a pensar em *clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias, de ler o arquivo*. (idem) As evidências dessa **leitura interpretativa**, *que já é uma escritura* (idem) devem ser, para Pêcheux, elas mesmas objeto de pesquisa.

Finalizando o artigo, Pêcheux propõe a tarefa fundamental, a partir do reconhecimento da materialidade da língua na discursividade do arquivo:

*desenvolver práticas diversificadas de trabalhos sobre o arquivo textual, reconhecendo as preocupações do historiador tanto quanto as do lingüista ou do matemático-técnico em **saber fazer valer**, face aos riscos redutores do trabalho com a informática<sup>31</sup> – e, logo, também nele – os **interesses históricos, políticos e culturais levados pelas práticas de leitura de arquivo**.” (op. cit., p. 63 – grifos meus)*

*Ou seja: tomar concretamente partido, no nível dos conceitos e dos procedimentos, por este trabalho do pensamento em combate com sua própria memória.* (idem, p. 63-64).

### 3. ENUNCIACÃO E INTERLOCUÇÃO DESLOCADA

Guilhaumou e Malidier (1989) entendem que foi a partir das questões da heterogeneidade e do acontecimento discursivo que a Análise de Discurso se colocou a questão de trabalhar com a categoria da enunciação.

No nosso trabalho, considerar o **acontecimento enunciativo** e seu funcionamento nas análises é relevante porque a estrutura sintático-semântica que nos serve de entrada no corpus, o condicional hipotético, se caracteriza por:

- 1) Produzir uma inflexão do texto ao articular argumentativa e temporalmente enunciados organizados com a forma de um **dilema disjuntivo** que encaminha para uma conclusão/ação;
- 2) Produzir uma **temporalização complexa** do acontecimento, articulando modos, aspectos e tempos verbais de forma tal a significar o presente pelo ausente (as condições necessárias para a mudança e sua projeção possível de futuro);
- 3) Mobilizar elementos não-ditos que intervêm no processo de interpretação dos argumentos formulados sob a forma de **silogismo** incompleto, que deve ser preenchido ideologicamente pelo leitor para que a conclusão possa ser considerada válida;
- 4) Comportar complexos processos de nomeação a partir dos quais trabalham as designações que permitem o recorte, **identificação** e reconhecimento do real; e
- 5) Funcionar como um dispositivo de **subjativação** a partir do qual se produz para o sujeito (enunciador e leitor) **sentidos de tragicidade**.

Todas essas características supõem uma análise sensível ao funcionamento enunciativo e seus efeitos em termos de construção dos objetos sujeitos no/do discurso, o que implica considerar necessariamente a **articulação teórica e metodológica** dos campos disciplinares de uma Teoria da Enunciação com a Análise de Discurso, ambos inscritos em uma concepção materialista da história e da linguagem. Nesse sentido, recorreremos a textos de Eduardo Guimarães, quem tem proposto uma Semântica que leva em consideração o

---

<sup>31</sup> É interessante acompanhar, com Denise Malidier (2003) o percurso teórico de Pêcheux e sua fascinação

enunciativo e o histórico – o **acontecimento** - como constitutivo dos sentidos, num campo de estudos a que tem chamado de Semântica Histórica da Enunciação<sup>32</sup> e, mais recentemente, de **Semântica do Acontecimento**.<sup>33</sup> A sua proposta é que se tome a enunciação pelo simbólico, pela língua afetada pela História – propõe que se tome a enunciação enquanto acontecimento de linguagem constituindo o sujeito na materialidade histórica do real:

*Para mim a questão é como tratar a enunciação como funcionamento da língua sem remeter isto a um locutor, a uma centralidade do sujeito.*

*Dois elementos são decisivos para a conceituação deste acontecimento de linguagem: a **língua** e o **sujeito** que se constitui pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo. Por outro lado, um terceiro elemento é decisivo, de meu ponto de vista, na constituição do acontecimento, é sua **temporalidade**. Um quarto elemento ainda é o **real** a que o dizer se expõe ao falar dele. Não se trata aqui do contexto, da situação, tal como pensada na pragmática, por exemplo. Trata-se de uma materialidade histórica do real. Ou seja, não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico. (Guimarães 95:11 – grifos meus)*

A citação põe a descoberto a preocupação de não deixar que a teoria da determinação histórica dos sujeitos e dos sentidos se perca pelo recurso de se tomar a empiria como lugar do trabalho analítico.

Guimarães (2002) define uma **Semântica do Acontecimento** como *uma semântica que considera que a análise do sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da **enunciação**, do **acontecimento do dizer***. (op. cit.:7) Sob essa perspectiva teórica, a **temporalidade** é categoria central, justamente pelo viés do acontecimento, que traz o dizer para o campo da enunciação e das “cenas enunciativas” – *um espaço particularizado por uma deontologia*<sup>34</sup> *específica de distribuição do lugares de enunciação no acontecimento.*

---

pelas máquinas.

<sup>32</sup> Ver Guimarães, E. (1995)

<sup>33</sup> Ver Guimarães, E. (2002)

<sup>34</sup> Abordaremos a questão da ética (“deontologia”) no próximo capítulo.

(op. cit.: 23) Esses *lugares da enunciação são lugares constituídos pelos dizeres* e a distribuição desses lugares se faz pela *temporalização própria do acontecimento*. (idem). Os lugares enunciativos são configurações específicas do agenciamento enunciativo.

Ao sujeito representando-se ele próprio como fonte do dizer, Guimarães chama de “Locutor (L)”, ao lugar social do locutor, chama de “locutor-x”. Quando o lugar de Locutor se representa apenas como um lugar de dizer, representa-se como individual, independente da história, trata-se do **enunciador** simplesmente (p. 25). Um outro lugar de dizer é o **enunciador genérico**, dos provérbios (“*Quem semeia vento colhe tempestade*”) (p. 25). Aqui há também um apagamento do lugar social e da história, mas o enunciador fala “como todos” e não individualmente. Um terceiro lugar de dizer é o **enunciador-universal**: a enunciação representa o Locutor como fora da história e *submetido ao regime do verdadeiro e do falso* (“*Todas as pessoas morrem*”). (p. 26)

Guimarães inverte a perspectiva de Benveniste (1989 - *O Aparelho Formal da Enunciação*)<sup>35</sup> para quem a temporalidade é constituída pelo locutor no tempo da enunciação, àquele a que Guimarães chama de Locutor (L), ou seja, o sujeito representando-se ele próprio como fonte do dizer, em oposição ao locutor-x – o lugar social do locutor (op. cit.: 24). O locutor-x é o foco da análise discursiva, sendo que sua representação se produz através dos processos de designação e também, como se verá aqui, através de processos sintáticos. Sabemos que através do processo de designação, pela nomeação, recorta-se, desenha-se uma representação/imagem dos interlocutores. Sabemos também que esse processo de designação/nomeação permite a identificação dos referentes e a identificação do enunciador com/contra eles. Muitos trabalhos, e alguns citados aqui, trabalham com essa materialidade. Nós, no entanto, não estaremos trabalhando com processos de designação – elegemos para desenhar o sujeito subversivo, objeto desta pesquisa, o funcionamento da futuridade no condicional hipotético. Apesar disso, em algumas das nossas análises, atentar para o funcionamento dos processos de designação

---

<sup>35</sup> Benveniste, Émile publicou o artigo “O Aparelho Formal da Enunciação” em *Langages* 17, em 1970. Junto a outros textos de Benveniste, este foi publicado in *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989. Em sua abordagem da linguagem, Benveniste considera que a **enunciação** é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização. (p. 82). O autor coloca como objeto de seu artigo *esboçar, no interior da língua, os caracteres formais da enunciação a partir da manifestação individual que ela [a enunciação] atualiza* (p. 83). O **locutor**, ao se **apropriar** da **língua**, ao colocá-la em uso, produz o **discurso**, o qual se **refere ao mundo**. O discurso é sempre para o “outro”, o **alocutário**, o qual tem a “possibilidade de co-referir” (p. 84).

acrescenta considerações importantes sobre a construção de sentidos para objetos discursivos tão complexos e paradoxais quanto “a revolução”, “a união”, “a luta”, “o revolucionário”, “nós”, “o povo”, entre outros.

Para Guimarães, numa perspectiva histórica da linguagem, *não é o sujeito que temporaliza, é o acontecimento. (...) O sujeito é tomado na temporalidade do acontecimento.* (op. cit.:12) Para o autor, portanto, o tempo é uma **representação**<sup>36</sup> onde o **presente** traz *uma latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável.* (op. cit.: 12). Trata-se da história que atravessa o dizer e do **efeito projetivo** da linguagem. Sem dúvida, estamos no terreno **Formações Imaginárias**.<sup>37</sup>

Voltaremos à questão dos enunciadores no capítulo 10 deste trabalho. Por ora interessa destacar a questão da representação da subjetividade que se faz pela temporalização. Ao enunciar o futuro utópico e as condições (também futuras) de sua realização, o enunciador instaura um sujeito que funciona negando politicamente o presente, projetando um futuro que é determinado pela memória do dizer: não se projeta qualquer coisa, projeta-se, como diz Guimarães, deontologicamente, um futuro que pode ser apenas aquele e não outro na determinação da ideologia.

No caso do corpus desta pesquisa, ao ser enunciado o condicional hipotético, ganha visibilidade um sujeito comprometido com um projeto de futuro (um futuro apenas sonhado) e, ao mesmo tempo, comprometido com as condições para realizá-lo.

Examinemos, por exemplo, a seqüência enunciativa **s.e. 293** com apódose invertida:

(...) [o Partido] **só poderá assumir** seu papel de vanguarda **se estiver** ligado às massas, aprendendo e dialogando francamente com elas. (11 – 896 – **s.e. 293**)

A ordem canônica desse condicional<sup>38</sup> poderia ser: “se se ligar às massas, o Partido assumirá seu papel de vanguarda”. Ao produzir esta seqüência, o sujeito enunciador filia-se a uma rede de sentidos da discursividade revolucionária, isto é, traz uma história do dizer

<sup>36</sup> *O sujeito não fala no presente, no tempo, embora o locutor o represente assim, pois só é sujeito enquanto afetado pelo intercurso, memória de sentidos, estruturada pelo esquecimento, que faz a língua funcionar. Falar é estar nesta memória, portanto não é estar no tempo (dimensão empírica).* (op. cit.: 14)

<sup>37</sup> As Formações Imaginárias estão em Pêcheux (1997: 82). Nesse texto, “**representações**” estão tomadas como “**posições**” – representações de situações objetivamente definíveis.

<sup>38</sup> O efeito que essa inversão produz não cabe analisar aqui.

que sustenta esse dizer. Ao mesmo tempo, no próprio momento da enunciação, constrói um presente negativo e silenciado, no qual o Partido está alijado das massas. Somente por essa negação implícita no presente, pode ser projetado um futuro alternativo (disjuntivo) que se representa em dois tempos: um, mais próximo, será o momento condicional em que o Partido estará aprendendo e dialogando francamente com as massas e outro, mais distante e dependente das condições de realização deste primeiro, será o momento utópico em que o Partido assumirá o papel de vanguarda na luta revolucionária.

Veremos, no decorrer das análises desta pesquisa, que as noções de “acontecimento” e de “temporalidade” (enquanto representação) estarão permitindo que se aponte para uma constituição de um sujeito cuja marca é um colocar-se no presente negado, porque desconfortável, e mesmo odioso, e projetar-se para o futuro, em busca da felicidade sonhada, estando seus sentidos, constitutivamente, amparados pela memória do dizer.

Por outro lado, interessa também analisar a maneira como se constitui a cena enunciativa, isto é, como nos enunciados se representa o locutor, o lugar social do qual falar e os lugares do dizer (enunciadores) que mobiliza na sua enunciação. Isto porque, os lugares de dizer, especialmente quando se trata da representação de um enunciador universal, permitem, conjuntamente com o ethos discursivo, descrever o funcionamento do **tom didático** dos enunciados e de seus **efeitos autoritários** sobre o interlocutor. Na **s.e. 293**, acima citada, percebemos marcas desse lugar do dizer universal tanto na utilização da terceira pessoa quanto na formulação de tipo definicional do enunciado, que inclui operadores argumentativos que reforçam a necessidade da conclusão (“só”).

A discursividade subversiva, da resistência, se constrói enunciativamente, na situação de interlocução em que a fala tem efeitos de sentido só possíveis porque é uma fala imaginariamente dirigida a alguém, em determinado momento, em algum lugar, com referentes politicamente marcados. Assim também a discursividade subversiva se constrói ideologicamente, na oposição ao outro, numa conjuntura social de antagonismos que determina sentidos contraditórios em formações discursivas antagônicas.

Indursky (1997) examina a noção de **interlocução** sob uma perspectiva **discursiva** deslocando a noção de uma perspectiva enunciativa.

Para a autora, a **interlocução enunciativa** instaura uma **cena enunciativa** dotada de bastante visibilidade. Nessa cena, os interlocutores falam de lugares sociais demarcados. Essa clareza de delimitação, no entanto, não ocorre na **interlocução discursiva**: *Esse segundo nível caracteriza-se por uma interlocução opacificada que propicia a instauração da **cena discursiva**.*

Indursky assim explica essa passagem de um nível a outro:

*Quando o sujeito (...) <sup>39</sup> toma a palavra na qualidade de **locutor**, na instância de **interlocução enunciativa**, mobiliza também a figura do **sujeito do discurso** que não se dirige exclusivamente àqueles que presenciam/ouvem a alocação (...): por seu intermédio, um outro freqüentemente ausente é interpelado. Nesta segunda instância de interlocução, o sujeito do discurso, ao interpelar o outro, pouco definido e até ausente, instaura a **cena discursiva** que não é espacialmente determinada pelo espaço físico em que a alocação está ocorrendo nem pela presença física do interlocutor. A cena discursiva remete para o cenário discursivo que não possui materialidade física e que é mobilizado pelo imaginário social do sujeito do discurso. (op. cit.: 137)*

Retomemos agora o nosso corpus.

No nível da interlocução enunciativa a cena enunciativa vai sendo composta por um sujeito que ocupa o lugar social de quem escreve bilhetes, cartas, teses, conferências, panfletos, de cunho “subversivo” – assim taxado pelo outro, o inimigo. O destinatário dessa mensagem, seu interlocutor, desempenha um papel social alocado tanto na área do público como do privado: os companheiros de partido ou de sindicato, a platéia de uma sessão solene de formatura, familiares, fiéis religiosos, figuras públicas a quem recorre, etc. É, muitas vezes, um interlocutor conhecido, identificável:

**Quando eles** [os sindicatos] **entrarem** na fase agressiva, pra reclamar justiça contra o latifúndio organizado, nesta hora, **meus irmãos**, que eu quero saber se conto com **vocês**. (1096 – 36 – s.e. 23)

---

<sup>39</sup> A autora fala do “sujeito presidencial”, cuja discursividade é objeto de sua pesquisa.

N. B. – Faço um apêlo aos meus companheiros Nacionalistas para que formem Comissões Financeiras, a fim de que eu possa pagar essas despesas com o presente Manifesto e outros que **serão lançados**. No próximo **declararei** a arrecadação do mesmo. (1044 – 609 – **s.e. 188**)

**Querida**, isto é realmente o que desejava te falar, para que fiques ciente que **não sou um criminoso** (...) Mas afinal o que me levou a escrever [-] isto é **para que** me julgues de [-]do com a tua consciência e **se achares [-]entires** que eu estou errado, **podes** me [-]r a primeira pedra. Estou consciente e [-]uto para cumprir a minha missão, que [-]**ão levará** muito tempo, então **voltarei** as [-]has atividades. (0345 e 0346 – 638 – **s.e. 209**)

Lendo **tuas cartas** sinto que estamos [-] e por isso Reynaldo fica a dizer piadas: “que [???] **faremos** a Revolução”; (...) (0385 – 647 – **s.e. 212**)

Acontece que, ao falar/escrever, esse falante inscreve-se numa posição-sujeito, um lugar determinado historicamente e ideologicamente. Seu interlocutor perde também a visibilidade e passa a se constituir, ele mesmo, também como sujeito do discurso. Segundo Indursky, *a interlocução discursiva consiste, pois, na interlocução entre sujeitos de discursos dispersos em espaços discursivos diferentes, afetados possivelmente por FD igualmente diversas*. (op.cit.: 139)

Por esse foco na interlocução discursiva, também hoje, os leitores do século XXI, embora não “previstos” imaginariamente como destinatários (leitores) possíveis daqueles documentos censurados e apreendidos, podem ser vistos como constituindo-se como interlocutores na cena discursiva instaurada pelo corpus. Assim, a figura do leitor pesquisador, o analista de discurso de um corpus de arquivo, ele também pode ser considerado um “interlocutor” e podem assim também se analisar gestos interpretativos produzidos nessa sua posição de leitor analista. Inscreve-se também ele numa posição sujeito, historicamente determinada.

Ler hoje o arquivo BNM não pode pretender ser uma leitura isenta, asséptica. Ao debruçar-se sobre o material, o leitor (e falemos especificamente do analista de discurso) inscreve-se numa cena discursiva enquanto sujeito deslocado enunciativamente mas, nem por isso deixando de sofrer os processos de identificação que o tornam um sujeito de discurso.<sup>40</sup> Por esse processo de identificação ele vai produzir efeitos de sentido só possíveis em sua posição.

---

<sup>40</sup> Conforme Courtine (81: 43), (...) *identificação pela qual os sujeitos enunciadores encontram os elementos de saber (enunciados) pré-construídos dos quais se apropriam como objetos de seu discurso* (...) (tradução minha)

Enfocar o sujeito leitor (analista de discurso) dessa maneira traz duas implicações: em primeiro lugar, pode produzir a falácia de reduzir a análise de discurso a um trabalho de interpretação; em segundo lugar, acaba-se por operar um deslocamento do lugar da observação da produção dos efeitos de sentido. Não que se acredite que os efeitos de sentido sejam produzidos apenas pelo dizer do enunciador. Orlandi (2001: 65) coloca que *tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurso o que existem são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente)*. Mas o foco de observação da produção desses efeitos tem sido sempre o locutor. Aliás, isso se verá fazer aqui também. Inverter o foco, permite um leitura de outros efeitos que não se permitiriam sem esse movimento.

Com relação à redução da análise à interpretação, Orlandi (2001) trata desse ponto a separando o trabalho de interpretar do trabalho de descrever e de compreender:

*Mesmo se a finalidade primeira é descrever, penso que o trabalho do analista de discurso não se limita à descrição. Mesmo porque a descrição tem de ser interpretada. Melhor dizer então que a sua finalidade não é descrever nem interpretar mas **compreender** – isto é, explicitar – os processos de significação que trabalham no texto; compreender como o texto produz sentidos através de seus mecanismos de funcionamento. (p. 27 – grifo meu)*

Ora, embora tenhamos de ficar atentos para, diante do arquivo BNM (e diante de qualquer arquivo) *expor o olhar leitor à opacidade* (op. cit. : 53) e evitar ficarmos presos à interpretação, ao propormos o lugar do analista como um lugar discursivo (mesmo que deslocado), estamos deslocando para ele o foco da produção de efeitos de sentido. Nesse deslocamento outros processos de identificação precisam ser analisados.

No decorrer das análises fui percebendo que anacronismo da interlocução corpus/analista produzia um efeito que tratarei mais adiante, no capítulo 11 deste trabalho: **o efeito de tragicidade**.

Perceba-se que esse deslocamento do foco da análise para o analista (o interlocutor não previsto) advém da leitura do deslocamento da temporalidade do corpus. Aqueles sentidos da futuridade produzidos pelos recortes do corpus, tanto na estrutura do condicional como nas estruturas em que aparece a projeção de futuro simplesmente podem e são lidos na análise durante a pesquisa sob a perspectiva compreensiva da análise do discurso, sendo interpretados em relação à cena enunciativa representada nos enunciados. Porém, não há como negar que o anacronismo do corpus produz efeitos sobre o analista funcionando como interlocutor deslocado. Não há como apagar da leitura o conhecimento da história, passados vinte anos do fim da ditadura militar no Brasil, conhecimento esse que permite transformar a futuridade projetada pelo condicional hipotético em passado, transmutar a utopia positiva em sonho/pesadelo submetido às coerções do silenciamento sofrido, dessignificar a injunção à ação ao desfazer a disjunção exclusiva proposta pelo condicional.

Operados também os devidos deslocamentos teóricos, pretendo utilizar analiticamente, no presente trabalho, a noção de **ethos**, oriunda da Retórica clássica, *que entendia por ethé as propriedades que os oradores se conferiam implicitamente, através de sua maneira de dizer: não o que diziam a propósito deles mesmos, mas o que revelavam pelo próprio modo de se expressarem.*<sup>41</sup>

Junto a essa noção de ethos enunciativo vem carregada a noção de **tom**, de **caráter** e de **corporalidade**. Segundo Maingueneau (1997: 46-47), o discurso é associado a uma certa voz para que os sujeitos nele se reconheçam:

*o “tom” é uma voz concebida, de ora em diante, como uma das dimensões da formação discursiva. (...) O “caráter” corresponde ao conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer. (...) “Corporalidade” remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura.*

---

<sup>41</sup> op. cit.:45

Vemos aí colocada novamente a questão da “leitura” que nada mais é do que a identificação dos sujeitos no e pelo discurso. Aquele que lê interpreta, identifica-se.

Essas três noções – tom, caráter e corporalidade - tomadas juntas, enfatizam o deslizamento analítico discursivo para o terreno da **enunciação**, uma vez que apelam para as Formações Imaginárias, onde o que se diz, quem diz e quem ouve são elementos situacionais representáveis.

Zoppi-Fontana (97:120), a partir da noção de ethos, como é trabalhado em Maingueneau (97), associa a noção de tom à de efeito de sentido:

*A noção de ethos discursivo refere ao fato de toda FD ter uma certa corporalidade, um certo tom, que a distingue de outras FDs e que participa na produção de efeitos de sentido e efeitos-sujeito que configuram os enunciados por ela determinados. Assim, podemos afirmar que os processos discursivos (...) produzem também a representação de uma certa “maneira de dizer”, que consiste em um **tom** e um corpo imaginários, constitutivos das posições de sujeito estabelecidas numa determinada FD. (o grifo é meu)*

Assim, se os deslocamentos fundadores da AD em relação às teorias idealistas tradicionais dos estudos da linguagem e, particularmente, em relação ao estudo do sentido, fundaram uma nova teoria da linguagem e do sentido (uma teoria da linguagem em que o “exterior” sócio-histórico, aquilo que está fora da ordem da língua enquanto sistema, passou a funcionar no movimento dos sentidos), ver-se-á, no decorrer deste trabalho analítico, que a compreensão do sujeito político trágico exige deslocamentos os quais, evidentemente, não fundarão teoria nenhuma, apenas permitirão que o sujeito, afetado por uma **posição sujeito subversivo**, tenha visibilidade teórica. Apenas isso.

#### 4. O SUJEITO JURÍDICO E AS ÉTICAS - O FUNCIONAMENTO POLÍTICO DO DISCURSO

Disse, está dito – escreveu, está escrito. Não há como voltar atrás. O enunciado é prova jurídica contra o sujeito enunciador. Por conta de uma pretensa **auto-determinação**, do livre arbítrio, faz milênios que o sujeito da história ocidental está sendo colocado responsável por processos simbólicos como dar nome às coisas, responsável por coisas concretas como o suor de seu rosto ou as dores do parto e até por coisas obtusas como a salvação da alma ou o progresso da nação. Vive-se, no ocidente civilizado, um regime jurídico que impõe **responsabilidade** sobre o indivíduo e que institui, como contrapartida da responsabilidade, **a culpa e o castigo**.

Se falamos de responsabilidade, falamos de um sujeito histórico e ideológico, identificado com a **forma-sujeito**<sup>42</sup> jurídica (o sujeito do Direito) mas falamos também de indivíduos que praticam atos ilícitos concretos e sofrem penalidades concretas por isso – e aí estamos operando um deslocamento no campo da subjetividade discursiva: aí podemos dar visibilidade ao sujeito político trágico.

O campo do Direito constitui-se por uma contradição fundante: por um lado, o sistema judiciário deve encontrar o responsável pelo crime ou pela infração e puni-lo; por outro lado, a defesa jurídica procura atenuar sua culpa pelo argumento da múltipla determinação como móvel da ação: foi a paixão<sup>43</sup> que o cegou, foi a ignorância, foi a fome. Quando se suprime o estado de Direito, no entanto, todos os cidadãos que se oponham ao regime político ditatorial são culpados, sem defesa ou atenuantes.

Acima dos códigos, leis, constituições e acordos, funciona uma **ética**<sup>44</sup> que dá legitimidade ao poder do Estado sobre os cidadãos considerados individualmente,

---

<sup>42</sup> A categoria **forma-sujeito** é proposta por Pêcheux (1995: 77) e Courtine (1981: 36) e retomada por Indursky, F. (1997: 38). Retomaremos este ponto no capítulo 10.

<sup>43</sup> Ver in Saint-Pierre (2004) a discussão sobre os dois tipos ideais de eticidade propostos por Max Weber na ação política e, especificamente, na ação revolucionária: a “ética da convicção” (guiada pela paixão) e a “ética da responsabilidade” (guiada pela estratégia). Para Saint-Pierre, não há ação realmente política se não for pautada pelas duas éticas. (op. cit.:140)

<sup>44</sup> O termo “ética” vem de “éthos” - “os costume” em grego. O conceito de ética é muito vago pois foi se modificando ao longo da História da Filosofia. Para um breve esboço dessas modificações, ver Novaes,

subjetivamente. Essa **Ética de Estado**, com sua fundamentação jurídico-racionalista,<sup>45</sup> universalizante e religiosa<sup>46</sup>, pretende sobrepor-se a qualquer outra ética e possibilita a interdição de sentidos outros (os da resistência, por exemplo) pela violência implícita ou explícita.<sup>47</sup>

O interdito funciona no mesmo lugar em que funciona o jurídico, submetendo o indivíduo ao poder do Estado. Se está na lei, tem de ser cumprido, mesmo que imoral ou amoral, injusto ou estúpido. Não cumprir a lei, mesmo que seja um Ato Institucional 1, 2, 3, 4 ou 5, implica castigo, não importando se o descumprimento se dá em nome de valores outros, filiados a outra ética onde circulam certos sentidos de democracia, liberdade ou justiça.

Acontece que, por conta de uma muito comum desconformidade entre a ética da lei do Estado e **outras éticas**, também impositivas por força do costume e da tradição, o sujeito é preso na armadilha cruel da **contradição**. E se a coisa ficasse somente nos considerandos, vá lá. As conseqüências seriam apenas noites mal dormidas, angústia e ansiedade, um pouco de loucura talvez. Seria apenas ser assombrado por um espectro e ficar questionando ad aeternum a justeza do ser ou do não ser. O diabo é que a força da ética reside justamente em instar à ação (junto com aquelas outras forças da psique, das

---

Adauto (1992). O que interessa aqui é procurar entender o conceito sob uma perspectiva discursiva, isto é, procurar ver a ética como uma injunção à ação, articulada por pré-construídos que dominam a formação discursiva onde se inscreve o sujeito.

<sup>45</sup> Hegel, G.W.F. (1994) : (...) *no Estado, compreendido como a objetividade do conceito de razão, a imputação judicial não tem de parar diante do que alguém tem por adequado ou não à sua razão, diante do discernimento subjetivo da licitude ou ilicitude, do bem e do mal, e das exigências que ele põe à satisfação da sua convicção. Nesse campo objetivo vale o direito ao discernimento enquanto discernimento do legal ou ilegal como direito vigente, e o discernimento restringe-se à sua significação mais próxima, ao conhecimento enquanto familiaridade com o que é legal e, nesta medida, obrigatório. Mediante a publicidade das leis e mediante os costumes universais o Estado tira do direito ao discernimento o lado formal e a contingência que esse direito ainda tem para o sujeito na base daquele ponto de vista [moral]. O direito do sujeito a conhecer a ação na determinação do bem e do mal, do legal e do ilegal, tem a conseqüência de atenuar ou suprimir, também a esse respeito, a imputabilidade de crianças, débeis mentais e loucos. Não é possível, contudo, fixar um limite determinado para esses casos e para sua imputabilidade.* (grifo meu)

<sup>46</sup> Bornheim, Gerd (2002: 247): (...) *toda a norma pretende instituir-se enquanto exigência universal – a universalidade pertence ao próprio estatuto originário da norma; sem a possibilidade de definir-se como universal desvanece o próprio projeto da normatividade. Daí conseguir a norma fixar-se com certa estabilidade, como se o seu reino transcendesse as limitações históricas do espaço e do tempo. Compreende-se, por aí, que até mesmo em suas origens a questão do estabelecimento da norma enrede-se imediatamente não apenas no problema de sua fundamentação, mas, desde logo, também na resposta que se empreste a tal fundamentação – e já no ato inaugural o fundamento reside no elemento divino. Digamos, então, que o universal abstrato que define toda formulação do dever-ser da norma encontra o seu respaldo universal concreto que é a própria realidade divina.* (grifos meus)

<sup>47</sup> Para a violência como constitutiva do Estado, ver Pinheiro, Paulo Sérgio. (1992)

quais, já dissemos, não cabe tratar aqui). E ali vai Antígona, entre seus carcereiros, aos porões sombrios do DOI-CODI. Aceitar o édito real, embora não concordando com ele, é expor a consciência ao sofrimento atroz de uma covardia. Opor-se ao édito real é expor o corpo físico à insegurança e à morte. **Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.**<sup>48</sup>

É nesse terreno da contradição que se instaura o **político** enquanto funcionamento discursivo. Instaura-se através de todas as práticas simbólicas, mudas ou loquazes, no processo histórico de fazer prevalecer uma determinada ética sobre as demais, determinados sentidos sobre os demais.

Tomando Rancière e sua noção de política como atividade que se dá por uma situação de desentendimento (a qual é, em última instância, uma situação de polissemia)<sup>49</sup>, Guimarães, E. (2002: 17) define o político como **divisão**: *O político é a afirmação da igualdade, do pertencimento do povo ao povo, em conflito com a divisão desigual do real, para redividi-lo, para refazê-lo incessantemente em nome do pertencimento de todos no todos.*

Corten (1999), citando Schmitt (1972),<sup>50</sup> define o político como *uma construção da realidade a partir da qual (no limite) se estabelece a ‘discriminação’ entre amigos e inimigos.* Essa interpretação, assim como a de Guimarães, é bastante produtiva para a AD pois, numa teoria materialista da linguagem, o que se põe em destaque é o estatuto da **política** na sua relação com o simbólico, **sendo a política uma prática inerente à luta de classes.** Reconhecer, nesse quadro teórico, a existência da política é reconhecer a existência

<sup>48</sup> Esse enunciado é um provérbio, título do texto do dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho (Vianinha) e do poeta Ferreira Gullar, encenado pela primeira vez em 1966, no teatro Opinião. A farsa musical tem como tema a reforma agrária e a saga nordestina. O sentido de “bicho” no provérbio é opacificado e, portanto, aberto a múltiplas interpretações. Na s.e. 127 aparece explicitado: *Daí decorre o grande drama contra o que trabalha: “se correr o bicho pega – se ficar o bicho come”. Este “bicho” é ocasionado pela falta de segurança para aquele que trabalha. Começa então o grande cerco, ameaça de desemprego (...)* (132 – 331 – s.e. 127). Qualquer que seja a prótase: X ou ãX, a apódose é a mesma – “pega” e “come” estão em relação parafrástica.

<sup>49</sup> *Por desentendimento entenderemos um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura.* (op. cit: 11)

<sup>50</sup> Schmitt, Carl – *La Notion du Politique; théorie du partisan.* Paris, Calmann-Lévy, (1972:66-67) : *A distinção específica do político, à qual se podem reduzir os atos e as motivações políticas, é a discriminação do amigo e do inimigo. (...)Na situação extrema, em que há conflito agudo, a decisão cabe apenas aos adversários envolvidos; cada um deles, principalmente, é o único a poder decidir se a alteridade do estrangeiro representa, na concretude de tal caso de conflito, a negação de sua própria forma de existência*

da luta de classe como constitutiva da história e dos sentidos, constitutiva do político, portanto.

M. Pêcheux (1995) distingue dois tipos de *práticas políticas*: a **identificação** (Erfahrung) e a **experimentação** (Experiment) - **prática** sendo tomada no sentido materialista do termo. Este último tipo é inerente à luta de classes, que advém da tomada de posição do proletariado contra a burguesia e que se “resume”, discursivamente, na luta pelos sentidos. A experimentação é, assim, a prática política do proletariado que desloca os sentidos da classe dominante (a burguesia), instaurando novos sentidos e permite a transformação na história. O autor cita Althusser:

*As realidades da luta de classes são “representadas” por “idéias” que são representadas por palavras. Nos raciocínios científicos e filosóficos, as palavras (conceitos, categorias) são “instrumentos do conhecimento”. Mas na luta política, ideológica e filosófica, as palavras são também armas, explosivos, ou ainda calmantes e venenos. Toda a luta de classes pode, às vezes, ser resumida na luta por uma palavra, contra uma outra. Algumas palavras lutam entre si como inimigas. Outras são o lugar de um equívoco: a meta de uma batalha decisiva, porém indecisa. (op.cit., p. 210)*

Já a prática política da classe dominante (burguesia) se dá pela identificação (Erfahrung), ou seja, o sujeito reconhece e assume uma identidade já dada, e desconhece as suas determinações, bem como assume sentidos estabilizados numa certa formação discursiva como seus. Essa identificação, que pressupõe uma assunção de responsabilidade perante o dizer, caracteriza o **sujeito jurídico**, a forma-sujeito com sua **liberdade, responsabilidade e imputabilidade** funcionando como efeitos discursivos. Vejamos como esses processos de subjetivação aparecem em Pêcheux (1995: 205):

*Pelo termo Erfahrung, já designamos (...) o efeito de desconhecimento-reconhecimento ligado à identificação do sujeito com o Sujeito, com outro sujeito e consigo mesmo. Dizer que a forma empírica e espontânea da prática política, antes*

---

*e, portanto, se os fins da defesa ou do combate devem preservar o modo peculiar, em conformidade com seu*

*da aparição do marxismo-leninismo, é a Erfahrung é dizer que a forma dessa prática não é outra senão a da forma-sujeito com a série de seus efeitos, incluindo-se, na esfera do “discurso”, a responsabilidade e a imputabilidade associadas à liberdade do sujeito (...)*

Neste trabalho, proponho que se considere, na constituição do sujeito, **o político**, que será tomado como próprio do **funcionamento da língua** e a partir de uma das práticas constitutivas dos sujeitos: a prática da política. O sujeito assim constituído é o **sujeito político**, filiado a essas ou àquelas redes de sentidos. E é pela “luta política” entre sentidos (processo polissêmico) que se pode determinar as **posições-sujeito** numa Formação Discursiva. Conforme Orlandi, E. (1988:22):

*Os sentidos podem ser outros (...) mas há sempre determinação histórica. As formações discursivas têm o político como constitutivo. As posições do sujeito são sempre intercambiáveis mas uma posição-sujeito “x” e uma posição-sujeito “y” não se equivalem, os sentidos não são os mesmos.*

Assim, se na teoria do discurso que se considera aqui, os sentidos são produto da história sobre o simbólico e a história é a luta de classes que não cessa, constituindo a política e os sentidos do político, podemos concluir que essa luta simbólica constitui o sujeito como um **sujeito político** que se materializa na enunciação, nos processos de designação, na temporalidade, no acontecimento.

Pêcheux (1982:17) aponta, marcas enunciativas de **resistência e revolta** que produzem os sentidos do discurso revolucionário, aquele que, politicamente, instaura sentidos de formações discursivas não-dominantes numa formação social:

*(...) toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se incubam sob a dominação ideológica.*

---

*ser, segundo o qual ele vive.*

*As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo; **falar quando se exige silêncio**; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...*

*E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso da dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior do sem-sentido. (o grifo é meu)*

Falar o interdito, portanto, é uma das marcas da resistência, do **sujeito político revolucionário**, aquele que desafia o édito real da interdição da prática política de oposição.

De conformidade ou não com o édito real, o discurso sempre estará fazendo prevalecer uns sentidos e não outros, dando uma **direção ao dizer**, num **funcionamento argumentativo discursivo**.

Assim também, podemos dizer que o que caracteriza o simbólico (em todas as linguagens) é a sua **argumentatividade discursiva**, isto é, a qualidade de constituir o político, a luta (histórica e não subjetiva) pela **diretividade dos sentidos**, que, sabemos, funciona no terreno escorregadio da **contradição**. Logo abaixo tratarei da categoria pragmática da argumentatividade e dos deslocamentos necessários para servir aos objetivos da análise discursiva.

No nível da **enunciação discursiva**, a estrutura do condicional hipotético e de suas paráfrases torna possível o sujeito se inscrever num lugar de significação futuro, a partir do qual ele reinterpreta o presente, num movimento transformador, de ruptura, **projetando modificações no “status quo”**. Ou então, no caso do discurso repressor do poder estabelecido, possibilita a defesa de significações estabelecidas, num movimento conservador, fazendo ameaças. A enunciação do condicional articula os sentidos do político, portanto.

Ora, se o funcionamento das seqüências enunciativo-discursivas permite, pela AD, um lugar de identificação, o condicional hipotético e suas paráfrases, nas seqüências,

constituem posições sujeito, constituem o sujeito político sustentado pela argumentatividade discursiva.

Vê-se então que, ao se focar o político no seu funcionamento discursivo, abre-se caminho para se interpretar a tensão que se cria na articulação dos sentidos através da língua, **deslocam-se categorias** utilizadas em procedimentos analíticos dentro da longa tradição da teorias pragmáticas, as quais postulam para um sujeito enunciador uma intenção de comunicação e, especificamente, uma intenção argumentativa de persuasão.

Os conceitos de **argumentação, persuasão, convencimento (e demonstração)** merecem, assim, alguns comentários, primeiramente por seu peso sobre as teorias que tomam como objeto a linguagem em seu funcionamento político, o que pressupõe uma tensão constante entre sentidos contraditórios. Em segundo lugar, porque sustentam certas seqüências enunciativas, no corpus deste trabalho, **pré-construídos** que põem em circulação a uma memória “retórica”, evidenciada pela crença racionalista na eficácia da razão sobre a ação.

Esses pré-construídos circulam no interdiscurso de uma **formação discursiva racionalista**. O pré-construído racionalista “Toda ação política é informada pela razão/consciência” articula seqüências enunciativas tais como:

A atividade de agitação e propaganda clandestina (...) é por si só insuficiente para conduzir as massas à luta. Não basta despertar as massas para um determinado problema de seu interesse. É necessário realizar um trabalho de agitação e propaganda em profundidade, no sentido de educar as massas politicamente, pois **só quando elas adquirem a consciencia [sic] de classe sentirão a necessidade de se organizarem e se lançarão à luta.** (19 – 869) (s.e. 301)

O ritmo de crescimento da Base da emprêsa depende fundamentalmente: - de sua capacidade de aplicar o método da direção coletiva e de incorporar todos os companheiros à atividade política; - **de convencer os militantes** da necessidade e da importância do estudo da teoria revolucionária, da linha política do Partido e da realidade brasileira; - de compreender a necessidade da renovação do Partido e planificar o recrutamento, concentrando-o nas seções fundamentais da emprêsa; - de romper com os métodos rotineiros, com a passividade e o comodismo, e encontrar novos métodos de trabalho de acordo com a necessidade e a realidade concreta. (26 – 869) (s.e. 313)

(...) pois sabemos que **sem teoria revolucionária, sem estudo, sem quadros dirigentes política e ideologicamente capacitados**, não poderemos desempenhar na prática o papel de vanguarda, o papel de dirigente político da classe operária e das grandes massas de nosso povo. (16 – 869) (s.e. 296)

Não acredito que o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos êsses problemas. **As idéias é que desempenharão o papel decisivo. E sòmente elas encontrarão eco.** (933 – 698) (s.e. 250)

Este recorte apresenta as três primeiras seqüências com o funcionamento condicional (s.e. 301, 313 e 296) e que podem ser assim parafraseadas:

- s.e. 301 – se as massas adquirirem consciência** de classe  
**então as massas lutarão**
- s.e. 313 – se se aplicar** o método da direção coletiva  
**se se incorporarem** todos os companheiros à luta  
**se se convencerem** os militantes da necessidade da teoria  
**se se compreender** a necessidade de renovação  
**se se planificar** o recrutamento  
**se se romper** com os métodos rotineiros  
**se se encontrarem** novos métodos de trabalho  
**então a Base crescerá** na empresa
- s.e. 296 – se não houver teoria**  
**se não houver estudo**  
**se não houver capacitação** de quadros  
**então não haverá direção política** para as massas.

Procurando não adiantar muito as análises que virão nos próximos capítulos e que irão mostrar o funcionamento do futuro utópico e do condicional hipotético, observe-se que são aqueles pré-construídos racionalistas, mencionados acima, que sustentam a projeção de um futuro utópico onde haverá: “a luta das massas, politicamente guiadas, e o crescimento

da Base na empresa”, estando essa projeção em relação com suas condições políticas de realização, introduzidas por “se”.

A utopia revolucionária é ainda sustentada por esses pré-construídos racionalistas mesmo quando não se atualiza em estrutura condicional, como acontece **na s.e. 250**: somente as idéias (que resumem: estudo, teoria, método, consciência, etc.) terão eficácia no movimento revolucionário.

Para Perelman & Olbrechts-Tyteca (1992:16), **argumentar** é um processo que *visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*. Isto é, pressupõe a interação e o compartilhamento de crenças, verdades aceitas, entre os interlocutores. Argumentar, na tradição da Retórica, no entanto, não é apenas juntar e apresentar provas, argumentos, com o intuito de **convencer** o interlocutor das razões do orador. Argumentar pode ter também o sentido de **persuadi-lo** a agir em determinada direção.

Na tradição retórica, tentar **convencer** é um processo que envolve um interlocutor universal e apela apenas aos mecanismos da razão. Sob o ponto de vista histórico e discurso, no entanto, não há um interlocutor (auditório) universal. O que há é a universalidade como **efeito de sentido**. Sob esse ponto de vista, portanto não há convencimento universal.

Já **persuadir**, na mesma tradição retórica, envolve um interlocutor particular e usa de provas não necessariamente apenas racionais. Sob o ponto de vista discursivo entra em cena o jogo imaginário da situação de interlocução, ou seja, das condições de produção imediatas do discurso.

Podemos ser convencidos argumentativamente de que o regime de governo vigente é opressor, cruel e que deve ser derrubado e, mesmo assim, continuar protegidos em casa, assistindo ao Fantástico e às partidas dos campeonatos de futebol, ao invés de sermos persuadidos a ir às reuniões secretas do sindicato ou do partido político de oposição clandestina ou então a saquear supermercados e atirar bombas em prédios públicos. Isso porque, para que haja a persuasão à ação é preciso que haja a paixão (*pathos*), a sucumbência ao desejo do argumentador. Assim, forças psíquicas, ideologicamente orientadas, podem impedir o processo revolucionário. A persuasão está no campo da

subjetividade, portanto, naquele terreno em que o desejo da ação revolucionária pode ser mais forte que o medo da dor física e da morte.

Desse modo, apenas somos persuadidos, argumentativamente, a agir da maneira como já desejávamos agir. Há momentos, porém, em que podemos ser coagidos a agir em determinada direção sem, contudo, estarmos convencidos das razões disso. Como sob tortura.

Perelman & Tyteca, seguindo a tradição aristotélica, propõem que não se estabeleçam limites rígidos entre a **convicção** e a **persuasão**. Um ou outro fenômenos, ou ambos simultaneamente, poderão ocorrer dependendo da situação de interlocução, isto é, da adesão do espírito do auditório (universal ou particular) ao processo da argumentação.

Discursivamente apenas interessa essa “situação de interlocução”, na medida em que ela funciona como **condição de produção situacional**, imediata, do discurso. No caso do anexo 455<sup>51</sup>, o fato de o enunciador preso político negar a tortura e exaltar o regime militar não tem nada a ver com “adesão do espírito” num processo interacional de argumentação, mas tem a ver com coação, violência física.<sup>52</sup> O que mais chama a atenção na leitura desse anexo é que o texto está contido em um arquivo e entra em contradição com ele. Essa presença estranha, dissonante, é, ela mesma, marca da contradição, além das outras marcas do discurso outro, imposto sobre o discurso do mesmo.

Se na tradição da retórica “*argumentar é apresentar algo, que não é linguagem, como razão para se aceitar alguma outra coisa, que também não é linguagem*”<sup>53</sup>, trata-se aqui de considerar, como Guimarães (1995:79), a argumentação como produzida pela interdiscursividade. Conforme o autor:

*A diretividade da enunciação, própria da orientação argumentativa, se sustenta no já-dito do interdiscurso que movimenta a língua. O interdiscurso, o externo à língua nesta posição que adoto, é que movimenta a língua, que a põe em funcionamento.*

---

<sup>51</sup> Ver s.e. 184 e s.e. 185 no Apêndice

<sup>52</sup> Vide indícios de coação para esse anexo 455 em análise no capítulo 9 deste trabalho.

<sup>53</sup> idem, ibidem

Com relação à diretividade argumentativa no funcionamento do condicional hipotético, com o qual trabalhamos nesta pesquisa, aceitamos, como Guimarães, que ela é produzida articulada pelo interdiscurso e que cria uma *ilusão de unicidade*<sup>54</sup> para o texto, como se apenas uma conseqüência para a prótase do enunciado pudesse ser admitida – aquela presente na apódose. Assim, no acontecimento da linguagem, a temporalidade, a projeção de futuro que marca a estrutura condicional subjetiva um sujeito político comprometido com posições e seus desdobramentos interdiscursivamente articulados.

Para Ducrot, O (1990), **argumentar** opõe-se a **convencer** e **persuadir** no sentido em que argumentar é um ato ilocutório (centrado no orador) e convencer e persuadir são atos perlocutórios (centrados no auditório). No entanto, não será a noção de argumentação que interessará ao autor mas sim a de **argumentatividade**, uma noção que não concerne diretamente ao ato de argumentar mas à caracterização semântica do enunciado. Argumentatividade é, para Ducrot, uma **propriedade enunciativa** de apresentação de **pontos de vista** (aos quais o autor chamará de **enunciadores**, numa perspectiva polifônica da linguagem), levando o interlocutor a determinadas conclusões. Para ele, o sentido de um enunciado consiste nessa apresentação:

*(...) o sentido de um enunciado consiste antes de tudo na apresentação (ou mise en scène) de diferentes pontos de vista. Esses pontos de vista, cuja origem, segundo minha terminologia, são os “enunciadores”, não são necessariamente atribuídos ao locutor*

*(...) Dizer que um ponto de vista é **argumentativo** é dizer que ele caracteriza a situação na qual ele é o tema do enunciado permitindo uma certa conclusão em virtude de um lugar comum (a que eu chamo de **topos**<sup>55</sup>). (op. cit., p. 03 – a tradução e os grifos são meus)*

---

<sup>54</sup> A diretividade dada como única pela argumentatividade é o efeito de construção da ilusão de unidade do texto. É parte, direi, do aparato de construção da unidade; é marca do lugar do autor que funciona como se pudesse excluir outras direções para a progressão textual que não a dada pela orientação argumentativa. É o interdiscurso suturado como efeito de textualidade. (op. cit.: 79)

<sup>55</sup> Sobre a teoria dos topoi, Negroni, M.M.Garcia (1998: 32) aponta que “O Ducrot atribuye tres características principales al topos: la universalidad, la generalidad y la gradualidad. Por universalidad debe

Dessa maneira, o sentido de um enunciado complexo é dado pela relação que há entre os dois enunciados (E1 e E2) que o compõem. A **argumentatividade, portanto, é dada pela língua.**

Temos, então, dois sentidos para **argumentatividade** – o primeiro, da tradição da Retórica e da Pragmática, diz respeito a uma **propriedade textual** e o segundo, tal como propõe Ducrot, diz respeito a uma **propriedade enunciativa**.

Ora, para o dispositivo teórico-metodológico da AD, essa categoria da argumentatividade vai ser produtiva apenas como reveladora de um movimento de construção de sentidos pela língua atravessada pela história, isto é, pela língua construindo ideologicamente sentidos contraditórios sustentados por práticas políticas ora de identificação, conservadoras em relação ao sistema, ora de experimentação, de subversão do status quo.

Será produtiva essa categoria na análise do condicional hipotético apenas se pudermos perceber, por seu funcionamento discursivo da temporalidade, o apagamento de uma diretividade alternativa, disjuntiva, para o dizer subversivo.

---

comprenderse que el topos es presentado como aceptado por una colectividad lingüística (...) La segunda característica del topos es que se trata de un principio general. Con esto se quiere decir que el principio utilizado para argumentar es presentado como válido no sólo en la situación a la que se lo aplica, sino también en una infinidad de situaciones análogas. (...) la tercera característica definitoria del topos es su gradualidad (...) los topoi ponen en relación dos predicados graduales, es decir dos “escalas argumentativas”, y la relación que une esos dos predicados tópicos dentro del topos es, a sua vez, gradual.”

## 5. O DESEJO E A UTOPIA - O FUTURO SONHADO

A bandeira acredita que a semente seja tanta  
 Que essa mesa seja farta, que essa casa seja santa  
 Que o perdão seja sagrado, que a fé seja infinita  
 Que o homem seja livre, que a justiça sobreviva  
 (Bandeira do Divino – Ivan Lins – Vítor Martins)

(...) esse dia há de vir antes do que você pensa.  
 (Apesar de Você – Chico B. de Hollanda – 1970)

Eu o desejo mais que o espero.  
 (Thomas Morus – A Utopia)

Michel Pêcheux (1980), ao examinar a questão histórica das revoluções, coloca a ideologia e o desejo afetando a língua, e o condicional hipotético como uma das marcas discursivas desse processo:

*Assim, a questão histórica das revoluções concerne por diversas vias ao contato entre o visível e o invisível, entre o existente e o alhures, o não-realizado ou o impossível, entre o presente e as diferentes modalidades da ausência. Não seria o caso de designar ao mesmo tempo como esta questão, onde o real vem se afrontar com o imaginário, diz respeito também à linguagem, na medida em que ela especifica a existência do simbólico para o animal humano?*

*A existência do invisível e da ausência está estruturalmente inscrita nas formas lingüísticas da negação, do **hipotético**, das diferentes modalidades que expressam um “**desejo**” (...) Através das estruturas que lhe são próprias, toda língua está necessariamente em relação com o “não está”, o “não está mais”, o “ainda não*

*está” e o “nunca estará” da percepção imediata: nela se inscreve assim a eficácia omni-histórica da ideologia (...). (op. cit., p. 8 – grifos meus)*

É constitutivo do ser humano desejar o que lhe falta e o que nunca possuirá – o Outro. Nessa **alteridade** ele se constitui. No começo todo mundo deseja o seio da mamãe e, depois, o céu e as estrelas. Deseja-se, sobretudo, o paraíso perdido. A terra da justiça, da paz, da fartura, do leite e do mel. Desejam-se coisas contraditórias e inatingíveis ao mesmo tempo, como a liberdade e a fraternidade, e coisas intrinsecamente impossíveis dentro de todas as lógicas, como a igualdade dos desiguais. Deseja-se tirar o bode de dentro da sala, tanto quando se intenta derrubar um regime político. Quando o desejo é colocado no nível do social, então ele pode se tornar **utopia**.

Hanns, L. A (1999) desenvolve sua tese de doutorado sobre a **teoria pulsional** de Freud, com as duas **pulsões** (Triebe) primordiais: de vida (Eros) e de morte (Tanatos). O autor procura abordar os conceitos freudianos sob a perspectiva semântica, examinando o seu funcionamento no desenvolvimento da teoria, desde 1895 até 1937. Preocupam a Hanns os deslizamentos de sentido provocados pelas traduções do alemão para as demais línguas e a própria necessidade de se diferenciar o uso comum da palavra da sua aplicação teórica. Um dos conceitos tratados é o de **Desejo** (Wünsch) que, tanto num processo psíquico mais primário (sem simbolização) como no processo secundário (com simbolização), é sempre o desejo do **Outro**. Na infundável busca do objeto do desejo, *o sujeito passa a utilizar as noções de tempo, de espaço e de causalidade* (p.104 – grifo meu).

Interessa particularmente a este trabalho a parte III: A pulsão da psique: das imagens aos pensamentos, onde o autor apresenta o percurso pulsional na teoria freudiana:

*Pode-se conceber o percurso pulsional como uma seqüência de **justaposições**: na progressão do patamar corpóreo-somático em direção aos planos das mais complexas abstrações se mantêm acesos e **interligados** os três níveis (**somático, primário e secundário**), alimentando-se mutuamente e organizando-se em cada esfera de maneira própria. (op. cit.: 102 – grifos meus) (...) Vemos, portanto, que toda esta seqüência descrita ao longo do capítulo emana do corpóreo e visceral para um desejo que se situa ainda na ordem da necessidade urgente (**processo primário**) e depois desemboca num desejo mais abstrato, fantasioso e retardável e*

*operável pelo pensar (processo secundário). Note-se que, em diversos estados, esses patamares se interpenetram. (...) ao alçarem-se a partir de uma base arcaica e imagética, onde predominam os traços mnemônicos, ao patamar dos **pensamentos complexos e verbais**, as pulsões passam a sofrer determinações de sistemas mais impregnados de cognição. O desejo se pautará então também pelo **princípio de realidade** (senão não seria desejo, mas sim alucinação) e pelas memórias de conexões de prazer e desprazer (op. cit.: 109 – grifos meus)*

Essa longa e um tanto prolixa citação está aqui colocada para que se destaque um ponto crucial: tanto na prática teórica ou argumentativa, como na prática violenta da política (com ou sem palavras), está sempre presente o **desejo**, que, como já se disse, é o desejo do que não há. Aí pode-se situar a **utopia**.

É interessante também, para o meu trabalho, um trecho do final do livro de Hanns (1999):

*O percurso do Trieb [pulsões] na teoria psicanalítica transita por diversas instâncias. Abrange a totalidade dum corpo integrado, inclui a síntese de pulsões parciais, bem como o amalgamento de **pulsões contraditórias entre si**, e implica uma **circulação simbolizada**. Quando Freud considera aspectos econômicos, dinâmicos e tópicos, ele o faz em conexão com especificidades da história individual do paciente, bem como **questões amplas da cultura** (valores morais, hábitos, etc.) (p. 189 – todos os grifos são meus).*

Aí quero destacar alguns pontos. Quando se diz *uma circulação simbolizada*, a questão das pulsões vem, por extensão, para o campo da língua e do discurso enquanto campo de simbolização – um discurso que está sempre no jogo da **contradição**. E vemos essa contradição não apenas no nível da ideologia, como temos visto até agora, mas também no nível da psique. Veja-se também que o foco psicanalítico, nessa citação, extrapola o indivíduo e vem para *questões amplas da cultura*. E pergunto, por que não considerar aí a **ideologia**, num movimento de expansão do escopo psicanalítico? Melhor, acredito, seja inverter a perspectiva e perceber que estamos então lançando mão da

possibilidade de trabalhar a teoria do discurso em conjunto com a lingüística e o materialismo histórico, **articulados pela psicanálise**, como já está colocado na formulação da AD e está explicitado em Pêcheux e Fuchs (1997) <sup>56</sup>.

O corpus do BNM é repleto de estruturas verbais onde se lê o **desejo utópico**, mesmo fora de estruturas do condicional hipotético. São estruturas sintáticas geralmente trazendo verbos no **futuro do presente do modo indicativo**, embora outros tempos verbais e mesmo a ausência de verbo, possam aparecer em enunciados com **funcionamento utópico**. São enunciados que projetam um futuro onde coisas desejáveis estarão ocorrendo, com **maior ou menor probabilidade** de isso efetivamente se realizar.

A questão do futuro traz em seu bojo a questão da temporalidade. Quero colocar-me aqui na posição teórica de Eduardo Guimarães (2002:12), para quem *o acontecimento instala sua própria temporalidade*. Sob essa perspectiva, *o sujeito é tomado pela temporalidade do acontecimento*.

Para Guimarães, sentido e temporalidade são representações imbricadas, não há sentido sem temporalidade:

*E o que é essa temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. (...) Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. (...) Esse passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações.*

Assim, no momento em que nossas análises requerem uma noção teórica de futuro, ou de “futuridade”, vamos nos socorrer dessa concepção semântico-enunciativa da temporalidade. Para Guimarães, *o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação*. (idem ibidem)

---

<sup>56</sup> Convém explicitar ainda que essas três regiões são, de certo modo, **atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica)**. (p. 164 – grifos meus)

O autor vê esse momento do acontecimento como único e irrepitível, eu diria como um “kairós”. Esse conceito, segundo Gabaude (1989: 101) é um “umbral crucial”,

*um conceito do pensamento antigo (...) que designa um momento crucial, investido de passado e prometendo futurição, momento ideal, mas sempre original e único, de equilíbrio meta-estável, que um quase-nada acaba de determinar como determinante. Momento único por excelência e irreversível, momento antes do qual nada está consumado e após o qual o evento fixa-se como passado.*

O futuro utópico que nos interessa neste trabalho é o futuro que é investido de memória, investido do interdiscurso, mas que traz uma negação implícita: o que virá a ser ainda não é. Um futuro que constitui o sujeito – o sujeito é pego na projeção imaginária de um futuro, que é projeção do desejo. Esse futuro é o que dá sentido ao condicional hipotético (do qual nos ocuparemos nos capítulos 6 e 8), no qual ele aparece como apódose, conseqüente.

Essa projeção de futuro deve ser articulada com a diretividade argumentativa, com a argumentatividade na linguagem, no sentido de divisão de sentidos, conforme já colocamos no capítulo anterior. Nesse sentido, no enunciado condicional hipotético utópico, a argumentatividade projeta um futuro utópico a partir de um futuro hipotético (“se lutarmos, venceremos”) pela simulação da relação lógica de implicação entre prótase e apódose do enunciado condicional, constituindo posições-sujeito.

Quando falamos de **futuro utópico** estamos fazendo sobrepor-se duas categorias semânticas: a de tempo e a de espaço. O que articula essa sobreposição é a negação implícita que traz o tempo verbal futuro: a projeção de situações imaginárias que ainda não há, nem no tempo, nem no espaço.

Desde Tomás Moro, o lugar desejado, do sonho, lugar ideal, chama-se Utopia <sup>57</sup>. Aquela uma Utopia bem fascista, diga-se de passagem, como a República de Platão e outras

---

<sup>57</sup> A etimologia da palavra “utopia” é controversa. Baldini (1974) desenvolve um estudo semântico-filológico sobre os termos “utopia” e “ideologia”. No capítulo I, o autor se propõe a examinar **os significados de “utopia”**. Parte do princípio que, tanto na linguagem coloquial como no campo da teoria política, da literatura e da filosofia, reina um “caos semântico” em torno do termo e do conceito. O termo, do grego, pode

tantas sociedades utópicas ficcionalmente projetadas.<sup>58</sup> Os socialistas utópicos do século XIX<sup>59</sup> sonharam uma sociedade onde a exploração abjeta do trabalho pelo sistema capitalista fosse menos abjeta.

Marx e Engels criticam o **socialismo utópico** que, pelo

*(...) desconhecimento das condições reais da classe operária, da importância da luta de classes e da inevitabilidade da revolução, pretendia modificar, por meios pacíficos e, portanto, inadequados, as estruturas sociais, econômicas e políticas da sociedade capitalista.*<sup>60</sup>

A esse socialismo utópico, Marx e Engels opõem o **socialismo científico**. Porém já não se trata mais apenas de sonhar, mas de buscar meios para realizar o sonho<sup>61</sup>. Na avaliação de Szacki (1972: 101):

*A obra de Marx foi a busca de uma ponte entre a utopia e a política; entre a utopia como visão da sociedade ideal e a política como a capacidade de direção das forças atuantes na sociedade existente. A passagem da realidade ao ideal parecia ser possível, ainda que a oposição entre os dois continuasse a ser vista como absoluta.* (o grifo é meu)

As **utopias**, científicas ou não, são o imaginário projetando o **futuro**, uma certa instância das ideologias, uma vez que, enquanto “**distopias**”, passam de subversivas a reacionárias:

---

tanto ser interpretado como “não-lugar” (o “u” inicial sendo um contração de “ou” – um erro, porque “não” em grego deveria ser “a”), como “lugar perfeito” (o “u” inicial sendo contração de “eu”). (p. 4 - 7)

<sup>58</sup> Ver a extensa produção literária sobre sociedades utópicas em Doeuff, M. Le (1990: 2686-2687), Freitas, M. da Costa (s/d: 365-369) e Szacki, J. (1972).

<sup>59</sup> São considerados socialistas utópicos: Claude Saint-Simon (1760-1825), Charles Fourier (1772-1837), Louis Blanc (1811-1882), Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865), Robert Owen (1773-1858)

<sup>60</sup> Freitas, M. da Costa (s/d: 367)

<sup>61</sup> Doeuff, M. de (1990: 2687): *L’utopie est toujours porteuse de désirs ou d’espérances, elle est, comme dit Kant, “ce qu’il est doux d’imaginer” (“Conflit des facultés” sect 2, par. 9, note), mais elle fonde aussi toujours rationnellement la légitimité de ces espérances, et réfléchit un mode d’organisation sociale cohérente, où ces désirs puissent se concrétiser.*

*(...) apesar de constituir a réplica mais radical à função conservadora e integrista das ideologias, não raro, como a história demonstra, as formas utópicas degradam-se em outras tantas ideologias, em outras tantas lógicas de pensamento a serviço dos poderes constituídos (distopias).*<sup>62</sup>

Temos assim, no funcionamento do desejo, as utopias fascistas, libertinas, cristãs, socialistas, pandemônicas. Há também **utopias negativas**, quando tudo, absolutamente tudo vai dar errado e o mundo será pura desgraça.<sup>63</sup>

No nosso corpus, o arquivo BNM, vemos a utopia sendo construída pelo funcionamento do condicional hipotético e, geralmente, uma utopia **positiva** pois projeta um futuro desejável porque satisfatório. Essa utopia ocupa o lugar ideológico às vezes do socialismo cristão ou ateu, às vezes do comunismo, às vezes da chamada democracia e, nesse caso, um lugar não-lugar, impalpável, porque de sentido flutuante – há várias e contrárias democracias circulando no interdiscurso, em diferentes regiões discursivas. Não que os demais lugares sejam unívocos: a utopia do socialismo para os socialistas é o próprio lugar do céu, para o liberais essa utopia é o fim do mundo – dando-se aqui paráfrases para expor uma questão de polissemia. De qualquer maneira, no corpus, o lugar utópico é sempre um lugar diferente daquele do presente – o da ditadura, onde está ausente o estado de direito.

É de interesse para a análise do funcionamento discursivo do **futuro do presente utópico**, apontar para o fato de que os enunciados com esse tempo verbal implicam pressuposicionalmente a negação do seu conteúdo semântico no tempo presente. Por exemplo:

A direção dêste movimento **aparecerá e afirmar-se-á** no de[-] da luta. Um grupo de homens e de mulheres, que podem vir de diferen[-] [-]ões, **destacar-se-á** necessariamente e **se revelará** capaz de le[-] revolucionária a bom têrmo. (1472 – 76 – s.e. 43)

<sup>62</sup> Freitas, M. da Costa (s/d: 370-371)

<sup>63</sup> Szacki (1972) classifica as utopias em utopias de lugar, de tempo, da Ordem Eterna, monásticas, da política e negativas.

Mas além da consciência que a plataforma **irá criar**, [-] **necessário que surjam** líderes, novos líderes, devotados, capacita[-], prontos para a luta, e acima de tudo, uma organização que pos[-] financiar o jornal. (1575 – p. 81 – **s.e. 65**)

Nessas seqüências, o acontecimento enunciativo se dá pela temporalidade: pelo engendramento da noção de tempo futuro utópico através das estruturas da língua: verbos no futuro do presente (inclusive com locução formada pelo auxiliar “ir” – “irá criar”). Dá-se também pela carga semântica dos verbos “aparecer”, “revelar” e “surgir” e pela estrutura injuntiva iniciada por “é necessário”. Essas ocorrências fazem pressupor que nada do que está projetado para o futuro como desejável existe no presente: nem líderes (“direção”) para o movimento revolucionário sonhado, nem organização, nem dinheiro e, nem mesmo, “consciência” política – o fator fundamental para se deflagar qualquer movimento político, conforme sustenta a discursividade que articula essas seqüências enunciativas.

A “plataforma” referida na **s.e. 65** era um projeto da desejada revolução colombiana, a qual, pelo que se vê, sofria das mesmas carências da sonhada revolução brasileira. O que se deu depois, não cabe aqui analisar.

Outros enunciados têm o próprio conteúdo pressuposto interdito. Por exemplo, em

Nós [os estudantes] **percorreremos um caminho** que potência alguma poderá obstruir: **o da Libertação de nossa Pátria** [...] (00509 – 128 – **s.e. 118**)

está pressuposto, pela nominalização “a Libertação de”, que o país não é livre no momento da enunciação - motivo suficiente para que as forças repressivas da ditadura interditassem textos que portassem tal tipo de enunciado.

O efeito de sentido mais contundente do futuro utópico é o **efeito da certeza**. Quando se projeta o futuro utopicamente, ele já está lá, completo, no sonho, sem questionamento. Mas em que ponto do futuro está construída a utopia?

Quero colocar aqui uma hipótese que pode ser levantada a partir da leitura do corpus desta pesquisa: **o sujeito da resistência ao regime militar é atravessado pelos sentidos de duas utopias**, sucessivas no tempo e em relação de causa e consequência. A primeira, e a mais **longínqua – a do lugar ideal**, está articulada pela discursividade moderna que faz circular os sentidos da Justiça, Paz e Prosperidade para todos

igualmente – a que carrega os sentidos idealistas e românticos, da Igualdade, Liberdade, Fraternidade. Esse é o lugar utópico onde **toda a contradição é apagada** – é o lugar onde eleva-se a cidade por onde correm rios de leite e de mel. O lugar onde os problemas se acabam, o guerreiro aposenta suas armas e tudo funciona satisfatoriamente. A cidade onde qualquer possibilidade de revolução estará apagada<sup>64</sup>. Sem dúvida um paradoxo.

A segunda utopia, mais imediata – a da **vitória da Revolução** precede àquela no tempo - na verdade, é a causa eficiente da primeira. No imaginário da discursividade que resiste à opressão da ditadura, um governo revolucionário de inspiração marxista (mais não somente ele, como se verá) poderá transformar em realidade o sonho utópico de um mundo sem chagas. Essa certeza é tão aguda que muitos textos colocam a tomada do poder<sup>65</sup> como **a utopia** – depois da instalação do governo revolucionário, tudo o mais virá por acréscimo, não é preciso nem mencionar.

Tanto a utopia do lugar ideal como a da vitória da revolução são utopias porque projetam, na enunciação atual, cenários, estados de coisas que ainda não existem no real da História, embora existam seus sentidos e **o sentido da certeza** de que o que é projetado vai se realizar, um sentido de fé que atravessa tanto a discursividade dos socialistas utópicos como os científicos.<sup>66</sup>

Com relação à **utopia da vitória da revolução**, ao contrário do que se colocou acima para a utopia ideal, seus referentes não são estáticos. Todos os seus sentidos são sentidos de movimento: de **prática política, de luta, de planejamento de ação**. São os **sentidos da cidade incendiada**: o povo deve tomar consciência da necessidade da luta armada, deve se unir, organizar a luta, derrubar a ditadura, tomar o poder. A paixão na projeção desse futuro revolucionário é tanta que, como já se disse, em muitos textos está funcionando apenas essa discursividade, apagando-se a outra, a do mundo ideal.

<sup>64</sup> Mora, José Ferrater (1975: 862): *El motivo principal de las utopías es, pues, la voluntad de reforma. En este sentido puede decirse que las utopías son revolucionarias, aunque hay que tener en cuenta que la revolución que pretenden introducir en la sociedad está destinada casi siempre a que se constituya una comunidad humana donde no sea ya posible ninguna revolución.* (o grifo é meu)

<sup>65</sup> Mattini (2000: 13-16) ao discutir a relação entre Estado e poder, parte de um ditado popular *El gobierno no es el poder* para discutir a confusão que se instaura sempre em movimentos revolucionários quando segmentos da sociedade se dispõem a “tomar o poder”. Para o autor, *el poder es una relación social. Para ponerle apellido concreto: la mercancía*. Para Mattini, *antes de preguntarse si es conveniente o no “tomar el poder”, habría que pensar que es el poder y si éste resulta “tomable”*.

<sup>66</sup> Freitas, M. da Costa (s/d: 367): *a base da teoria marxista da história é suportada por uma confiança ilimitada, sem qualquer garantia, nas capacidades humanas, por um fé absoluta na onnipotência do homem.*

Se os sentidos da luta (essencialmente **políticos**) por um lado, estão em relação de mútua exclusão com os sentidos da resignação, do oportunismo, do fisiologismo e do medo, negando-os, por outro lado também estão em relação de antagonismo com os sentidos imobilizantes da **utopia**. Assim, vemos um paradoxo quando se fala da “utopia da vitória da revolução” ou quando um intelectual como Szacki (1972: 98 e ss) se propõe a dissertar sobre o tema “**utopias da política**”. Esse paradoxo, na proposta de Marx (como se viu mais acima), será enfrentado com o direcionamento da luta (política) em direção à realização do sonho utópico, dentro de uma posição crítica, que não perde de vista a análise da realidade. Completa Szacki, J. (1972: 102):

*A utopia política coloca o ideal sonhado na esfera das possibilidades humanas, faz dele algo por que se luta. E ainda que a luta seja incapaz de fazê-lo real, ela contribui para a destruição da ordem vigente pela negação da qual toda utopia nasce.* (os grifos são meus).

Assim, sob o nosso enfoque teórico, a discursividade utópica é atravessada pelo desejo, pela discursividade da política (sempre enquanto prática), pelo funcionamento da temporalidade no acontecimento enunciativo e pelo funcionamento de itens lexicais de um campo semântico apaixonadamente beligerante.

Falando de sujeitos da resistência ao poder ditatorial, estaremos falando de sujeitos políticos subversivos e revolucionários, visionários em vários graus, que lutam (de várias formas) por uma sociedade ideal (ou apenas para que exista a luta, como vimos mais acima). O movimento de resistência à ditadura brasileira sofreu várias e contraditórias influências.<sup>67</sup> Essa multiplicidade de influências acabou produzindo uma discursividade marcada pela contradição. Mas sempre uma discursividade utópica e revolucionária. Sob a perspectiva de Szacki (1972) (que considera essas discursividades como “pensamentos”) a relação entre o “utopismo” e o “revolucionarismo” é complexa e não pode ser tomada nem como uma relação de identidade nem como uma relação de oposição acirrada. Para o autor, tudo vai depender de uma “fase intermediária”:

---

<sup>67</sup> Gorender, J (1987:73 e ss)

(...) *quanto menor o papel que ela [a fase intermediária] desempenha no pensamento político, tanto maior a proximidade dele da utopia. Já o pensamento utópico aproxima-se da revolução na medida em que indica a necessidade de aplicação dos meios políticos para a realização do ideal, ao mesmo tempo em que abandona a fé em que isto possa se passar sem luta.* (op. cit., p. 103)

Efetuada-se os devidos deslocamentos teóricos, voltarei mais adiante, no decorrer das análises, a abordar questões referidas acima pelo autor tais *como necessidade de aplicação de meios políticos e abandono da fé em que isto possa se passar sem luta.*

Sabemos que o discurso são **efeitos de sentido**.<sup>68</sup> Um dos efeitos de sentido mais evidentes produzidos pela leitura do funcionamento da utopia no corpus é o **efeito de certeza**.

Pelo trabalho da temporalização que instaura a futuridade e por diversos processos de modalização, a certeza vai de um grau de agudização inquestionável até à dúvida, certeza frouxa, passando por efeitos de necessidade e até de injunção.

Quero apresentar alguns recortes em que se podem ler o efeito de certeza e suas gradações.

A seguir, apresentarei um recorte discursivo de seqüências enunciativas, em que ao se projetar o futuro utopicamente, pelo **efeito de sentido da certeza**, vai se delineando o sujeito da resistência. Nesse recorte, é possível perceber o funcionamento da **utopia da vitória da revolução** colocada hipoteticamente acima:

(...) o proletariado achar-se-á **um dia**, [-] encruzilhada e **terá de** escolher. **Escolherá a luta**, porque a [-] é, historicamente, seu inimigo de classe. (1469 – 76 – s.e. 37)

O proletariado dos grandes centros também [-] **a dar** sua palavra quando o processo revolucionário **estiver** na [-] a derrota imediata da ditadura. Neste instante através

---

<sup>68</sup> (...) no discurso o que existe são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente. – Orlandi, E (2001: 65-66)

de gre[-] [-]festações, **juntamente com** os estudantes e com as massas empobre[-], o proletariado **dará** o golpe mortal à reação. (1486 – 77 – s.e. 49)

- A guerrilha rural **surgirá** simultâneamente em vários pontos do [-] ?
- Sim. **Atacaremos** grandes latifundiários brasileiros e também ame [-]. **Sequestraremos** ou **executaremos** aquêles que exploram e perseguem [-]. **Desorganizaremos** a economia rural mas **não defenderemos** zona [-] território algum. (1469 – 76 – s.e. 38)

(...) **E depois**, os camponeses perseguidos **virão** refugiar-se na guerri[-] **engrossará** nossa coluna. (1470 – 76 – s.e. 40)

(...) os combatentes que **lutarão** no campo **terão si[-] [-]dos** antes na luta urbana. Os mais valentes dêles é que **serão envia[-]** campo. (...) Grupos [de guerrilheiros rurais] onde **serão inseridos** homens nascidos no campo e vindos à [-]ra trabalhar. (1467 e 1468 – 76 – s.e. 30)

(...) sabemos que [-] caminhando para uma nova realidade social e política em que a **[-]cia [consciência]de classe se imporá revolucionariamente**, destruindo toda [-] monstruosa farsa construída ao longo dos anos (...) (1 – 666 – s.e. 220)

O simples conhecimento das lu[-] **heróicas** que travam **nossos irmãos latino-americanos**, particularmen[-] Venezuela, Colômbia, Guatemala, Bolívia, onde já se consolidaram [-]rosas frentes de luta, nos dá a **certesa** de que êste Continente se **[-]tará** como um só homem **em muito pouco tempo**, e **com um fuzil na mão** **[-]truirá** essa estrutura apodrecida e desumana que oprime milhões e mi[-] de trabalhadores em todo o continente. (1 – 666 – s.e. 225)

Em todas as seqüências do recorte, percebemos o funcionamento do futuro do presente instaurando os sentidos da utopia da revolução. Se partirmos do pressuposto de que o futuro projetado é o funcionamento do que não há, a **s.e. 37 e 49** mostram que o proletariado, enquanto classe, não estava engajado na luta revolucionária. Na **s.e. 37**, o proletariado “terá de optar pela luta” e na **s.e. 49**, mesmo com o apagamento do verbo principal, infere-se que o proletariado “ainda não deu sua palavra” no processo revolucionário. **S.e. 38** nos dá a entender que a guerrilha no campo está apenas projetada e **s.e. 40** nos diz que os focos de resistência que existem não se sustentam, tendendo a provocar a dispersão das forças debilitadas em direção aos centros urbanos, projetando-se o seu posterior retorno ao campo, após treinamento nas cidades (**s.e. 30**)

O recorte nos mostra a fragilidade do processo revolucionário, embora saibamos que havia sim, e isso a memória histórica nos relata<sup>69</sup>, ações esparsas de resistência mais ou menos organizadas, tanto no campo como na cidade.

Contrapondo-se a essa negação pressuposta, àquilo que não há, as seqüências enunciativas do recorte em análise funcionam no **sentido da certeza** de quem “um dia” o proletariado e o campesinato lutarão, lado a lado, contra o inimigo comum: a classe dominante e opressora, porque essa luta será resultado de uma “consciência de classe” (s.e. **37, 40 e 220**), no funcionamento do pré-construído racionalista de que a ação passa antes pela reflexão.

Quando verbos de ação no futuro põem em funcionamento o sentido “planejamento de ação”, o planejamento da estratégia de guerrilha é que vai articular seus sentidos, com todas as ações voltadas para o ataque. (s.e. **38**).

O sujeito subversivo se constrói também nos sentidos da discursividade da “unidade latino-americana”. No entanto, apesar da veiculação profusa de “Soy Loco por ti, América”<sup>70</sup>, da formação de grupos musicais, como o Tarancón, e da apresentação de intérpretes de música latino-americana chamada então de música de “de protesto”, sabemos (e eu sei porque vivi a época) que o sentido de irmandade que a s.e.225 acima articula, projetando uma luta revolucionária para todo o continente, não costumava circular livremente (como hoje também não circula)<sup>71</sup>. Che Guevara e sua tese da revolução latino-americana era apenas uma das inspirações para o movimento revolucionário brasileiro.<sup>72</sup> O sentido latino-americano da revolução circulava sim, mas pelos meios estudantis universitários e entre os intelectuais.

<sup>69</sup> Ver pelo menos cinco títulos que trazem relatos dessa memória viva: Arquidiocese de São Paulo (1985); Gorender, J. (1987); Martins Filho (org.) (1998); Azevedo e Maués (org.) (1997); Cadernos AEL 14/15 (2001).

<sup>70</sup> Letra de Capinan e música de Gilberto Gil, “Soy loco por ti, América” traz a seguinte estrofe:

El nombre del hombre muerto  
Ya no se puede decirlo, quién sabe?  
Antes que o dia arrebente  
Antes que o dia arrebente  
El nombre del hombre muerto  
Antes que a definitiva noite se espalhe em Latinoamérica  
El nombre del hombre es pueblo  
El nombre del hombre es pueblo

<sup>71</sup> O filme de Walter Salles “Diários de Motocicleta” (2004), sobre Che Guevara, traz o discurso latino-americano expurgado dos sentidos revolucionários.

<sup>72</sup> Ver Gorender, Jacob (1987:79 e ss)

Observe-se agora o seguinte recorte discursivo onde ocorre a **presentificação** do futuro projetado utopicamente. O efeito que assim se constrói é o de **agudização da certeza** no futuro projetado. A certeza é tanta que o futuro já se faz presente:

SEGUNDA ETAPA: Preparação da contra ofensiva.

Nesta fase de preparação da contra-ofensiva, nós **agiremos** como uma verdadeira rede por todo o país. Nós **aumentamos** as ações de guerrilhas, **aumentamos** também nossos números de guerrilheiros, fazendo êles aparecerem [-] as regiões desenvolvendo cada vez mais nossa luta, assim nós **co[-]los** a formar um exército popular regular: o exército guerrilheiro. [-]ndo sentido na nossa luta, explicando as razões dela e onde queremos [-]ar, nossa organização também cresce muito. Pela presença do exército [-]rilheiro nós **vamos ocupando** regiões cada vez maiores. E como o inimigo [-]da vez mais se restringindo às cidades e grandes guarnições, com as [-] da revolução **conquistamos** um controle de uma parte cada vez maior [-] território. E assim, **despontamos**, isto é, **começamos a aparecer** como po[-] revolucionário, e cada vez mais **vamos pegando** no controle de certas [-]dades como: alimentação, transporte, energia, etc.

E aí já **entramos** em outra etapa.

TERCEIRA ETAPA: contra-ofensiva geral.

Nesta fase nossa ofensiva não só é tática mas também estratégica. Aqui [-]ta já é decisiva. **Formamos** um exército popular e toda nossa ação au[-], **levamos** ao extremo nossa luta, **ocupamos** efetivamente zonas e cida[-], **formamos** um poder revolucionário, **desgastamos** ao máximo o inimigo até [-] desferir o golpe de misericórdia numa contra ofensiva geral, marcada [-] levante em massa.

Vimos que nossa luta revolucionária insurrecional consta de três eta[-] a primeira etapa em que **usaremos** estratégia defensiva [essa etapa não consta do arquivo – está faltando], uma segunda [-] em que **teremos** uma estratégia de preparação contra-ofensiva e a terceira etapa de estratégia ofensiva. (00428 – 113 – s.e. 84)

Enquanto no campo a luta **vai se desenvolvendo**, ganhando força, cada [-] maior, nas cidades o mesmo fato **deve acontecer**. Assim, como nas zonas [-] a luta é **mantida** pelos focos guerrilheiros, na cidade o povo também [-]a de **uma forma de luta**, capaz de somar aos companheiros camponeses [-] esforço de libertação. (p. 00431 – 113 – s.e. 91)

Além do ata[-] [ataque às forças dominadoras] que assim é **desfechado** pelo povo organizado em grupos, um sistema de [-]a também é **formado**, com a missão de proteger as manifestações de mas[-] como passeatas, greves, reuniões populares. **São** os grupos armados de [-] popular. (00431 – 113 – s.e. 92)

Por tudo isto que tentei expor resolvi **tentar dar condições de continuidade** ao processo que **bem ou mal** encaminhamos até agora. (...) formação de quadros (o

quadro já começa a lutar com seus problemas pessoais resolvidos pois **vai partir já** para a luta pronto. **já inicia** em uma situação de fato. (2037 – 819 – s.e. 272)

(...) para o nosso povo a vitória e **[é] garantida**. (2 – 2861 – s.e. 380)

As três seqüências do anexo 113: s.e. **84, 91 e 92** põem em funcionamento, no presente, o planejamento da luta revolucionária com suas estratégias de ação. Observe-se também que na s.e. **84** a presentificação produz um **tom didático** e o encadeamento de orações em seqüência temporal vai produzindo um **efeito de crescendo**, dando à seqüência um **tom apaixonado**. Ancorando-se na teoria foquista cubana, o movimento revolucionário vai crescendo a partir de pequenos focos de guerrilha rural, até formar um exército e sitiar a cidade.

A penúltima seqüência (s.e. **272**), modaliza a certeza da realidade da revolução pelo funcionamento dos sintagmas “tentar dar condições de continuidade” e “bem ou mal”, mas também planeja presentificando, colocando os quadros na luta, com “seus problemas pessoais já resolvidos”. Mas, na última seqüência (s.e. **380**), aí funciona a certeza utópica e nada mais.

Percebemos, assim, efeitos de sentido diferentes entre a temporalização no futuro e a temporalização no presente. A utopia, desenhada no presente, agudiza-se. O **efeito de certeza** intensifica-se.

O recorte discursivo abaixo vai mostrar o **funcionamento utópico do mundo ideal**, a Pasárgada revolucionária. No funcionamento da utopia do mundo ideal não ocorre a presentificação. A futuridade é projetada mais distante no tempo, mais adiante:

Levo comigo a saudade e a dor de ver minha terra nesta situação, de ver seus filhos tão cruelmente tratados. Levo também a confiança em que **ainda há de ressurgir a luz e a certeza de que haverá os que saberão acendê-la**, trazendo a esperança na alma de um povo que nunca foi tão triste. (1994 – 451- s.e. **176**)

**[-] umbrais de uma nova época** no Brasil, que **marcará a trans[-]ção radical** da nossa sociedade e a **valorização** da mulher e do homem [-]leiros. (p. 456 – 1615 – s.e. **364**)

O nosso Brasil **nascera das cinzas** de tudo o que hoje ele possa ter de velho, reacionário e retrógrado. (00509 – 128 – s.e. **120**)

E o operário ouviu a voz  
De todos seus irmãos que morreram  
Por outros que **viverão** (2 – 126 – **s.e. 116**)

(...) No entanto ela pode marcar e[-] conferência para **depois da Revolução**, para **quando eu voltar** à minha cátedra [-] professor.(00391 – 06 – **s.e. 10**)

(...) Estou consciente e [-]uto para cumprir a minha missão, que [-]ão **levará** muito tempo, então **voltarei** as [-]has atividades. (0345 e 0346 – 638 – **s.e. 209**)

Mas **por certo chegará** a vez dessa fórmula [participação dos discentes na gestão universitária] como necessidade histórica da **geração de amanhã**. (525 – 970 - **s.e. 330**)

Observe-se também que é possível ler, no recorte discursivo acima, uma maior ou menor explicitação do conteúdo semântico do futuro ideal sonhado. Veja-se, por exemplo, que **s.e. 116, 120, 176** e mesmo **s.e. 364** projetam um futuro onde haverá vida, renascimento, luz e esperança, valorização do homem e da mulher, embora a referência desses itens lexicais seja opacificada. Há nessas seqüências, inclusive o uso da **metáforas**: “nascer das cinzas” (**s.e. 120**) (uma metáfora mitológica), “umbrais de uma nova era” (**s.e. 364**), “ressurgir a luz” (**s.e. 176**), “irmãos que morreram” (**s.e. 116**) (metáforas religiosas). Já **s.e. 10** projeta explicitamente a realidade da revolução vitoriosa - a certeza da vitória da revolução é tanta que funciona no enunciado como um dado.

Quero apontar para a evidência de que, nas últimas três seqüências, há um funcionamento condicional causal implícito, pois a sociedade se transformará, se a revolução acontecer. No próximo capítulo, discutirei esse funcionamento.

A **s.e. 330**, projeta um futuro pós-revolução, quando os discentes terão participação na gestão universitária. Lembre-se que essa participação era completamente vedada, em todas as instâncias, durante a ditadura militar, sendo, inclusive, um dos motivos das inúmeras greves de estudantes universitários ocorridas durante o período.

A **s.e. 209** coloca tudo nos seus eixos, na normalidade, num mundo em que a Revolução será vitoriosa.

Há uma estrutura que permite articular a **agudização do efeito de certeza** – é a estrutura **“haver de”** (no presente do indicativo ou mesmo no futuro do presente), na

**modalização da necessidade.** Essa estrutura aparece na **s.e. 176** acima e também nas seguintes seqüências:

(...) a verdade **há de banir** a mentira e **há de ser recebida** como revolucionária (...) (453 – 373 – **s.e. 133**)

(...) nós dizemos que a U.N.E. é a antecipação do futuro de um Brasil que **há de sêr** grande e forte (457 – 373 – **s.e. 141**)

(...) desenvolver toda a sua capacidade criadora de uma patria **que há de sêr** grande, forte, **apesar da** reação, **apesar do** imperialismo (...) (455 – 373 – **s.e. 138**)

No anexo 373, de onde foram pinçadas as seqüências acima, há a repetição enfática da estrutura de efeito utópico.

No recorte acima, a estrutura com “haver de” tem **um efeito de sentido de fé inabalável** no futuro, sendo que as **s.e. 133 e 141** apagam a menção sobre as condições de produção históricas adversas para os acontecimentos projetados. A **s.e. 138**, no entanto, menciona essas condições adversas mas, pelo funcionamento da concessiva “apesar de”, não as considera impedimento para se alcançar o futuro sonhado, isto é, mesmo sob condições completamente adversas, o futuro se realizará. E é aí, justamente, que reside a força da utopia, segundo Szacki (1972:98):

*O utopista faz uma negação total do mundo existente incluindo até as alternativas entre as quais escolhe o político. O utopista recusa-se a aceitar o “ou – ou” como limite insuperável do pensamento e ação humanos. É nisto que reside a maior força e o significado da utopia. Sem ela a vida política corre o risco de encerrar-se no círculo vicioso de alternativas “reais” imutáveis e das escolhas impostas pelas circunstâncias.*

Se a análise de Szacki para a “negação total do mundo” pode ser questionada, é certo que a discursividade utopista não funciona no sentido da análise crítica da realidade, com as decorrentes hipóteses alternativas sobre o futuro.

O futuro utópico não necessariamente é projetado através do futuro do presente do modo indicativo. Há algumas seqüências enunciativas que articulam a projeção desse futuro através do **presente do subjuntivo**. Não se trata de projeção de futuro no funcionamento da certeza, mas num funcionamento da **modalização da possibilidade** (oposto à modalização de necessidade do “haver de”):

(... ) confiamos entretando que Allende **suba** ao poder, (...) (1487 – 77 – **s.e. 50**)

É melhor, assim, [que o filho e mulher do enunciador abandonem os estudos e fujam da polícia] **até que** os ventos da liberdaa de respeito à pessoa humana **soprem** em nossa Patria. (995 – 409 – **s.e. 170**)

O poder de escolha foi violentamente retirado do povo, seu único e autêntico condutor, numa violação flagrante dos anseios populares. E **isto sempre acontece**, é a história que nos diz, **quando** os interesses egoístas dos grandes grupos econômicos são contrariados. Assim aconteceu no Brasil, em agosto passado. Assim **continuará acontecendo**, **até que** o planêta terrestre **esteja livre** da sanha desenfreada dos possuidores de riquezas, **até que** o capitalismo, regime que já é cadáver, **seja definitivamente enterrado** com as honras merecidas. (645 – 977 – **s.e. 356**)

Aí eu estarei, aí eu [-]rei, aí eu darei o melhor de mim, a minha vida, para fazer com que [-]átria dos brasileiros **venha a ocupar** [-]eu verdadeiro local entre as demais [-]ções do universsos, propiorcionando [-] [sic] filhos brasileiros liberdade [-] suas riquezas naturais [-]ipiciam. Deixo de ser marinheiro da marinha [-] guera do Brasil para ser soldado [-] libertação nacional. (350 – 639 – **s.e. 211**)

No horizonte, já se **vislumbra o limiar de una** [sic] **nova era**, onde o espírito cristão **regule** as atividades e a vida dos brasileiros! (1– 3727 – **s.e. 386**)

Sabes o porque de nossa luta? **Para que os homens venham** [-] ter realmente os seus direitos, dentro de [-]ma nova lei que os ampare nos seus [-]abalhos e **para que** milhões e milhões [-] brasileiros que vivem da força do seu [-]abalho **deixem de** serem explorados pelos [-]nos de fabricas, de terras e dos políticos [-]rruptos e profissionais.. **Para que** os [-]rários das fabricas , os camponêses que [-]ltivam a terra para nós que vivemos [-] cidades tenhamos a nossa sobrevivência, [-]**iam** da miséria em que vivem e **possam** [-]recer a seus filhos uma vida mais condig[-] com a condição humana, e que estas [-]ovas gerações que são os nossos filhos [-]**nsigam** sem grandes dificuldades atingir [-] universidades (...) (0344 – 638 – **s.e. 207**)

Essa modalidade de possibilidade do presente do subjuntivo está articulando, na superfície discursiva, a discursividade do lugar ideal: um lugar (país/continente) onde haja

respeito à democracia (s.e. 50). Um lugar onde haja liberdade e respeito aos direitos humanos (s.e. 170). Nesse lugar ideal está o Brasil, mas não somente ele: a reunião de todos os países do mundo, uma vez que, no imaginário revolucionário, a solução dos problemas de um país está atrelada à solução do problema internacional: o fim do capitalismo. (s.e. 356). Entre o sonho e o real da história, o sujeito da resistência patina na contradição, que só pode ser entendida como a materialização discursiva de um desejo tão intenso que presentifica o futuro e o coloca em choque com o presente, produzindo um efeito de nonsense: ao mesmo tempo em que denuncia as mazelas do capitalismo e projeta o seu fim, num cenário socialista (um fim distante), afirma que esse mesmo capitalismo é um “regime que já é cadáver” ao qual somente resta ser “enterrado com as honras merecidas” (s.e. 356). Não é objeto desta pesquisa o funcionamento da metáfora literária, mas não deixa de ser interessante questionar esse funcionamento na s.e. 356: que “honras” seriam prestadas ao capitalismo morto? E por que “honras merecidas”? Vejo aí o funcionamento da **ironia**.

Se enquanto brasileiro, o sujeito subversivo/revolucionário deseja um país com papel destacado entre as demais nações (s.e. 211); enquanto religioso deseja um país onde impere o espírito cristão (s.e. 386). Essa última seqüência projeta o futuro utópico também através da carga semântica de “vislumbrar”, “limiar” e “nova era”. Tudo isso para depois da vitória inquestionável da Revolução, quando estará instaurado um novo regime político e econômico com seu específico funcionamento jurídico, onde não haverá mais a exploração do trabalho, não haverá mais a mais-valia, conforme se enuncia na s.e. 207: “uma nova lei que ampare o trabalho para que os trabalhadores deixem de ser explorados”.

Assim, às vezes o revolucionário esmorece. E se identifica no funcionamento da dúvida. O seguinte recorte discursivo vai colocar em evidência esse **efeito de sentido dubitativo** pelo funcionamento do modalizador “poder”.

E no meio de 200 linhas, eu disse uma linha: A coragem da pequena Cuba, para libertação da América Latina, **poderá ser** um símbolo e um apêlo. (1091 – 36 – s.e. 19)

Nós sabemos, tranquilamente, que o Brasil não é um País rico. **Poderá vir a ser** isso; tem tudo para ser isso; mas não é. (00091 – 8 – s.e. 16)

Qual **será** sua contribuição [do marxismo] à evolução dêste processo [revolucionário brasileiro]? **Poderá** o marxismo servir como instrumento para a análise da realidade nacional concreta e dinâmica e orientar a procura das soluções mais adequadas para nossos problemas? Ou **procurará** o marxismo impor sobre esta realidade viva uma ideologia rígida e dogmática? **Contribuirá** o marxismo para a libertação do povo brasileiro das forças da desumanização que são tão evidentes neste momento, **ou será** êle, afinal de contas, uma nova “religião” que, segundo a mesma definição de Marx, **poderá ser** uma nova força de desumanização do mesmo povo? (00467 – 116 – s.e. 110)

O verbo “poder”, enquanto modalizador, implica uma relação de transformação possível de dois tipos: transformação em uma única direção: X – Y e transformação em duas direções contraditórias X – Y ou Z. Que haja uma ou mais possibilidades em aberto depende do encadeamento de enunciados e da argumentatividade enunciativa (no sentido ducrotiano).

Em s.e. 19 e 16 o verbo “poder” articula uma possível transformação de um estado de coisas em outro radicalmente diferente no futuro: a avaliação da revolução cubana pode passar a ser positiva (embora hoje seja negativa); o Brasil pode chegar a ser grande economicamente (embora hoje não o seja). Já em s.e. 110, a transformação possível tem duas direções **contraditórias**: o marxismo (que existe enquanto prática e teoria em alguma realidade) pode, no futuro brasileiro, ser um instrumento de transformação ou de estagnação, de libertação ou de escravização, alternando-se a utopia positiva e a negativa. Enunciados no futuro ligados pelo conectivo “ou” e mais a carga semântica contraditória dos sintagmas verbais sustentam esse funcionamento. Observe-se, no entanto, que nessa seqüência, em qualquer um dos dois casos: utopia positiva ou negativa, a vitória da revolução marxista está utopicamente pressuposta.

Vamos examinar agora um recorte discursivo, do anexo 976, em que a utopia revolucionária aparece também articulada pela **modalização da necessidade**. No entanto, é para outro efeito do funcionamento da modalização que quero apontar: o **efeito injuntivo, autoritário**. Quero, também, apontar para o **funcionamento da contradição** a qual, como se vê pelas análises acima, já vem atravessando os recortes discursivos.

As três seqüências enunciativas a seguir são do anexo 976 que fala sobre “A Tarefa da Esquerda na Universidade Brasileira”:

**Necessário se faz** um estudo objetivo sôbre o [-]deiro caminho a ser trilhado pela classe mais esclarecida e progressis[-]ta Nação subdesenvolvida. (637 – 976 – s.e. 343)

Resulta daí a **necessidade imperiosa**, para êsse países [de economia dependente], e é [-]mente o nosso caso, da formulação de uma ideologia nacional que permita [-] desenvolvimento econômico, propiciador de melhores condições sociais. (638 – 976 – s.e. 346)

**É necessário** [-] **seja reestruturado** [o Nacionalismo econômico], não como interpretação econômica apenas, mas como ideologia política. **Seja estruturada** sua filosofia. **Surja** como processo de pensame[-] total, como solução nacional aos problemas do complexo sociológico. (638 – 976 – s.e. 349)

A formulação de uma ideologia política nacionalista (que, pressupostamente, não existe) é projetada injuntivamente como condição para a realização da utopia do lugar ideal: um país com desenvolvimento econômico, com melhores condições sociais, enfim, um país que tenha solução para seus problemas infra-estruturais. O **efeito de necessidade** é articulado pelas expressões: “necessário se faz” (s.e. 343), “necessidade imperiosa” (s.e. 346) e “é necessário” (s.e. 349), sendo essa última seqüência enunciativa articulada também pelo funcionamento optativo do presente do subjuntivo: “seja reestruturado”, “seja estruturada”, “surja”.

A esse **efeito de necessidade** é sobreposto um **efeito injuntivo** que põe em funcionamento uma **discursividade autoritária** que atravessa o discurso revolucionário/subversivo.

No recorte em análise, do anexo 976, queremos também chamar a atenção para o funcionamento discursividade iluminista que se **contrapõe** radicalmente à discursividade revolucionária, uma vez que, na primeira, circulam os sentidos da razão das classes esclarecidas articulando a ação política e, na segunda, os sentidos da luta de classes. Ambos os sentidos atravessam o mesmo corpus, muitas vezes embricados nas mesmas seqüências enunciativas, num movimento antitético de divisão.

Essa constatação, que irá se efetivando ao longo de todo o presente trabalho nada tem de novo. O “**enunciado dividido**” proposto por Courtine (1981: 93-109) é a categoria que dá conta dessa “contaminação ideológica”.

Courtine (1981) analisa, num corpus formado pelo “discurso comunista francês endereçado aos cristãos” (a política da “mão estendida”), o funcionamento discursivo da

estrutura {NÃO É X QUE P} como em : *Não é dos comunistas (e também não dos trabalhadores, proletários, do povo...) que vem a violência...* e de seu complemento, que pode ficar elidido: (...) *É do capital (e também da grande burguesia, dos monopólios, da aristocracia do dinheiro...) que ela vem.* (p. 93 - trad. e grifos meus). Para essa estrutura, assim como para suas paráfrases discursivas {AQUILO QUE P É X} e {X É QUE P} Courtine propõe um funcionamento contrastivo.

Anteriormente, à p. 75, o autor apresenta duas hipóteses sobre o funcionamento dos enunciados de seu corpus:

Hipótese 1. *Os enunciados constituindo o saber próprio ao aspecto regional da FD comunista do “discurso endereçado aos cristãos” (aquilo que pode e deve ser dito a esse respeito) se formam na **contradição** com os enunciados de FD ligadas às formações discursivas dominantes e, notadamente, com os enunciados elementos do saber da FD católica.*

Hipótese 2. *O tema do “diálogo” entre comunistas e cristãos resulta da inscrição de tal **contradição** ideológica nos domínios de saber próprios a cada uma das FD. Nós acrescentaremos, naquilo que concerne à FD comunista tomada aqui como FD de referência, que o tema do “diálogo” funciona aí como uma **representação imaginária** na qual **o caráter desigual da contradição é apagado** sob as formas da troca, da reversibilidade, da reciprocidade e da simetria entre os participantes do diálogo. (75 - tradução e grifos meus)*

Essas hipóteses se confirmam pelo trabalho metódico de análise discursiva e são colocadas sob a forma de tese à pag. 101: *O domínio de saber de uma FD dominada se constitui numa forma determinada de dominação ideológica que atribui às formulações temas (“aquilo de que falam”) e articulações (“como elas falam”) dadas. (minha tradução)*

Resta, no presente trabalho, perceber (e isso acontecerá durante as análises) os contornos da FD dominada e da FD dominante na discursividade do corpus que se apresenta dividida, contraditória. Quero frisar também que a “contradição apagada” na tese de Courtine não está mostrando o funcionamento da ideologia enquanto “estratégia

política” mas o funcionamento da ideologia com seu caráter de “esquecimento” de que fala Pêcheux, um esquecimento que se reflete nas formações imaginárias.

Retornando ao recorte discursivo do anexo 976 que estamos analisando, observamos então que, em um corpus que se espera subversivo, revolucionário, comunista ou coisa que o valha, funcionam sentidos iluministas, articulados por expressões como “estudo objetivo”, “o verdadeiro caminho”, “classe mais esclarecida e progressista” (s.e. 343), “formulação de uma ideologia nacional” (s.e. 346), “ideologia política” e “filosofia” (s.e. 349)

Esse recorte discursivo põe a nu uma das contradições que constituem o sujeito subversivo, o qual funciona na discursividade revolucionária mas é atravessado continuamente pela discursividade da formação discursiva dominante: a do iluminismo, idealismo, capitalismo – a discursividade do poder - a discursividade do inimigo, afinal. Essa contradição será percebida em vários recortes que serão analisados nesta pesquisa.

Quero comentar ainda um outro recorte discursivo que articula o **efeito de sentido injuntivo** sobrepondo-se a um **efeito de contradição**:

**Deveremos usar** portanto um tipo de luta que nos permita enfrentar a força modernizadora do adversário. **Será** um tipo de luta em que **enfrentaremos** a força bruta do dominador com **a agilidade de nossa organização e a astúcia de nossa inteligência**. (...) é a luta guerrilheira ou de guerrilhas. Este método de luta facilita o desgaste das forças dominadoras e possibilita **a criação de um exército maior e mais sólido que seria o exército do povo**. (00430 – 113 – s.e. 90)

**Teremos que** conseguir isso [a consciência popular através da divulgação da plataforma revolucionária] rapidamente. Para divulgá-la, [-] explicá-la, **temos que** organizar brigadas. (...) De modo que para organizar as classes populares com o [-] que atinjam o poder **teremos que fazer o contrário do que faz [-] dirigente [que impõe medidas, num movimento “de cima para baixo”]**. (1577 e 1580 – 81 – s.e. 71)

Não podemos mais continuar a cantar lou[-] a quem resolveu seus problemas e esquecer de **preparar a resolução**, de [-]eira **inteligente**, dos nossos. **Esta**, quer nos parecer, **é a tarefa essencial** [-] esquerda universitária. (639 – 976 - s.e. 351)

Embora pretenda retornar a essa questão no capítulo 10, onde abordo a questão da constituição contraditória do sujeito subversivo, neste momento, para compreender os efeitos de sentido que saltam da materialidade lingüística em análise, faz-se necessário perguntar pelos processos de identificação que constituem o sujeito enunciador nos recortes acima, filiando-o a certa posição de sujeito no interdiscurso: Quem é o “nós” que se coloca nas três seqüências enunciativa?

Inicialmente, na **s.e. 90**, vemos que a identificação faz-se num movimento de oposição a aquilo que ele não é: o outro – o adversário dominador, dono de força modernizada mas bruta, dono de um exército, ou seja, a ditadura militar. Em oposição à força bruta do inimigo, o enunciador se auto-determina como organizado, ágil e inteligente, capaz de organizar “um exército maior e mais sólido” que o do inimigo: aquele utópico “exército do povo”. E percebe-se que aí também a identificação se faz por oposição ao lugar do outro: ao levantar a possibilidade da organização de um “exército do povo” (**s.e. 90**), ao se colocar o dever de “conscientizar o povo”, organizar brigadas, de modo a conseguir que as “classes populares atinjam o poder” (**s.e. 71**), pelo duplo caminho da razão e da luta armada. O enunciador também não se identifica com esse povo a ser organizado, uma vez que se coloca à parte dele ao determiná-lo na terceira pessoa (“atinjam o poder”). Quem é ele, então, se não é o bruto dominador e nem o povo inconsciente e desorganizado? Sabemos, historicamente que ele se identifica com a “esquerda esclarecida”, com a intelectualidade que se opôs ao regime militar e que aparece reduzidamente como a “esquerda universitária” em **s.e. 351**.

Vemos então que, nas três seqüências enunciativas do recorte, percebe-se o funcionamento da **contradição**: a revolução marxista-leninista, que teoricamente deveria ser resultado necessário da luta de classes cujas condições de produção seriam determinadas pela infra-estrutura social, é colocada como o resultado necessário de um trabalho de iluminados sobre a massa ignara.

Perceba-se ainda que, na **s.e. 90**, o uso do futuro do pretérito – “que seria o exército do povo”, coloca o enunciado no funcionamento do irreal e permite que se construam duas interpretações: ou a projeção de um tal “exército do povo” é tão hipotética que não permite

que se use o futuro do presente, ou se está diante de um funcionamento meta-enunciativo, da nomeação possível para esse exército.

Com relação à referência de “quem resolveu **seus problemas**” em oposição a “preparar a resolução dos **nossos (problemas)**” (s.e. 351), é preciso que se faça funcionar a memória do contexto histórico, ou seja, das condições de produção em sentido amplo do discurso, quando se tinha, na América Latina, uma revolução cubana vitoriosa e, na China, uma revolução também vitoriosa. Situando o recorte discursivo nessas condições de produção, temos para “nossos (problemas)” o referente “problemas nacionais, do Brasil”, ficando para os brasileiros, a tarefa de pensar soluções para os problemas brasileiros.

E como será o governo pós-revolução ? Vejamos como nesse futuro utopicamente projetado funcionará o governo revolucionário, que ações implementará. A análise da s.e. 362 põe em evidência algumas das **contradições** que produzem o sujeito revolucionário.

#### O que fará um govêrno revolucionário

Dentre algumas medidas populares previstas para serem aplicadas inape[-]ente com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- **Aboliremos** os privilégios e a censura;
- **Estabeleceremos** a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- **Libertaremos** todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura;
- **Faremos** a extinção da polícia política, do SNI, Ce[-]mar e demais órgãos de repressão policial;
- Após julgamento público sumário, **levaremos ao paredão** os agentes da CIA encontrados no país e os policiais responsáveis por torturas, espancamentos, baleamentos e fuzilamentos de presos;
- **Expulsaremos** os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo emprêsas, bancos e extensões de terras;
- **Confiscaremos** as emprêsas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e se opuseram à revolução;
- **Tornaremos efetivo** o monopólio estatal na esfera do câmbio, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações, e serviços públicos fundamentais;
- **Confiscaremos** a propriedade latifundiária, acabando com o monopólio da terra, garantindo os títulos de posse aos agricultores que trabalhem, extinguindo forma[-]de exploração como a meia, a terça, o arrendamento, o fôro, [-] o barracão, os despejos, [-] ação dos grileiros, e punindo todos os responsáveis por crimes contra os camponeses;
- **Confiscaremos** tôdas as fortunas [-] dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- **Eliminaremos** a corrupção;

- **Asseguraremos** pleno emprego aos trabalhadores e às mulheres, acabando com o desemprego e o subemprego, e aplicando o lema: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho;
- **Extinguiremos** a atual legislação do inquilinato, eliminando os despejos e reduzindo os aluguéis para proteger os interesses dos inquilinos, bem como criando condições materiais para a casa própria;
- **Reformaremos** todo o sistema de educação, **eliminando** o acordo Mec-Usaid e qualquer vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao sistema ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;
- **Daremos expansão** à pesquisa científica;
- **Retiraremos** o Brasil da condição de satélite da política externa norte-americana, para nos tornarmos independentes da política dos blocos militares seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e a luta contra a colonização. (455/457 – 1615 – s.e. 362)

Vamos ver o que se pode compreender - que processos discursivos estão em funcionamento, a partir dessa longa “carta de intenções” revolucionária, inspirada na revolução cubana.

Em primeiro lugar, o enunciador identifica-se, pelo uso da primeira pessoa do plural, com uma direção revolucionária que “inapelavelmente” tomará tais e tais medidas, doa a quem doer. Em segundo lugar, a “vitória da revolução” articula-se na seqüência como utopicamente dada, sem questionamentos. O último tópico funciona como uma **conseqüência final** da implementação de todas as demais medidas. Finalmente, quero chamar a atenção ao movimento discriminatório do gênero feminino em “Asseguraremos pleno emprego aos trabalhadores e às mulheres”, excluindo “mulheres” da classe dos “trabalhadores”

Ao se analisarem as condições de produção dos textos do corpus é possível verificar que há uma grande quantidade de textos produzidos por **sujeitos religiosos**, padres ou pastores protestantes, cuja discursividade aparece dividida por sentidos de uma formação discursiva cristã e de uma formação discursiva revolucionária.

Observe-se, a seguir, um recorte discursivo atravessado pela **discursividade religiosa cristã**, o que demonstra a **contradição constitutiva** dessas seqüências enunciativas:

“Tive fome, estava nu, era peregrino, estava preso...” **dirá Jesus** no [-]o Juízo. (1127 – 6201 – **s.e. 394**)

**[-]do** [quando] o Senhor **nos disser**: “eu tive fome e não me deste de comer, tive sede e não me visi[-]te, estive nú e não me vestiste, fui oprimido e não me libertaste”, **que responderemos?** (1241 – 733 – **s.e. 256**)

(...) do Magnificat, que representa o grande hino da **revolução cristã** no Brasil, e pela qual **nós haveremos de lutar** sempre. (458 – 373 – **s.e. 144**)

O corpus põe também em funcionamento a discursividade jurídico-cristã em que o indivíduo é chamado à sua responsabilidade intransferível na transformação da sociedade.

Na **s.e. 394** está em funcionamento a utopia do juízo final, em que o cristão será chamado a prestar contas sobre sua prática social. Implicitamente é chamado à sua responsabilidade social. De acordo com o texto do Evangelho, as reticências devem ser lidas como: “e me deste de comer”, “e me vestiste”, “e me abrigaste”, “e me visitaste”, respectivamente. A **s.e. 256** traz uma **variação desviante** do mesmo texto evangélico, incluindo a questão política da “libertação”, chamando o cristão à “luta para a libertação”, contra o regime político opressor. Nesse chamamento, o enunciador se identifica com o enunciatário pelo funcionamento da pergunta retórica em 1.a pessoa: “que responderemos?”, assumindo a responsabilidade pela ação libertadora.

Ora, a projeção dessa ação libertadora, que implica “luta”, põe em funcionamento uma **discursividade beligerante** que atravessa o discurso religioso cristão, sinalizando a presença do discurso da Teologia da Libertação no enunciados que são, portanto, heterogêneos.

Desse modo, a determinação “cristã” para revolução – “revolução cristã” (**s.e. 144**) traz para a cena discursiva sentidos que **não** circulam na discursividade do cristianismo tradicional e que remetem à Teologia da Libertação. A **s.e. 256**, portanto, traz um desvio, instala a contradição dentro da doutrina cristã ao introduzir a “luta pela libertação” num texto onde ela não estava originalmente.

A **s.e. 144** menciona o Magnificat <sup>73</sup>, poema/oração atribuído a Maria, mãe de Jesus, no momento da Anunciação. Esse poema foi proibido durante a ditadura militar pois,

---

<sup>73</sup> O Magnificat (Lc 1, 45, 56) inicia-se assim: “Minha alma glorifica ao Senhor, Meu espírito exulta de alegria ... no meio do poema/oração há os versículos: [o Senhor] manifestou o poder do seu braço/

segundo interpretações vigentes na época, estaria sugerindo a luta de classes. Perceba-se, no entanto, que o sujeito das ações contra “os soberbos, poderosos e ricos”, em favor dos humildes e indigentes, não é o povo, mas “o Senhor”, isto é, Deus – o único ser que pode ser considerado responsável por mudanças sociais e físicas no planeta, segundo a doutrina.

Assim, a **s.e. 144** ao interpretar o Magnificat como um “hino de libertação” instala o equívoco, o desvio na discursividade dos cristãos, os quais, ao assumirem posição política de luta libertária, deixam de ocupar a posição de sujeito cristão segundo a doutrina da Igreja. Essa **s.e. 144** tem o efeito de expor a contradição de segmentos da Igreja Católica que pretendem instaurar a “boa nova” pacifista do Cristo sem jogar fora a tradição judaica beligerante. E é essa discursividade beligerante da religiosidade judaica que, ao atravessar os sentidos pacifistas do cristianismo, produz, na contradição, o **sujeito revolucionário cristão**, uma **posição sujeito dividido**<sup>74</sup> que incide sobre os defensores da Teologia da Libertação, de resto muito ativa no movimento de resistência à ditadura. São padres e bispos revolucionários com prática política ancorada no Concílio Vaticano II, atuando em Comunidades Eclesiais de Base por todo o Brasil.

Ainda dentro do tema das discursividades contraditórias na constituição de certas posições de sujeito na discursividade revolucionária, veja o funcionamento da seqüência abaixo:

(...) sentimos [os cristãos] a urgência de procurar uma nova estrutura racional e total que **poderá** oferecer-nos uma nova síntese, uma base firme e segura para deduzir os princípios que **hão de reger** nosso pensamento e ação. (00464 – 116 – **s.e. 106**)

Nessa seqüência a “síntese” proposta pretende “juntar” marxismo e cristianismo, como se pode deduzir da leitura do texto todo.<sup>75</sup> A estrutura “haver de” está produzindo um efeito de sentido de certeza num futuro utópico cujas condições de realização dependem

---

desconcertou os corações dos soberbos/ derrubou do trono os poderosos/e exaltou os humildes/ Saciou de bens os indigentes/ e despediu de mãos vazias os ricos (...).

<sup>74</sup> Aqui, “**sujeito dividido**” está seguindo **Courtine** (81: 99) que propõe o “*enunciado dividido*”  $P\{x/y\}$  como representando duas bases de formulação cuja ligação (“*mise en rapport*”) produz um enunciado, ou seja, um enunciado que atualiza elementos do saber de formações discursivas antagônicas (tradução minha). Já **Orlandi**, E (2001: 91) apresenta o “**sujeito dividido**” como a *forma-sujeito histórica que corresponde à nossa forma social*, isto é, *sujeito a e sujeito de, ele é ao mesmo tempo livre e responsável, determinando o que diz mas determinado pela exterioridade (algo fala antes, em outro lugar, e independentemente)*.

<sup>75</sup> Vide o anexo 116 no Apêndice deste trabalho.

de uma síntese entre correntes político-filosóficas antagônicas.<sup>76</sup> No entanto, essa fé no futuro utópico não é cega e total: a modalização com o verbo “poder” em “poderá oferecer”, põe em funcionamento a dúvida e coloca em evidência a **contradição** que, durante todo o trabalho de análise desta pesquisa, vai se delineando: uma contradição constitutiva da ideologia judaico-cristã, produzida no cruzamento entre duas formações discursivas antagônicas: uma pregando a luta armada e a outra, o bom entendimento entre “irmãos”.

Observe-se essa outra seqüência, a **s.e. 112**, também do anexo 116:

**Creio**, no entanto, que **no inevitável encontro** entre marxismo e fé cristã [-] América Latina **êste ponto** [o reconhecimento das falhas do cristianismo enquanto religião] será decisivo. Estou convencido também que nesse encontro, o cristianismo **poderá contribuir com alguma coisa**. (00467 e 00468 – 116 – s.e. 112)

Se, por um lado, o encontro entre marxismo e cristianismo é utopicamente projetado através da determinação do adjetivo “inevitável” e do verbo meta-enunciativo “creio”, por outro lado o modalizador “poderá” diminui o efeito de certeza da realização dessa **contraditória** integração, duvida dela - a contribuição do cristianismo para esse encontro aparece duvidosa e diminuída pela carga semântica do sintagma “alguma coisa”.

Szacki, Jerzi (1972) coloca que, assim como temos as utopias positivas, há também as **utopias negativas**, ou contra-utopias, cujo exemplo mais conhecido é “O Admirável Mundo Novo” de A Huxley. De qualquer maneira, é preciso que se leve em consideração que a utopia pode ser positiva ou negativa dependendo do lugar ideológico de onde é projetada. O céu dos comunistas não é o mesmo céu dos investidores em bolsas de valores. Gostaria, sob esse aspecto, de comentar a seqüência enunciativa abaixo que, de resto, pertence a um anexo-depoimento assinado pelo mesmo sujeito preso político que assinou o anexo 455, o qual já foi apontado como **resultado de coação** e que será analisado no capítulo 9:

---

<sup>76</sup> Também na **s.e. 106** pode-se ler um condicional implícito: “se houver uma síntese entre materialismo e cristianismo dentro de uma nova estrutura racional, então essa síntese regerá nosso pensamento e ação.” Ver essa questão do funcionamento da relação condicional no próximo capítulo.

A esquerda está parcialmente desmantelada, mas mesmo assim devem surgir ainda ações de vulto, seja por desespero ou não. Acredito que se leve algum tempo para que se acabe com essa esquerda, porém acredito mais firmemente ainda que **ela não conseguirá mais nada**; está pagando pelos seus próprios êrros, pela falta de visão, pela tentativa de querer extrapolar revoluções de outros países. (260 – 454 – s.e. 181)

Nessa seqüência é projetado um futuro em que a esquerda revolucionária estará completamente desmantelada – certamente o quadro utópico positivo preferido dos financiadores do golpe militar.

Vamos observar agora um recorte discursivo onde um **futuro é projetado como tenebroso para a esquerda**, para a revolução, embora não se trate do futuro final, utópico, mas de projeção de ação do inimigo - uma fase de provações pelas quais será necessário passar para que se alcance o objetivo final: um mundo socialista.

O mundo se fecha para vocês, o “governo” subtrai a cultura do povo e os impede, futuros professores, de dar aulas, e **os usará** como cúmplices de seu crime, como transmissores de lixo histórico. E vocês não reagem. (71 – 42 – s.e. 26)

Mas, logo depois, Fidel Castro parou o país. Ele disse: 80% dos cubanos são analfabetos. O povo **analfabeto ficará** à margem, **será puxado** pelo cabresto. (1094 – 36 – s.e. 20)

O povo sabe que as soluções adotadas pelas minorias **irão** contra [-]s interesses. E sabe que o esquema tributário tão minuciosa[-] estudado **será** um esquema para as oligarquias mas um fardo para [-]sse popular. (1571 – 81 – s.e. 58)

Daí os conselhos de guerra [-]is e daí o estado de sítio, e **virão** coisas piores. (...) Tudo **utilizarão** contra mim e contra os demais que par[-]. **Empregarão** os meios de ataque mais baixos, mas temos que a[-] isso como **algo que está nas regaras do jôgo**. (...) **Taxarão** nós todos de **comunistas** e como nós aceitamos a [-]lpação do partido comunista **irão tergiversar e dirão** que o par[-] comunista tomará conta do movimento (1576 e 1577 – 81 – s.e. 68)

Eu sei, irmãos, que essa PERSEGUIÇÃO **vai esmorecer** alguns, e **vai afas**[-] outros de nossa amizade e até da missa e dos sacramentos. Alguns **vão** [-] **vergonhar** do Evangelho”... Alguns posseiros e outros moradores **aban**[-], assustados, a região. As crianças e a juventude **sofrerão** sérias di[-]des de ensino. O gado das grandes fazendas **poderá ocupar** livremente [-]rra e as roças das famílias, novamente retirantes, sempre tocadas pelos tubarões ... (1127 – 6201 – s.e. 396)

[-]ão sofrera o operário  
 [-] primeira agressão  
 muitas outras se seguiram  
 [-]uitas **se seguirão** (1 – 126 – s.e. 114)

Todos estão descontentes com a situação, mas os mais favorecidos procuram amparar-se no poder central contra o estadual e **difícilmente mudarão** de opinião. (1 – 722 – s.e. 252)

Essa minoria **não tomará** decisões contrárias a seus interesses. (1566 – 81 – s.e. 53)

(...) nosso movimento não deve pensar em um Presidente, porque ês[-]dente **subiria** dentro do sistema atual e **embora haja** planeja[-] revolucionários, dentro do sistema atual [o presidente eleito] **terá que** submeter[-]as pressões, aos mesmos grupos, ao mesmo sistema que está [-] das minorias e contrário às maiorias. (1572 – 81 – s.e. 59)

Aquilo que se espera do “governo” (entre aspas porque não considerado legítimo): cercear a liberdade de cátedra (s.e. 26), manter o analfabetismo (s.e. 20), impor reformas tributárias que penalizam ainda mais o povo (s.e. 58), lançar acusação contra os opositores de pertencerem a partido político banido pela lei e “coisas piores” (s.e. 68). “Coisas piores” é expressão que opacifica o conteúdo referencial do futuro pois não se fala explicitamente de seqüestro, prisão, tortura e morte. As agressões do “governo”, isto é, das forças reacionárias que dominam o país, serão contra os operários, os lavradores, as crianças, os padres católicos engajados na luta contra a opressão, os opositores ao governo e o povo em geral e certamente provocarão “baixas”: fuga, denegação, silenciamento, morte. Os que estiverem no poder, as minorias, certamente não tomarão decisões contrárias a seus interesses, favoráveis a um revolução popular (s.e. 53) e outros, embora participantes da massa, do povo, sofrerão cooptação, mudarão de lado, procurarão aliar-se ao poder (s.e. 152). Aliás, de nada adianta eleger um presidente socialista num tal sistema, pois ele, fatalmente, irá dançar conforme a música liberal (s.e. 59).

Com relação ao **futuro indesejável**, aquele que nega a possibilidade da utopia socialista, seja na sua realização final, seja nas etapas para alcançá-la, ele é **atenuado pelo funcionamento da negação**. Vejamos a seguinte montagem:

**Então** [formado um comitê nacional eleito e controlado pela classe popular] **poderemos dizer** que êsse [comitê nacional] **será** um aparelho democrá[-] que **não vamos** enveredar pelas linha tradicionais fazendo as [-] de cima para baixo, mas o que tiver de ser feito **será** de i[-]tiva que vem de baixo para cima. (1581 – 81 – s.e. 73)

No exercício dessa missão [-]tórica [lutar pela democracia e pela justiça social], **ninguém poderá dete[-] ou conseguirá amordaçar** a sua voz [da juventude]. (00509 – 128 – s.e. 117)

Por isso é também inútil querer fechar a U.N.E. Ela não foi **nem será fechada**. (p. 00509 – 128 – s.e. 119)

(...) não nos parece exata a não participação [-]os universitários na direção da universidade, pelo fato de não [-]rem participado antes. Esta tese, francamente, **não poderá prevalecer**. (525 – 970 – s.e. 322)

Nós [os estudantes] **percorreremos** um caminho que potência alguma **poderá obstruir**: o da Libertação de nossa Pátria [...] (00509 – 128 – s.e. 118)

E esta Democracia **não nos será doada** pela Ditadura, na base de artimanhas, falsos “diálogos”, “bons propósitos”, e “boas intenções”. **Ela será conquistada** através da nossa luta. Um povo tutelado por militares, um povo que não elege seu govêrno, que não decide livremente – não vive num Democracia e **lutará** para conquistá-la. Impossibilitado de ir às urnas, **deverá** sair às ruas. (00510 – 128 – s.e. 122)

Esse futuro grandioso **não virá** de benesses de outros povos. (...) A nossa libertação **não virá** como um todo acabado, de uma dádiva de outro país **não sairá** do cereiro inspirado de um homem publico, como saem os coelhos das cartolas dos mágicos. A nossa libertação **não há de ser** a doação de um lider ao povo, **há de ser** a conquista do povo em todos os sentidos.(459 – 373 – s.e. 147)

(...) a contrá revolução, que quer perpetuar estruturas iníquas que **não vão poder ser** perpetuadas porque o povo **não vai permitir** que isso ocorra. (452 – 373 – s.e. 131)

**Nós** [homens representativos de uma geração de homens públicos] **seremos uma fôrça só**. Em todas as oportunidades. **Ninguem conseguirá** se servir da nóssa vaidade, do nóssso egoísmo, do apego nóssso á nóssa carreira, da preocupação nóssa com o nosso futuro político.(...) (459 – 373 – s.e. 146)

Nossa luta **não será** contra os pracinhas, contra os sargentos e oficiais cristãos e patriótas. Ao contrário, deles **esperamos** a adesão e o apôio, como bons brasileiros que são! (1 – 3727 – s.e. 384)

**Ninguém poderá** se omitir da luta! Êla [sic] **atingirá** a todos. O seu resultado **beneficiará** a todos! (1 – 3727 – s.e. 388)

Quando **vamos vencer?** (1836 – 788 – **s.e. 259**)

Tudo o que a discursividade da resistência procura negar, o que não deseja projetar para o futuro: que as esquerdas tomem posições impositivas (“de cima para baixo”) (**s.e. 73**) ou que a juventude seja impedida de participar do processo de democratização do país (**s.e. 117, 119 e 322**) e que esse processo de democratização seja fruto de “concessões” tanto por parte do governo militar (**s.e. 122**) - lembrar-se da promessa militar de uma democratização “lenta, gradual e irrestrita” - como por parte de potências estrangeiras (**s.e. 147**) que, aliás, poderão obstruí-lo (**s.e. 118**). Também não se deseja que os políticos de esquerda caiam no fisiologismo (**s.e. 146**) e nem que os “militares patriotas e cristãos” dos últimos escalões das forças armadas fiquem fora do processo de resistência revolucionária. (**s.e. 384**). Sobretudo a discursividade da resistência não deseja que ninguém deixe de lutar contra a opressão (**s.e. 388**). Dá a vitória como certa, mas tem seus momentos de angústia ao se perguntar: “quando ?” (**s.e. 259**)

Percebemos, pelo trabalho analítico aqui realizado, que no funcionamento da futuridade, o acontecimento discursivamente elidido no presente, projeta um futuro utópico cuja característica é estar sustentado pelo memorável do dizer.

Nem todo futuro, no entanto, é utópico:

Outras informações **serão dadas** daqui a uma semana, com a precisão possível. O material pedido é difícil, a não ser com grande risco pessoal. Todavia, parte dêle **será transportado** na manhã de segunda-feira (6/IV), para um exercício, com a participação de cerca de 10 homens desprevenidos. (2 – 722 – **s.e. 254**)

Há algum tempo estamos trabalhando no sentido de formar uma caixa especial **para num futuro mais ou menos próximo equipar** a Base com o aparelhamento técnico indispensável **para a realização** de sua agitação e propaganda uma de suas atividades revolucionárias mais importantes. (11 – 869 – **s.e. 292**)

(C-5) (...)Acreditando que seja necessário bastante **dinheiro para as despesas**, estou enviando em nome do Veleda, uma carta que o mesmo **deverá procurar** no Serviço de Correio do I Ex, **a importância de 50 Dolares que deverá dar** uns 30 e poucos mil. (...) **a importância deverá ser entregue** ao Rui e êle **dará** destino conveniente. (...) Não esqueças de que estou em “suspense” a espera de notícias. (...) Talvez seja melhor usarmos o correio cvil, neste caso, **o endereço deverá ser:**  
- To Mr. Almir R. Sales (...) (617 – 391 – **s.e. 153**)

A maioria dos grupos, mesmo os formados por [-] do P.C., querem primeiro fundar um partido – um nôvo P.C., com [-] democrático e tudo – e, por oposição ao PCB, inscrevem em seu [-] a luta armada, ou seja, **a revolução que farão mais tarde!** (1466 – 76 – s.e. 29)

Trata-se do futuro imediato, aquele que é projetado para amanhã, para a semana que vem, para o próximo mês, para um futuro “mais ou menos próximo”. Estamos no funcionamento do planejamento prático das ações do movimento revolucionário, um movimento que se faz por ações de pequenos grupos, algumas vezes de “homens desprevidos” (s.e. 254, 153 e 29) e quase sempre sem financiamento (s.e. 292).

Observe-se que em s.e. 292, o futuro é **parafraseado** pelo funcionamento da finalidade em relação de consecutividade: em primeiro lugar, equipar a Base, a seguir, realizar atividades revolucionárias de agitação e propaganda.

É interessante notar o funcionamento da ironia em s.e. 29: articulado pelo ponto de exclamação e pelo uso do futuro, há um funcionamento de crítica a uma revolução colocada no dever. Pode-se compreender a crítica, aqui, como uma prática política que inscreve o sujeito enunciativo numa polêmica entre partidos. De qualquer modo, todas as seqüências nos mostram **a articulação dos sentidos da luta**. Se no imaginário que sustentava as articulações discursivas na época havia ou não uma revolução de fato, objetiva, se a revolução era realidade ou apenas utopia, para a nossa análise é irrelevante. O que importa é que com certeza havia a luta - uma luta com uma **finalidade utópica**, como se vê na seqüência abaixo:

Nossa luta é **pela libertação** do Brasil e de seu povo, **para esmagar** e expulsar os donos dos trusts e monopólios internacionais que nos escravizam! **Para derrubar** do poder a minoria que defende os interesses de tais monopólios! **Para punir** os criminosos e ladrões! **Para evitar** que, anualmente, morram mais de um milhão de crianças brasileiras, pela miséria, pela fome! (1 – 3727 – s.e. 385)

O sentido de “revolução” não é e não era estabilizado na época em que foram produzidas as seqüências enunciativas de nosso corpus.<sup>77</sup> No entanto, o sentido de “revolução”, para os revolucionários, passa pelos sentidos da mudança política provocada pelo embate, ou seja, nas palavras de Trotsky: (...) *uma ordem social, mesmo já tendo*

<sup>77</sup> Em meu trabalho inédito (2001) apresento a instabilidade de sentidos do termo que esteve presente tanto na discursividade da ditadura de 64 como na de seus opositores.

*caducado, não cede seu lugar sem opor resistência a uma nova ordem. A sucessão dos regimes sociais supõe a mais áspera luta de classes, isto é, a revolução.*<sup>78</sup>

Apesar de ser o futuro do presente a forma verbal mais característica de enunciados que colocam em funcionamento a utopia positiva dos revolucionários/subversivos, há uma considerável **variação de tempos verbais e de estruturas gramaticais** nesses enunciados. Essa variação instala **processos parafrásticos com necessário deslizamento de sentido**.

Para a Análise de Discurso o **processo parafrástico** é o que permite a continuidade do sentido, o movimento do *mesmo* nas Formações Discursivas, garantindo a **produtividade** na FD. Já o **processo polissêmico** permite o *sentido novo*, a **criatividade** discursiva no âmbito de uma FD<sup>79</sup>. Nesse âmbito, os dois processos, parafrástico e polissêmico, são constitutivos das discursividades e dos sujeitos e são atravessados por sentidos outros, de outras FDs (sendo característica das FDs o não-fechamento, a incompletude, e a divisão<sup>80</sup>). Há, por outro lado, itens lexicais e seqüências discursivas que, em dado momento histórico, circulam em uma FD e não em outras. E há também aqueles que circulam em duas ou mais FDs, mas com sentidos divergentes. Orlandi, E. (1999: 37) explica essa instabilidade pela característica discursiva da língua, não vista como sistema, mas como um lugar de constituição de sentidos ideologicamente determinados:

*É porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas que o sujeito, ao significar, se significa. Por isso, dizemos que a incompletude é a condição da linguagem: nem os sujeitos nem os sentidos, logo, nem o discurso, já estão prontos e acabados. Eles estão sempre se fazendo, havendo um trabalho*

<sup>78</sup> Prefácio escrito por Leon Trotsky, em Coyoacán, a 30 de outubro de 1937, ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels. Edição das Publicações Liga Bolchevique Internacionalista, Cx. Postal 2503, cep. 60.721-970, p. 13.

<sup>79</sup> Orlandi, E. (2001: 179-180) fala sobre a diferença entre os processos de **criatividade** e de **produtividade**: *no processo criativo, no que diz respeito à linguagem, há um investimento no mesmo mas que desloca, desliza, trabalhando o diferente, a ruptura; no processo produtivo, ao contrário, não se trata de produzir a ruptura mas a quantidade, a reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado. Pelo processo produtivo, o que temos é a variedade do mesmo em série.*

<sup>80</sup> Retomando Foucault em *Arqueologia do Saber*, Courtine (1981: 40) enfatiza o caráter dividido das FD: *La définition d'une FD comme forme de répartition ou encore système de dispersion invite a placer la contradiction entre l'unité et la diversité, entre la cohérence et l'hétérogénéité au coeur des FD revient à faire leur unité divisée "la loi même de leur existence"*

*contínuo, um movimento constante do simbólico e da história. É condição de existência dos sujeitos e dos sentidos: constituírem-se na relação tensa entre paráfrase e polissemia.*

Já foi dito aqui que ficariam de lado, nesta pesquisa, as seqüências com o **futuro do pretérito**. No entanto, há um funcionamento sustentado por esse tempo verbal que gostaria de estar comentando no final dessas análises do futuro utópico. Trata-se do **funcionamento da recusa do futuro indesejável**:

Ninguém pode possuir com o prejuízo do bem comum. Isto **seria** uma usurpação, um [-] e não um direito. (5 – 613 – **s.e. 195**)

Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes [de eleger para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional], a Executiva invocou uma Resolução inexistente, proibindo a qualquer de seus membros pertencer a uma direção estadual. O que **seria transformar** a Executiva num espécie de torre de marfim, sem atuação direta junto às bases de empresas ou de campo. (933 – 698 – **s.e. 247**)

Segundo estes companheiros [os que defendem a mobilização dos “peões” em primeiro lugar], os operários qualificados **teriam** um nível de vida que os aproximaria da classe média, **seriam** influenciados pela pequena burguesia e, portanto, individualistas e acomodados. (4 – 869 – **s.e. 286**)

Perceba-se que não se trata de projeção do futuro utópico negativo, mas de recusa desse futuro . “A posse de bens em prejuízo do bem comum” (**s.e. 195**), “a transformação da Executiva numa torre de marfim, desvinculada da Base” (**s.e. 247**), “o arrivismo dos operários qualificados” (**s.e. 286**) são realidades tão odiosas que nem são planejadas num futuro utópico negativo. A recusa dessa realidade é sustentada pelo funcionamento do futuro do pretérito, que articula o irreal na língua. Observe-se que em **s.e. 286** o distanciamento da projeção negativa do futuro é articulado também pelo funcionamento do discurso relatado.

O futuro utópico articula os sentidos do devir. Sabemos, porém, que essas antecipações de futuro, imaginárias, não são aleatórias – são determinadas ideologicamente. Sabemos também que, ideologicamente, produzem o **efeito da fé na realização do futuro projetado**, não importa sejam maiores ou menores as probabilidades de ocorrerem os fatos

comentados. Ao focalizar as seqüências enunciativas com verbos no futuro do presente e suas paráfrases e ao focalizar os processos de modalização, vemos que os efeitos de sentidos sustentados por essas seqüências apresentam uma **gradação** que vai de uma fé cega e inabalável na transformação do presente (mesmo contra a evidência das probabilidades contrárias), até à dúvida, a certeza modalizada, passando pelas modalidades da necessidade e da possibilidade e terminando na denegação.<sup>81</sup>

No entanto, com relação ao funcionamento da projeção de futuro, sabemos (por nossa experiência de acompanhar exercícios de tantos analistas políticos e econômicos em suas projeções de cenários futuros, nacionais e internacionais) que a probabilidade de erro é grande – mesmo quando as condições apontavam para um cenário X futuro, aconteceram fatos imprevisíveis e todas as projeções ficaram apenas como marcas do desejo no discurso. A inadequação entre essa evidência da imprevisibilidade que caracteriza o devenir e esse movimento constante e incontrolável de prevê-lo no funcionamento da certeza, produzem um **efeito sujeito trágico**, uma personagem com a qual nos identificamos e na qual lemos nossa própria contradição.

---

<sup>81</sup> “Denegação” aqui é tomado com o sentido de denegação discursiva, conforme Indursky (1990: 119-120): *Assim, proponho que se considere **denegação discursiva** aquela negação que incide sobre um elemento do saber próprio de uma FD que afeta o sujeito do discurso: (...) um elemento de saber que pode ser dito pelo sujeito do discurso mas que, mesmo assim, por ele é negado, tal elemento permanece recalcado na FD (...)*



## 6. O CONDICIONAL HIPOTÉTICO – UM OBJETO TEÓRICO

Mas esta não é uma tese sobre utopias, ou pelo menos, não apenas sobre utopias. O que fascina (ou o que a mim fascinou) foi que funciona no corpus uma estrutura gramatical hipotática que, ao projetar o futuro desejado, projeta as **condições hipotéticas de sua realização**, num movimento tensionado.

Estarei, no próximo capítulo, analisando uma classe específica de enunciados: aqueles que não podem ser submetidos à prova de verdade (não-verificativos) pois projetam no discurso um futuro hipotético a partir da realização de determinadas “condições”. A forma lingüística mais característica desse tipo de enunciado é “se ... então”, com o emprego de verbo no futuro do modo subjuntivo na prótase e verbo no futuro do indicativo na apódase. Outras formulações lingüísticas, porém, aparecem parafraseando essa. Aliás, com o efeito de sentido **projeção de futuro a partir de determinadas condições**, há uma variedade muito grande de estruturas sintáticas.

Nesta fase do trabalho, a categoria enunciativo-discursiva da **argumentatividade** será mobilizada como instrumento de análise. Já admitimos, como Anscombe e Ducrot (1983) que a argumentatividade enunciativa dá-se pela **conexão semântica** entre os dois membros da estrutura do condicional: prótase e apódase. Essa conexão explicita **relações lógicas de causalidade, finalidade, consecutividade, finalidade e de implicação (conclusão)**. No entanto, como já foi colocado anteriormente, o meu foco de interesse é o **funcionamento discursivo desses enunciados, na constituição de sentidos e do sujeito**. A pergunta é sempre: que sentidos e que sujeitos são instaurados pela língua quando se enuncia o interdito político? Ou mais especificamente: que sentidos e sujeitos são instaurados pela língua quando se enuncia a projeção de um futuro utópico interdito e suas condições de realização também interditas?

Antes, porém, de iniciar essas análises, gostaria de apontar para o fato de que o condicional hipotético tem sido objeto de investigação dentro das mais variadas teorias sobre a linguagem. Gostaria de lembrar também que, no âmbito da AD, já foi discutida a

questão da multidisciplinaridade na abordagem dos objetos de linguagem<sup>82</sup> e também uma não-desejável complementaridade entre a sociologia e a psicologia seguindo a crítica de Paul Henry.<sup>83</sup>

Elizabeth C. Traugot et alii editaram, em 1986, um volume de 18 trabalhos que incluem estudos gerais e específicos sobre a estrutura do condicional a partir do enfoque de três disciplinas: Lingüística, Psicologia e Filosofia. A coletânea, na introdução ao primeiro texto, aponta para a abrangência das abordagens do condicional que, na Lingüística, tem sido objeto de estudos na investigação dos universais lingüísticos bem como de estudos sob o ponto de vista da diacronia. Sob a perspectiva da Psicologia há trabalhos sobre a aquisição da relação condicional e sobre a interpretação do condicional na linguagem natural. Na tradição da antiga Filosofia, tanto sob a Lógica, como sob a Filosofia da Linguagem, o sistema formal abstrato dos condicionais traz problemas para interpretação sob o ponto de vista das condições de verdade e das condições de informação enquanto “definindo uma precisa noção de inferência ou acarretamento”.<sup>84</sup>

M. Helena de Moura Neves trabalha as estruturas condicionais sob a perspectiva lógico-semântica e sob a perspectiva pragmática no vol. VII da série *Gramática do Português Falado*, sobre o material do Projeto NURC (Norma Urbana Culta). Suas análises apoiam-se na proposta de Sweetser, Eve (1990) para a consideração de três domínios na análise dos condicionais: domínio de conteúdo (content), epistêmico (epistemic) e dos atos de fala (speech-acts) (op. cit.: 113).

**No domínio de conteúdo**, a linguagem natural exige que antecedente e conseqüente digam respeito a coisas relacionadas para serem aceitas e a relação (implícita) é de **causalidade**. Além disso, os interlocutores necessitam de um conhecimento compartilhado. Para Sweetser, será *a idéia da prótase do condicional como condição suficiente para o preenchimento da apódose que vai elucidar a ligação entre condicionalidade e causalidade* (op. cit.: 127 – trad. e grifo meus).

<sup>82</sup> Conforme já vimos no capítulo 3 deste trabalho, para Malidier (1997: 23), a disciplina AD tem um inegável caráter sincrético.

<sup>83</sup> Henry, P. (1992: 126-136) ao comentar a descrição do “buquê invertido”, critica esse esforço da lingüística que busca a complementaridade entre a sociologia e a psicologia para explicar os fenômenos da linguagem.

<sup>84</sup> op. cit., p. 03: “defining a precise notion of inference or entailment”.

**No domínio epistêmico**, a relação “se-então” expressa a idéia de que o conhecimento da verdade da premissa hipotética (expressa na prótase) seria uma **condição suficiente** para concluir a verdade do conseqüente, como em “se ela é divorciada, então já foi casada” (condicional tautológico). Mas nem tudo é tão simples assim, há enunciados condicionais no domínio epistêmico que necessitam, para serem aceitos, um cálculo pragmático, embora sejam logicamente verdadeiros como “Se Paris é a capital da França, (então) dois é um número par.”

**No domínio dos atos de fala** (como em: “Se não for indelicado perguntar, o que fez você deixar seu emprego?”) <sup>85</sup>, *alguns atos de fala condicionais invocam as máximas de Grice* (idem: 119). Para esses atos vão valer as condições, preenchidas ou não, de felicidade para os enunciados.

Assim, para Sweetser, a análise dos condicionais deve deslocar-se da Semântica e da Lógica Formal para a Pragmática, uma vez que a sua interpretação exige conhecimento partilhado entre os interlocutores.

Sweetser finaliza as suas análises colocando a hipótese, no mínimo interessante, embora não relevante para os objetivos deste trabalho, de que (*assim como ocorre com outras conjunções*) *o se-então lógico-formal deriva do se-então da linguagem natural* (op. cit.: 142) e faz uma advertência: *mas ambos não podem ser identificados um com outro.* (íbidem)

Sob uma perspectiva discursiva, não será a definição do condicional nem a sua função de verdade ou função de felicidade o que nos interessará no presente trabalho, mas sim o funcionamento discursivo dessas estruturas, articulando, pelo discurso transversal, no intradiscursivo, uma discursividade a que chamaremos de “subversiva”, e projetando, pelo funcionamento da temporalidade no acontecimento, os sentidos da utopia.

Vejam então, resumidamente, mais algumas abordagens teóricas do condicional hipotético dentro dos estudos da linguagem:

## A perspectiva da Lógica

Koch, I. (1984: 127 e ss), ao comentar as relações interfrásticas que estabelecem a argumentatividade textual, trata das relações básicas entre proposições na lógica contemporânea: conjunção, disjunção, condicionalidade e bicondicionalidade. A autora prefere considerar essas relações de tipo lógico como compondo uma unidade enunciativa, na linha teórica de Ducrot.

Com relação à condicionalidade, vemos que um enunciado composto é **condicional** (também chamado **hipotético** ou **implicativo**), quando se combinam duas proposições – a antecedente (prótase), geralmente introduzida por **se**, e a conseqüente (apódose), introduzida por **então**, que pode vir implícita. Mais adiante veremos que as possibilidades de variação lexical nessas estruturas são muitas.

O que caracteriza o enunciado condicional em oposição ao conjuntivo e ao disjuntivo é sua irreversibilidade: não se pode trocar a ordem dos enunciados (se E2, E1) sem prejudicar o sentido do enunciado condicional complexo. Isso não significa que não possa haver uma inversão na enunciação do condicional (E2, se E1), inversão essa muito comum, conforme se verá na análise do corpus desta pesquisa. Koch explica a relação condicional da seguinte maneira:

*(...) um enunciado condicional afirma que seu antecedente implica seu conseqüente ( $p > q$ ). Ele não afirma que o antecedente é verdadeiro, mas tão somente que, sendo o antecedente verdadeiro, o conseqüente também o será. Também não afirma a verdade do conseqüente, mas apenas que ele será verdadeiro se o antecedente o for. É por essa razão que o seu significado essencial reside na **relação de implicação** que se afirma existir entre o antecedente e o conseqüente.*

*Essa relação de implicação pode ser de vários tipos: **conexão lógica** (se todos os mamíferos são vertebrados e a baleia é um mamífero, então a baleia é vertebrada); **conexão de caráter definidor** (se Paulo é solteiro, então Paulo não é casado); **conexão causal** (se aquecermos o ferro, então ele derreterá); **conexão de decisão** (se meu time perder, então beberei a noite inteira).*

---

<sup>85</sup> Neste trabalho estou propondo um “funcionamento metaenunciativo” para esse tipo de condicional (vide capítulo 3).

Uma vez que a AD trabalha com a leitura dos pré-construídos do interdiscurso e com efeitos de sentido das seqüências enunciativas, os “tipos” de relações implicativas apresentados acima vão estar sendo lidos como efeitos de sentido. Assim teremos “efeito de sentido” de conexão lógica, de definição, de tomada de decisão, causal, dentre tantos outros, como se verá no próximo capítulo.

Por ora podemos dizer que, mesmo que a teoria que embasa este trabalho o permitisse (o que não é verdade absolutamente), uma tipologia das relações de implicação entre prótase e apódose do condicional muitas vezes não se sustenta nos processos parafrásticos que serão analisados pois há relações de recobrimento.

Voltemos à Lógica Formal. Nesse campo teórico, costuma-se distinguir dois tipos de condição: a necessária e a suficiente. Vamos ver a diferença:

*- **p** é condição suficiente de **q**, quando a verdade de **p** permite afirmar a verdade de **q**. Assim, num enunciado condicional verdadeiro, **p** é condição suficiente de **q**; por outro lado, **q** é condição necessária de **p**, quando o conhecimento da falsidade de **q** permite assegurar a falsidade de **p**. Isto é: o conseqüente de um enunciado condicional verdadeiro é condição necessária do antecedente.*

*A relação de condicionalidade engloba, assim, as de causalidade (proposições causais, consecutivas e finais), bem como as proposições conclusivas da gramática tradicional. (op.cit.: 129 e 130)*

Com relação à questão da necessidade, essa noção não pode entrar na análise dos enunciados hipotéticos utópicos, uma vez que não se pode aferir a verdade desses enunciados porque os fatos que representa estão no devir, no futuro desejado, ainda não ocorreram. Vejamos a análise do seguinte recorte discursivo:

**Se nós sairmos** (...), homens de uma mesma geração, de cidade em cidade, de porta em porta, contando ao povo a verdade, tudo mais [a revolução] **será** decorrência disso (...) (453 – 373 – **s.e. 133**)

A existência da “revolução” utópica não se verifica no presente da enunciação, bem como a ação reputada como suficiente para que ela aconteça de fato: “a revelação da verdade ao povo”. No entanto, se houver o trabalho de “conscientização” necessariamente haverá a revolução. Ora, se a classificação das relações de implicação operada pela Lógica Formal e a questão da necessidade e da verdade são problemáticas para a análise dos enunciados condicionais, então por que mencionar esses processos analíticos aqui? Como se verá no final deste capítulo, funciona nesses enunciados hipotéticos utópicos uma “simulação” de implicação lógica, com sua aferição de verdade associada. Essa implicação simulada é sustentada por pré-construídos do interdiscurso de certas formações discursivas. No caso da **s.e. 133** acima, o pré-construído é “a consciência política provoca a ação política”, ou seja, “não há ação política que não seja informada pela razão” – um pré-construído iluminista, evidentemente. Voltaremos a esse tipo de análise no próximo capítulo.

### **A perspectiva funcionalista**

Ângela Vaz Leão (1961) apresenta um trabalho de pesquisa em textos literários focalizando o enunciado hipotético. Esses textos recobrem toda a história da Língua Portuguesa desde o latim e de sua evolução para o latim vulgar às línguas românicas atuais.

O embasamento teórico da pesquisa de Ângela V. Leão é o de uma lingüística estruturalista de orientação funcionalista que busca o sentido dos enunciados na mente/psicologia dos falantes. É respeitável a sua contribuição aos estudos da Língua Portuguesa enquanto sistema. A autora faz um levantamento dos estudos sobre o que ela chama de “período hipotético” nos principais gramáticos e filólogos da Língua e cita os que mais profundamente se dedicaram ao tema:

*É em Epifânio Dias (“Sintaxe Histórica Portuguesa”), Júlio Moreira (“Estudos da Língua Portuguesa, 1ª Série”), Said Ali (“Gramática Histórica da Língua Portuguesa” e, principalmente, “Dificuldades da Língua Portuguesa” – capítulo “O Futuro”) e Mattoso Câmara Jr. (“Uma Forma Verbal Portuguesa” – cap. “A*

*Condição e a Irrealidade”)* que encontramos as melhores páginas escritas em português, sobre os meios de exprimir a hipótese. (op.cit.:14)

Em suas conclusões a autora afirma:

*os três esquemas mais freqüentes [do período hipotético] cuja importância se manteve nas várias fases da língua são:*

*(a) se + pres. indicativo + pres. indicativo*

*(b) se + imperf. subjuntivo + fut. do pretérito*

*(c) se + fut. subjuntivo + fut. do presente* (op. cit.: 216)

A título de exemplificação podemos ter as seguintes estruturas simplificadas:

(a) Se ele luta, vence.

(b) Se ele lutasse, venceria.

(c) Se ele lutar, vencerá.

No entanto, é preciso que se considerem variações temporais na estrutura:

(d) Se ele luta, vencerá. (presente do indicativo + fut. do presente)

(e) Se ele lutasse, vencia. (imperfeito do subjuntivo + imperfeito do indicativo)

(f) Se ele lutar, vence. (futuro do subjuntivo + presente do indicativo)

Excetuando-se as estruturas (b) e (e), com prótase no modo subjuntivo, todas as demais foram consideradas no corpus desta pesquisa, além dos casos de nominalização. No próximo capítulo deste trabalho, quando forem apresentadas as seqüências enunciativas com o funcionamento do condicional hipotético, vamos ver que a riqueza estrutural da língua vai muito além dessas variações e permite a articulação de efeitos de sentido que os funcionalistas jamais sonhariam sistematizar.

Dentro da mesma perspectiva funcionalista de Ângela Vaz Leão, a seguir serão apresentados, comparativamente, os resultados de três trabalhos sobre o condicional: o de

Maria Helena Mira Mateus et alii <sup>86</sup> e o de Mattoso Câmara Jr. <sup>87</sup>, no português, e o de Beatriz Lavandera <sup>88</sup> no espanhol.

Mira Mateus et alii (1987) examinam a relação de sentido entre as duas proposições do condicional a partir das condições de verificabilidade das proposições no mundo real. A partir daí, classificam as construções condicionais em três tipos semanticamente delimitáveis: condicionais factuais (ou reais), condicionais contrafactuais (irreais) e condicionais hipotéticas.

Já o estudo de Lavandera centraliza-se na prótase (antecedente), a oração subordinada da estrutura a que chama “hipotética”, geralmente iniciada por “se” (“si” em espanhol), enquanto que Mattoso Câmara centraliza sua análise na apódase (consequente), a oração principal, com verbo no futuro do pretérito (condicional).

Assim como Mira Mateus, tanto Lavandera quanto Mattoso Câmara analisam seus corpora considerando condições de possibilidade/probabilidade de ocorrerem, no mundo real, os fatos enunciados pela estrutura condicional. Chegam eles a uma classificação que reflete diferentes graus de “realidade” para a estrutura. Pode-se comparar a classificação dos autores citados como se segue:

	Condicional		
Mira Mateus	factual (real)	contrafactual (irreal)	hipotético
Lavandera	-----	contrário	real/possível
M. Câmara	-----	condicional strictu-sensu	irreal lato-sensu/ Potencial

<sup>86</sup> vide bibliografia, p. 298 a 303

<sup>87</sup> O trabalho, de 1956, recebeu o título “Uma forma verbal portuguesa – estudo estilístico gramatical” e foi novamente publicado em 1967, por Georgetown University Press, Washington d.c., sob o título “A Forma Verbal Portuguesa em –ria”. O corpus é composto de textos literários escritos em língua portuguesa.

Comparando-se as tipologias:

1) O **condicional factual**, apenas considerado por Mira Mateus, estabelece relação de **implicação lógica** entre proposições e pode ser exemplificado pela estrutura silogística clássica:

(Todo homem é mortal)

Se X é homem, então X é mortal.

A mesma relação de implicação aparece em generalizações (leis, princípios):

*Se a água atinge a temperatura de 100 ° C, entra/entrará em ebulição.*

Nessas construções, o locutor (“LOC”) *assume que os conteúdos das duas proposições se verificaram no mundo real, no intervalo de tempo relevante.*

*O enunciados exprimem uma **relação de causalidade** entre estados de coisas descritos na proposição antecedente (A) e na proposição conseqüente (B), sendo A uma condição suficiente de B, podendo a conseqüência (B) ser **possível, provável ou necessária** a partir da condição (A).*

2) O **condicional contrafactual**, de Mira Mateus (“contexto contrário” de Lavandera e “condicional stricto-sensu” de Mattoso Câmara), estabelece *relações gerais entre proposições que se verificam em **mundos alternativos** ao mundo real. Ou melhor, no intervalo de tempo relevante, o antecedente verifica-se num mundo alternativo ao mundo real e, no mesmo intervalo de tempo, a sua negação verifica-se no mundo real; o conseqüente verifica-se num dos mundos alternativos ao mundo real, seleccionado pelo antecedente.*

Esses mundos alternativos podem ser:

(a) acidental ou ocasionalmente contrafactual

(b) essencialmente contrafactual

---

<sup>88</sup> Beatriz Lavandera (1984) apresenta alguns estudos em Sociolinguística, sob uma abordagem que a autora define como funcionalista e que pretende ser uma contribuição para uma semântica sociolinguística descritiva a partir de análise da língua oral de falantes de Buenos Aires.

(c) mundo impossível

Os exemplos dados são:

(a) *Se tivesse chovido em Portugal em 1981, não tinha/teria havido seca.*

(b) *Se o Sol girasse à volta da Terra, não havia/haveria sistema solar.*

(c) *Se a Terra não fosse esférica, era/seria cúbica.*

Geralmente os condicionais que aparecem nesse contexto apresentam prótase com verbo no imperfeito do subjuntivo, tanto no português como no espanhol. Veja-se o exemplo de Lavandera:

*Si pudiese volver el tiempo atrás, me preocuparía más en eso.* (op. cit.:24)

[Se pudesse voltar o tempo , me preocuparia mais com isso]

Para Mattoso Câmara, o modo condicional stricto-sensu, em que a impossibilidade de realização do que se enuncia na prótase é total (*se eu fosse o homem mais rico do mundo...*), caracteriza-se pela dependência da oração principal em relação à subordinada. Por isso mesmo o verbo da principal nunca estará no presente como ocorre em outros condicionais.

Aliás, o autor considera que todos esses referidos graus de realidade são irrelevantes pois todas essas estruturas privilegiam a categoria “modo” em detrimento da de “tempo”.<sup>89</sup>

3) Nas construções do **condicional hipotético**, de Mira Mateus – (“real/possível” de Lavandera e “irreal lato-sensu/potencial” de Mattoso Câmara) - (*que incluem orações tradicionalmente designadas condicionais*), o conteúdo proposicional de A especifica o (s) mundo (s) real (is) epistemicamente não acessível (is) no intervalo de tempo da enunciação em que se verifica o conteúdo proposicional de B. Exemplo:

---

<sup>89</sup> São estruturas que vêm no “modo” uma categoria gramatical primária, estreme da categoria de “tempo”, sem levar em conta uma interferência das duas categorias, que pode dar a uma forma verbal de pretérito, e ainda mais freqüentemente de futuro, um caráter modal, decorrente de seu próprio caráter temporal. (op.cit.: 06)

*Se o Gonçalo vier cedo, vamos/iremos jantar fora.*

As autoras apontam para o fato de que o tempo mais utilizado nesse tipo de construção é o futuro, *por ser o tempo lingüístico que exprime sempre uma modalidade não-factual.*<sup>90</sup>

Agora consideremos as análises de Lavandera e de Mattoso Câmara para os condicionais que não são nem o da implicação lógica nem o dos mundos alternativos.

Mattoso Câmara faz distinção entre o potencial (eventual) e o irreal lato-sensu mas não exemplifica o primeiro, embora afirme ser a estrutura de frequência dominante. O autor diz que se tem o “irreal lato-sensu” quando se tem o que se enuncia não como absolutamente impossível (“se eu fosse rico...”).

A distinção que Lavandera faz entre o “real” e o “possível” em sua análise (bem como sua oposição ao “contrário”) diz respeito à atitude dos falantes diante da possibilidade de ocorrência dos fatos apresentados pela estrutura condicional. No contexto “real”, indica-se quase que um fato previsível a partir de acontecimentos que já tiveram lugar com as mesmas conseqüências previstas no momento da enunciação:

*Si él tiene un disgusto, no viene y me dice: Mirá, me pasó (...)* (op. cit.:25)

[Se ele tem um desgosto, não vem e me diz: Olha, me aconteceu (...)]

Em sua pesquisa, a autora não encontrou nenhuma ocorrência de imperfeito do subjuntivo ou de condicional (distinção existente no espanhol) nas prótases em contexto “real”.

No contexto “possível” não se pode decidir entre a total “irrealidade” e a “quase realidade” que caracterizam os demais contextos. Nesse caso a prótase apresenta alta frequência de tempo condicional (traduzido para o pretérito imperfeito do subjuntivo do português), mas apresenta também muitas ocorrências de presente do indicativo e de imperfeito do subjuntivo:

*Si tendría que hacer una cosa como esa, me gustaría.*

[Se eu tivesse de fazer uma coisa como essa, gostaria.]

condicional

*Si yo tengo que ir a vivir al campo, iría (...)*

[Se eu tenho de ir viver no campo, vou (...)]

pres. indicativo

*Me sentiría muy contento si eso lo cumpliera.*<sup>91</sup>

[Eu me sentiria muito contente se isso acontecesse.]

imperf. subjuntivo

Com relação ao **uso dos conectores** na construção sintática dos enunciados condicionais, Mira Mateus observa que “a oração antecedente pode ser iniciada pelos seguintes conectores: “se”, “caso”, “no caso de”, “se porventura”, com verbo no futuro do conjuntivo; “quando”, também se seguido do futuro do conjuntivo, tem um valor condicional e temporal; “contanto” e “desde que” são usados com o presente do conjuntivo.”<sup>92</sup>

Sem se considerarem as diferenças teóricas e metodológicas entre os autores acima apresentados, todos oferecem oportunidade de reflexão a respeito da natureza e do funcionamento do condicional hipotético, mesmo pelo que **não** dizem a respeito dele: sua estrutura morfo-sintática é ponto de observação privilegiado para o semanticista, pois permite que se percebam sentidos que atravessam o discurso e constituem o sujeito naquilo que são.

---

<sup>90</sup> op. cit.: 301. Em nota de rodapé, às pp 301 e 302, as autoras listam, citando A.V. Leão, outras formas de construção do condicional hipotético, sendo todas interessantes para a análise que se pretende neste trabalho.

<sup>91</sup> op. cit., p. 25 – todos os exemplos

<sup>92</sup> op. cit., p. 301. Obs.: embora possam ser facilmente fornecidos exemplos de enunciados hipotéticos iniciados pelos conectores discriminados, note-se a estranheza de uma construção como: \* **No caso de** eu for feliz, você será feliz também.

A classificação de estruturas condicionais em contextos “contrários”, “reais” e “possíveis”, ou outra terminologia que se utilize, só pode ser aplicável dentro de uma perspectiva de avaliação subjetiva das condições de produção dos enunciados, o que não é nossa perspectiva aqui.

É certo que as abordagens funcionalistas acabam por fazer uma tentativa de interpretação das intenções do falante ao pronunciar este ou aquele enunciado, mas não têm ferramentas teóricas suficientes para “ler” o não-dito, o silenciado.

Evidentemente os enfoques filológico-diacrônicos não dizem respeito à concepção materialista da história. Desse modo, a ideologia, categoria fundamental para o materialismo histórico, não entra nessas análises do condicional hipotético.

### **A Perspectiva da Pragmática**

Oswald Ducrot (1972:178) comenta as descrições habituais do enunciado de tipo “se p, q” como uma relação entre proposições (“p” e “q”):

*A maioria das descrições habituais dizem que eles [os enunciados] servem para afirmar a existência de uma certa relação entre as proposições ‘p’ e ‘q’, relação aliás bastante difícil de explicar, pois pode ser a da causa para o efeito, do princípio para a consequência, da condição para o fato.*

No mesmo lugar, o autor, que considera a “suposição” como um ato, irá propor uma descrição pragmática para a relação entre esses enunciados do condicional hipotético:

*Para resumir, a tese principal aqui defendida é a de que uma proposição do tipo **se p, q** não tem como significação primeira ‘p é causa de q’, nem ‘p é condição de q’ (se bem que possa indicar tais relações). Seu valor fundamental é permitir a realização sucessiva de dois atos ilocucionais: 1º) pedir ao ouvinte que imagine ‘p’; 2º) introduzido o diálogo nesta **situação imaginária**, afirmar aí ‘q’. (op. cit.: 178 – o grifo é meu)*

Ainda no mesmo capítulo (p. 190 e ss), Ducrot diferencia o enunciado “se p, q” da implicação material lógica admitindo que o condicional hipotético opera no **nível dos sentidos**, produzidos por situações de uso da linguagem, e não no nível das significações e que o valor de verdade da sua proposição antecedente não necessariamente pode ou deve ser provado.

Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996:302-304) consideram o emprego do condicional hipotético como um tipo de “argumento pragmático”. Ressalvados os devidos deslocamentos teóricos, é interessante verificar como os autores tratam o “funcionamento” dessa estrutura argumentativa que classificam como um tipo de “argumento baseado na estrutura do real”, estabelecendo um vínculo causal entre as proposições e tendo como uma das suas características **simular** “o verdadeiro”:

*Denominamos “argumento pragmático” aquele que permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas **conseqüências favoráveis ou desfavoráveis**. Esse argumento desempenha um papel a tal ponto essencial na argumentação que certos autores quiseram ver nele o esquema único da lógica dos juízos de valor. Para apreciar um acontecimento, cumpre reportar-se a seus efeitos. (...)*

*As **conseqüências**, fonte do valor do evento que as acarreta, podem ser **observadas** ou simplesmente **previstas**, podem ser **cabais** ou puramente **hipotéticas** (...)*

*A partir do momento em que uma ligação “fato-conseqüência” é constatada, a argumentação se torna válida, seja qual for a legitimidade da própria ligação. (...)*

(op. cit. 302-304 – os grifos são meus)

No capítulo 8, estaremos apreciando esse efeito de simulação do verdadeiro articulado pelos funcionamentos do condicional hipotético que, ressalvados os deslocamentos teóricos, como já se disse, são referidos acima.

## A perspectiva discursiva

Michel Pêcheux (1975:105 e ss), enfocando o problema da **determinação**, analisa estruturas enunciativas que têm a forma de : “Aquele que x, y”, sendo que a variável ‘x’ corresponde a um sentido, a um modo de apresentação de um objeto no mundo. Esse sentido só é possível por uma operação discursiva, isto é, uma atribuição de sentido dentre outras tantas possíveis, de tal modo que a variável possa ser considerada uma variável que preenche um lugar dentro de um silogismo com premissa maior de valor universal . Um dos exemplos de Pêcheux é:

*Aquele que causar algum prejuízo para alguém / deve repará-lo.*

(Quem)

Esse enunciado, que pode ser parafraseado por: “Todo aquele que causar...” ou por “Se alguém causar...”, tem força de generalização e funciona como premissa de caráter universal, como um pré-construído que sustenta o seguinte silogismo:

Aquele que causa prejuízo a alguém deve repará-lo.

X causa prejuízo a alguém.

Logo, X deve reparar o prejuízo que causa a alguém.

Pêcheux chama a atenção para a força de “lei” que sentidos “generalizados” apresentam. São equivalentes ao que aparece no enunciado proposto por Frege: *Quem é mamífero tem sangue vermelho*, em que a implicação lógica é evidente: se todo mamífero tem sangue vermelho ...

Para Pêcheux, a equivalência entre estruturas do discurso “científico” e do discurso “jurídico”, como a apontada acima, estabelece uma relação de **simulação de verdade** para esses últimos, como se, a exemplo dos enunciados da física, da química ou da biologia, pudessem ser postos à prova e como se pudesse ser atribuído a eles um valor lógico. Em nota, ao final do capítulo, o autor fala de uma “promiscuidade” para esse funcionamento.<sup>93</sup>

---

<sup>93</sup> “promiscuidade - que constitui por si só um objetivo de estudo - (...) - op. cit.:136

Observe-se agora que o termo maior do silogismo descrito acima (“Todo aquele que causa prejuízo para alguém deve repará-lo.”) pode ser reduzido para a forma do condicional hipotético de proposição particular afirmativa: “Se X causar prejuízo para alguém deve/deverá repará-lo.”

Desse modo, trazemos a questão para o ponto que concerne ao interesse do presente trabalho: o funcionamento discursivo do condicional hipotético. E a exigência que se impõe é que o dispositivo teórico-metodológico da AD deve ser mobilizado para dar conta dessa relação de **simulação de funcionamento de implicação lógica** articulando os enunciados hipotéticos do político. Será esse dispositivo teórico que deverá ser aplicado para que a sustentação ideológica de recortes discursivos, como o abaixo, possa ser desvelada:

(...) a Revolução é do Povo e se [-]guem se levantar contra o Povo será por Ele esmagado (00391 – 06 – s.e. 7)

Essa construção condicional hipotética, com verbos no futuro do subjuntivo + futuro do indicativo, tem a forma da proposição maior do **silogismo hipotético condicional**, que poderia ser desenvolvido assim:

**Se alguém** se levantar contra o Povo, será esmagado pelo Povo

Ora, X se levanta contra o Povo

Logo, O Povo esmagará X

Pode-se reduzir o silogismo hipotético desenvolvido acima a um **silogismo categórico** da seguinte forma:

**Todo aquele que** se levanta contra o povo é esmagado pelo povo.

Ora, X se levanta/está se levantando contra o povo

Logo, X será esmagado pelo povo

Assim, sob a perspectiva do presente trabalho, o chamado condicional factual, tão usual nas ciências ditas exatas e na filosofia, fornece um simulacro de funcionamento para

o condicional hipotético, isto é, o condicional hipotético, objeto deste estudo, **funciona** no imaginário dos sujeitos **como se fosse** o condicional factual, como se a condição da sua proposição antecedente pudesse sempre ser verificada no mundo real.

Entre prótase e apódose estabelece-se uma **relação ideologicamente simulada de causalidade necessária**, ou uma relação de diretividade argumentativa. Cláusulas antecedentes do condicional hipotético, da forma “se...então” ou com o futuro hipotético “quando ... então”, implicam uma **relação causal implícita** ideologicamente determinada com a conseqüente.

A premissa do silogismo categórico (implicada na relação semântica de necessidade que se estabelece entre prótase e apódose do condicional) circula interdiscursivamente na sociedade como um **pré-construído**, como uma verdade proverbial: “a união faz a força”.

A título de extensão da análise discursiva, observe-se que a proposição condicional do primeiro termo do silogismo é também atravessada pelo **efeito do pré-construído** circulante no interdiscurso que identifica “o povo”, pelo funcionamento do imaginário em certa formação ideológica/discursiva, como uma entidade (observe-se o uso da maiúscula no corpus: “Povo”), um ser todo poderoso, certamente contrariando a lógica fregeana ...

Observe-se também que embora “ser esmagado pelo povo” seja colocado num tempo futuro, e somente nesse futuro o seu conteúdo proposicional possa ser verificado, seu emprego **simula a certeza e a “verdade”**. Um mundo hipotético é especificado, significado, no presente, numa **projeção utópica** de futuro, se satisfeitas determinadas condições e que coloca em funcionamento o imaginário e, com ele, o sonho e o desejo.



## 7. OS SENTIDOS DO NÃO-DIZER

Antes de entrar na questão do funcionamento que finalmente interessa a este trabalho: o funcionamento do condicional hipotético, é preciso que se faça um parêntese para que seja colocada a questão do **não-dito**. Isso porque veremos, ao longo do próximo capítulo, que é possível ler, **nas** estruturas condicionais, o funcionamento da ideologia.

Pêcheux (1995), em seu anexo 2 (“Algumas Repercussões Possíveis nas Pesquisas Lingüísticas”) reafirma a hipótese (de uma então incipiente “teoria materialista do discurso”<sup>94</sup>), de que *o não-dito precede e domina a asserção* (op. cit.: 291) e procura questionar como as implicações desse pressuposto retornariam sobre a Lingüística, disciplina de embasamento idealista, historicamente estabelecida. Toda a discussão se dá motivada pelo tratamento dos processos parafrásticos nas diversas tendências da Lingüística. Nesse sentido, o autor coloca algumas questões e, dentre elas:

*(...) de que modo conceber as “sistematicidades” fonológicas, morfológicas e sintáticas - que constituem as condições materiais lingüísticas de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos - para que seja desfeita a ilusão que faz com que essas sistematicidades (e, sobretudo, a da sintaxe) apareçam como um bloco homogêneo de regras, uma máquina lógica? De que modo conceber os apagamentos, os recobrimentos e as superposições parciais que afetam necessariamente essas diversas sistematicidades? (op. cit.: 290 – grifos meus)*

Sabemos hoje que a ilusão da “máquina lógica” não se desfez em muitas áreas de pesquisa e que uma “teoria materialista do discurso” não retorna sobre a Lingüística, a qual continua, dentro de suas várias tendências (cognitivista, interacionista, etc.), a ignorar que *o não-dito precede e domina a asserção*. As várias tendências lingüísticas atuais continuam

---

<sup>94</sup> A respeito do caráter institucionalmente incipiente da AD de então, leia-se: *As várias observações que se seguem visam a indicar muito esquematicamente as questões lingüísticas nas quais nos parece desembocar o presente estudo. Dizemos “questões lingüísticas”, na medida em que pensamos que seria absurdo pretender fundar uma nova “disciplina” ou uma “teoria”, mesmo que fosse a “teoria materialista do discurso” (p.288)*

considerando o “não-dito”, o implícito, o apagado, ou como resultado de estratégias de cunho cognitivista, presas ao sistema, e propõem hipóteses sobre operações mentais de superposições, recobrimentos e apagamentos na geração de tais ou tais estruturas superficiais da língua, ou então consideram o não-dito, o implícito, como o resultado de estratégias de cunho interacionista, determinado pelas intenções do falante na interlocução.

Vamos examinar algumas posições teóricas, que têm orientado os estudos da linguagem, a respeito do **não-dito**:

Examinemos inicialmente a contribuição de Ducrot,<sup>95</sup> com sua distinção entre a noção de “pressuposto” (ligado à língua enquanto sistema) e a de “subentendido” (ligado à situação de interlocução). Segundo o autor, a **pressuposição** diz respeito ao conteúdo semântico que se pode inferir de um enunciado embora esse conteúdo não esteja ali explicitado. Já o **subentendido**, diz respeito a informações compreendidas fora do âmbito da cadeia enunciativa e pertencentes ao conhecimento de mundo compartilhado pelos falantes.

A Enciclopédia Einaudi, em seu volume 2 (*Linguagem - Enunciação*)<sup>96</sup> cita alguns critérios para determinar os pressupostos:

a) critério de interrogação - *Diz-se que uma frase ‘F’ comporta o pressuposto ‘X’ se, e só se, a maior parte dos enunciados dessa frase veicularem a informação ‘X’ e se o mesmo se passar para os enunciados da frase ‘F?’* Ex.: Em *O Pedro deixou de fumar?* está pressuposto *Dantes o Pedro fumava.*

b) critério de negação - *Inteiramente análogo ao critério de interrogação, atribui a ‘F’ um pressuposto ‘X’ se, e só se, a informação é veiculada, habitualmente, tanto pelos enunciados de ‘F’ como pelos de ‘neg-F’.* O mesmo exemplo que o caso anterior pode ser oferecido aqui: *Pedro não deixou de fumar* pressupõe *Pedro fuma.*

c) critério de encadeamento - *Baseia-se no comportamento semântico da frase ‘F’, contendo um pressuposto ‘X’ quando está encadeada a outra frase ‘F linha’.* Ex.:

<sup>95</sup> Ver Ducrot (1984), especificamente cap.II, seção I: “Pressupostos e Subentendidos - Reexame”

<sup>96</sup> op. cit.: 401

Em Pedro está bem [F] porque deixou de fumar [F-linha], mantém-se o pressuposto de F-linha: *Pedro fumava antes*.

No caso das orações coordenadas, como em *Ou Pedro deixou de fumar, ou nunca fumou*, a análise pressuposicional deve ser relativa a cada uma das frases tomada individualmente.

Já no caso do discurso relatado: *O João me disse que o Pedro deixou de fumar*, os pressupostos desaparecem da frase total.

d) critério pragmático - esse critério *não diz somente respeito ao conteúdo da frase ou do enunciado: não é relativo àquilo em que se transforma esse conteúdo sob o efeito de diversas transformações sintáticas. O que está aqui em jogo são as possibilidades de emprego da frase, o tipo de acto ilocucionário que se pode realizar graças a ela; ou melhor: um enunciado 'E' pressupõe 'X' quando o seu enunciador 'L', ao empregá-lo, simultaneamente aceita a responsabilidade de 'X' e não anuncia 'X'. Nada impede, no entanto, de admitir que 'L' pressupôs 'X' e que tinha, no entanto, a intenção de dar a conhecer 'X' aos ouvintes ou mesmo aos destinatários. O importante é que 'L' não tenha querido 'assumir o papel' de alguém que dá a conhecer 'X' aos outros, qualquer que tenha sido a sua estratégia escondida.*

Entra-se, por esse último critério, no domínio da pragmática, da “linguagem em uso” cultivada na tradição da filosofia de linguagem inglesa, com Austin e Searle. Já se está aqui no campo do subentendido e não no da pressuposição, que é essencialmente lingüística, verificável no interior do sistema lingüístico. Nesse domínio inserem-se também os trabalhos sob a perspectiva da psicologia social. Ler os pressupostos (um processo de inferenciação) é um processo que envolve, segundo Clark, L. (1985:112), cinco áreas de pesquisa:

1) a do conhecimento compartilhado da realidade social - sem esse tipo de conhecimento não se percebe o sentido dos enunciados;

2) a dos processos atribucionais - referem-se aos modos pelos quais procedemos a inferências com relação a causas dos comportamentos;

3) a do estudo de traços de personalidade e de estereótipos sociais baseados em distinções gerais de gênero, grupo étnico, idade, papel social, ocupação;

4) a da reciprocidade na interação social - baseada nos processos de atribuição moral de qualidades tais como “bom” e “mau”, que devem ser recompensados ou punidos, respectivamente;

5) a do estudo da afetividade - envolve as emoções.<sup>97</sup>

Evidentemente essa é uma perspectiva de linguagem enquanto representação, que envolve paradigmas cognitivos e medidas cognitivas, e que não deixa de ser uma abordagem pragmática, uma vez que considera a interpretação da intenção do falante e a leitura de pressupostos na cadeia falada, com o objetivo de testar os graus de compreensão e de comunicação na interação verbal. Entrar por esse domínio é uma opção teórico-metodológica que parte de uma concepção de linguagem enquanto “dado” e da noção de sentido como “evidência”.

Embora todas as abordagens do não-dito, comentadas acima, sejam pertinentes para a análise que aqui fazemos da estrutura do enunciado condicional, essa análise não se esgota aqui pois essas abordagens teóricas não são suficientes para dar conta do funcionamento discursivo dos enunciados em questão, uma vez que não permitem compreender o lugar de identificação do sujeito pelo e no discurso, filiado a formações discursivas, funcionando na contradição.

Aqui o não-dito não tem, portanto, o estatuto do transformacionalmente apagado, nem do pressuposto lógico, nem do subentendido pragmático. Neste trabalho, o não-dito tem estatuto discursivo e seu funcionamento se analisa, sempre, em relação ao efetivamente dito.

Para Orlandi (1999: 59), o dispositivo analítico, a ser construído pelo analista,

---

<sup>97</sup> op. cit.: 112 - “This chapter has discussed five areas of relevant research from social psychology. These included (1) shared knowledge, (2) attributional processes, (3) traits and stereotypes, (4) reciprocity in social interaction, and (5) affect.”

*(...) tem como característica colocar o dito em relação ao não-dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.*

Assim, outro conceito produtivo para o trabalho do analista do discurso é o do *silêncio*. Orlandi (op. cit.: 83 e ss.) aponta para o não-dito, o **silêncio**, duas formas fundamentais: a primeira é a do **silêncio fundador**: a condição essencial para a significação, *é o silêncio como horizonte, como iminência de sentido (...) silêncio que indica que o sentido pode ser sempre outro*. O silêncio fundador é todo o dizível que não se materializa discursivamente mas que está lá, em alguma região do interdiscurso, como possibilidade ou impossibilidade definitiva, em permanente tensão com o que se diz, de tal modo que o que determina o dizer é o mesmo que determina o não-dizer: a múltipla determinação que advém da língua, do inconsciente e da história, tudo ao mesmo tempo.

A segunda forma de silêncio é o **silenciamento ou política do silêncio** que se divide em *silêncio constitutivo* e *censura*. Pelo silêncio constitutivo, *pois uma palavra apaga outras palavras* (idem). A censura é uma interdição jurídica, uma imposição que cala o dizer.

Uma análise discursiva do não-dito permite que se chegue aos **pré-construídos** - premissas lógicas ou pseudo-lógicas, “verdades”, crenças, superstições, dogmas, autos de fé, lugares-comuns - cujos sentidos circulam num momento da história de uma sociedade como **efeitos de pré-construído**. Os indivíduos falantes, ao serem atravessados por esses efeitos, passam a significar a partir de uma posição de sujeito e não de outra, filiados a tais e tais sentidos e não a outros, a tais formações discursivas e não a outras. Essas filiações são articuladas pela língua. Percebe-se, então, que é por operações de análise semântico-sintática que se podem perceber os efeitos de pré-construído e lugar do **equivoco** nas “premissas”, uma vez que podem ser contraditórios os sentidos.

Assim, inscrever-se em uma ou em outra formação discursiva é o mesmo que apropriar-se de tais e tais sentidos mas é também, permanentemente, estar exposto ao jogo das contradições, dos deslizamentos e das derivas desses sentidos.

Já vimos que as categorias **interdiscurso** e **efeito de pré-construído** inscrevem o analista numa posição teórica filiada ao materialismo histórico. Essas categorias, em relação à base lingüística, representam, conforme Pêcheux (1995: 259): (...) *a existência determinante do todo complexo das formações ideológicas, submetido, em condições históricas sempre específicas, à “lei” geral de desigualdade que afeta essa formações (...) no processo de reprodução/transformação das relações de produção existentes.*

Desse modo, não é possível ver a língua apenas como sistema com o seu funcionamento de regras sintáticas, morfológicas ou fonológicas. O que interessa é ver a língua como um dos determinantes dos efeitos de sentido discursivos e compreender que *os apagamentos, os recobrimentos e as superposições parciais que afetam necessariamente essas diversas sistematicidades* reclamam um tratamento discursivo que considere as superfícies discursivas sim, mas também o não-dito, que precede o dito, pois está colocado na região do dizível, do interdiscurso, como possibilidade sempre lá.

Decorridos trinta anos da indagação de Pêcheux: (...) *de que modo tirar as conseqüências lingüísticas do fato de que o não-dito precede e domina a asserção?* - já sabemos que não é possível falar de “conseqüências lingüísticas”, mas sim de conseqüências discursivas, uma vez que o sistema lingüístico deve ser visto apenas como um dos determinantes do discurso (ao lado da história e do inconsciente), incapaz, por si só, de dar conta da relação tensionada entre o dito e o não-dito.

## 8. AS CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DO FUTURO ALMEJADO

mas não estás morto  
 João Pedro, que **se confundir ao povo não morrerá**  
**permanecerá** porque não foi indivíduo  
 foi uma época, porque não foi uma dor apenas  
 mas um sofrer coletivo (1147 – 1673 – **s.e. 371**)  
 - José Carlos Capinan, 1962 -

### Diretividade Argumentativa e Funcionamento Disjuntivo do Condicional

Neste capítulo examinarei ocorrências de estruturas do **condicional hipotético**, cuja característica semântica é apresentar, na prótase, uma **condição** para que uma nova situação de fato, utopicamente projetada, seja verificada futuramente no mundo real. Essa condição da prótase funciona como condição suficiente para que se realize, no **futuro**, o cenário projetado pela apódose.<sup>98</sup>

Nesta pesquisa, focalizarei apenas o **condicional hipotético (real)**<sup>99</sup>, ou seja, aquele que traz, na prótase, o futuro do subjuntivo e, na apódose, o **futuro do presente** do modo indicativo. Já tivemos, no capítulo 5, a análise do funcionamento político utópico do futuro do presente. Naquele capítulo vimos que é possível ler, pelo funcionamento desse tempo verbal, a utopia – tanto a utopia do mundo ideal, livre de contradições, como a utopia da revolução que deveria acontecer para que se alcançasse esse mundo ideal.

Isso não quer dizer, absolutamente, que o **condicional contrafactual (irreal)**, com prótase no futuro do pretérito, não produza efeito de sentido utópico. Há duas justificativas para o corte radical do condicional contrafactual do corpus desta pesquisa. A primeira é que esse condicional pode produzir, em grau máximo, o **efeito de sentido da incerteza**. Sabemos que a característica semântica do condicional contrafactual é apresentar na prótase um cenário irreal em vários graus, isto é, com poucas ou nenhuma probabilidade de ser

<sup>98</sup> Ver a questão da simulação de relação implicativa lógica conforme ficou discutida no capítulo 6.

<sup>99</sup> Ver a discussão das diversas teóricas do condicional bem como suas tipologias também no capítulo 6.

verificado no mundo real. Essa prótase implica um conseqüente, também num cenário irreal, articulado pelo futuro do pretérito.

Por outro lado, vimos, ainda no capítulo 5, que construções com o futuro do presente também podem produzir efeito de sentido de incerteza, dúvida, baixo grau de certeza sobre o futuro utópico pelo funcionamento de modalizadores. Vamos dizer então que entre o condicional factual e o contrafactual, há uma **gradação** que vai da certeza incontestada de que um futuro desejado vai se realizar ao mais perfeito ceticismo. Esses dois extremos podem ser exemplificados pelos enunciados: “Se lutarmos, venceremos” e “Se lutássemos, venceríamos”. E é o grau extremo de incerteza que se desejou deixar fora deste trabalho ao se cortar o condicional contrafactual.

A segunda justificativa para o corte do condicional contrafactual do corpus da pesquisa é a relação de **dependência sintático-semântica** que a apódose mantém com a prótase, perdendo o sentido se dela for destacada. Já no condicional hipotético, o verbo no futuro do presente permite que se trabalhe com a apódose de maneira independente (“Venceremos!”), como de fato o fiz na análise das utopias do mundo ideal e revolucionária. O mesmo não acontece com o futuro do pretérito (“venceríamos...”) que exige uma prótase condicional: “venceríamos”, enquanto forma verbal isolada, produz uma incômoda instabilidade de sentido quando desacompanhada do condicional : “se ...”.

Uma vez justificado o corte, gostaria de comentar, embora sem pesquisa realizada que me autorize fazer esse comentário, que há **poucas ocorrências** do condicional contrafactual no corpus em relação às ocorrências do condicional hipotético (e suas paráfrases). Talvez esse baixo número de ocorrências se dê realmente pela característica discursiva que estamos aqui postulando para os textos do arquivo: uma articulação apaixonada entre o desejo de um futuro diferente do presente e a certeza de sua realização se preenchidas certas condições . Ora, onde está em jogo essa articulação há pouco lugar para a incerteza, a dúvida – não há lugar para o contrafactual, portanto.

Na discursividade que aqui analisamos, os pré-construídos que sustentam essas seqüências enunciativas do condicional contrafactual sustentam também as seqüências enunciativas do condicional hipotético. O que vai se constituir, portanto, no foco das análises, será justamente a **articulação entre o futuro utópico e as condições propostas para sua realização**. Essa articulação não é necessária, como é o caso do condicional

contrafactual e, por isso, vamos dizer que se trata de **uma articulação de efeito político**. Essa articulação se dá pela necessidade de luta com o objetivo de alcançar mudança. Podemos sonhar, projetar futuros quixotescos ou dantescos sem propor ações para alcançá-los. **Propor essas ações, portanto, faz toda a diferença, compromete juridicamente o enunciador não apenas com o desejo de mudança e com a enunciação desse desejo, mas também com práticas que visam à mudança.**

Quero chamar a atenção para um **funcionamento disjuntivo** do condicional hipotético, um funcionamento que obriga a uma necessária “opção” política. Sob a afirmativa “Se lutarmos, venceremos”, está implícito o reverso negativo: “Se não lutarmos, não venceremos”.

Ducrot, O (1977), ao trabalhar com a pressuposição, demonstra que a negação implica a afirmação, mas que o contrário não se verifica. Dizer, portanto, que o condicional afirmativo implica o reverso negativo somente é possível sob uma perspectiva discursiva, se estivermos lendo esse funcionamento disjuntivo a partir das Condições de Produção do corpus e a partir das posições sujeito e FD ideologicamente distintas, pela utopia.

O funcionamento disjuntivo está relacionado à diretividade argumentativa do condicional hipotético que, ao temporalizar a utopia, instaura ideologicamente uma relação de causalidade entre prótase e apódose da estrutura. Comprometer-se com a utopia instaurada pela futuridade, na apódose, faz com que o sujeito se comprometa também com a prótase, com as condições de realização da utopia.

Fica, assim, o sujeito submetido a um **dilema** que é, como se vê, político, ideológico: o que há são somente dois cenários mutuamente excludentes: lutar ou não lutar. E é preciso escolher. Essa situação premente de “escolha” está permitindo que se possa postular para o sujeito subversivo um **funcionamento trágico**, como se verá mais adiante, durante as análises desta pesquisa.

Já vimos, no capítulo 4, que o político, para a teoria que sustenta nossas análises, só pode ser entendido no nível polissêmico do simbólico e que as práticas políticas são práticas que se inscrevem no simbólico. Vimos também que há uma diretividade argumentativa na articulação entre os dois termos dos enunciados condicionais – a prótase e a apódose, ou seja, o antecedente e o conseqüente. O que este trabalho estará analisando, a

partir daqui, portanto, é o estatuto dessa articulação entre o desejo do novo e a maneira proposta de alcançá-lo: que práticas são propostas? Que pré-construídos as legitimam? Quais os graus de comprometimento do enunciador com essas práticas políticas?

Vamos nos lembrar também de que este trabalho está colocando em análise estruturas sintáticas que podem ser consideradas parafrásticas uma vez que sua enunciação converge para a constituição do sujeito utópico e subversivo.<sup>100</sup> O que permite a leitura da **paráfrase da estrutura do condicional hipotético** é, principalmente, o funcionamento da **relação de causalidade implicitada argumentativamente** (no sentido de Ducrot, 1990) na relação sintático-semântica entre prótase e apódose, uma relação que, como já vimos, **simula o funcionamento da implicação lógica**.

É preciso, no entanto, ter sempre claro que um processo parafrástico não é uma questão de “estilo”, uma “escolha subjetiva do sujeito enunciador”. Colocar enunciativamente uma estrutura e não outra já está marcando um movimento de deslizamento de sentidos no nível mesmo da sintaxe.

Esse tipo de análise, necessariamente, exige que se trabalhe com o conceito de **domínio de memória**. Para Courtine (81: 56)

*é a partir do **domínio de memória** que se podem apreender os funcionamentos discursivos de **encaixe do pré-construído** e da **articulação dos enunciados** Isso quer dizer que o domínio de memória representa, num plano de organização de um corpus discursivo, o interdiscurso como a instância de constituição de um **discurso transverso** que determina, para um sujeito enunciador produzindo uma seqüência discursiva de referência sob condições de produção determinadas, o **modo de apresentação dos objetos**, dos quais fala o discurso, assim como o **modo de articulação desses objetos**. (tradução e grifos meus)<sup>101</sup>*

<sup>100</sup> “Paráfrase” aqui não é tomada no sentido lingüístico do termo, mas como paráfrase discursiva e tem a ver com a possibilidade de se dizer e de se interpretar o mesmo sob a aparência do diferente. Vejamos o que diz Paul Henry (1990: 59) sobre isso: *A noção de paráfrase discursiva é uma noção “contextual” no sentido em que as paráfrases discursivas dependem das condições de produção e de interpretação, ou seja, das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir sentido.*

<sup>101</sup> Courtine (81) entende por “articulação de enunciados” o resultado do processo, pelo qual o **interdiscurso**, enquanto lugar de construção do pré-construído, fornece os objetos dos quais se apodera a enunciação de uma seqüência discursiva, ao mesmo tempo que **atravessa e conecta entre si esses objetos**; o interdiscurso funciona assim como um **discurso transverso**, a partir do qual se realiza a **articulação** pela qual o sujeito

Retornemos agora sobre a **s.e. 7**, a que suscitou o desejo de pesquisar o condicional neste trabalho:

(...) a Revolução é do Povo e **se [-]guem se levantar** contra o Povo **será** por Ele esmagado” (00391 – 06 – **s.e. 7**)

Já foi dito anteriormente, que é possível, por um aparato teórico que assim o permita, ler sob essa superfície enunciativa, uma estrutura silogística que pode assim ser colocada:

O povo esmaga seus opositores. – premissa maior

X se opõe ao povo. – premissa menor

O povo esmaga X - conclusão

Não desconsiderando a bela metáfora em funcionamento pelo verbo “esmagar”, vemos que o que sustenta o enunciado condicional é um pré-construído (que articula a premissa maior) e que está apagado da superfície discursiva: “o povo é poderoso, é invencível” – ideologicamente marcado pela discursividade da Revolução Francesa, do sec. XVIII, sustentada no discurso das revoluções do sec. XX. Observe-se que nessa **s.e. 7**, “povo” é grafado com letra maiúscula, bem como o seu anafórico “ele”.

Na condição de X (alguém) ousar se levantar contra o povo, será por ele esmagado. E por que o povo esmagaria X ? Ora, porque X se levanta contra ele! – O povo esmaga X **porque** X se levanta contra ele (o povo). Aí está a **relação causal** que reverte a relação conclusiva articulada entre premissa menor e conclusão do silogismo, sendo ambas articuladas à “verdade” ideologicamente determinada da premissa maior.

Vejam as duas seqüências enunciativas no corpus, que mostram a relação causal explicitada, com possibilidade de reversão para estruturas condicionais:

---

*enunciador dá coerência ao “fio de seu discurso”: o intradiscurso de uma seqüência discursiva aparece, nessa perspectiva, como um efeito do interdiscurso sobre ele mesmo. (op. cit.:36) – tradução e grifos meus.*

(...) os sargentos, cabos e soldados, procuram construir êsse Brasil novo, no qual **há de haver** mais tranquilidade, porque **o povo será** o árbitro, não um IBAD qualquer (...) (454 – 373 - **s.e. 135**)<sup>102</sup>

E **SEREMOS CADA VEZ MAIS PERSEGUIDOS**, **por[-]** [porque, com] a força de Deus, **continuaremos** do lado dos oprimidos e dos pobres. (1127 – 6201 – **s.e. 393**)

A seqüência enunciativa superficial **s.e. 135** traz um futuro utópico (“há de haver”) seguido de explicação. Há nessa explicação a possibilidade de reversão para um funcionamento condicional: “se o povo for o árbitro, há de haver mais tranqüilidade”, com o implícito: há mais tranqüilidade no governo do povo.

A seqüência **s.e. 393** também traz a possibilidade de reversão para um funcionamento condicional hipotético, mas um condicional de decisão: “se continuarmos a fazer X, sofreremos Y”. Esse condicional é sustentado por: os poderosos oprimem os pobres, ou seja, há luta de classes na sociedade.

Sem os dispositivos analíticos de “articulação” e de “efeito de sustentação”, bem como sem a categoria de “memória” e sem o “discurso transversal”, não haveria como sustentar as análises que aqui estão sendo feitas. Vemos assim que, sob a superfície discursiva onde aparece o condicional hipotético, funcionam: 1) um efeito de sustentação que articula a argumentação através de uma proposição axiomática que funciona como premissa de um raciocínio; 2) operações de derivação semântico-sintáticas com possibilidade de reescritura.

### **Análises de Recortes Discursivos**

Vamos finalmente ao condicional hipotético, conforme aparece enunciativamente no corpus da pesquisa e chegamos a uma interessante constatação: quase não há ocorrências da estrutura condicional considerada **típica**:

---

<sup>102</sup> IBAD é a sigla de Instituto Brasileiro de Ação Democrática, criado anos antes do golpe de 64. Esse instituto produzia material ideológico anti-comunista e contra o governo – era golpista, portanto. Praticava aliciamentos e distribuía cachês no meio artístico, dispunha de verbas milionárias. Era financiado pelo comércio e indústria e ligado à Câmara do Comércio dos EUA e à CIA.

Se + futuro do subjuntivo + (então) + futuro do presente  
 Se alguém se levantar contra o povo será por ele esmagado

Procederei neste capítulo como procedi no anterior: apresentarei recortes discursivos que serão, a seguir, analisados.

Esses recortes pretendem mostrar, principalmente, um efeito de sentido o qual, afinal, está mobilizando toda a pesquisa: o **efeito político**.

Neste capítulo vai ser preciso levar em consideração as análises das seqüências enunciativas com o futuro utópico realizadas no capítulo anterior, mas agora enfocando sua articulação com as condições de realização desse futuro e com o efeito de comprometimento do sujeito enunciador com essa prática (política) anunciada.

O capítulo anterior apontou para o funcionamento de dois tipos de utopias: a utopia revolucionária (com projeção de ações revolucionárias e da vitória da revolução) e a utopia do mundo ideal. O que há de novo aqui é que a estrutura do condicional articula uma relação tensionada entre o desejo utópico e as condições propostas para sua realização e nem sempre os pré-construídos que sustentam os elementos do condicional (prótase e apódose) pertencem à mesma formação discursiva. Nesses momentos, instala-se a contradição no enunciado, atravessado por diferentes discursividades.

### Recorte Discursivo A – A UNIÃO

“O povo unido jamais será vencido”<sup>103</sup>

Examinemos as seguintes seqüências enunciativas:

**Se o povo não se organizar**, e já está se organizando. **Se o povo não mantiver** a própria unidade e já está mantendo. **Se o povo não der** como lhe quer dar cobertura

<sup>103</sup> Título da canção chilena de autoria do grupo musical Quilapayún e Sérgio Ortega. O título é também o enunciado que funciona como palavra de ordem em manifestações populares pelo mundo todo. Ver funcionamento do enunciado em Zoppi-Fontana (1997:97) analisando o discurso de Raúl Alfonsín, na Argentina, e seus processos de identificação. Em certo discurso, o presidente retoma, pelo discurso indireto, o enunciado: “Es verdad, el pueblo unido, jamás será vencido.” Em outro momento, retoma a união do povo em sua luta: “mientras el pueblo esté decidido a luchar por sus derechos nadie se atreverá a conculcarlos.” (idem, p. 98).

ao atual governo da republica, **nada o salvará** da deposição que está sendo tramada as claras por meia duzia de maus brasileiros que querem colocar o nosso país a serviço da prosperidade de outros povos. (454 – 373 – **s.e. 136**)

Mas se pudemos começar essas passeatas pela Democracia, **não iremos longe se não formos** com todo o povo. **Só unidos chegaremos** ao fim do caminho. (00510 – 128 – **s.e. 123**)

Inicio as análises dos condicionais do corpus com a **s.e. 136** porque aqui temos **uma das poucas ocorrências do condicional típico**, com prótase no futuro do subjuntivo e apódose no futuro do presente. Trata-se de condicional de projeção de futuro negativo provável – “nada salvará o atual governo”, em que já se renunciava a queda do governo João Goulart e o golpe fatal na democracia que se seguiria. A prótase negativa tripla em gradação ascendente tem efeito retórico de advertência: “se o povo não se organizar, se não mantiver a unidade, se não der cobertura ao atual governo”

Chamo a atenção para o funcionamento das estruturas encaixadas depois de cada prótase (“e já está se organizando”, “e já está mantendo a unidade”, “como quer dar cobertura ao atual governo”). São estruturas no presente que funcionam como atenuantes do condicional negativo indesejável. Elas situam fatos presentes em sua relação com fatos hipotéticos no futuro e amarram o enunciado hipotético a suas condições de produção. Esse jogo de negativo/afirmativo, dúvida/certeza produz um efeito de contradição que é, no mínimo, angustiante.

Na **s.e. 123**, a mesma projeção de futuro negativo provável – “não iremos longe” – também com prótase negativa com efeito retórico de advertência: “se não formos com todo o povo”. Nessa **s.e. 123** o único condicional do texto está colocado duas vezes em relação de paráfrase - na primeira vez de forma negativa e com apódose invertida: “não iremos longe se não formos com todo o povo”; na segunda vez de forma afirmativa, com nominalização da prótase: “só unidos chegaremos ao fim do caminho”.

Atenção agora ao referente da expressão metafórica “chegar ao fim do caminho” que quero ler como “fazer valer a democracia”, o mesmo sentido que se lê na utopia que sustenta a **s.e. 136**: “manter o governo democrático”. Assim, nas duas seqüências enunciativas analisadas acima, o sentido da utopia é “manter a democracia” e a condição para a realização de tal desejo, é “que o povo se mantenha unido”.

Neste primeiro recorte discursivo do corpus, ao qual estou chamando de Recorte Discursivo A, apresento mais seqüências com nominalização de prótase produzindo o sentido da “união necessária” que lemos na **s.e. 123** acima:

**Unidos**, nossa luta **será** un passeio triunfal até Brasília! (1 – 3727 – **s.e. 387**)

(...) Os sargentos, cabos e soldados, libertos, **unidos** aos oficiais nacionalistas, **unidos** aos operários, **unidos** aos estudantes, **formarão** uma sustentação invencível para o governo e digo mais, **formarão** a unica sustentação possível para um governo que, neste instante, está enfrentando uma conspiração anti-nacional (...) (452 – 373 – **s.e. 130**)

COMPANHEIROS! **Unidos, somos** uma fôrça invencível. (1045 – 610 – **s.e. 191**)

Nêste país tudo é infeliz  
Aqui impera a ditadura.  
mas **nós unido podemos vencer**  
**isto quando o povo coragem ter.** (1836 – 788 – **s.e. 260**)

As quatro seqüência enunciativas apresentam condicional com apódose invertida e nominalizada por “unido(s)”, a exemplo do que ocorre em **s.e. 123**. A pergunta que surge é: qual é o referente de “unido(s)”? Somente **s.e. 130** o especifica: “militares, operários e estudantes”, num desdobramento da prótase. Ocorre ainda em **s.e. 130** também um desdobramento da apódose, com força explicativa excludente: “formando a **única** força possível para defender o governo democraticamente eleito” – a força de todos. Trata-se do discurso da democracia como valor universal. Ao examinarmos as condições de produção dessas seqüências, vemos que por aí passa toda a força da resistência brasileira à ditadura. Os enunciadores são o povo brasileiro na certeza de que, unido, vencerá o inimigo. A **s.e. 387** é recorte de um “Manifesto aos Brasileiros Cristãos Patriotas”; a **s.e. 130**, recorte de pronunciamento de Ministro demissionário; a **s.e. 191** faz parte de carta de portuário; e a **s.e. 260** faz parte de um poema popular, ingênuo.

Aqui interessa ver que a condição para se realizar o desejo de “vencer (a ditadura)” está sendo colocada como a “união de forças”, não importa o quão contraditório seja juntar, na mesma “força”, militares, operários e estudantes, ministros, cristãos e ateus.

O sonho da “união dos contrários” perpassa o corpus em seqüências tais como a **s.e. 130**, já comentada acima, e em outras como as seqüências abaixo **s.e. 61 e 64** (do mesmo anexo de onde foi recortada a **s.e. 60**, analisada acima) e **s.e. 113** :

**Se não nos pomos** de acôrdo nos objetivos, [-] **andar** dispersos, cada um por seu lado: **vamos marchar** dividi[-] católicos e não católicos; divididos os esquerdistas e os di[-]stas, o povo liberal e o povo conservador, os camponeses e os [-]rios; divididos os de uma direção sindical contra outra direção [-]cal. (1573 – 81 – **s.e. 61**)

**Se** a Aliança popular **quiser aderir** [à plataforma única], nós a rece[-] de braços abertos e **se** os do M.R.L. ou os liberais que que[-]r algo de nôvo, ou os conservadores que queiram transformar [-], ou a democracia cristã, **a todos receberemos**, porque a plata[-] não é patrimônio de um grupo exclusivo, mas dever ser isso que [-], patrimônio de tôda a classe popular.(1578 – 81 – **s.e. 64**)

**Na medida em que** esta perspectiva cristã se encarna numa comunidade que está plenamente envolvida no processo revolucionário [-] que expressa em sua vida esta realidade, **nesta medida** os cristãos **poderão entrar** neste encontro com o marxismo confiantemente! (00468 – 116 – **s.e. 113**)

Para a análise das três seqüências acima é preciso fazer valerem as suas condições de produção: trata-se de textos escritos por religiosos cristãos. No caso de **s.e. 61 e s.e. 64**, católico, e, no caso de **s.e. 113**, protestante. Vemos, então nesse recorte discursivo, a emergência da discursividade cristã, ou melhor, a emergência do religioso no político. Trata-se dos deslocamentos produzidos pela discursividade religiosa. Se no discurso da religião cabe a universalização, a congregação, o encontro, no discurso da política cabe a divisão, a luta, o embate.

Em **s.e. 61** temos um enunciado condicional presentificado que explicita o referente de “nós”. Acontece que esse referente é a própria expressão da **contradição**, colocando no mesmo saco de gatos classes historicamente antagônicas: católicos e não católicos, direitistas e esquerdistas, liberais e conservadores, camponeses e operários, direção sindical X e direção sindical Y. A **utopia negativa** “vamos marchar divididos” pressupõe a utopia positiva cristã da sociedade sem classes, fraterna, em que todos serão apenas a humanidade.

A **s.e. 64** é um **condicional com efeito de sentido de decisão**, seguido de explicação - ela também contraditória e também põe em funcionamento o “desejo da união dos contrários”.

Assim, vemos que, articulada pelo funcionamento do condicional hipotético, a utopia de se “defender a democracia contra a ditadura abjeta” tendo como condição a “união de todos”, é atravessada pela utopia paradoxal da “união dos contrários”. Mas tem de ser uma união o mais abrangente possível para que o objetivo de transformação da sociedade (da ditadura à democracia, da injustiça social à justiça) seja efetivamente alcançado.

Quero apontar para mais duas seqüências enunciativas, com condicional encadeado, que resumem o desejo de unir os contrários para atingir um objetivo comum – uma **contradição** sustentada por muitas seqüências do corpus:

E essa unidade [de ação dos trabalhadores] **só poderá** ser alcançada **em torno daqueles** objetivos programáticos **que atenderem** no fundamental às aspirações das diferentes correntes políticas, que atuam no meio da classe operária, **e que poderão**, assim, constituir a bandeira de luta dessas massas. (23 – 869 – s.e. 308)

Êste potencial resultante [da somatória das contradições] vai aumentando dia a dia, até que um dia, que esperamos não esteja muito distante, **seja tão forte ao ponto de poder cortar** os pulsos do digante [sic] que sufoca o nosso País, **e então podemos dizer** em voz alta e para que todos ouçam:

O Brasil é um País rico.

O Brasil é um País livre.

O Brasil vive em paz. (00092 –8 – s.e. 18)

A s.e. 308 traz dois condicionais encadeados que podem ser assim parafraseados: “se os objetivos programáticos atenderem às aspirações das diferentes correntes políticas que atuam no meio da classe operária, eles poderão constituir-se em bandeira de luta das massas; se eles conseguirem atender a esses objetivos (dísparos) haverá unidade de ação dos trabalhadores”. A modalização por “só” e pelo verbo “poder” estende-se para a estrutura inteira e produz um efeito de **sentido de condição necessária** para que a união desejada se dê, isto é, para que se atenda, ao mesmo tempo, a diversas aspirações da classe operária.

Já a s.e. 18 traz uma estrutura parafrástica para o condicional encadeado subjacente que poderia ser lido como: “se a somatória das contradições for suficientemente forte, derrotaremos a ditadura; se derrotarmos a ditadura, seremos ricos, livres e viveremos em paz”. Lê-se aí o funcionamento das duas utopias que sustentam os enunciados em tempo

futuro, conforme as análises do capítulo 4 deste trabalho: a utopia da revolução vitoriosa e a utopia do mundo ideal, sem contradições. A seqüência enunciativa, no entanto, se por um lado produz um **acentuado efeito de certeza**, articulado pela presentificação dos verbos todos e pelo ritmo do encadeamento, por outro lado instaura a dúvida, o **efeito de certeza atenuado**, articulado pelo modalizador “esperamos que” e do presente do subjuntivo “seja”, na prótase, e pelo modalizador de efeito metaenunciativo “podemos dizer”, na apódose. Leio também no uso do discurso auto-relatado - “esperamos que (...) e então podemos dizer (...)” – esse mesmo **efeito dubitativo**, pois distancia o enunciador da utopia anunciada e de suas condições de realização.

Entre a certeza e a dúvida, o sujeito subversivo é **autoritário**:

Aliás, **a incorporação** de camponeses à re[-] é **indispensável se se quer** transformar em profundidade a sociedade [-]. Uma luta que oponha sômente a burguesia ao proletariado urbano, [-]tar em conciliação. Não seria a primeira vez que o proletariado [-]ar-se-ia no sistema [sic]. (1468 – 76 – s.e. 31)

A experiência tem mostrado, que **o êxito** do trabalho de massas **depende** fundamentalmente da unidade de ação dos trabalhadores. (23 – 869 – s.e. 307)

A s.e. 307 pode ser parafraseada por: “se houver unidade de ação dos trabalhadores, então haverá êxito no trabalho de massas”. O sentido de condição da prótase é dado pelo verbo “depende de”. Essa seqüência produz um efeito de sentido interessante: o **efeito de verdade**. Esse efeito é articulado pelo funcionamento do presente do indicativo, pelo sujeito oracional com sentido passivo e pelo uso da 3ª pessoa e é recoberto por um **efeito autoritário** que confere um **tom didático** ao discurso subversivo.

O mesmo processo presentificação e nominalização com **efeito de verdade** e **efeito autoritário** vê-se na s.e. 31. Aí temos um interessante caso de **condicional invertido** em que o desejo está sendo articulado pela apódose (presentificada) – “se se quer transformar em profundidade a sociedade” e a condição para a sua realização está na prótase– “a incorporação de camponeses à revolução é indispensável”. Essa prótase pode ser parafraseada por : “(então) devem-se incorporar os camponeses à revolução”. Observe-se que o sentido de “incorporar os camponeses à revolução” está ligado à tese marxista da

revolução a partir da classe operária urbana.<sup>104</sup> Aqui, o **tom didático** traz a conclamação à ação.

Há também na **s.e. 381** abaixo a produção de um **efeito de sentido injuntivo**, embora menos autoritário, uma vez que o enunciador se inclui no grupo dos “patriotas” que devem ser mobilizados:

**Vamos nos organizar, nos unir, para combater** e esmagar a ditadura que nos enxovalha, dissemina a miséria e a fome e nos ameaça com as armas que custaram o nosso suor e nosso sangue!  
 (...) **Vamos, patriotas, nos organizar para abreviar** a “NOVA ERA”! (1 – 3727 – **s.e. 381**)

Nessa **s.e. 381** temos uma estrutura injuntivo-final com funcionamento condicional de utopia positiva – “se nos organizarmos (unirmos), esmagaremos a ditadura, abreviaremos a “nova era””.

#### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo A

Vimos pela análise das seqüências enunciativas do Recorte Discursivo A que as estruturas condicionais e suas paráfrases são sustentadas por um pré-construído que poderia ser a união faz a força o qual sustenta condicionais hipotéticos do tipo: “se todos se unirem, atingirão seus objetivos”.

Lemos nessas seqüências que o objetivo a ser atingido, isto é, o desejo que sustenta o condicional, é sempre “a união de todos”, não importando o quão **contraditória** seja essa proposta que pretende unir classes antagônicas na sociedade.

Com relação aos efeitos de sentido produzidos pela articulação prótase-apódose nessas estruturas condicionais, primeiramente pode-se ler uma **gradação no efeito de certeza** em relação a um futuro em que a democracia prevaleça – esse efeito de certeza vai da fé mais completa até à projeção de futuros negativos. Nesses casos temos também a produção de **efeito de advertência**.

Orlandi, E. (87: 146) defende uma análise de discurso mais “abrangente”:

---

<sup>104</sup> Conforme se lê no Manifesto Comunista de Marx e Engels: *De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária.* (p. 24)

*(...) uma análise que leve em conta as condições de produção da linguagem, o processo de interação – isto é, a relação de interlocução e a circunstância em que se realiza – é uma análise mais **abrangente**. Logo, não se trata de analisar um maior número de fatos, ou de pegar no foco “explicativo” da teoria um maior número de fenômenos. Trata-se de ir mais fundo na natureza da linguagem.*

Assim, pretendo também levar em conta as **condições de produção** dos textos até aqui analisados. Trata-se de textos “ex cathedra”, isto é, textos produzidos em **tom didático, doutoral**, do lugar do mestre que ocupa uma tribuna, seja ela um jornal, uma emissora de rádio, um texto de veiculação mais restrita. Senão vejamos as condições imediatas de produção dos textos analisados no recorte discursivo A: <sup>105</sup>

- 8 - discurso de doutorando, médico
- 76 – entrevista em estilo “cartilha” (perguntas orientadas e respostas doutrinárias)
- 81 – conferência de padre
- 116 – texto doutrinário de teólogo protestante
- 126 – manifesto de denúncia e conclamação à ação da UNE <sup>106</sup>
- 373 – pronunciamento radiofônico de ministro demissionário
- 610 – carta aberta de portuário
- 3727 – manifesto do Movimento Revolucionário Cristão

Como se vê, o lugar institucional de onde falam os “subversivos” é um lugar legitimado socialmente para a palavra que ensina, educa, que “forma opiniões”: o lugar do profissional liberal, do político, do religioso, do sindicalista, das lideranças estudantis.

Há, além desses, no recorte, mais três textos que se inscrevem nessa mesma discursividade: 869 – texto didático com assinatura – “Como construir o Partido ...”; 876 – texto didático com assinatura – “A tarefa da Esquerda Revolucionária...”; e 788 - um poema ingênuo manuscrito.

Levar em consideração as condições de produção imediatas dos textos analisados é o mesmo que considerar o **enunciativo** como pertinente para a análise. Focalizar o sujeito

---

<sup>105</sup> A enumeração é a mesma do arquivo BNM.

enunciador, as circunstâncias em que enuncia, traz para a análise as “cenas enunciativas” teorizadas por Maingueneau (1997) e Guimarães (2002) e funciona como um argumento a mais para considerar as seqüências analisadas como “seqüências enunciativas”.

Com relação às análises efetuadas até aqui, para esse Recorte Discursivo A, quero dizer que é produtivo falar-se em **um tom didático**<sup>107</sup> para a discursividade analisada. Esse tom vai produzir um **efeito de sentido autoritário** tanto na conclamação à ação pela defesa da democracia como no estabelecimento de “verdades”.

Pretender e propor autoritariamente a união dos contrários e fazer circularem os sentidos entre a fé absoluta e o ceticismo com relação ao futuro projetado - esse é o drama do discurso da resistência – senão sua tragédia.

#### Recorte Discursivo B – A LUTA

Mas se ergues da justiça a clava forte  
Verás que um filho teu não foge à luta  
Nem teme, quem te adora, a própria morte<sup>108</sup>

A discursividade da resistência conclama o outro à luta. O “outro” com letra minúscula – o destinatário. Essa **característica dialógica** do nosso corpus nos leva a colocar o foco na situação de enunciação.

Orlandi (2001:47) toma o texto como unidade de análise em AD a partir de um deslocamento: a abordagem do texto considerado na *textualização do discurso (efeitos de sentido)*, ou seja, *a análise da historicidade do texto*. Sob essa perspectiva *se trabalha a distância, e não a sobreposição (ou coincidência), entre o lugar da enunciação e a posição sujeito, esta constituída pela relação com as formações discursivas, projeções da ideologia no discurso*. Leva-se em consideração, sob essa perspectiva, *a projeção do lugar social no discurso pelas formações imaginárias*. (o grifo é meu)

Muito bem, o sujeito enunciador conclama “todos” à luta, afirma categoricamente que somente pela união de todos chega-se à vitória – já vimos isso nas análises do Recorte Discursivo A, mas, a partir daí, surgem várias questões em torno do sentido da “luta”: que

<sup>106</sup> UNE – União Nacional de Estudantes

<sup>107</sup> Zoppi-Fontana (97:121) analisa um “tom didático” da FD que produz o discurso alfonsinista na Argentina.

<sup>108</sup> Versos do Hino Nacional Brasileiro – letra de Joaquim Osório Duque Estrada (1870/1927)

luta é essa? Quem luta contra quem? Como se luta? – Em suma: quais os sentidos de “lutar” na discursividade da resistência?

A discursividade em torno da “luta” não somente instaura a figura do outro que deverá lutar junto, como também instaura a figura do “outro” contra o qual se luta, instaura a figura do “inimigo”. Já vimos, no capítulo 4, o político como divisão (Guimarães: 2002). Verón (1987:17) observa que esse “outro” pode ser chamado de “o outro negativo”, o “contradestinatório” – aquele que é excluído do coletivo de identificação (“nós”). Para o autor, *la enunciación política parece inseparable de la construcción de um adversário* (op. cit.:16). Observe-se que apelar para as categorias de enunciado, enunciador e enunciação não traz, segundo o autor, a questão do discurso para a empiria. Trata-se sempre de “objetos abstratos”, construídos imaginariamente. Vimos, também no capítulo 4, que essa conceituação de “enunciação política” está de acordo com a definição do “político”, segundo Schmitt (1972), citada por Corten (1999) – ali, “o político” é *uma construção da realidade a partir da qual (no limite) se estabelece a ‘discriminação’ entre amigos e inimigos*. Nos dois autores, Verón e Schmitt, temos a “construção” (imaginária) do outro como o “não-eu/nós”.

Obviamente a luta é necessária para que as transformações projetadas para a sociedade sejam implementadas, uma vez que as forças da reação objetivam a manutenção do “status quo”. E então, quando se dará essa luta? Ela já existe? Não podemos esquecer que, no capítulo 4 deste trabalho, vimos que a luta revolucionária pode ser, ela mesma, objeto do desejo. Isto significa que a utopia, a projeção de um cenário futuro pode ser simplesmente projetar um processo revolucionário efetivamente em marcha, sendo a revolução o fim último almejado.

Para este Recorte B, procurarei trabalhar da mesma maneira que trabalhei para o recorte anterior. Uma vez que as seqüências são muitas, farei aqui também sub-recortes para a sua apresentação e análise. Vamos ao primeiro sub-recorte:

se não nos permitirem as e[-]ões, recorreremos a **outro meio** para tomarmos o poder, mas toma[-] o poder. (1581 – 81 – s.e. 75)

AVISO AOS REACIONÁRIOS – Nós, os trabalhadores e nossos irmãos Camponeses e das Forças Armadas, alertaremos que se até o dia 1<sup>o</sup> de maio do corrente ano [1964], **não forem cumpridas** as Mensagens enviadas ao Parlamento,

por S. Excia., o Sr. Presidente da República, no que tange às Reformas de Base, **serão vocês os responsáveis** perante o país, de **tudo aquilo que venha a se desencadear**. (1044 – 609 – s.e. 187)

O poder é o objetivo último da política e, numa democracia, as eleições são, de certa forma, um meio para se alcançar o poder, entendido como a ocupação de lugares políticos de decisão. No cenário de uma ditadura, no entanto, os meios não serão “democráticos” – os meios necessariamente devem ser outros. Em s.e. 75 e 187, só se afirma que há outros meios e que se lançará mão deles, mas não estão explicitados (indeterminação da referência articulada pelo funcionamento dos sintagmas “outro meio” e “tudo aquilo que venha a se desencadear”). Um dos efeitos de sentido possível ao enunciar-se algo com sentido opacificado, sem especificação, é o **efeito de sentido de ameaça, de advertência**. Indursky (97:61) analisa esses efeitos de ameaça, juntamente com o **efeito de promessa**, como tipos particulares de um **efeito de performatividade**. Nessa análise, a autora aponta para o duplo efeito de sentido de atos discursivos declarativos presidenciais como “provocado, reagirei”. Dependendo do destinatário do discurso, esse funcionamento condicional poderá produzir efeito de ameaça ou de promessa. Ameaça para os “subversivos”, promessa para os “reacionários”. Orlandi (2001: 64) teoriza sobre esse “jogo”, essa abertura do simbólico, através da noção de “efeito-leitor”: (...) *a textualidade, enquanto matéria discursiva, dá ensejo a várias possibilidades de leituras. Como a discursividade, repetimos, se textualiza com falhas, há textos que expõem mais o sujeito aos efeitos da discursividade, face à abertura do simbólico, e, outros, menos. Isso constitui o(s) efeitos(s)-leitor*. (o grifo é meu).

Na s.e. 75 o efeito da ameaça está também na repetição da proposição “tomar o poder”. Chamo a atenção para o funcionamento dessa seqüência que apenas opõe cenários alternativos para as condições de realização do desejo e não para a projeção utópica do desejo: com ou sem eleições, o grupo pelo qual fala o enunciador tomará o poder.

Tanto na s.e. 75 como na s.e. 187 o enunciador fala em nome de um grupo. Na s.e. 187 o grupo é especificado: “trabalhadores, irmãos camponeses e irmãos das forças armadas” – não todos os camponeses e todos os componentes das forças armadas – apenas os “irmãos”, isto é, os que comungam os mesmo ideais revolucionários. Assim, o enunciador enuncia a partir da representação de um enunciador coletivo.

Vejamos mais um sub-recorte:

A luta neste momento é a mais justa, porque é a luta pela sobrevivência, é o combate a carestia que impiedosamente nos esmaga. **Se assim continuarmos** o nosso Brasil **será um País cheio de párias... e nababos!**... Alguns poucos demasiados ricos... e muitos demasiados pobres, paupérrimos, num contraste revoltante que clama e que brada ao Ceu e pede a DEUS vingança ! ... (232 – 857 – s.e. 275)

(...) êsse documento [sobre as Reformas de Base] tem um grande valor significativo da apatia, do comodismo, da falta de militância dessa mesma maioria que, **se continuar** assim, **vai acordar só quando já fôr muito tarde**. (1692 – 2200 – s.e. 373)

Conforme a s.e. 275, pela avaliação do enunciador, o Brasil já é desigual e injusto e num futuro utópico negativo será como a Índia, país de párias e nababos: ainda mais desigual no imaginário de certa discursividade. Se não houver luta para mudar X, X permanecerá. Mais uma vez o sentido de luta está opacificado, apenas se determina essa luta como “justa” e “por vingança”.

A última seqüência, a s.e. 373, fala do presente que significa a “ausência de luta” por parte da maioria. Essa ausência de luta é significada pelos itens lexicais: “apatia, comodismo, falta de militância” e é resumida por “assim” na prótase do condicional: “se continuar assim”. Na apódose, temos o funcionamento metafórico de “acordar”, que, junto com a expressão temporal “quando já for muito tarde”, opacifica o referente, produzindo também um **efeito de advertência**, enfatizado pelo funcionamento do modalizador “só”.

Se nos dois sub-recortes discursivos acima os sentidos de “luta” estão opacificados, o mesmo não ocorre com as seguintes seqüências enunciativas:

Quando se retira ao povo seu direito de escolha, êle, **custe o que custar**, o reconquistará, numa afirmação de que a história é escrita com a determinação e a coragem das massas populares. (645 – 977 – s.e. 358)

E esta Democracia não nos será doada pela Ditadura, na base de artimanhas, falsos “diálogos”, “bons propósitos”, e “boas intenções”. **Ela será conquistada através da nossa luta**. Um povo tutelado por militares, um povo que não elege seu govêrno, que não decide livremente – não vive num Democracia e lutará para conquistá-la. **Impossibilitado de ir às urnas, [o povo] deverá sair às ruas**. (00510 – 128 – s.e. 122)

(...) **se eles** [os ditadores] **nos esmagam** pela força e pela violência, **vamos preparar-nos** para o revide em igualdade de condições: **DE ARMAS NAS MÃOS!** (1 – 3727 – s.e. 383)

(...) e um número cada [-] [de trabalhadores] vai entendendo que **só através da luta armada** isso [a derrubada da ditadura] **será possível**. (1482 – 77 – s.e. 45)

Eles próprios [os governantes] proclamam sem pudor: “Nosso governo é anti-popular. Nosso governo está fraco politicamente mas está forte militarmente, e **só pela força poderá ser derrubado**”. (00510 – 128 – s.e. 121)

Em outra parte [de “Duas Táticas”], falando sobre a vitória, acrescenta Lênin que esta **“deverá apoiar-se inevitavelmente na força armada das massas**, na insurreição, e não em tais ou quais instituições criadas “por via legal” e “pacífica”. (931 – 698 – s.e. 240)

O momento histórico que estamos vivendo no [-] e também na maioria dos países da América Latina, coloca clara[-] para todo homem honrado, não corrompido pela burguesia, e com um [-] de conhecimento da ciência marxista que só há um caminho para a [-]ção social dos nossos povos, que **só há um caminho** para a Revolu[-] nesse países, e **êsse caminho é a luta armada para** a derrubada do [-]guês, e **para** o início do Socialismo em escala [-]nental. (1 – 666 – s.e. 222)

Washing[-] **[verá] [-]ncadear-se** em todo o continente uma guerra revolucionária ant[-] **se** isso [a deposição de Allende] for tentado. (1487 – 77 – s.e. 51)

Nas últimas manifestações de rua, tanto no Rio co[-] Paulo, estudantes morreram. A polícia atirou e eles só tinham para [-]der pedaços de paú ou nada. Da próxima vez **será diferente; se os o[-] ocuparem** as fábricas, **estarão armados de antemão**. (1468 – 76 - s.e. 36)

O povo está desinte[-] disto [eleições parlamentares consentidas pelo governo], sabe que **com o voto não conseguirá** mudar nada; (...) (1483 – 77 – s.e. 46)

Um povo só é livre **quando** luta. (00510 – 128 – s.e. 124)

Perante a violência cruel desta ditadura –  
**“é difícil defender,**  
**só com palavras, a vida,**  
 ainda mais quando ela é  
 esta que se vê, severina”. (2 – 2861 – s.e. 379)

Sabemos que a ditadura militar brasileira que se instaurou no país a partir de 1964 não aboliu totalmente as eleições.<sup>109</sup> Abolir eleições faz com que se crie uma imagem negativa de um país no cenário político internacional. O que ocorre é que as eleições são completamente manipuladas e não há eleições diretas para todos os cargos do Executivo e do Legislativo. As seqüências enunciativas desse recorte discursivo colocam em evidência a relação entre o impedimento de eleições livres e o desejo de obtê-las por parte do povo, com conseqüentes ações propostas para a realização desse desejo.

Em **s.e. 358** temos, sob a estrutura temporal, o condicional subjacente: “se o povo for impedido de votar, lutará para reconquistar esse direito”, sendo que a incisa “custe o que custar” funciona como uma concessiva. Essa mesma discursividade belicosa atravessa a **s.e. 122**, uma seqüência com dois condicionais: o primeiro – “ela [a Democracia] será conquistada através da nossa luta”, inscreve-se no rol das seqüências do Recorte Discursivo A, sustentadas pelo pré-construído a união faz a força ou unidos, venceremos. O segundo condicional apresenta uma nominalização na prótase: “o povo impossibilitado de ir às urnas”. Na apódose, produz-se um **efeito injuntivo** na prescrição de uma forma de luta através do modalizador “deverá”. Um efeito, sem dúvida, produzido pelo **tom didático** do discurso da resistência à ditadura. Essa forma de luta é “sair às ruas” – em passeatas? Em ações armadas? Em ações furtivas e clandestinas? Não se especifica. As estruturas de funcionamento condicional, tanto da **s.e. 358** como da **s.e. 122** podem ser parafraseadas por “se o povo sofrer violência (do impedimento das eleições livres), reagirá com violência (saindo às ruas)”.

A **s.e. 383** e a **s.e. 45**, também sustentadas pelos pré-construídos que sustentam as seqüências anteriores, são completamente explícitas com relação à forma de luta: prescrevem a luta armada.

A exemplo das seqüências enunciativas analisadas no Recorte Discursivo A, as seqüências do recorte discursivo B também evidenciam um **tom didático** no discurso da resistência à ditadura militar, com um **efeito autoritário**, sem admitir réplica. Esse tom didático aparece muito pelo funcionamento do modalizador “só” (somente) seguido de prótase nominalizada em **s.e. 45** e **s.e. 121** - “só pela força será derrubada a ditadura”, “só através da luta armada isso será possível”. Observe-se que em **s.e. 121**, é citada a fala da

---

<sup>109</sup> Ver Lahuerta, M. (2001) sobre o papel das organizações sociais na resistência à ditadura, inclusive sobre

ditadura. O discurso relatado, aqui, funciona produzindo um **efeito de verdade/credibilidade** em relação à tese da luta armada para alcançar o poder. Ora, se até o inimigo a preconiza ... Observe-se que a luta armada já estava preconizada no Manifesto do Partido Comunista de 1847, por uma estrutura condicional: *Proclamam [os comunistas] abertamente que seus objetivos só podem ser alcançados pela derrubada violenta de toda a ordem social existente*<sup>110</sup>, que pode ser parafraseada por: se (e somente se) a ordem social vigente for derrubada pela violência os comunistas atingirão seus objetivos.

Em **s.e. 240**, outra ocorrência de discurso relatado produz o mesmo efeito. Na discursividade revolucionária, a citação do discurso de Lenin funciona produzindo **efeito de credibilidade, de verdade**, portanto. Esse efeito é intensificado pelo funcionamento do modalizador “inevitavelmente”.

Está subjacente à estrutura de **s.e. 240** o condicional: “se houver luta armada, haverá a vitória (do Socialismo?)”, sustentada pelo pré-construído, também ele belicoso: todo poder emana da força e pelo pré-construído da discursividade marxista apontado acima.

Se em **s.e. 240**, o referente de “vitória” não está explicitado, em **s.e. 222** aparece uma estrutura final encadeada, parafraseando o condicional e tendo a vitória do Socialismo como objetivo último de toda a luta revolucionária: “se houver luta armada, haverá a derrubada do burguês; se houver a derrubada do burguês, haverá o início do Socialismo em escala continental”.

Mesmo condicionais com **efeito de decisão estratégica**, como em **s.e. 51 e 36**, podemos dizer que são sustentados por aqueles pré-construídos que examinamos até aqui : “se for deposto Allende, será desencadeada uma guerra revolucionária na América Latina” – num nível mais macro-político; “se os estudantes ocuparem as fábricas, estarão armados de antemão” – num nível mais pontual. Ambas as seqüências são sustentadas pelo pré-construído à violência se responde com a violência. E, de maneira indireta (pelo funcionamento da negação), esse pré-construído belicoso sustenta **s.e. 46**, onde se encontra a utopia negativa: “o povo não conseguirá nada” se for preenchida historicamente a condição de “o povo ficar satisfeito com eleições parlamentares consentidas pelo governo”. Perceba-se que a referência de “nada” está opacificada – tanto pode ser a democracia,

---

sua participação em pleitos eleitorais.

garantia de direitos, justiça social ou liberdade. E é essa tão cara liberdade que é o conteúdo da utopia projetada na **s.e. 124.**: “um povo só é livre quando luta” - um condicional temporal presentificado e modalizado por “só” com **efeito de sentido de verdade categórica**, que pode ser parafraseado por: “se lutar, será livre” – de resto um condicional sustentado pelo pré-construído todo poder emana da força, incluindo-se o poder de ser livre, de não ser submetido à violência. E violência aí também é um item lexical opacificado: pode ser a violência da fome, da seca, do desemprego, da falta de assistência médica, da desinformação, da polícia, do silenciamento, tudo o que faz com que a vida seja a “vida severina” do poema de J.C. de Mello Netto, ele também censurado. A estrutura da **s.e. 379** traz subjacente o condicional: “se a vida é severina, então é difícil defendê-la só com palavras” o qual traz implicitamente que há necessidade de “outra forma de luta” - mais uma vez uma estrutura sustentada pelo pré-construído: à violência se responde com a violência.

Nem todas seqüências que se referem à luta, no entanto, são tão categóricas. Nem todas produzem o **mesmo efeito de certeza** a respeito da necessidade da luta, principalmente da luta armada. Vou apresentar agora, ainda dentro do Recorte Discursivo B, um sub-recorte com duas seqüências que merecem ser destacadas:

(...) **não sou** absolutamente contra a realização deste tipo de ações [expropriação de armas, tomada de fábricas, comícios, panfletagens] mas que elas **tenham** também **condições de nos dar dividendos políticos**. (2036 – 819 – **s.e. 269**)

**Se** somos representantes da classe popular ou queremos [-]lo; **Se** queremos formar êste movimento de unidade; **Se** se nos a[-] a necessidade de definir nossa atitude ante a violência; [-]**mos** responder a tôdas essas coisas, **temos** que estabelecer [-] muito claramente: não queremos a violência, (...). Queremos o poder para as maiorias. (1583 – 81 – **s.e. 79**)

Observe-se inicialmente que as duas seqüências produzem efeito de definição pelo funcionamento do verbo “ser”. Estão aqui analisadas porque ambas soam estranhas, produzem **efeito de contradição**. Creio que o que “pisa em falso” na **s.e. 269** é a referência opacificada de “dividendos políticos” num condicional subjacente que produz **efeito de**

---

<sup>110</sup> Op. cit., p. 44

**juízo** e que pode ser lido como: “se a ação revolucionária X der dividendos políticos, ela é aceitável”.

O referente de “dividendos políticos” está opacificado. Poderia ser conseguir a simpatia dos reacionários? Inflamar os descontentes com o regime? Funcionar como poder de barganha junto à cúpula governamental? De qualquer maneira, “político” aqui soa oposto a “violento”.

É possível ler a **s.e. 269** como um exemplo de **enunciado dividido**<sup>111</sup>, retomado por Indursky (97:221) como aquele que *veicula em seu interior dois enunciados contrários afetados por FD antagônicas e indicadoras de posições de sujeito inconciliáveis*.

Ora, não é possível, dentro da mesma FD, ser, ao mesmo tempo, contra e a favor da violência como arma política. Uma das marcas sintáticas dessa contradição é o modalizador “absolutamente” que, em português, suaviza a dupla negativa, diminui a força política de “**não ser contra** a realização deste tipo de ações”. É possível sim, aceitar a violência se ela der dividendos políticos, como se a violência fosse um mal necessário, um estágio a ser ultrapassado pela “política”. Trata-se de passar de um estágio de “barbárie” a um estágio “civilizado”. Sustenta essa seqüência o pré-construído maquiavélico os fins justificam os meios. Nessa **s.e. 269**, o funcionamento da conjunção “mas” é implicitamente o de condicional: “se a violência der **também** dividendos políticos, então ela deve ser aceita.” Observe-se o funcionamento do “também” inclusivo que aceita **todos** os frutos da violência, desde que, dentre eles estejam colocados dividendos políticos.

Se a **s.e. 269**, analisada acima, aceita condicionalmente a luta, a violência, a **s.e. 79** a nega, mas não nega um de seus frutos possíveis: a tomada do poder. Ao recuperarmos as condições de produção dessa **s.e. 79**, vemos que se trata de pronunciamento de padre católico. O lugar social ocupado pelo enunciador (locutor-x) lhe impõe posição discursiva a favor da não-violência (“não queremos a violência”) e a favor da fraternidade (“queremos formar este movimento de unidade”), mas também lhe impõe a discursividade contra a opressão (“queremos o poder para a maioria”). Temos aí também, então, um exemplo de enunciado dividido, contraditório.

---

<sup>111</sup> Conforme Courtine (81:98-99), há formulações que, no intradiscurso de uma seqüência discursiva (no nível sintático), operam identificação contrastiva de elementos de saber antagonistas. Trata-se do *énoncé divisé*.

Coloco abaixo paráfrases condicionais para duas relações que se estabelecem entre as prótases e a apódose de posicionamento político pacifista. A seguir tento recuperar o pré-construído que sustenta essa relação argumentativa de implicação.

Paráfrase 1: Se X é **representante** da classe popular, X **deve ser** pacifista.

Pré-construído ético cristão: O pastor apascenta as ovelhas, ou seja, o líder deve manter a massa pacificada.

Paráfrase 2 – Se X **deseja** unidade, X **deve ser** pacifista

Pré-construído: A paz é produto da não-contradição (da unidade), ou seja: a violência é produto da contradição (da divisão)

Como se vê, as relações prótase-apódose implícitas são articuladas por funcionamentos sustentados pela mesma FD: a primeira, pelo funcionamento da identificação com a ideologia cristã, em que “ser líder das massas” deve se identificar com “ser pacifista”. Essa relação é sustentada pelo pré-construído o pastor apascenta suas ovelhas. A segunda relação prótase-apódose é articulada também pelo funcionamento da ideologia cristã que prega a fraternidade e a união. Trata-se de uma relação sustentada pelo pré-construído a paz é produto da não-contradição (da unidade), ou pelo seu contrário a violência é produto da contradição (da divisão).

Até aí o padre está em paz com sua Igreja. A divisão surge quando advoga “o poder para as maiorias.” Ao afirmar “não queremos a violência e a divisão, mas queremos o poder” o sujeito enunciativo está se identificando com duas FDs antagônicas: a cristã e a revolucionária. É contraditória uma posição pacifista no meio da revolução

Podemos perguntar agora em que circunstâncias se dará a luta (armada) com o objetivo de tomar o poder. Vamos examinar algumas seqüências:

(...) revolucionários cômicos de suas responsabilidades [-]tônicas e que ora se empenham em preparar a luta armada pela supres[-] da burguesia como classe dominante e opressora, pela luta armada [-] **terá como palco principal o campo**, e pela destruição do Estado Bur[-] **consequente tomada do poder pelos trabalhadores armados**. (2 – 666 – s.e. 229)

(...) o melhor setor atualmente é o campo, mas êste **não terá condições** de existência **sem** o apóio da cidade. (261 – 454 – **s.e. 182**)

Tôdas essas medidas [a serem aplicadas com a vitória da revolução – ver **s.e. 362**] **serão sustentadas** pela a[-]ça armada de operá[-] camponeses e estudantes, **de onde surgirá o exército revolucionário [-]bertação nacional**, cujo embrião é a guerrilha. (457 – 1615 – **s.e. 363**)

(...) preciso dêsses ou[-] cursos para “fazer média” aqui para a Colô[-] Precisamos ganhar dinheiro, sabe? Do [-] **não poderemos fazer** muita coisa. (0385 – 647 – **s.e. 214**)

Na **s.e. 229** aparece um funcionamento condicional que pode ser parafraseado assim: “se houver a luta armada no campo, haverá a tomada do poder pelos trabalhadores”. Sustenta a estrutura um pré-construído político-estratégico: a luta no campo deve preceder a luta na cidade. Esse pré-construído insere-se na tese foquista de luta revolucionária que preconiza que a luta que deve iniciar-se em focos guerrilheiros, no campo. Na mesma linha de pensamento, a **s.e. 182** também considera a luta do campo como a mais indicada, mas já a considera insuficiente para os objetivos maiores da revolução. A **s.e. 182** pode ser assim parafraseada: “se não houver o apoio da cidade, a luta no campo não se sustentará”.

Vejamos agora o que se pode ler na **s.e. 363**. Trata-se de estrutura com funcionamento condicional encadeado: “se operários, camponeses e estudantes se armarem para a guerrilha, formarão o exército revolucionário. Se for formado o exército revolucionário, haverá a aplicação das medidas propostas.<sup>112</sup> Se houver aplicação dessas medidas, haverá a libertação nacional”. Perceba-se inicialmente que aqui está pressuposta a não-existência de um “exército revolucionário” – o que há é a guerrilha. O “exército revolucionário” tem existência utópica.

A **s.e. 214** fala de um dos maiores entraves para a revolução: a falta de financiamento. Essa seqüência apresenta um funcionamento condicional com apódose nominalizada por “do contrário”, que está, anaforicamente e de modo negativo, por “se não ganharmos dinheiro”. A apódose traz futuro de ação coletiva negada: “não poderemos fazer muita coisa”. A referência de “muita coisa” está opacificada mas pode incluir tudo aquilo que as seqüências anteriores sonham em fazer, inclusive a formação de um exército

---

<sup>112</sup> Ver a **s.e. 362** no Apêndice deste trabalho.

revolucionário. Através desta seqüência e de outras (como a **s.e. 210**, no Apêndice) ficam patentes as dificuldades de financiamento para a revolução, inviabilizando suas condições de realização.

Ainda deste Recorte Discursivo B, comento três seqüências enunciativas pinçadas de um mesmo anexo - o anexo 698. Trata-se de carta do líder revolucionário Carlos Mariguella à Executiva do PC pedindo desligamento por discordância ideológica:

**É preciso** pôr abaixo tal Constituição [autoritária], derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. **Fora disso, é permanecer** mais dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais e ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão do movimento de libertação dos povos latino-americanos. (932 – 698 – **s.e. 243**)

A luta pelas reformas de base **não é** possível pacificamente, **a não ser através** da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes. (932 – 698 – **s.e. 244**)

**O abandono** do caminho revolucionário **leva** à perda de confiança no proletariado, **transformado, daí então**, em auxiliar da burguesia (...) (932 – 698 – **s.e. 245**)

Na **s.e. 243** aparece estrutura de prótase e apódose múltiplas colocando em funcionamento os sentidos da **luta**. As prótases negativas - “se não for posta abaixo a Constituição autoritária, se não for derrubada a ditadura, se não for estabelecido um governo em outra base econômica” – encadeiam-se com as apódoses produzindo um efeito de sentido de ameaça para os ideais revolucionários. As apódoses constituem-se em projeção de um futuro utópico indesejável - “o Brasil permanecerá fazendo acordos eleitorais, permanecerá a favor das classes dominantes e do imperialismo norte-americano, permanecerá como uma ditadura institucionalizada e repressiva.”

Após o plebiscito de 1963, quando foi escolhido o regime presidencialista para o governo brasileiro e foi derrotado o regime parlamentarista (instaurado em 1961), o Presidente da República João Goulart considerou-se fortalecido para implementar as suas polêmicas Reformas de Base.<sup>113</sup> A **s.e. 244** aponta para a inviabilidade política da

---

<sup>113</sup> Essas reformas baseavam-se em cinco pontos explosivos. Esses pontos eram, resumidamente: uma reforma educacional, com estatização total do sistema; uma reforma tributária taxando o lucro pessoal; uma

implementação daquelas reformas que feriam profundamente os interesses das classes altas e médias. Pode-se ler nessa seqüência dois funcionamentos condicionais subjacentes – o primeiro está sob a afirmação categórica inicial: “A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente”; 2) o segundo funcionamento condicional é encadeado e pode ser parafraseado por: “se houver luta revolucionária haverá mudança na estrutura militar; se houver mudança na estrutura militar, haverá possibilidade de luta pelas reformas de base”. Está sustentando esse funcionamento o pré-construído todo poder emana da força. E não há alternativas: a **s.e. 245** nega qualquer outra via para se alcançar o poder de decidir sobre os rumos que o país deverá tomar. Trata-se de uma seqüência com funcionamento condicional com prótase nominalizada: “o abandono do caminho revolucionário” e **apódose dupla**: 1) leva à perda de confiança do proletariado; 2) transforma o proletariado em auxiliar da burguesia. Ou seja: “se for abandonado o caminho revolucionário: 1) haverá perda da confiança no proletariado; 2) o proletariado será transformado em auxiliar da burguesia.” – com o funcionamento da **utopia negativa**, portanto.

Quero chamar aqui a atenção para o **tom didático** produzindo um **efeito de verdade categórica** articulado pelo uso do tempo presente do indicativo, pelas nominalizações e pelo apagamento dos agentes nessas três últimas seqüência analisadas. Ao mesmo tempo, e contraditoriamente, esse apagamento do agente produz **efeito de indefinição** em certas seqüências como em : “O abandono do caminho revolucionário leva à perda de confiança no proletariado”, a partir da qual se pergunta: quem vai abandonar o caminho revolucionário? A vanguarda ou a massa? Quem perderá a confiança em quem ou em quê? O proletariado na vanguarda? Ou em si mesmo? A vanguarda no proletariado?

Para finalizar o Recorte Discursivo B, quero apresentar mais três seqüências enunciativas com funcionamento disjuntivo:

A esquerda universitária existe, [-]iram ou não as fôrças da reação, queiram ou não so interêsses constitui[-]s. **Ou ela afirma-se definitivamente, ou perecerá** dõcilmente nas garras [-] procuram eliminá-la. (640 – 976 – **s.e. 354**)

---

reforma urbana proibindo a posse de mais de uma moradia por pessoa; uma reforma agrária, com desapropriação de terras improdutivas (que visavam somente à especulação); uma reforma eleitoral, com o voto do analfabeto; e uma Lei da Remessa de Lucros, restringindo a remessa de lucros de empresas estrangeiras para seu país de origem

**Silenciar**, nos omitir, deixar como está, **é comprometer** o futuro de nossa Pátria, de nossa gente, de nossos filhos! (1 – 3727 – **s.e. 382**)

**Defender, é acabar sendo** derrotado (1469 – 76 – **s.e. 39**)

A **s.e. 354** é uma estrutura alternativa com funcionamento condicional: se não X, Y - se não se afirmar (fortalecer), a esquerda universitária perecerá. A utopia sustentada pela seqüência é negativa. Aqui, o **funcionamento disjuntivo** da seqüência produz um **tom didático** pelo **efeito de verdade** e mostra um sujeito pressionado por duas direções políticas antagônicas, preso a um dilema, pressionado por uma disjunção excludente. A resistência não pode vacilar. Ou luta ou se arrebenta.

As **s.e. 382 e 39** produzem também um **tom didático** com **efeito de verdade** articulado pela estrutura “X é Y” e pelo funcionamento da nominalização (por infinitivo impessoal). A relação condicional subjacente, em ambas as seqüências tem **funcionamento disjuntivo** e aponta para um futuro utópico negativo caso não seja preenchida a condição da luta por ideais (utopia positiva) e, em seu lugar, se dê o silenciamento, a omissão ou, mesmo, a luta apenas defensiva (utopia negativa). Enunciar esse futuro utópico negativo funciona como apelo à luta em defesa de bens de alto valor para o alocutário: a Pátria, a gente, a família, numa gradação descendente que desce sobre o alocutário como uma flecha que vai rasgando o cenário mais amplo até atingi-lo em seu cerne, seu valor mais caro, a família.

#### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo B

Se se pode falar em dominância ideológica a partir do recorte discursivo B, analisado acima, temos de dizer que domina a discursividade da resistência uma ideologia belicosa que se sustenta em pré-construídos tais como: à violência se responde com a violência, todo poder emana da força, os fins justificam os meios. É como se ouvíssemos os preceitos do Príncipe. É importante notar, porém, que esses pré-construídos ao mesmo tempo que sustentam a discursividade da resistência ao regime militar, podem também sustentar (e de fato sustentam), a discursividade da repressão. Vejamos, por exemplo, o caso de os fins justificam os meios. Como “fins” e “meios” têm referência opaca, tanto

esses “fins” podem ser a manutenção como a transformação do status quo e esses “meios” tanto podem ser a luta armada como a negociação ou a repressão (incluindo-se aí a tortura).

Vimos no entanto que algumas vezes a discursividade revolucionária belicosa é atravessada pela discursividade pacifista cristã. E aí instaura-se a **contradição**. Os pré-construídos o líder deve manter a massa pacificada, o líder deve levar a massa à unidade sustentam seqüências enunciativas com sentidos contraditórios.

Soa contraditória também, no discurso revolucionário, a utopia da social-democracia com a projeção de um mundo ideal em que o socialismo, como um sistema do coletivo, vai se integrar à democracia, o sistema que privilegia os direitos do indivíduo.

Assim como vimos nas conclusões do Recorte Discursivo A, há um **tom didático** que sustenta a discursividade da luta revolucionária. Esse tom é projetado no discurso por uma imagem de revolucionário que ocupa o lugar de “formador de opinião na sociedade”. Examinando as condições imediatas de produção das seqüências enunciativas vemos que os enunciadores ocupam lugares sociais de liderança política: trata-se do sindicalista, do padre, do profissional liberal, do líder político. Esses enunciadores enunciam ex-cathedra, como já se viu no Recorte Discursivo A. Os efeitos de sentido de sua discursividade são também efeitos didáticos, autoritários, articulados muitas vezes por processos de opacificação referencial.

Dentre esses efeitos, que pressupõem a relação do enunciador com a verdade e com o outro do discurso, há também efeitos contraditórios. São efeitos produzidos pelo enunciado dividido, em que o sujeito enunciador é atravessado por FDs antagônicas, como é o caso da FD cristã e a FD revolucionária.

### Recorte Discursivo C – A RACIONALIDADE INSTRUMENTAL

Um galo sozinho não tece uma manhã:  
ele precisará sempre de outros galos.  
 (“Tecendo a Manhã” - João Cabral de  
Melo Neto)

Durante a leitura do corpus, foi me chamando a atenção o grande número de seqüências que produziam o efeito de sentido de oferecer “**estratégias de ação**” para se alcançar os objetivos “revolucionários”, ou seja, a derrubada da ditadura, a democracia, um país rico, livre e com justiça social, sendo exemplo de uma dessas estratégias, a mobilização das massas por agentes iluminados.

Já foi colocado como hipótese, naquele ponto das análises, que um **tom didático** sustentava a discursividade revolucionário-subversiva produzindo vários efeitos, dentre eles o de sentido de decisão estratégica.

Quero chamar a atenção, agora, para um tipo especial de decisão estratégica: sob certas seqüências, é possível observar uma relação causativa: X faz Y fazer algo em benefício dos interesses de X, sendo essa ação causativa diferente da ação que envolve violência física. Assim, X faz Y fazer algo discursivamente e não por força da tortura, da privação de direitos, ou qualquer outro modo cruento. Esse funcionamento traz para o discurso uma relação especial entre lugares de enunciação, uma vez que institui dois lugares em relação social de dominação.

Como se poderá facilmente constatar pela leitura das seqüências deste Recorte Discursivo C, os locutores dos enunciados, na maioria das vezes, se representam imaginariamente como “gestores da mudança” e sua relação com “a massa/o povo”, que deve necessariamente participar da luta para atingir os objetivos revolucionários, uma vez que “um só galo não tece a manhã” (nem tampouco meia dúzia de galos). Está em pauta uma relação de condutor-conduzido. Estabelecem-se, pelo discurso, lugares imaginários numa relação de direção, de ascendência, de dominação, em que o locutor assume um desejo de transformação de dada situação e pretende que seus alocutários ajam de acordo com os interesses dele (locutor), identificados com os interesses da Pátria naquele momento histórico de repressão política, ou então identificados com a construção internacional do socialismo. Esse funcionamento relaciona-se com o planejamento estratégico da ação já analisado no capítulo 5 deste trabalho, quando analisamos o funcionamento do futuro utópico.

Sob nossa perspectiva discursiva, podemos aceitar que existem, circulando pelo interdiscurso de determinada ou de determinadas formações discursivas, sentidos de uma

“racionalidade instrumental” na instauração de um sujeito subversivo representado no planejamento de ações táticas e estratégicas na luta para o utópico. Essa **racionalidade instrumental** vai sustentar uma concepção estratégico-tática do poder, como um pré-construído, que estará articulando as seqüências enunciativas deste Recorte C. Vamos às seqüências:

(...) **nenhum destes objetivos estratégicos** [radicalização da luta institucional e luta ideológica] **pode ser conseguido se não tiver[-] [tivermos] organizado** as forças revolucionárias. (00429 – 113 – s.e. 86)

(...) **temos que nos preparar para dirigir** a luta da classe operária durante todo o processo da Revolução Brasileira, até **a conquista** do poder político e consequente construção do socialismo. (23 – 869 – s.e. 306)

A atividade e a luta não pode mais ser levada [-]nte de maneira improvisada e ao sabor das diversas manifestações de um [-]nto histórico de transição e, às vezes, contraditório. É a atividade [-]jala e sem rumo definido que **corrói lentamente** as campanhas fundamentais [-] **leva**, muitas vezes, **a um desgaste sem solução**. (637 – 976 – s.e. 344)

(...) **estamos (...) mobilizando as massas** para a luta contra a política de “arrôcho salarial” imposta pelo governo da ditadura militar, assim como pela luta por suas reivindicações específicas, **o que será um primeiro passo importante rumo à conquista da unidade da classe operária**. (24 – 869 – s.e. 310)

(...) trata-se de uma tarefa difícil [a combinação do trabalho nos sindicatos com o trabalho ilegal] mas apesar disso, **nosso dever é lutar** para alcançar essa meta, pois **caso contrário não será possível desenvolver com êxito a luta de massas** no momento atual. (22 – 869 – s.e. 304)

A s.e. 86 traz uma clara estrutura condicional com apódoxe invertida e presentificada. Nessa construção sintática quero ler um **efeito de sentido de advertência**, isto é, ao trazer para o primeiro plano o dado novo, a utopia negativa e temível, e ainda mais presentificada (“nenhum dos objetivos estratégicos revolucionários pode ser conseguido”), a enunciação focaliza o futuro indesejável que será fatalmente realidade “se não dirigirmos as massas”. Essa prótase aparece com a 1ª pessoa do plural, instaurando um enunciador que se identifica com a voz que deve comandar as massas ignoras. Evidentemente essas massas constituem as tais “forças revolucionárias”, uma vez que não

há revolução feita apenas por um pequeno grupo de iluminados. Sustenta esse condicional o pré-construído: as massas devem ser dirigidas.

A **s.e. 306** apresenta condicionais implícitos e encadeados e está em relação de paráfrase com a seqüência anterior. O primeiro condicional está subjazendo uma estrutura final de **efeito injuntivo**: “temos que nos preparar para dirigir ...” que pode ser lida como “se nos prepararmos, dirigiremos”. O encadeamento implicativo que se segue é articulado pelo advérbios de direção temporal “até” e pelo adjetivo “conseqüente”: “até a conquista do poder político e conseqüente construção do socialismo”. Esse encadeamento pode ser parafraseado por: “se dirigirmos a luta de classe operária, a classe operária conquistará (ou nós conquistaremos?) o poder político; se conquistar (ou conquistarmos) o poder político, construirá (ou construiremos) o socialismo”. Estou chamando a atenção para a referência ambígua do agente da tomada do poder político e da construção do socialismo, que tanto pode ser a classe operária como aqueles que se dispõem a dirigi-la.<sup>114</sup> Dessa maneira, alcançar o futuro sonhado, a utopia da tomada do poder e da construção do socialismo vai se dar sob a condição de que se dirija a massa.

Nas seqüências do Recorte C está pressuposto um movimento de **resistência** ao status quo pelo funcionamento determinante do artigo definido: “**as** forças revolucionárias” (**s.e. 86**), “**a** luta da classe operária” (**s.e. 306**) “**a** atividade e **a** luta” (**s.e. 344**). Mas trata-se de um movimento pressupostamente desorganizado, uma vez que, na avaliação dos sujeitos enunciadores, necessita de organização.

A **s.e. 344** explicita essa situação de movimento acéfalo e improvisado e, pelo funcionamento do presente do indicativo (assim como ocorre na **s.e. 86**) e pelo funcionamento do modalizador “é que” (“é a atividade sem rumo que corrói ...”), produz um **efeito de advertência profética**, sustentado pelo **tom didático e autoritário** que caracteriza o ethos da discursividade analisada. Sob a estrutura da **s.e. 344** pode-se ler: “se não houver direção, a luta fracassará”.

Se não houver organização para o movimento revolucionário, especificamente para o movimento revolucionário operário também não haverá mobilização e nem unidade. A **s.e. 310** coloca a conquista dessa unidade como um objetivo a ser alcançado. Essa seqüência traz um condicional encadeado sob a forma superficial de estruturas finais: “A

---

<sup>114</sup> A essa questão da referência do agente do poder, voltaremos no capítulo 10.

partir de uma ação que já está se dando no presente – a ação de mobilização das massas - chegar-se-á à luta; se se chegar à luta, chegar-se-á à unidade da classe operária”. Essa seqüência traz subjacente o condicional “se as massas forem mobilizadas, estarão caminhando para a unidade da classe operária”. É um condicional implícito sustentado pelo pré-construído a mobilização em torno de um objetivo comum produz a unidade (a não-contradição), pré-construído que sustenta a discursividade do Recorte B.

Em determinados momentos a discursividade do corpus oferece estratégias para se atingir o objetivo revolucionário: desenvolver a luta de massas. A **s.e. 304** oferece a via que considera como sendo a única: combinar o trabalho nos sindicatos com o trabalho ilegal. Se essa estratégia não for implementada, não haverá luta de massas (no momento atual da enunciação, e na avaliação do enunciador, pelo menos).

Ainda dentro do Recorte Discursivo C, apresento algumas seqüências em que se representa a revolução sob uma **perspectiva partidária**, ou seja, a revolução dar-se-á via organização da massa (como se viu nas seqüências anteriores) pelo Partido Político e não de outro modo. Assim, o Partido Político, com sua estrutura burocratizada e hierarquizada, é representado como **um instrumento** para a realização da utopia da Revolução. O anexo 869 é um opúsculo assinado de 27 páginas intitulado “Como Construir o Partido [Comunista] nas Grandes Empresas?”, datado de março de 1971. O autor declara, em nota final, que “a responsabilidade pela sua elaboração é individual”. O opúsculo trata amplamente do papel do Partido na construção da revolução. Dele apresento três seqüências:

Acreditamos, que **para enfrentar com êxito** o “desafio histórico” colocado perante nós pela vida e reconhecido publicamente pelo VI Congresso do Partido[Comunista] – **construir um forte e numeroso Partido no seio da classe operária** -, **é indispensável que procuremos realizar** um balanço crítico e autocrítico de toda nossa atividade passada e **adotemos** critérios e métodos de trabalho que estejam de acordo com a nova realidade criada e com as novas condições que surgiram neste últimos anos [a repressão da ditadura]. (1, 2 – 869 – **s.e. 282**)

(...) **se não se realiza um grande esforço**, (...) **se não se desenvolve uma grande iniciativa e persistência** para atingir os objetivos traçados, **não é possível alcançar** sucessos na tarefa de **construção do Partido** numa época., como a atual, quando o

centro de toda a repressão da ditadura está dirigido contra os comunistas (...) (2 – 869 – s.e. 283)

(...) o Partido **só pode crescer e se fortalecer** no seio da classe operária **na medida em que** aplica corretamente e com firmeza a sua linha política, aprovada no VI Congresso [?] (27 – 869 – s.e. 315)

As seqüências acima (s.e. 282, 283 e 315) pressupõem a existência de um Partido Comunista fraco e com poucos filiados, vivendo no momento histórico da repressão da ditadura, mas um partido que se deseja “forte e numeroso”. **A construção do Partido, portanto, faz parte da utopia revolucionária.**

A s.e. 282 traz a utopia da construção do Partido forte e apresenta uma estrutura condicional com prótase dupla, verbos no presente e agente da passiva indeterminado. Estão opacificados os referentes de “esforço” e de “iniciativa e persistência”. Esses funcionamentos semântico-sintáticos produzem **efeito de verdade**, produzido pelo **tom didático de efeito autoritário** que constrói o ethos discursivo do corpus.

No caso de direção equivocada ou inepta do Partido, os objetivos de construção do partido forte, capaz de promover a agitação da massa, a tomada do poder e a construção do socialismo (nessa ordem) não serão atingidos. Essa projeção negativa aparece nas seqüências abaixo:

O Partido **só poderá desempenhar** na prática seu papel de vanguarda, **se** as organizações de base e os seus militantes **dominarem** todas as formas de luta; **para isso é necessário** estarmos orgânica, política e materialmente preparados para passar de uma forma de luta para outra, sempre que a situação o exigir. (23 – 869 – s.e. 305)

Não há, assim, ação planejada, atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente **estará** sem condutos para mover-se, **não ouvirá a voz de comando**, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart. (930 – 698 – s.e. 238)

Quero agora examinar um outro sub-recorte do Recorte Discursivo C trazendo seqüências todas do mesmo anexo (o anexo 869), já analisado acima. Todas seqüências deste sub-recorte apresentam a mesma estrutura: a articulação de **uma condição**

**nominalizada**, que traz a descrição de uma estratégia, e **um conseqüente no pretérito perfeito (composto e simples)**, o qual traz o objetivo a ser atingido pela aplicação dessa estratégia. O **tom didático** dessa discursividade é produzido pela reiteração desses funcionamentos. Todas as seqüências examinadas estão articuladas pelo mesmo objetivo político: “a construção do Partido dentro da Empresa”, ou seja, o desejo de interferência de uma organização em outra.

Considerarei interessante colocar essas seqüências aqui por três motivos: 1) elas oferecem a possibilidade de contrapor, às demais seqüências deste Recorte C, outras que, funcionando entre o passado e o presente, funcionam como um balanço, uma reportagem, uma narração da efetiva implementação de estratégias do Partido na “condução da luta revolucionária”; 2) são seqüências articuladas pelo mesmo pré-construído que sustenta os demais sub-recortes do Recorte Discursivo C: É possível X levar Y a fazer algo que interessa a X, ou seja, o funcionamento da racionalidade instrumental, e funcionam como **comprovação de sua tese fundamental**; 3) trazem implícita uma estrutura condicional articulada por esse pré-construído.

**Ao permitir** os apartes e contra-apartes, sem muito rigor na limitação do tempo, **temos ajudado** os companheiros mais tímidos e que têm mais dificuldade para expôr seu pensamento a se desenvolverem politicamente e adquirirem mais confiança em suas próprias forças. (17 – 869 - s.e. 297)

**Ao partir** dos problemas imediatos, concretos e práticos da empresa, relacionando-os com os problemas gerais do país e as formulações de nossa linha política, **temos conseguido uma maior assimilação** da teoria revolucionária e da linha política do Partido por parte dos militantes e, conseqüentemente, melhores resultados em sua aplicação às condições concretas da empresa. (17 – 869 – s.e. 298)

(...) **com esta medida** [discussões individuais] **tem sido possível aprofundar** o exame do problema controvertido, **promover** a ajuda mútua muito salutar, **valorizar** as qualidades dos jovens militantes e **conseguir** dos companheiros em questão uma participação mais conciente e dinamica na atividade partidária. (18 – 869 – s.e. 299)

**Essas iniciativas** [encontros informais entre companheiros e suas famílias] **têm permitido o debate** entre diversos companheiros da Base **sobre** problemas que não estão bastante esclarecidos e que ficaram pendentes nas reuniões, assim como sobre temas políticos e teóricos de caráter geral.

**Os debates desse tipo** (...) **têm possibilitado** uma ajuda mútua proveitosa, assim como a elevação de nosso nível de conhecimentos.

**Esta medida possibilitou também** um maior relacionamento entre nossas famílias e o fortalecimento da amizade e do espírito de camaradagem e fraternidade entre os companheiros.

**Isso nos levou ainda** a melhorar a compreensão do problema da solidariedade aos presos políticos e suas famílias (...)

**Esses encontros** e debates informais **tem ainda contribuído** para que uma parte considerável das famílias de nossos companheiros se incorporem de uma forma ou de outra à nossa causa. Assim é que muitas das esposas de nossos companheiros passaram a entender melhor os objetivos por que lutam seus maridos. (18 – 869 – s.e. 300)

Chamo a atenção para o **tom didático de efeito autoritário** produzido pelo funcionamento de verbos e de sintagmas verbais nessas seqüências: “permitir” e “ajudar” (s.e. 297), “partir de” e “conseguir uma maior assimilação” (s.e. 298); “aprofundar o exame”, “promover”, “valorizar” e “conseguir de” - produzindo **efeito de gradação descendente** (s.e. 299); “permitir”, “possibilitar”, “levar a melhorar a compreensão” e “contribuir para” (s.e. 300).

Quero também chamar a atenção para os objetivos a serem atingidos. Percebo que muitos deles estão em **relação de consecutividade**, como etapas estratégicas para se alcançar um objetivo maior, ou seja: “a construção do Partido na Empresa contribuindo para o processo revolucionário”. Vejamos esses objetivos: “desenvolvimento político e aquisição de confiança em si”, em s.e. 297; “assimilação da teoria para a aplicação prática” – um duplo objetivo, em relação de consecutividade, em s.e. 298; e “conseguir dos companheiros uma participação mais consciente e dinâmica na atividade partidária” – o objetivo final em s.e. 299 . Perceba-se que esses objetivos são condições consideradas essenciais para a realização da utopia da Revolução e são sustentados pelo pré-construído: a consciência política leva à ação revolucionária, o qual será abordado mais adiante no próximo Recorte Discursivo destas análises.

Excetuando-se o objetivo “elevação do nível de conhecimento”, que é sustentado pelo pré-construído a consciência leva à ação (o qual será melhor no próximo sub-recorte destas análises), os demais objetivos são sustentados pelo pré-construído a História é feita pela ação coletiva dos indivíduos (o qual irá também ser melhor tratado nas análises mais adiante). Mas perceba-se que os dois pré-construídos são idealistas, subjetivistas. Isso quer dizer que, na discursividade que produz seqüências como a s.e. 300, uma revolução

depende da identificação dos sujeitos com a causa, uma identificação que se dá um a um, formando uma “rede” de ações individuais com o mesmo objetivo.

Quero analisar agora mais três seqüências do anexo 869:

(...) **temos procurado** sempre manter um determinado número de companheiros na reserva **para em caso de** queda daqueles que estão em ação **assegurar** a continuidade do funcionamento da Base. (14 – 869 – **s.e. 294**)

**Para fortalecer** de forma constante o Partido na empresa **é necessário adotar** determinadas medidas de segurança, tanto no que se refere ao recrutamento, à organização e ao funcionamento, assim como à atividade prática da Base. (25 – 869 – **s.e. 311**)

**Para que** a organização de Base **possa exercer** na prática o seu papel de vanguarda **é necessário: - que esteja** permanentemente ligada à massa da empresa e, tendo em conta o seu nível real, **seja capaz** de indicar com acerto a solução de seus problemas; **que contribua** para a formação de uma consciência de classe, assim como para a organização e para a unidade dos trabalhadores da empresa; - **que tenha** uma visão de conjunto de todo o processo revolucionário, **que se prepare** política, orgânica e materialmente para aplicar todas as formas de luta e **saiba combinar** o trabalho ilegal com o legal. (26 – 869 – **s.e. 314**)

Na **s.e. 294**, a condição implícita “em caso de queda daqueles que estão em ação” é a prótase de uma estrutura condicional que pode ser parafraseada assim: “se X cair, deve ser substituído”. Evidentemente, para que essa substituição ocorra, é necessário que haja “peças de reposição” à disposição. A voz passiva do verbo (“ser substituído”) faz de X um sujeito que não é o agente da substituição, mas o seu objeto. Seqüências como essa cabem bem num Recorte Discursivo em sustentado pelos sentidos da racionalidade instrumental.

A **s.e. 311** traz um condicional implícito “se se adotarem medidas de segurança, o partido na empresa será fortalecido” produz o entrecruzamento de **efeito injuntivo** (pelo funcionamento de “é necessário”) e **efeito de tomada de decisão estratégica** (pela proposta de ação X para atingir objetivo Y).

Em **s.e. 314** temos novamente a estrutura “para X é necessário que Y”, que também pode ser parafraseada por “se houver Y, haverá X”, sendo X o objetivo a ser atingido, o objeto do desejo – “a Base do Partido exercendo seu papel de vanguarda revolucionária”. A Base do Partido é composta de pessoas que deverão exercer a condução da massa sob as

seguintes condições, que constituem Y: estar ligada à massa, indicar soluções acertadas para a massa, conscientizar a massa, organizar e unir os trabalhadores, ter visão ampla do processo revolucionário, estar preparado para todas as formas de luta, atuar na clandestinidade. Nas quatro primeiras condições a Base do Partido projeta sua ação sobre a massa que, pressupostamente (pelo funcionamento do futuro), não consegue encontrar solução para seus problemas, não tem consciência de classe e está desorganizada e desunida.

Antes de encerrar as análises do Recorte Discursivo C, quero apresentar a **s.e. 353**, pinçada do anexo 976 - texto assinado e intitulado “A Tarefa da Esquerda na Universidade Brasileira”

**Tornar possível** uma participação efe[-] cada vez mais ampla da massa estudantil nos movimentos políticos, [-]cipação consciente e não meramente eleitoreira, **é a solução** para al[-]os mais urgentes problemas da política ideológica.

**Superar** as fór[-] organizacionais das entidades estudantis, antes de pretender superar [-]nização nacional; **participar** coletivamente das lutas reivindicatórias [-]versidade; **procurar** resoluções para enfrentar a reação sem com ela [-]igir; **integrar-se** com coerência e urgentemente numa luta efetivamente [-] interesse nacional **são algumas das metas próximas de uma esquerda organi[-]a.** (639/640 – 976 – s.e. 353)

Nessa **s.e. 353**, uma auto-nomeada “esquerda organizada” também propõe estratégias para atingir fins revolucionários.

Algumas estruturas de **proposições categóricas** “X é Y” , em que X está incluído na classe de Y, têm funcionamento condicional subjacente. Vejamos como isso se dá duas vezes na **s.e. 353** acima.

À primeira estrutura “tornar possível X é a solução para Y”, subjaz um condicional que pode ser lido como: “se houver X, haverá Y”, sendo Y a classe de todos os fatos relativos à **prática política**: seus problemas, suas soluções e sendo X uma proposta de **política** mais restrita (a participação consciente dos estudantes nos movimentos políticos), que pode ser incluída na classe de todas as ações que compõem os sentidos da prática política, uma prática política que tem como fim a manutenção / transformação / substituição de uma ideologia com o fim de tomar o poder.

### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo C

Se os recortes discursivos anteriores colocavam seu foco na relação política **sujeito-processo** (Recorte A – “unidos venceremos”) e na relação **processo-processo** (Recorte B – “violência gera violência”), o Recorte Discursivo C vai focar a relação **sujeito-sujeito** – sempre recortado pelo político. Temos, nas seqüências analisadas, a evidência da produção da imagem que o sujeito enunciador faz de si mesmo (enquanto locutor-x): a imagem do líder revolucionário e a imagem que faz do outro (alocutário-x): a massa ignara que precisa ser conduzida. Trata-se da relação entre lugares representados no discurso, lugares de condutor e de conduzido – uma relação inscrita em Formações Imaginárias e representada nas seqüências enunciativas através das figuras do locutor-x e do alocutário-x, isto é, como lugares sociais inscritos no acontecimento enunciativo.

Observemos que esse Recorte Discursivo C é sustentado por três tipos de pré-construídos semanticamente relacionados: por um lado há a crença de que, aplicadas estratégias X, alcançar-se-ão objetivos Y, num relação teleológica entre processos; por outro lado há a crença de que a ação de sujeitos permite que se alcancem objetivos e, finalmente, a crença em que é possível X levar Y a fazer Z, sendo Z do interesse de X.

Uma vez que estamos no campo imaginário das relações interpessoais, um efeito produzido pelo recorte é certamente o **efeito de controle**<sup>115</sup>: o sujeito enunciador acredita que a vanguarda, o líder revolucionário (com o qual ele se identifica), o Partido revolucionário, a Base do Partido revolucionário têm condições, coletiva ou individualmente, de conduzir a massa para o seu destino revolucionário. O seu discurso é sustentado pelo pré-construído: é possível X levar Y a fazer algo que interessa a X, e sua extensão: é possível disciplinar as massas. Esses pré-construídos põem em circulação os **sentidos da racionalidade instrumental**, conforme o proposto nas análises deste Recorte C. Essa discursividade apresenta **estratégias** para se atingir objetivos e também, e por isso, é sustentada pelos pré-construídos o poder exige o controle do processo político (das

<sup>115</sup> Segundo R. Carvalho e Dellagnelo (2003:102), apud Procópio, M.L. (2003:64), *o conceito de controle está intimamente relacionado àquele de poder no sentido de em que ele pressupõe a ação de alguém ou algo sobre o comportamento de um outro e reflete os interesses presentes na organização, assim como as posições dominantes capazes de impor concepções da realidade.*

eleições, por exemplo), para atingir objetivos é necessário adaptar-se às circunstâncias e os fins justificam os meios. O efeito da racionalidade instrumental que a discursividade revolucionária acaba produzindo é sustentado também por outros pré-construídos que permitem outros sentidos, tais como o pré-construído a causa precede o indivíduo em importância, ou seja, o soldado é substituível.

Há momentos em que o Recorte Discursivo C é atravessado pelos sentidos dos já analisados Recorte A e B e sustentado por pré-construídos tais como é possível unir o desigual (Recorte A) e à força se responde com a força (Recorte B). Há momentos também em que é sustentado por pré-construídos que ainda não foram lidos aqui (mas que o serão adiante) tais como: a consciência política leva à ação revolucionária e a história é feita pela ação coletiva de indivíduos.

#### Recorte Discursivo D - O PRIMADO DA TEORIA SOBRE A PRÁTICA – EDUCAÇÃO, CONSCIÊNCIA E VERDADE

O pior analfabeto é o analfabeto político. (Bertold Brecht)

Este Recorte Discursivo D vai apresentar seqüências enunciativas que estão ideologicamente articuladas com as seqüências do Recorte Discursivo C. Ali vimos em funcionamento o pré-construído é possível guiar a massa no sentido de fazer a Revolução. Aqui veremos um dos instrumentos propostos para se conseguir orientar a ação política das massas em direção à Revolução: a **conscientização**.

Inicialmente quero colocar seqüências enunciativas recortadas do anexo 869 – um texto em **tom didático**, intitulado “Como Construir o Partido na Empresa”. Essas seqüências se referem, como já se viu nas análises do Recorte Discursivo C, à formação e atuação do “dirigente das massas”:

(...) pois sabemos que **sem teoria revolucionária, sem estudo, sem quadros dirigentes** política e ideologicamente capacitados, **não poderemos desempenhar** na prática o papel de vanguarda, **o papel de dirigente político** da classe operária e das grandes massas de nosso povo. (16 – 869 – s.e. 296)

É preciso ter em conta que **para realizar** com êxito o trabalho sindical na empresa **faz-se necessário preparar militantes** que **possuam um conhecimento** razoável da legislação trabalhista e sindical, **conheçam bem** os problemas da empresa, o nível de consciência dos operários, saibam se relacionar com a massa, sejam fraternais, solidários e amigos dos colegas de trabalho. (21 – 869 - s.e. 303 )

**Para consolidar** a Organização do Partido na empresa **é indispensável contar**, ao menos, com um **companheiro** que possua certa **base teórica, experiência e firmeza ideológica**, **podendo assim contribuir para a educação comunista dos elementos recém-recrutados, para a formação dos quadros dirigentes e para a seleção adequada dos militantes destinados a cada frente de trabalho.** (...) (25 – 869 – s.e. 312)

A estrutura condicional da s.e. 296 é sustentada pelo pré-construído a teoria informa a prática, mas também pelo pré-construído que sustenta o Recorte Discursivo C (da Racionalidade Instrumental): a revolução se faz através de seus líderes. Essa estrutura é de condicional negativo e pode ser parafraseada por: “Se não houver teoria, estudo e nem quadros dirigentes, a vanguarda dirigente não poderá desempenhar o seu papel.” Ou seja, além de a massa precisar ser dirigida, a direção deve se sustentar numa teoria política.

A s.e. 303 apresenta uma estrutura final sob a qual pode-se ler um funcionamento condicional: “se forem preparados militantes com características X, esse militantes realizarão com êxito o trabalho sindical na empresa”, sendo essas características, além das individuais (ser “fraternal”, “solidário” e “amigo”), aquelas relacionadas ao **conhecimento de nível administrativo** dos vários setores da empresa. Esse funcionamento condicional subjacente é também sustentado pelo pré-construído a teoria informa a prática

Nesse recorte **o conhecimento** aparece como móvel da prática política, como condição necessária. Mais uma vez temos a articulação da seqüência enunciativa pelo funcionamento do pré-construído a teoria informa a prática. Mas há um outro pré-construído sustentando essa discursividade: saber é poder. Podemos dizer que “saber” e “poder” são conceitos que andam juntos na discursividade que permite seqüências enunciativas como as que analisamos acima.

Quero, aqui, apontar para um **efeito de hierarquização dos detentores do saber** na rede política de “conscientização” que se propõe nas seqüências analisadas. O “companheiro” é aquele que, pertencendo aos quadros do Partido e detendo o

conhecimento teórico (político e administrativo da empresa), pode funcionar como “dirigente”. Quem ainda não pertence ao Partido, é “elemento”. Se o “elemento” for “conscientizado” pode tornar-se “militante” nas práticas partidárias. Resta saber quem tem competência para transformar o “companheiro” em “dirigente”, via instrução e conscientização. Vê-se que para passar de um nível a outro de importância dentro do organograma partidário, é necessário que se domine o conhecimento. Um conhecimento que, de resto, circula **impresso**, para desgraça de seus portadores:

Esta faltando par[-] o programa uma maior fundamentação, maior, com a participação de toda O . mas **somente através de circulação de documentos** redigidos pelo setor específico no caso encarregado imprensa **isto se tornará possível**. (2036 – 819 – s.e. 270)

Examinemos agora seqüências enunciativas que falam, em **tom didático**, da “conscientização das massas” e, articulando-se ao Recorte Discursivo C, da “condução das massas”:

**A atividade** de agitação e propaganda clandestina (...) é por si só **insuficiente para** conduzir as massas à luta.

**Não basta** despertar as massas para um determinado problema de seu interesse [para conduzir as massas à luta]

**é necessário** realizar um trabalho de agitação e propaganda em profundidade, no sentido de educar as massas politicamente [para conduzir as massas à luta],

**pois só quando** elas adquirem a consciência de classe **sentirão** a necessidade de se organizarem e **se lançarão** à luta. (19 – 869 – s.e. 301)

(...) pois cada vez se torna mais claro, que o operário **só ingressa** no Partido **quando toma consciência** da exploração capitalista e **não porque** esteja descontente com a sua situação ou passando fome. (7 – 869 – s.e. 288)

A libertação **há de resultar da consciência popular**, da organização popular, e da unidade popular. (459 – 373 – s.e. 148)

**E na medida em que o povo se conscientiza, e na medida em que** o povo se organiza, e **na medida em que** o povo preserva toda a própria unidade, todos aqueles que se envaidecem das nossas canções de ninar, que se envaidecem das nossas romarias, **não têm por que temer** a violência, porque se organizou a única força capaz de dete-la (...) (459 – 373 – s.e. 149)

**Vamos conscientizar** o conjunto dos analfabetos adultos de nossa diocese, **para que** a pequenina e pobre diocese de Cratéus possa, como foi a coragem da pequena

Cuba, ser um testemunho de coragem também, pra as outras grandes regiões do país. (1096 – 36 – s.e. 25)

A s.e. 301 apresenta encadeamento de cinco estruturas com funcionamento condicional, todas com a mesma apódose subjacente funcionando na utopia: “as massas sentirão a necessidade de se organizarem e lançar-se-ão à luta de classes” – na última estrutura a apódose está explicitada.

A s.e. 288 traz uma estrutura condicional temporal com apódose invertida e presentificada e modalizada por “só” e por “cada vez se torna mais claro”, produzindo **efeito de verdade**. A prótase traz a condição temporal centrada na “consciência”. É interessante notar nessa estrutura a explicitação da relação causal, que subjaz ao condicional, pelo funcionamento alternativo da explicação que se segue: “e não porque ...”. Veja que as condições reais de vida do operário não funcionam, no imaginário revolucionário, como causa suficiente para assumir atividade partidária de oposição. O que o vai fazer procurar o Partido é a “conscientização”. Essa mesma estratégia de conscientizar para a revolução, já é apontada no Manifesto do Partido Comunista:

*Mas nunca, em nenhum momento, esse Partido [o partido comunista alemão] se descuidou de **despertar** nos operários uma **consciência clara e nítida** do violento antagonismo que existe entre a burguesia e o operariado, para que, na hora precisa, os operários alemães **saibam** converter as condições sociais e políticas, criadas pelo regime burguês (...) (op. cit.: 43-44) (grifos meus)*

Contraditoriamente, porém, o próprio Manifesto considera o movimento proletário, que fará a revolução, como um “movimento espontâneo”: *O movimento proletário é o movimento espontâneo da imensa maioria em proveito da imensa maioria.* (op. cit.: 25)

Pela s.e. 148, vemos que o trabalho da palavra vai educar as massas e vai criar uma “consciência, organização e unidade” populares, as quais levarão à “libertação”, sendo que “libertação” é um termo opacificado pois não se sabe exatamente qual o seu referente.

A conscientização, na discursividade que permite este Recorte D, se faz principalmente pelas letras como o repositório das luzes da civilização. A complexidade da s.e. 22, abaixo, põe em evidência esse sentido e outros a ele vinculados:

Eu disse: **Por que**, general, o govêrno brasileiro **não fecha** as universidades, **não fecha** as nossas escolas secundárias, **não treina**, no método de Paulo Freire, um milhão de brasileiros, de professôres, e dentro de 4 meses **nós teremos** todos os adultos, camponeses analfabetos, **conscientizados**.

**Então, eles se organizarão**, e eles **participarão** na mudança social.

**Não será** o govêrno, **não serão** os ricos, **não serão** os poderosos, **não serão** os militares, **não serão** os padres nem os Bispos **que farão** a libertação do povo. **São** os camponeses que se libertam, pelo **seu esforço associado**. Eles não necessitam ser puxados pelo cabresto (...) (1095 – 36 – s.e. 22)

A s.e. 22 traz uma estrutura complexa de condicionais implícitos em seqüência implicativa:

1) A estrutura interrogativa com negativas “por que não X ?” produz um **efeito de sentido de indignação** pela inércia de um governo diante de um fato tão vergonhoso como um alto índice de analfabetismo no país <sup>116</sup>, concentrando-se na zona rural. Subjaz a essa estrutura a prótase de um condicional de decisão no funcionamento da política: “se o general <sup>117</sup> fechar as escolas e treinar professores no método Paulo Freire”. A apódose está no funcionamento da utopia: “em quatro meses todos os adultos analfabetos estarão alfabetizados”. Sustenta essa estrutura o pré-construído o governo deve solucionar problemas - a crença nesse pré-construído é sustentada, por outro lado, pelo lugar do general no imaginário da população, um lugar com super-poderes para tomar uma medida radical como a desejada. Observe-se que, na discursividade revolucionária não se propõe “qualquer método” para alfabetizar a população, mas o método Paulo Freire. Sabe-se que Paulo Freire, ao desenvolver seu “método”, não estava interessado apenas em “alfabetizar”, isto é, permitir a decodificação da escrita, mas lhe interessava a politização do alfabetizando. Diante da especificação do método, a utopia da prótase condicional torna-se mais evidente, uma vez que um general eleger o método Paulo Freire para alfabetizar a massa seria altamente improvável, haja vista o trabalho desenvolvido pelo MOBRAL <sup>118</sup>,

<sup>116</sup> Pelo Censo de 1970, a taxa de analfabetismo no Brasil era de 33,6 % da população com 15 anos ou mais. Fonte IBGE.

<sup>117</sup> General Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército em São Paulo a partir de 20/1/1976, após a morte do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho. O General Dilermando faleceu em 11/5/1994.

<sup>118</sup> MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização criado pela lei 5.379 de 15/12/1967, visava à alfabetização funcional e desenvolver elementos de aritmética, sem conotação “politizante”. Na década de 80, em virtude de seu alto custo, foi incorporado pela Fundação Educar.

durante a ditadura militar, o qual passou bastante longe do método proposto pela discursividade revolucionária.

1) A vinculação imaginária do conceito da “alfabetização” com o da “conscientização” é tão forte que, no intradiscurso, aparece uma superposição de ambos em: “dentro de quatro meses teremos todos os analfabetos **conscientizados**” e não “alfabetizados”. Está subjazendo a essa estrutura superficial o condicional “se todos os analfabetos forem alfabetizados, estarão conscientizados” sustentado pelo pré-construído a alfabetização promove a conscientização. Quero entender essa “conscientização” como um conceito opacificado, uma vez que não está claro do que se trata: trata-se de conscientização política? Consciência de seu papel de explorado no organismo social? A mim parece que sim e somente essa referência para “conscientização” permite que se continue a argumentação na linha da ação política desejada.

2) O terceiro condicional implícito pode ser parafraseado por: “se adquirirem consciência (via alfabetização) os camponeses se organizarão”, sendo que aqui o foco da revolução recai sobre a ação política do campesinato. Esse condicional implícito traz evidente o vínculo causal entre a “consciência” e a “organização”. Sustenta o condicional o pré-construído a organização é produto da consciência. É interessante perceber que, no imaginário revolucionário, a revolução é impossível pelos analfabetos, uma vez que precisam ser alfabetizados para conseguirem consciência política, o motor da revolução, (também no imaginário revolucionário).

4) O quarto condicional implícito é “se os camponeses se organizarem, participarão na mudança social”. Evidentemente a mudança social está prevista com ou sem camponeses, uma vez que eles terão **participação nela** se preencherem a condição da organização (“participarão na mudança social”). Essa mudança está utopicamente colocada, portanto. Sustenta esse condicional o pré-construído: toda a mudança exige organização. Esse pré-construído funciona no mesmo lugar ideológico por onde circulam os princípios da “racionalidade instrumental” já comentada durante as análises do Recorte Discursivo C. A partir desse ponto de vista fica completamente fora de cogitação a possibilidade do acaso, ou a possibilidade de um jogo histórico de forças sociais fugindo ao controle do planejamento.

5) A organização dos camponeses é referida no final da **s.e. 22** como um “esforço associado”. A seqüência “São os camponeses que se libertam, pelo seu esforço associado” produz um **efeito de sentido de verdade** pelo funcionamento do presente do indicativo e pelo modalizador “são X que”. Essa estrutura pode ser parafraseada pela estrutura condicional: “Se se organizarem (fizerem um esforço associado), os camponeses se libertarão”. Libertar-se aqui é outro item lexical **opacificado**. Libertar-se de quê? Da servidão secular do campo? Da ditadura militar? Da fome? Da ignorância? . Sustenta esse condicional o pré-construído: a união faz a força (já comentado nas análises do Recorte Discursivo A).

Quero aqui fazer um comentário adicional: sustenta essa **s.e. 22**, como estrutura inteira (incluindo-se suas relações causais subjacentes), o pré-construído, também ele iluminista e racionalista, saber é poder, uma vez que indica como via de atuação política e de libertação para os camponeses analfabetos a saída da situação de não-letrados (via método Paulo Freire). Considerando-se esse pré-construído e todos os que sustentam a discursividade articulada pela **s.e. 22**, quero apontar para a característica de enunciador dividido, contraditório, que sustenta a seqüência atravessada, ao mesmo tempo, pelo discurso socialista-revolucionário e pela discursividade iluminista-racionalista. É preciso, neste ponto, considerar as condições de produção da seqüência enunciativa em análise: o anexo 36 é um manifesto do Bispo de Cratéus (NE) justificando uma frase pró-Cuba que teve muita repercussão. Ele inicia historiando sobre suas atividades em favor do social e justifica seu pronunciamento. Um dos argumentos é historiar a necessidade da revolução cubana, embora sem concordar com a ditadura castrista que lhe sobreveio. Feita essa consideração, fica mais clara a característica de contradição e divisão da discursividade analisada aqui: trata-se do discurso de um bispo católico com o pé em duas canoas, dividido entre a discursividade reacionária que historicamente produz a posição política da cúpula da Igreja Católica e a discursividade revolucionária que atravessa ou atravessou muitos membros dessa mesma igreja.

Examinemos agora a estrutura da **s.e. 137**:

(...) uma sociedade que **só poderá sobreviver na medida em que se dê** oportunidade ao povo, para conseguir a fonte **da educação e da cultura**.(455 –373 – **s.e. 137**)

A **s.e. 137** coloca na alfabetização, na educação formal e na circulação dos bens culturais a condição para a “sobrevivência de uma sociedade”. Mais uma vez a opacidade da linguagem não nos permite inferir o sentido de um item lexical, nesse caso, “sobrevivência de uma sociedade”.

Considerem-se as condições de produção dessa **s.e. 137** - pronunciamento radiofônico do Ministro da Educação demissionário Paulo de Tarso <sup>119</sup> dirigido aos “companheiros estudantes, companheiros operários e amigos de S. Paulo”, dando como motivos de sua demissão sua não concordância contra algumas medidas do governo: quebra do monopólio da distribuição do petróleo, câmbio livre e não aprovação da elegibilidade dos sargentos. O locutor-x ocupa o lugar público da palavra (emissão radiofônica), dirige-se ao povo e seu discurso apresenta **tom didático**.

Relacionando-se agora essa **s.e. 137** à **s.e. 22**, analisada acima, vê-se que ambas são sustentadas por pré-construídos iluministas e burgueses mas que aqui não há a marca do enunciado dividido, uma vez que o enunciador ministro não pede “a libertação do povo consciente por seu esforço organizado”, mas tão somente, “a sobrevivência da sociedade”, através da cultura e da educação, não esclarecendo o referente do termo “sobrevivência”.

Analisemos agora um sub-recorte discursivo com seqüências que vinculam aos sentidos do “conhecimento”, do “saber”, da “educação” e da “cultura”, os sentidos da “filosofia” e da “verdade”:

**E se não podemos confiar em nenhuma filosofia para orientar** seguramente nossa ação política, **difícilmente** [-]tirá uma base para o tipo de dedicação entusiasta à luta pela transformação da sociedade que o presente momento exige. (00464 e 00465 – 116 – **s.e. 107**)

**Se nós sairmos como vamos sair**, homens de uma mesma geração, de cidade em cidade, de porta em porta, **contando ao povo a verdade**, tudo mais [a revolução]

---

<sup>119</sup> Conforme o Apêndice deste trabalho, pode-se constatar que o anexo 373 é um documento transcrito a partir de uma gravação de programa radiofônico colocado no ar pela Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, feita pelo Serviço de Rádio Escuta do DOPS em 17/10/63, menos de um ano antes do golpe militar.

**será** decorrência disso **porque a verdade há de banir** a mentira e **há de ser recebida** como revolucionária (...) (453 – 373 – **s.e. 133**)

**Quando alguém está** imbuído de uma certeza de que age de acôrdo com as normas da Verdade, **êle não tem** medo de nenhum **inquisidor**. (525 – 970 – **s.e. 336**)

A **s.e. 107** traz um condicional negativo, veiculando utopia negativa, caso a condição de “se conseguir uma filosofia confiável” não seja preenchida: “se não houver X, não haverá Y”, sendo este condicional uma proposição categórica uma vez que Y está contido em X. A “filosofia” está no campo semântico da “teoria” e a “dedicação entusiasta à luta” está no campo semântico da “prática política”. O pré-construído que sustenta o condicional, portanto, é o mesmo pré-construído que vem sustentando outras seqüências deste Recorte Discursivo D: toda ação é sustentada por uma teoria, ou seja, põe em circulação o primado da teoria sobre a prática. A questão interessante, no entanto, é a questão da determinação “confiável” para filosofia (“se não podemos confiar em nenhuma filosofia”). Quando uma filosofia é confiável? Qual o sentido de “filosofia” nessa colocação? Vamos começar pela segunda questão: quero propor para as seqüências desse sub-recorte um sentido de filosofia cartesiano, ou seja, “o método da busca da verdade”. Se for assim (e parece que as seqüências levam a essa interpretação), a “verdade” (resultado da filosofia) é que será “confiável” ou não. Ora, quando uma verdade se torna “confiável”, ela se torna dogma, preceito, norte para orientar a ação.

Veja-se que, em **s.e. 133**, a verdade vem determinada pelo artigo definido – “a verdade” – produzindo-se assim um **efeito de sentido dogmático e político**, pois se trata da “verdade” em relação de oposição com a “mentira”, como dois lados políticos se encontram em relação de oposição. Confirma-se essa leitura pelo final explicativo com **efeito de sentido utópico** da **s.e. 133**: “porque a verdade há de banir a mentira e há de ser recebida como revolucionária”.

Afirmar, portanto, que a filosofia pode ser confiável e pode orientar a ação política (**s.e. 107**) e afirmar que a revolução será decorrência da “verdade” (**s.e. 133**) são enunciados possíveis pelo efeito de sustentação do pré-construído a teoria informa a prática, mas operando-se aí um deslizamento para o sentido de “teoria”. Já não se trata mais de “conhecimento”, mas de um “certo conhecimento”, politicamente orientado – o conhecimento de uma verdade dogmática.

Ao considerarmos, além disso, as condições de produção das seqüências desse sub-recorte, percebemos que os lugares sociais de onde fala o locutor-x enquanto teólogo protestante (s.e. 107), ministro da educação (s.e. 133) e acadêmico (s.e. 336) remetem a uma **posição de sujeito “dono da verdade”**, apontando para o **tom didático** que caracteriza a discursividade em análise.

A s.e. 336 explicita o sentido dogmático da “verdade” pelo sentido do sintagma “normas da Verdade” (atenção ao uso da maiúscula). Essa seqüência condicional produz um **efeito de sentido de verdade** pelo funcionamento a-temporal do presente do indicativo e pela universalização do sujeito (“alguém”). Sustenta essa estrutura condicional o funcionamento do pré-construído dogmático a verdade é única e do pré-construído cristão a verdade prevalece sobre a mentira. Essa s.e. 336 produz um **efeito de sentido trágico** porque põe o sujeito subversivo no centro da contradição entre duas ordens de “verdades”: a do ideal ético-utópico e a da realidade do poder. Sabemos que, no mundo real, o inquisidor despreza a verdade do “inquirido” porque tem a sua própria. Nem é preciso dizer que a realidade da tortura está aqui metaforizada pelo termo “inquisição”.

#### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo D

Esse Recorte Discursivo D põe em circulação os sentidos da metafísica cartesiana com seu princípio de que existe a verdade e que os processos que levam ao seu conhecimento devem ser racionais. É o século XX ainda preso aos sistemas de pensamento da modernidade de tal maneira que, mesmo uma discursividade que se espera seja “revolucionária”, no sentido de fazer circular os sentidos do relativo e os processos dialéticos de acesso ao conhecimento, acaba sendo atravessada por um sistema dualista de ver e interpretar a realidade. Assim, pelo racionalismo, pelo prestígio conferido ao próprio conhecimento, os pré-construídos que sustentam grande parte das seqüências enunciativas do corpus “subversivo” são cartesianos. Observe-se que, em muito momentos, essa discursividade é atravessada pela discursividade cristã onde a verdade aparece como fim último.

O pré-construído que mais se pode ler na discursividade do Recorte Discursivo D é o do primado da teoria sobre a prática. Assim, acredita-se que com palavras, com a argumentação “em profundidade” é possível “conscientizar” a massa ignara e levá-la à

revolução. Essa conscientização vai levar o povo a se organizar, uma vez que cada um anda disperso, cuidando de sua prosaica vida. A partir da conscientização haverá organização e unidade e haverá luta. São termos bem vagos esses que sustentam o discurso analisado: o que seria “conscientização”? de quê? para quê? O que seria “organização”? como se daria? sob que critérios? O que seria a “unidade”? Uma coisa é certa: a conscientização permite que se chegue ao conhecimento da verdade, uma verdade que é tão única que passa a funcionar como dogma. Por outro lado, o conhecimento é desigualmente distribuído e os “dirigentes da revolução” arvoram-se como seus detentores com a missão de “conscientizar” o povo analfabeto ou semi. Nesse ponto funciona o pré-construído saber é poder o qual, de resto, tem sustentado muito discurso político desde que acenderam as luzes da humanidade na idade moderna.

É assim que esse Recorte Discursivo D se vincula aos anteriores: o dirigente da revolução, detentor do saber teórico e do poder que ele produz, ou seja, a vanguarda, tem a obrigação de conduzir a massa, de iluminá-la, de levá-la, coesa e organizada, à luta contra a opressão até o dia em que a verdade prevalecerá sobre a mentira (ou seja, uma verdade prevalecerá sobre as demais) – a verdade revolucionária, a qual, opacificada, não se sabe qual seja.

Os efeitos de sentido produzidos pelo Recorte Discursivo D são, em parte, os mesmos produzidos pelos demais recortes analisados até aqui: **efeitos de verdade** intensificados ou atenuados. Se intensificados, chegam ao efeito da **necessidade** e mesmo ao de **dogma**. Quando as discursividades (a cartesiana e a materialista) se cruzam, o que temos é um efeito de **paradoxo** que chega a ser um efeito **trágico** o qual nasce da evidência discursiva da divisão do sujeito entre duas ideologias antagônicas.

É preciso, finalmente, que se considere que, também esse Recorte Discursivo D é caracterizado pelo **tom didático** de sua discursividade. Essa característica do ethos do discurso subversivo-revolucionário é explicada também pelas **condições de produção** das seqüências em análise: trata-se de seqüências produzidas por sujeitos enunciadore instruídos, aos quais comumente se chama “formadores de opinião”. Senão vejamos: **s.e. 36** – bispo católico; **s.e. 116** – teólogo protestante; **s.e. 373** – ministro demissionário; **s.e. 408** – deputado; **s.e. 819** – militante; **s.e. 869** – texto assinado (“Como Construir o Partido na Empresa”); **s.e. 970** e **s.e. 976** – acadêmico.

Recorte Discursivo E - A RESPONSABILIDADE

“Se cada um varrer a sua calçada, o mundo ficará limpo.”

(dito popular)

Neste Recorte Discursivo E, estaremos observando o trabalho de **instauração dos sentidos da ação política** a partir de uma noção ideologicamente construída de **sujeito responsável por sua ação**. Examinaremos inicialmente uma série de seqüências enunciativas sustentadas pelo pré-construído que instaura a forma-sujeito jurídica na discursividade ocidental – cada homem é responsável por suas ações – e que coloca o “indivíduo”, o sujeito juridicamente imputável, o “homem”, como centro da história:

(...) temos pensado que, **se** conseguimos transformar a vida do indivíduo, êle inevitavelmente **transformará** a sociedade (...) (00452 – 116 – **s.e. 94**)

Sim, porque as criancinhas são puras e limpas de coração!... a besta humana, nelas, ainda dormita!... **Somente com** o acumular dos anos, **ela desperta!**... (232 – 857 – **s.e. 277**)

E **ai de nós, senão** [sic] **estivermos preparados** contra as suas investidas (232 – 857 – **s.e. 278**)

Disse o Grande Libertador: JESÚS NAZARENO: “**Se não vos fizerdes** como as criancinhas, **não entrareis** no reino dos ceùs!”... (232 – 857 – **s.e. 276**)

Aprendemos que **somente envolvidos** neste processo [processo histórico que traz novas possibilidades de vida para o homem], identificados com o povo, **temos possibilidades de ser homens**. (00454 – 116 – **s.e. 96**)

Êste rapaz [o orador da turma] percebeu que a vida **só** tem valor **quando se aceita a responsabilidade de trabalhar e se esforçar a favor do povo, custe o que custar**. (00454 – 116 – **s.e. 98**)

Todas as seqüências desse sub-recorte acima podem ser consideradas exemplos de texto vinculado à **discursividade religiosa**. Examinando-se suas **condições de produção** vemos que os locutores-x falam em **tom didático** para seu público e ocupam os lugares sociais de: teólogo protestante (anexo 116) e comunicador social falando em programa radiofônico católico (anexo 857).

A **s.e. 94** é exemplar para este Recorte Discursivo E. Há duas razões para se afirmar isso: primeiro porque, estruturalmente, apresenta um condicional hipotético explícito, presentificado: “se conseguimos transformar a vida do indivíduo, êle inevitavelmente **transformará** a sociedade”; segundo porque, discursivamente, evidencia aqueles sentidos do idealismo/humanismo que permitem colocar o sujeito como o centro do universo, da história. O pré-construído a história se faz pela ação de conjuntos de indivíduos está bem claro aqui e o verbo da apódose presentificado marca o **tom didático** dessa discursividade e produz **efeito de sentido de verdade**. No entanto, vemos que a apódose “se conseguimos transformar a vida do indivíduo” está sustentado pelo pré-construído da racionalidade instrumental o qual sustenta a maioria dos recortes do Recorte Discursivo C.

Ora, se a transformação de algo se apresenta não como processo histórico irrepresável mas como um imperativo ético-moral, é porque esse algo não está funcionando de acordo com o que se espera dele. Se é preciso transformar o homem, é porque suas características são inadequadas para se alcançar o objetivo de uma sociedade “humanizada”. Um aparente paradoxo, com certeza. Para desfazer o **efeito de paradoxo** produzido por essa discursividade, é necessário que “transformação” seja lido como um “retorno a um ponto original” onde as virtudes potencialmente malignas do homem ainda não estão despertas: a sua infância. Assim, a **s.e. 277**, uma seqüência com efeito metafórico, traz subjacente um condicional presentificado com **efeito de verdade necessária**: “quando a criança, que traz em si potencialmente o bem e o mal, for colocada em contato com a sociedade depravada, ela se tornará depravada”. Trata-se de um condicional sustentado pelo pré-construído: o sujeito é produto do meio em que vive - uma tese determinista funcionando no campo do discurso religioso. Por se tratar, a **s.e. 277**, de seqüência enunciativa com funcionamento metafórico, pode-se ler “a besta humana” como “o mal que constitui o humano”, ou seja, todas as características e comportamentos que são condenados pela ética cristã: o egoísmo, a crueldade, a avareza, a ganância, etc.

Observe-se que, tanto na **s.e. 278** como na **s.e. 276**, os condicionais estão sustentados pelo pré-construído do campo jurídico e também do cristianismo, via judaísmo, cada um é responsável pelo que lhe venha a acontecer. Evidentemente, a relação que se estabelece entre a **s.e. 277** e essas duas últimas (**s.e. 278** e **s.e. 276**) é **tragicamente paradoxal**. Vejamos por quê: se, por um lado, o homem é produto do meio, como reza a **s.e. 277**, por outro ele é pessoalmente responsável por não ser corrompido por esse meio (**s.e. 278** e **s.e. 276**). Fica assim o cidadão preso entre duas ordens de determinação: a do social e a do livre arbítrio. Isso produz um **efeito trágico**.

Vemos pelas seqüências analisadas, neste Recorte Discursivo E, que o homem ou se “bestializa”, isto é, sucumbe às forças do mal, que estão à sua volta, ou se “humaniza”, isto é, resiste ao mal e age de acordo com uma moral capaz de regular a sociedade no sentido de transformá-la.

A moral transformadora nasce de uma identificação de X com o “povo”, segundo a **s.e. 96**: “somente identificados com o povo temos condição de ser homens”. E aí a **opacidade** dos itens lexicais nos fazem especular sobre questões de referência e de identificação. Qual o sentido de “homem”? “Homem” seria todo aquele que se identifica com o povo? Se assim for, a “humanidade” é uma qualidade e/ou um estado restrito a uma classe social? Se não se é “homem”, o que se é? Com quem fala o locutor-x dessa seqüência, com “um” homem? O locutor-x é “um homem”? Qual o sentido de “estar envolvido com um processo histórico”? É estar historicamente colocado nele ou ser um “observador simpatizante” desse processo? Como se “aprende” a lição de “envolvimento histórico” colocada na seqüência? Insisto no tom didático da presentificação do condicional produzindo **efeito de verdade**.

“Optar pelo povo”, “aceitar a responsabilidade de trabalhar pelo povo”, são seqüências discursivas que se referem a decisões que são tomadas no nível individual, subjetivo, assim como na **s.e. 98**. Como estamos vendo por todas as análises anteriores deste Recorte Discursivo E, o que está colocado em jogo é o sujeito da razão e sua intenção de ação, movido ao mesmo tempo por uma **ética da responsabilidade** e por **uma ética da**

**convicção**, conforme Max Weber.<sup>120</sup> Sob a perspectiva da teoria materialista do discurso, é uma representação da **forma-sujeito jurídico-moral**.

Quero agora examinar agora mais seqüências pinçadas do anexo 116, o anexo apresentado como sendo assinado por um “eminente teólogo protestante”:

**Mudando** o sistema, **mudam-se** as condições de vida do homem e apresentam-se novas possibilidades. Mas **mudar** o sistema em si, **não muda** o homem (00455 – 116 - s.e. 99)

(...) [o velho Marx] chegou à conclusão que, **através de** uma revolução neste contrôle dos meios de produção, **haveria** inevitavelmente a evolução para uma sociedade humana.

(...) [Nicolas Berdiaef chegou à conclusão de que] **só na medida em que haja** dentro da sociedade forças capazes de re[-]tir às tendências desumanas que aparecem dentro das estruturas, [-] **possível** humanizar a sociedade

(...)Berdiaef chegou **à mesma conclusão** que mais tarde foi expressa nas obras de Buber. De que **só na med[-] em que** o homem **aprende** a viver em relação com o tu o qual pode [-]r exigências sôbre êle e exigir-lhe responsabilidade, **é possível** ter uma sociedade humana. (00457 a 00459 – 116 – s.e. 101)

[o cristão deverá] Compreender o fato de que, **sem política não pode haver humanização**; o fato de que **somente podemos chegar a ser homens – [-] meio a nosso envolvimento** e à nossa responsabilidade para com nosso próximo, dentro da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, deverá compreender que **a política pode servir como instrumento de humanização apenas na medida em que** ela reconheça suas limitações. **Apenas na medida em que as estruturas políticas tornem possível o contrôle das forças de desumanização em tôdas as estruturas políticas** e em todos os políticos. **E na medida em que o cristão puder compreender** esta **ambigüidade** e viver esta preocupação pelo homem em termos mais amplos, **nesta medida, o cristão participa** do esforço de humanização da sociedade, e faz isto em diálogos com todos os outros movimentos que têm êsse mesmo objetivo. (00459 – 116 – s.e. 103)

Essa série de seqüências enunciativas do anexo 116 vai colocar em pauta a discussão sobre o socialismo.

A s.e. 99 funciona nesse sub-recorte discursivo como uma introdução às seqüências seguintes. Apresenta duas estruturas condicionais. A primeira é: “mudando o sistema,

<sup>120</sup> Ver a relação entre as duas éticas propostas por Weber in Saint-Pierre, H. (2004:130): *Mediante a ética da responsabilidade, o funcionário impõe-se como meta a eficiência técnica no logro dos objetivos que o líder designa, mas é pela ética da convicção que ele faz seus esses objetivos, que ele se faz “partidário de seu líder.”*

mudam-se as condições de vida do homem e apresentam-se novas possibilidades”, sendo que pretendo ler essas “possibilidades” como “possibilidades de subjetivação” – essa inferência é autorizada pelo que se segue. Essa primeira estrutura condicional da **s.e. 99** traz implícita, como um pré-construído, a tese materialista o sujeito é determinado pelas condições de produção no processo histórico. A segunda estrutura, também com condicional subjacente, coloca-se em relação adversativa com a primeira. Essa relação é articulada pelo funcionamento da conjunção “mas” e pela repetição parafrástica da prótase : “mas mudar o sistema em si ...” A apódose dessa segunda estrutura nega a tese materialista que sustenta a primeira estrutura, pois afirma que o homem não mudará, mesmo que se mude o sistema econômico (do capitalismo para o socialismo). Aí pode-se ler um condicional implícito com funcionamento adversativo: “mesmo que se transforme um sistema (econômico), a essência humana não se transformará.” Sustenta esse condicional implícito, como um pré-construído, a tese idealista/humanista o sujeito tem uma essência humana perene que independe das alterações no processo histórico.

Vemos então, mais uma vez, que as apódoses, presentificadas, pelo seu **tom didático** produzem **efeito de sentido de verdade**. Mas são duas “verdades” antagônicas, a segunda negando (pelo funcionamento da conjunção “mas”) a conclusão a que a primeira direciona e mudando radicalmente a direção da argumentação.

Temos na **s.e. 101** uma seqüência de três estruturas condicionais em discurso indireto, o que produz um **efeito de verdade autorizada**. Nas apódoses das três estruturas funciona a utopia da sociedade humana/humanizada, em relação parafrástica. Nas prótases, no entanto, temos **funcionamentos contraditórios**. Para o velho Marx (na primeira estrutura), a condição para uma sociedade humanizada é “uma revolução no controle dos meios de produção” – uma condição econômica, portanto. Para Berdiaef e Buber, a condição é humanista, sendo que, no primeiro, o sentido de “humanização” está determinado pelo sentido da “eficácia no combate a tendências desumanas nas estruturas” e, no segundo, o sentido de “sociedade humana” está determinado pela convivência responsável entre os homens.

É fácil dizer com qual das duas posições políticas se identifica o locutor. Basta ver que para expor a posição materialista, o condicional aparece com apódose no futuro do pretérito, no funcionamento do irreal, produzindo um **efeito de incerteza**, portanto. Já para

expor a posição humanista, são apontados dois autores, reforçando-se o **efeito de certeza autorizada** e os verbos das apódoses estão no presente do indicativo, produzindo, esse tempo verbal também, um **efeito de certeza** que é reforçado pelo uso do modalizador “só” (“somente”), nos dois últimos condicionais. Sustentam esses enunciado dois pré-construídos de FDs diferentes: o primeiro condicional é sustentado pelo pré-construído marxista o sujeito é determinado pelas condições de produção no processo histórico; o segundo e o terceiro condicionais são sustentados pelo pré-construído idealista o sujeito tem uma essência humana perene que independe das alterações no processo histórico.

Então, o que seria exatamente a **política** nessa perspectiva humanista? Ela é determinada pelo homem, pelo indivíduo. Mas o que ela é? A resposta está na **s.e. 103**: “o envolvimento responsável de cada um na vida social”. Nada mais humanista - é o puro funcionamento da forma-sujeito de direito da idade moderna. Nessa **s.e. 103** o alocutário, aquele a quem o discurso é destinado, passa a ser nomeado “cristão”. O cristão é aquele que deve “compreender a ambigüidade” no funcionamento da política, a qual pode tanto ser instrumento de humanização, como de desumanização. Está implícito na **s.e. 103** que, consciente da ambigüidade, o cristão deverá optar pela política enquanto instrumento de humanização e sua prática será a do diálogo com os grupos que tenham a mesma tendência. Diferentemente do que tivemos no Recorte Discursivo B, a luta armada não consta do programa humanista cristão.

Quero agora apresentar uma última seqüência enunciativa para esse Recorte Discursivo E:

#### IV

Um dia **quando essa luta terminar**

E o povo **unido vencer**.

Juntos **poderemos dizer**:

#### V

Derrubamos **a ditadura**

E acabou-se o **egoísmo** (1836 – 788 – **s.e. 262**)

A **s.e. 262** apresenta condicionais encadeados por encaixe, sendo que o condicional encaixado é a explicitação de um estado de coisas necessariamente prévio ao cenário delineado no condicional imediatamente anterior – a seqüência, em ordem direta, poderia

ser esta: “se o povo se unir, lutará contra a ditadura – se o povo lutar, vencerá a ditadura – se o povo vencer a ditadura, o egoísmo acabará.”

Uma vez que a utopia da união do povo (utopia revolucionária) e a utopia da derrota da ditadura pelo povo unido já foram exaustivamente examinadas nas análises anteriores, vamos nos concentrar no final da **s.e. 262**: “derrubamos a ditadura / e acabou-se o egoísmo”. Essa estrutura, que se apresenta como discurso indireto, pode ser parafraseada pelo condicional “se acabar a ditadura, acabará o egoísmo”. A utopia que funciona aí é a utopia do mundo ideal, de onde o egoísmo será extirpado, ou seja, onde o que vai valer serão os valores da coletividade e não os do indivíduo – uma sociedade “humanizada”, se quisermos retornar à discursividade das **s.e. 101, 102 e 103** analisadas acima. “Acabar o egoísmo” é, “mudar o homem”, é transformar a humanidade numa legião de anjos, finalmente em paz. No entanto, a condição para que isso ocorra é a mudança do sistema político de governo (“derrubar a ditadura”). O pré-construído que sustenta essa utopia é o pré-construído determinista o sujeito é produto do meio em que vive. Certamente um funcionamento em relação antagônica com o da **s.e. 99**, analisada no sub-recorte acima, onde não se acredita que condições exteriores (político-econômicas) vão “mudar a essência do homem”.

#### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo E

Mantendo o mesmo **tom didático** dos recortes anteriores, o Recorte Discursivo E articula sentidos da ação política sustentados pela discursividade iluminista/idealista/humanista. Podemos ler sob as estruturas das seqüências analisadas projeções de um futuro utópico onde toda a contradição estará extirpada da sociedade e o Bem vencerá o Mal – um futuro “humanizado”. Essa sonhada “humanização” apaga, inclusive, a contradição constitutiva do sujeito, sua divisão, sob uma ótica histórica e discursiva. A condição para que se realize essa utopia é que cada indivíduo, cada homem, aceite sua **responsabilidade** em relação à mudança desejada e “faça a sua parte” conscientemente. Podemos ler, sustentando as seqüências analisadas no Recorte Discursivo E, pré-construídos idealistas/humanistas tais como:

- o sujeito tem uma essência humana perene que independe das alterações no processo histórico
- a história se faz pela ação dos indivíduos (unidos)
- cada um é responsável pelo que venha a lhe acontecer
- o homem determina sua prática política
- a ação política responsável humaniza a sociedade

Esses pré-construídos humanistas vão articulando uma discursividade que, em alguns momentos se defronta com outra discursividade, antagônica – a discursividade do materialismo histórico. Mas ela vai passar por aqui pelo viés da crítica e, por isso, o recorte apresenta um funcionamento retórico-argumentativo, perceptível pelos efeitos de sentido que produz.

Algumas seqüências enunciativas analisadas neste Recorte Discursivo E permitem a vinculação do religioso ao político. Isto porque a discursividade religiosa vai delineando uma posição de sujeito religioso cristão determinada pela prática política de certos lugares sociais. Assim, temos o religioso e o político intrincados na discursividade em análise.

Há, finalmente, que se considerar a contradição na discursividade desse Recorte Discursivo E. Se por um lado a posição de sujeito que se projeta é a de um sujeito responsável por sua prática política e por sua “humanização”, por outro lado é um sujeito determinado pelas condições de sua existência e cuja ação política não é, evidentemente, produto apenas de seu livre arbítrio. Vimos que muitas seqüências desse Recorte Discursivo são sustentadas pelo pré-construído determinista o homem é produto do meio.

O choque entre duas discursividades antagônicas afetando o sujeito político vai produzir à vezes um **efeito de incerteza** e, no extremo, um **efeito trágico**, do qual quero tratar melhor no Recorte Discursivo F, a seguir.

### Recorte Discursivo F – A REVOLUÇÃO MATERIALISTA

Uma revolução verdadeiramente não é obra de ninguém. (Proudhon)

Neste Recorte Discursivo F vamos, finalmente, poder observar o funcionamento de seqüências enunciativas sustentadas por uma discursividade que poderemos chamar de **materialista histórica**, com suas características de estar no funcionamento da história enquanto movimento, processo social, confronto de classes, contradição.

Examinemos, inicialmente, algumas seqüências enunciativas:

**Se** a infra-estrutura **não estiver** convenientemente políti[-]da e integrada nas realidades, pelo menos imediatas, a participação merame[-] pessoal na superestrutura política [por parte dos egressos das universidades] **carecerá** de autenticidade e possibili[-] de ação. (639 – 976 – **s.e. 352**)

(...) O povo, em sua maioria, por ausência de um politização de base, **acredita que**, sem mudança da estrutura sócio-econômica, **poderão** ser efetivadas as medidas de base necessárias à sua libertação econômica e social. **Entretanto, as constantes experiências e constantes decepções determinarão, inevitavelmente, o processo revolucionário** que conduzirá ao poder a verdadeira representação popular, única força capaz de realizar a humanização da sociedade. (...) (644 – 977 – **s.e. 355**)

Esta [formação de uma frente única de luta] **só se desenvolverá** e se consolidará **durante** o processo de luta das massas, que **a partir de** sua própria experiência **se convencerão** da necessidade conjunta das ações conjuntas. (24 – 869 – **s.e. 309**)

(...) ela [a camada dos trabalhadores braçais] **só poderá** ser despertada e mobilizada para a luta de classes **no curso de todo um processo**, quando **terá que** adquirir por sua própria experiência a consciência de classe, da qual está extremamente distante. (6 – 869 – **s.e. 286**)

A produção enunciativa cujos sentidos são sustentados por uma teoria X, articula a enunciação a partir do campo teórico X. Assim, a **s.e. 352**, ao atualizar termos tais como “infra-estrutura” e “superestrutura” está articulando sentidos de uma teoria materialista da história.

Não entraremos no mérito da discussão dos conceitos de “infra-estrutura” e de “superestrutura” porque ela não faz parte do escopo deste trabalho, o qual tem por objeto analisar funcionamentos discursivos e não promover discussão filosófica a respeito de conceitos científicos de qualquer campo teórico. Sabemos, no entanto, que são conceitos controvertidos e que a vulgarização do conceito de “infra-estrutura” como “base econômica da sociedade” e o de “superestrutura” como “complexo de ideologias” e de “práticas

políticas” é muito criticada.<sup>121</sup> Mas, mesmo que sejam aceitas conceituações polêmicas, vemos que a **s.e. 352** produz uma simplificação teórica grosseira do materialismo histórico ao “personalizar”, reificar, ambos os conceitos. Essa **s.e. 352** acaba por representar grosseiramente uma divisão social do trabalho, opondo os trabalhadores manuais aos trabalhadores intelectuais e identificando-os como “infra-estrutura” e “superestrutura” respectivamente.

A exemplo do que se verificou nos demais Recortes Discursivos analisados, está marcando também este Recorte Discursivo F, um **tom didático**. Nessa **s.e. 352** esse tom didático é produzido pelo funcionamento de um condicional hipotético explícito com sujeitos gramaticais em terceira pessoa, produzindo **efeito de “lição de política”**, e sustentado pelo pré-construído materialista a revolução é resultado da prática política consciente das massas (da “práxis”). Trocando em miúdos, vemos que a **s.e. 352** afirma que “se a massa não se mobilizar revolucionariamente, isto é, não se posicionar na prática da luta de classes em todas as suas instâncias, de nada adiantará o blá-blá-blá dos teóricos da revolução”. Percebe-se, então, que essa seqüência enunciativa está se colocando em **relação de contradição** com as seqüências do Recorte Discursivo D, anterior, onde se lê a fé na eficácia dos programas de “conscientização das massas” a partir do discurso dos intelectuais.

É interessante notar que as condições de produção dessa discursividade que produz o Recorte Discursivo F são diferentes das condições de produção da discursividade que caracteriza o Recorte Discursivo E, analisado anteriormente. Naquele recorte, o discurso sobre a revolução era construído na divisão, entre formações discursivas diferentes: a religiosa e a revolucionária. O mesmo não ocorre neste primeiro sub-recorte do Recorte Discursivo F, onde temos textos escritos com os seguintes títulos : “A Tarefa da Esquerda na Universidade Brasileira” e “Como Construir o Partido na Empresa”, ambos fora do campo do religioso-moral.

A **s.e. 355**, do mesmo modo que a **s.e. 352**, funciona numa discursividade marcada pelo **tom didático** produzindo **efeito autoritário** pois está ela também fornecendo uma “lição de política” através do uso do presente do indicativo e de estrutura explicativa na

---

<sup>121</sup> Nildo Viana, sociólogo e filósofo, trata criticamente da concepção materialista da história e discute, entre outros temas, os conceitos de “infra-estrutura” e o de “superestrutura” e sua inter-relação em *A Consciência da História*. Goiânia. Edições Combate. 1997

avaliação de situação (“o povo, em sua maioria, por ausência de uma politização de base acredita que”) e também através do uso da modalização da prótase em estruturas condicionais encadeadas.

Observe-se agora que, entre a primeira estrutura condicional da **s.e. 355** e as demais, surge uma **relação de contradição**. A primeira, com prótase nominalizada (“sem mudança da estrutura sócio-econômica”), **resume a crença do “povo despolitizado”** e é sustentada pelo pré-construído conservador as mudanças do sistema são engendradas politicamente, ou seja, X traz em si as condições de sua própria transformação. **Contradizendo** a teoria que sustenta a essa estrutura, temos um encadeamento de condicionais, iniciando-se por uma prótase nominalizada (“as constantes experiências e constantes decepções”) e apódose afirmativa modalizada por “inevitavelmente”, produzindo um **efeito de certeza intensificado** ao projetar o futuro utópico (“determinarão, inevitavelmente, o processo revolucionário”). Esse condicional é sustentado pelo pré-construído marxista a prática política das massas conduz o processo revolucionário. E, na seqüência do encadeamento: “se houver revolução, chegará ao poder a verdadeira representação popular; se houver uma verdadeira representação popular, haverá a humanização da sociedade”. Projeta-se assim a utopia idealista da “humanização”, a qual já foi comentada nas análises do Recorte Discursivo E acima. Assim, a utopia da revolução e a utopia idealista da “humanização”, serão atingidas a partir da experiência, das decepções, do sofrimento, da revolta das massas trabalhadoras e não através de um programa de conscientização levado a efeito por uma reduzida camada intelectualizada da população.

A **s.e. 309** acredita na luta que haverá. Essa utopia revolucionária é colocada duas vezes na seqüência, em relação parafrástica, com prótases nominalizadas, sendo uma delas modalizada por “só” - o que produz **efeito de certeza** para a realização da utopia. Essas prótases são: “ só durante o processo de luta das massas” e “a partir de sua própria experiência” (sua das massas). A apódozes são: “a frente única de luta se desenvolverá” e “as massas se convencerão da necessidade conjunta das ações conjuntas”. Evidentemente os dois condicionais da **s.e. 309** são sustentados pelo pré-construído marxista do primado da práxis sobre a teoria.

A tese de que a prática política das massas conduz o processo revolucionário sustenta também a **s.e. 286**, sendo que, nessa seqüência, o modalizador “só” produz

também um **efeito de certeza intensificado** em relação à eficácia das condições da prótase “só ... no curso de todo um processo”. Esse processo é descrito por uma estrutura explicativa temporal: “quando (a classe dos trabalhadores braçais) terá de adquirir, por sua própria experiência, a consciência de classe”. Reitere-se que essa explicação é sustentada pelo pré-construído marxista: a consciência de classe é produto da experiência (ou da “práxis”, entendida como uma “prática política consciente”). Observe-se agora que, ao determinar a consciência de classe dos trabalhadores braçais como uma realidade “extremamente distante”, a **s.e. 286 atenua** a força da utopia revolucionária que caracteriza esse sub-recorte discursivo, mas não a descaracteriza. Para Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista, os trabalhadores que vivem na miséria compõem o *lumpen-proletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade, o qual pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se à reação.* (op. cit.: 24)

Qual seria, então, o **móvel da luta**? Vejamos o que diz o próximo sub-recorte discursivo:

Não estou dizendo que a sociedade capitalista tem condições de resolver os problemas socio economicos de toda população, mas que **através de** uma economia planificada e a abertura de perspectivas de desenvolvimento, **pode tirar** o ímpeto revolucionário de **camadas da população** e com isso arrefecer todo o processo. (2036 – 819 – **s.e. 267**)

“**Quando** se vive de empréstimos, **quando** a vida é um pêso e a exis[-] uma maldição **é explicavel** a revolta em vez de gratidão, a praga em [-] de reverência.” (4 – 613 – **s.e. 193**)

Se no sub-recorte anterior, a extrema miséria em que vive o “lumpen-proletariado” impede o movimento revolucionário, uma situação confortável do trabalhador, mesmo sob o capitalismo, pode também impedir a revolução, conforme se lê na **s.e. 267**: “se a economia estiver planificada e se houver perspectivas de desenvolvimento”, a consequência é que essa situação “pode tirar o ímpeto revolucionário de camadas da população e, com

isso, arrefecer todo o processo” - haverá menos condições para a revolta, a luta e a realização da Revolução, afinal.

Já a **s.e. 193** traz um funcionamento condicional sob tripla estrutura temporal com **efeito de estabelecimento de situação** : “se se vive de empréstimos, se a vida é um peso, se a existência é uma maldição” – condições desconfortáveis, portanto. A apódose é dupla: “haverá revolta e praguejamento”. Mas não haverá revolução.<sup>122</sup>

Assim vemos, neste Recorte Discursivo F, que os móveis da revolução tanto podem ser a revolta por uma situação miserável de fome, a revolta contra a opressão política e a própria prática política como a consciência que ela produz. Diferentemente dos Recortes Discursivos anteriores, os móveis da revolução não são fornecidos via educação, “assimilação” da teoria materialista da história, programas de “conscientização” levados a cabo por partidos políticos ou por intelectuais com vocação socialista: os “pequeno-burgueses revolucionários”. Nessa classe se inscreve a grande maioria dos sujeitos enunciadorees do nosso corpus – os indiciados pela ditadura militar que cometeram o crime de falar e de escrever contra o regime opressor e, algumas vezes, a favor da revolução (além de serem sujeitos imputáveis de outras práticas subversivas, evidentemente). Sujeitos atravessados pelos sentidos da revolução que tem por objetivo destruir a própria classe em que estão inseridos – a classe burguesa (mais especificamente: a pequena burguesia). São sujeitos que **crêem que podem e devem** acelerar o processo revolucionário conduzindo as massas (ver análises do Recorte Discursivo C – A Racionalidade Instrumental), sujeitos que funcionam sustentados pela **crença no poder da palavra, do conhecimento e da consciência** (ver as análises do Recorte Discursivo D – O Primado da Teoria) e sujeitos sustentados por uma **ética** que não permite a inação, que os chama à **responsabilidade individual** no processo histórico (ver as análises do Recorte Discursivo E – A Responsabilidade). Trata-se do **sujeito revolucionário pequeno-burguês**, um sujeito dividido, portanto. Atravessado por Formações Discursivas antagônicas, dilacerado por forças contraditórias, transforma-se no **sujeito trágico**.

Vamos examinar agora algumas seqüências em que esse sujeito subversivo pequeno-burguês agitador se constitui pelos **sentidos que são produzidos quando ele se**

**refere à sua própria prática revolucionária.** E vamos entender por prática revolucionária todas as ações simbólicas (isto é, com sentido) que funcionam na contra-mão da discursividade do poder, do status quo, do capitalismo. Essas práticas simbólicas incluem seqüestrar embaixadores estrangeiros, incendiar veículos e pastos, sabotar linhas de produção, esconder perseguidos políticos, saquear estabelecimentos comerciais, roubar bancos – porque toda a ação humana é simbólica. E inclui também outras atividades, digamos assim, “argumentativas”, tais como escrever teses marxistas, escrever poemas e ficção “engajada”, realizar reuniões secretas de caráter doutrinário, panfletar, pichar muros, ou seja, atividades subversivas com a palavra. Assim, o trabalho político de “conscientização das massas” põe em funcionamento, pelo menos sob o ponto de vista do locutor, uma práxis que é revolucionária e que, enquanto práxis, pode fazer trabalhar a teoria.

(...) [o Partido] **só poderá assumir** seu papel de vanguarda **se estiver** ligado às massas, aprendendo e dialogando francamente com elas. (11 – 896 – **s.e. 293**)

Entendemos que os companheiros **só despertarão** para a importância da assimilação da teoria **na medida em que** a sua própria atividade revolucionária junto às massas, assim como a vida orgânica no seio da base do Partido, lhes mostrar que **sem estudar não será possível desempenhar o papel de vanguarda** que nos propomos. (16 – 869 – **s.e. 295**)

Já está suficientemente comprovado, que **não basta** agitar os problemas que a massa sente e realizar a propaganda da revolução [para atingir os objetivos da classe operária]; **é necessária a prática revolucionária** dessas mesmas massas [para atingir os objetivos da classe operária]; a experiência de todo o movimento operário nos ensina que os milhões de trabalhadores se educam **na prática da luta, através de sua própria experiência no processo da luta de classes.** Por esta razão, a preocupação central da Base consiste em **despertar, organizar e conduzir** os trabalhadores da empresa à luta por suas reivindicações e pela conquista dos objetivos da classe operária. (p. 20 – 869 – **s.e. 302**)

**Uma vez que se decida** a forma de grupamento das maiorias [-]am a Frente Unida, **começarão** a sair os líderes, quíça por [-]ípios, ou por bairros, ou por ruas, ou por fábricas. **Será** uma [-]atividade que pode chegar a ser departamental, e então ês[-] [-]presentantes eleitos e controlados por **vós**, eleitos e contro[-] **pela classe popular, formaremos um comitê** nacional da Frente [-] (1582 – 81 – **s.e. 72**)

---

<sup>122</sup> De Decca (1994: 21) comenta a *dinâmica entre a revolta e a revolução* e sua importância para a historiografia.

E digo quem fêz trabalho êsse ano, dos novos, do primeiro ano: Zé Roberto, Iara, Nilo, Maria do Carmo, Marli, Paulina, Janete e alguns outros em quem confio, **se não se perderem** em “partidarismos” ou incapacidade funcional por excesso de conversa teórica. (p. 72 – 42 – **s.e. 27**)

A **s.e. 293** traz um condicional de apódose invertida e modalizado por “só” produzindo **efeito de necessidade**. A condição para que o Partido assuma seu papel de vanguarda no movimento revolucionário é, necessariamente, “estar ligado às massas, aprendendo e dialogando com elas”. Esse condicional explicita uma **cisão vanguarda revolucionária/massas**, uma vez que “estar ligado a” implica lugares políticos diferentes no imaginário revolucionário.

Também o locutor-x da **s.e. 295** representa-se a si mesmo como apartado das massas e nomeia os destinatários, também destacados das massas (pois estão “junto” a elas e não fazem parte delas) de “companheiros”. Assume para si e para os “companheiros”, o papel de liderança das massas (“vanguarda”), o qual só poderá ser exercido com base teórica sólida. Essa imposição política se dá articulada pelo condicional de prótase nominalizada: “sem estudar não será possível desempenhar o papel de vanguarda que nos propomos”. Retornamos assim às análises do Recorte Discursivo D, o qual aponta para a importância da teoria no imaginário revolucionário, mas não é por esse motivo que a seqüência está aqui. Então, por que está? Gostaria de apontar para o fato de que a seqüência afirma que, **mesmo essa necessidade de teoria, deve advir da prática** – a prática política do pretenso trabalho de conscientização e de agitação das massas - mostrando aí um movimento dialético prática-teoria que não havia ainda sido apontado nas análises daquele Recorte Discursivo D.

Com relação à sua estrutura, a **s.e. 295** apresenta dois condicionais sendo que o segundo, este que acabamos de discutir, aparece como complemento de um enunciado: “na medida em que X e Y lhes mostrarem que Z”, ou seja, “na medida em que a sua própria atividade revolucionária e a vida orgânica da base do Partido lhes mostrarem que sem estudar não será possível desempenhar o papel de vanguarda que nos propomos.” A primeira estrutura condicional está subjacente à estrutura proporcional que inicia a seqüência e traz apódose invertida sustentada pelo funcionamento do **desejo político**: “os companheiros despertarão para a importância da assimilação da teoria” sob a condição,

modalizada por “só”, de “sua prática lhes exigir isso”. Sustenta esse condicional o pré-construído do primado da prática sobre a teoria.

A **s.e. 302**, em seu início, retoma parafrasticamente outras seqüências já analisadas neste Recorte Discursivo F - as **s.e. 352, 355, 286 e 306**. Vimos que aquelas seqüências estavam sustentadas pelo pré-construído a prática política das massas produz o processo revolucionário, ou seja, o pré-construído do primado da práxis sobre a teoria, embora tenhamos apontado alguns momentos em que atravessava essa discursividade revolucionária a discursividade reacionária, produzindo **efeito de contradição**.

Vamos ver agora como esse **efeito de contradição** se produz com maior evidência. A **s.e. 302** utiliza inicialmente estruturas finais elípticas <sup>123</sup> com funcionamento condicional, sendo que a apódose, que traz a articulação do desejo: “atingir os objetivos da classe operária”, é que é a parte elidida do condicional. As prótases são antecedentes que apontam para o mesmo conseqüente e produzem **um efeito de sentido de contradição forte**, uma vez que são sustentadas por pré-construídos contraditórios, circulantes em formações discursivas radicalmente antagônicas. A primeira condição: “agitar a massa e realizar propaganda revolucionária” não é considerada como suficiente para se atingir o objetivo utópico: “atingir os objetivos da classe operária” e isso é explicitado na seqüência pelo funcionamento do sintagma “não basta”: “não basta agitar, etc.” Esse funcionamento condicional é sustentado pelo pré-construído da racionalidade instrumental, já discutido no Recorte Discursivo C mas é, como se vê, uma articulação que está sendo colocada em xeque, está sendo negada.

A segunda condição (para se atingir os objetivos da classe operária) é dada por “é necessária a prática revolucionária dessas mesmas massas”. O condicional que subjaz a essa estrutura pode ser: “se houver prática revolucionária por parte das massas, então os objetivos da classe operária serão atingidos”. É um condicional sustentado pelo pré-construído do primado da práxis sobre a teoria e produz **efeito de necessidade** justamente pelo funcionamento da predicação “é necessária”. Essa segunda estrutura condicional é seguida de estrutura parafrástica com **efeito de verdade** por três funcionamentos: pelo funcionamento dos verbos no presente do indicativo, pelo funcionamento de “ensinar” e do

---

<sup>123</sup> Ler a seqüência enunciativa recortada do anexo 869 no Apêndice deste trabalho.

quantificador “milhões” (de trabalhadores), dando o **tom didático** da discursividade dessa seqüência discursiva.

Vemos então que a **s.e. 302** produz **efeito de contradição** pois é sustentada por pré-construídos **contraditórios**. E essa **contradição** se torna ainda mais gritante quando o conectivo explicativo “por esta razão” introduz um enunciado de **efeito injuntivo e autoritário** pelo funcionamento dos verbos “despertar”, “organizar” e “conduzir”: “a preocupação central da Base consiste em despertar, organizar e conduzir os trabalhadores da empresa à luta ...”.

Quanto mais leio as seqüências recortadas do corpus, principalmente as deste Recorte Discursivo F, que enfoca a **prática revolucionária do sujeito revolucionário**, mais vejo a discursividade subversivo/revolucionária atravessada pela **discursividade do poder**. Observe-se a **s.e. 72**. Essa é uma seqüência encadeada de dois condicionais temporais, com prótase encabeçada por “uma vez que” (= quando) mais verbo no subjuntivo produzindo **efeito de hipótese**. Descartando-se a análise das orações justapostas, que não precisam ser abordadas aqui, podemos simplificar a seqüência parafrasticamente pelo condicional temporal encadeado: “quando se decidir a forma de grupamento da maioria, começarão a ser eleitos os líderes; quando forem eleitos os líderes, formarão um comitê nacional da Frente.” Observe-se aqui o funcionamento da **falha**, do equívoco na correlação pessoal dos verbos, que atualiza o gramaticalmente esperado “formarão um comitê nacional da Frente” por “formaremos um comitê nacional da Frente”, isto é, troca a terceira pessoa indeterminada pela primeira pessoa do plural onde se inclui o sujeito enunciator. Por esse “equívoco” o sujeito enunciator se identifica com a liderança do movimento revolucionário.

Quero ainda comentar a **s.e. 27**, que apresenta uma crítica implícita ao primado da teoria sobre a prática. Essa **s.e. 27** apresenta subjacentes dois condicionais negativos encadeados e invertidos, com conseqüente afirmativo. Esse encadeamento pode ser parafraseado por: “se não houver excesso de conversa teórica, os militantes não se perderão em “partidarismos” ou em incapacidade funcional; se os militantes não se perderem, então confiarei neles, isto é, confiarei na eficácia de sua prática política.” Pode-se ainda parafrasear esse encadeamento através da estrutura condicional: “uma prática política só é confiável se não se perder em teorizações estéreis”.

O anexo 970 trata especificamente da luta política pela democratização interna das Universidades. Segue um sub-recorte com seqüências pinçadas desse anexo:

Desde que se queira u'a **maior democratização** da Univer[-]dade do Ensino Superior, **isto só poderá ser conseguido com [-] participação do corpo discente também**, em tôdas as trans[-]mações que a Universidade deverá sofrer, a partir de suas [-]ndições atuais **até um estágio superior, mais humanizado**. (525 – 970 – s.e. 320)

(...) as transformações que se fazem necessárias na [-]trutura da Universidade não decorrem de necessidades pe[-]gógicas exclusivamente, como querem muitos professores, [-]sim como os reitores. Mais do que isto, são necessidades da sociedade onde está situada a nossa universidade, da qual [sociedade] **não poderá ser separada [da universidade] sob pena de se destacar a parte do todo, [-] cuja análise advirão** conceitos insuficientes, **se feita** nessas condições. (525 – 970 – s.e. 321)

E concluiu-se [do I Seminário de Reforma Universitária, realizado na Bahia] tanto os professores, estudantes como profissionais deviam participar nos diversos órgãos administrativos – no govêrno, enfim – da Universidade. A repartição dar-se-ia na base de 40% do total para membros do corpo docente, 40% para o corpo discente e 20% para representantes dos profissionais. “**Somente** um critério semelhante **será capaz de** assegurar a organicidade, harmonia e democracia que devem reinar no govêrno da comunidade universitária”. (525 – 970 – s.e. 329)

**Se** todos os assuntos da Universidade são de interesse imediato do estudante: **se** a distribuição de verbas às Universidades, **se** a nomeação de assistentes (muitos sem capacidade), **se** a limpeza do proprio prédio da Universidade, - são feitas em função quase que imediata do estudante, **é de se perguntar: por que** não pode o estudante ser ouvido em tôdas estas coisas? (525 – 970 – s.e. 332)

**O um têtço** [participação proporcional dos estudantes na gestão universitária] **evitará** problemas futuros porque **haverá** diálogo. **E não mais haverá** existência de greves para resolver assuntos de rotina da Universidade. (525 – 970 – s.e. 335)

Na s.e. 320 a estrutura condicional inicial traz apódose invertida, com a duplicação anafórica do sujeito por “isto” (= maior democratização da Universidade) e é modalizada por “só”, o que produz um **efeito de necessidade**. Nessa estrutura, a prôtase (a condição) é nominalizada: “com a participação do corpo discente também”. Essa s.e. 320 é marcada pela utopia de uma sociedade democrática, mais “humanizada”. No **imaginário revolucionário**, a democratização interna da Universidade faz parte do processo que levará

à concretização de tal objetivo. O encadeamento condicional da seqüência pode ser assim lido: “se o corpo discente participar da transformação da instituição universitária, haverá mais democracia na Universidade; se houver mais democracia, a Universidade atingirá um estágio mais humanizado”. Esse encadeamento é sustentado pelo pré-construído que identifica humanização com democracia.

Gostaria de comentar o **efeito de ambigüidade** produzido por esse condicional: “se o corpo discente também participar de todas as transformações que a Universidade deverá sofrer, haverá mais democracia na Universidade”. Nesse condicional, prótase e apódose mantém entre si um vínculo semântico de identidade, uma vez que o sentido de “o corpo discente também participar” está contido no sentido de “democracia”. Até aí, não há problemas de interpretação. A questão está no complemento de “participar de”: “todas as transformações que a Universidade deverá sofrer”. Sem dúvida trata-se da enunciação de uma utopia e certamente uma utopia positiva porque dela vai resultar a sonhada democratização da sociedade. Assim, inferimos que o referente de “transformação” é “mudança de estado” – de um estado autoritário para um estado democrático. Essa transformação inclui necessariamente “a participação do corpo discente na gestão universitária”. Ora, se esse condicional funciona no futuro, sabemos que **um dos seus efeitos é negar**, no presente enunciativo, qualquer participação estudantil na gestão universitária e, conseqüentemente, negar a atualidade da gestão democrática. Assim, pode-se perguntar: a desejada participação do corpo discente é causa ou é decorrência da utópica transformação? Se a participação discente for causa da transformação, a práxis está priorizada; se for resultado, a transformação estará sendo projetada “de cima para baixo” - dirigida e autoritária, portanto. Essa ambigüidade na interpretação reflete a contradição que perpassou todo o Recorte Discursivo F, entre o primado da práxis sobre a teoria e o princípio do dirigismo da racionalidade instrumental no movimento revolucionário.

A questão da “transformação da Universidade” e sua relação com a sociedade é retomada na **s.e. 321**. A seqüência pode ser parafraseada por uma estrutura condicional que é sustentada pela relação lógica tudo aquilo que afeta a parte, afeta o todo – se a universidade está contida na sociedade, as necessidades da universidade são necessidades da sociedade. Outra vez a argumentação se faz explicitando uma relação de continente e conteúdo, de parte e todo. Na **s.e. 320** essa relação se estabelece entre os sentidos de

“participação de discentes” e “democracia”. Nesta **s.e. 321**, estabelece-se entre os sentidos de “universidade” e “sociedade” e é duplamente colocada, pois aparece também em “universidade, da qual [a sociedade] não poderá ser separada sob pena de se destacar a parte do todo”, conforme o condicional implícito – “se se separar a universidade da sociedade, terá sido separada a parte do todo”. A estrutura condicional final na seqüência não está gramaticalmente bem formulada devido à lacuna produzida por problemas de reprografia. No entanto, como temos inversão da prótase: “se feita nessas condições”, é possível reconstruir a estrutura condicional toda, cuja prótase carrega um cenário futuro utópico negativo: as análises feitas pela universidade produzirão conceitos insuficientes se feitas nessas condições (condição de separação entre universidade e sociedade).

Na **s.e. 329**, a realização da utopia da universidade gerida democraticamente depende de ser preenchida uma condição que é, afinal, uma decisão a ser tomada na esfera das políticas públicas: uma Reforma Universitária. Atenção ao modalizador “somente” (“somente um critério semelhante...”) cujo funcionamento produz um **efeito de sentido de exclusão**. Sustenta a seqüência o pré-construído legalista e autoritário da via institucional com único meio de se promover transformações políticas, descartando-se a via revolucionária.

#### Conclusões relativas ao Recorte Discursivo F

Assim como os demais Recortes Discursivos operados neste trabalho para efeito de análise discursivo-enunciativa, o Recorte Discursivo F é atravessado pela **contradição**. No entanto, podemos dizer que o que possibilitou que um certo número de seqüências enunciativas tenham sido colocadas juntas neste Recorte foi um funcionamento que poderíamos chamar de **materialista histórico** (apesar das contradições que o atravessam, quero frisar). é este Recorte Discursivo F. Isso porque é, **em certos momentos**, sustentado por pré-construídos que colocam em circulação os sentidos do primado da práxis sobre a teoria, tais como: a revolução é resultado da prática política das massas (de sua práxis), a consciência de classe é resultado da experiência.

No entanto, as estruturas condicionais analisadas não articulam, como se esperaria de um corpus “revolucionário”, a utopia marxista da sociedade sem classes, isto é, o fim da

luta de classes (pela própria dissolução da sociedade dividida em classes). O grande desejo, o sonho que essas estruturas constroem é o da Social-Democracia – essa utopia contraditória que pretende que um dia será possível ter, ao mesmo tempo, a liberdade e a garantia dos direitos individuais bem como a igualdade de direitos, tudo temperado com o sal cristão da fraternidade. O sonho é o de uma sociedade “humanizada” (leia-se: “democrática”). Essa filiação do sujeito subversivo à discursividade da social-democracia fica mais clara quando se analisam as condições de produção dos textos do corpus: textos escritos por pequenos-burgueses resistindo à ditadura: padres, acadêmicos, políticos, sindicalistas.

Assim, dos seis Recortes discursivos operados para análise nesta pesquisa, o Recorte Discursivo F é o único do qual se pode afirmar que é articulado pelo pré-construído do primado da prática sobre a teoria, o único “revolucionário” no sentido marxista, portanto. No entanto, esse Recorte aparece, em muitos momentos, atravessado pela discursividade do poder iluminista e racionalista que sustenta os demais. Essa discursividade, que afinal sustenta o capitalismo, permite que se leia nesse Recorte Discursivo F, os sentidos da consciência individual como móvel da ação (assim como no Recorte Discursivo D), bem como os sentidos do sujeito como centro da história, investido de sua responsabilidade jurídica inalienável (assim como no Recorte Discursivo E).

Perceba-se, por outro lado, que o Recorte Discursivo F carrega também os sentidos belicosos da “união para a luta”, notadamente quando se sustenta no pré-construído lógico, transferido para o campo político, que diz que tudo o que afeta a parte afeta o todo (como no Recorte Discursivo A) e quando se sustenta nos próprios sentidos da luta e em pré-construídos tais como à violência se responde com a violência (como no Recorte Discursivo B). Carrega ainda os sentidos do dirigismo da racionalidade instrumental (como no Recorte Discursivo C).

Como se trata de **discursividade heterogênea**, afetada por FDs antagônicas, produzindo antagônicos processos de identificação que atravessam o sujeito enunciador, o **efeito de contradição** torna-se visível na análise, justamente pelo fato de essa discursividade da resistência, revolucionária, estar sendo constantemente atravessada por outra: a discursividade do poder e do idealismo burguês.

### Conclusões gerais relativas aos seis Recortes Discursivos operados nas análises acima

Se dúvida houver, quero deixar bem claro que os critérios para a operacionalização dos recortes são lingüístico-discursivos.

Inicialmente, diante da massa de seqüências enunciativas, procurei uma estrutura típica do condicional hipotético (futuro do subjuntivo na prótase e futuro do presente do indicativo na apódose) e cheguei à **s.e. 136**: “se o povo não se organizar, nada o salvará da deposição [do presidente da República] que está sendo tramada ...”

Pelo viés dessa projeção negativa de futuro e pelo funcionamento da memória do dizer, pude perceber a articulação do pré-construído: se houver união, objetivos comuns serão alcançados. Pelo funcionamento da paráfrase, outras seqüências foram se juntando a essa **s.e.136**, fechando o Recorte Discursivo A.

A partir daí, o trajeto temático se impôs, uma vez que os pré-construídos foram tendo visibilidade e as estruturas parafrásticas foram se agrupando, permitindo os demais recortes.

Para o Recorte Discursivo B, uma pergunta emergia do Recorte A: “sob que circunstâncias dar-se-á a união? A resposta veio: “pela luta”. Para o Recorte Discursivo C, ficou visível a relação de dominação entre os atores da cena social. Para o Recorte D, a questão da “conscientização” como instrumento de dominação pôde ser lida parafrasticamente.

O Recorte F retoma o Recorte A deslocando-o: se no Recorte A a união atinge objetivos comuns, trata-se da união de cada um com cada um, sendo o todo um conjunto de indivíduos, com responsabilidades individuais, portanto; já no Recorte F será a massa enquanto classe social dos despossuídos que se organizará e fundará uma nova sociedade.

Há, como se percebe, um “afunilamento” temático impondo recortes ao corpus: da união à luta; da luta à dominação (dirigismo); da dominação à conscientização; e, finalmente, da conscientização à responsabilidade individual. Um leque de determinações é construído pelo condicional hipotético: determinações historicamente orientadas, ideologicamente incidindo sobre a construção do sujeito subversivo.

O “corpo estranho” no corpus, o recorte que não se faz parafrásticamente é o excedente, o resistente, o recorte imposto pelo funcionamento da ideologia da revolução materialista: o Recorte Discursivo F. Por esse recorte o cenário utópico será alcançado pela revolução, que não é obra de ninguém, mas um movimento histórico irrepresável.

Evidentemente esse sonhado movimento de massas será feito através da “conscientização”. Essa conscientização, no entanto, não será produzida pelo trabalho de iluminados pequenos-burgueses sobre a massa ignara, mas será fruto de sua própria experiência (da massa).

Daniel Guérin (1982: 24), ao analisar a noção de “espontaneidade” que está presente no viés teórico materialista histórico de Rosa de Luxemburgo, coloca assim a relação entre a espontaneidade e a consciência:

*Espontaneidade e consciência não são processos separados, tanto mecanicamente quanto no tempo, mas um desenvolvimento dialético. É no próprio desenvolver da luta que o exército do proletariado toma cada vez mais consciência dos deveres desta luta. A vanguarda proletária consciente encontra-se em estado permanente de “devir”.*

*Quanto mais o proletariado aumenta em número e em consciência, menos a “vanguarda” instruída tem o direito de substituí-lo. À medida que a cegueira das massas recua diante da educação, fica destruída a base social em que repousavam os “chefes”. É a massa que se torna, se assim se pode dizer, dirigente e seus “chefes” não são mais que “executantes”, instrumentos de sua “ação consciente”.*

Como se vê, nem mesmo uma “vanguarda proletária” substitui a força espontânea do movimento das massas. No entanto, está presente, sob essa “espontaneidade” um processo de “educação”. Desse modo, se o “dirigismo” das massas é rechaçado, a sua “educação”, via “luta”, é considerada condição necessária para que a massa comande seu próprio destino.

Reverendo o trabalho das análises podemos dizer que vai se delineando, em todos os Recortes Discursivos, um **ethos discursivo** que se caracteriza por um **tom didático** e que

produz efeitos de sentido diversos. A noção de ethos discursivo já foi discutida anteriormente e vem de Maingueneau (81:45), que desloca a **ethé** retórica e lhe dá um tratamento discursivo. Esse tratamento discursivo vai considerar as formações discursivas determinando “o que se diz” e um certo **tom**, que marca “o como se diz”, ou seja, que marca o lugar do sujeito enunciador no discurso.

Esse **tom didático** <sup>124</sup>, percebido nas análises, acaba sendo, por sua recorrência, uma das características do discurso revolucionário-subversivo e pode ser apontado a partir de marcas lingüísticas, conforme se viu durante todo o processo de análise dos Recortes Discursivos aqui considerados pertinentes. Conforme Courtine (81:81), *fazer intervir critérios formais (lingüísticos) nos procedimentos de seleção de entradas de um tratamento discursivo* pode ser interessante sob vários aspectos. Dentre esses aspectos, o autor cita o interesse de adotar, desse modo, a perspectiva de **funcionamento discursivo de uma estrutura da língua como base de definição para entradas de um tratamento em AD**.

Quero, então, aqui entender que quando estou considerando o **tom** de certa discursividade, estou considerando-o como parte de uma **funcionamento discursivo**.

Assim, o **funcionamento da certeza utópica** é marcado por um tom didático que produz os efeitos de sentido que temos chamado de: **efeito de verdade, de necessidade, de certeza, de fé** (algumas vezes intensificados, outras, atenuados). São efeitos que, num aprofundamento da análise, bem poderiam ser chamados de **efeitos dogmáticos, axiomáticos e sentenciosos**. Sob esses efeitos, a utopia, o sonho projetado, ficam inquestionáveis.

As **marcas de linguagem** que delineiam, no intradiscorso, o tom didático desse funcionamento da certeza utópica, do qual estamos falando, podem ser sucintamente apontadas:

- uso do condicional explícito no tempo futuro

**Se permanecer** nossa vigilância nacionalista “jamais falaremos [-]” [?] E petulantes Embaixadores nos **respeitarão** mais, não exorbi[-] suas atribuições. (2- 613 – s.e. 192)

---

<sup>124</sup> Mariani, B. (98:61-62) analisa o tom didático na discursividade jornalística sobre o PCB produzindo um efeito da objetividade: *Se no discurso pedagógico autoritário cabe ao professor fazer a mediação entre o saber científico e os aprendizes de tal modo que, com base em citações de autoridade e afirmações*

- uso do condicional implícito (apagamento da prótase)

Melhores condições de vida não se dão, são conquistadas, **não é com** os “Alimentos para a Paz” **que** os problemas da fome e da miséria na América Latina **serão resolvidos**. (630 – 975 – s.e. 338)

Nessa s.e. 338 aparece estrutura com funcionamento condicional às avessas, com negação de implicação. Na estrutura “não é com X que Y”, se a prótase é negada, que prótase iria em seu lugar para estabelecer com a apódose uma relação causal ? <sup>125</sup>

- uso do condicional temporal (com “quando”) – efeito de certeza na condição (prótase)

**Quando tivermos** essa organização representativa, das al[-]s à capital e seja um movimento com amplo apoio popular, unido [-]ciplinado, **então sim, poderemos** tomar o poder; porque nesse mo[-]lo poderemos controlar as eleições (...) (1581 – 81 – s.e. 74)

- uso do condicional concessivo – efeito de certeza no futuro projetado (apódose)

**Por muita** ginástica mental que o governo faça **não poderá** desassociar-se da fragorosa derrota política em 15 de novembro de 1974, disse-lhes. (990 – 409 – s.e. 166)

Trata-se de estrutura concessiva com funcionamento condicional – a prótase concessiva é a **negação** de uma condição implícita: “se o governo fizer uma ginástica mental, poderá desassociar-se da derrota política (...)”.

- uso do condicional proporcional – efeito de fé no planejamento

A própria radicalização da luta institucional irá se tornando cada vez [-] profunda na **medida em que fôr** se elevando o nível de conscientização do povo. (00429 – 113 – s.e. 85)

- uso de estruturas finais com “é necessário/é preciso” - “Para X, é necessário que Y” – efeito injuntivo

**Para que** a organização de Base **possa exercer** na prática o seu papel de vanguarda é **necessário: - que esteja** permanentemente ligada à massa da empresa e, tendo em conta o seu nível real, **seja capaz** de indicar com acerto a solução de seus problemas; **que**

---

*categóricas (dentre outras estratégias), os alunos se vêem diante de verdades incontornáveis (...) no discurso jornalístico mascara-se um apagamento da interpretação em nome de fatos que falam por si. (o grifo é meu)*

<sup>125</sup> Observe-se adicionalmente que este é um exemplo de **enunciado dividido** segundo análise de Courtine (81:98).

**contribua** para a formação de uma consciência de classe, assim como para a organização e para a unidade dos trabalhadores da empresa; - **que tenha** uma visão de conjunto de todo o processo revolucionário, **que se prepare** política, orgânica e materialmente para aplicar todas as formas de luta e **saiba combinar** o trabalho ilegal com o legal. (26 – 869 – s.e. 314)

- presentificação da prótase, da apódose ou de ambas – efeito de verdade

**Se não temos** cons[-] [consciência] comum **acabamos por** nos dividir. (1573 – 81 – s.e. 60)

- nominalização – apagamento do agente – efeito de universalização do sujeito

Eles próprios [os governantes] proclamam sem pudor: “Nosso governo é anti-popular. Nosso governo está fraco politicamente mas está forte militarmente, e só **pela força poderá ser derrubado**”. (00510 – 128 – s.e. 121)

- modalização por “só/somente” – efeito de necessidade

Aprendemos que **somente envolvidos** neste processo [processo histórico que traz novas possibilidades de vida para o homem], identificados com o povo, **temos** possibilidades de ser homens. (00454 – 116 – s.e. 96)

- uso de gerúndio – efeito de generalização

**Mudando** o sistema, **mudam-se** as condições de vida do homem e apresentam-se novas possibilidades. Mas mudar o sistema em si, não muda o homem (00455 – 116 - s.e. 99)

Quero ainda apontar para o **efeito de encadeamento**. Pela articulação do encadeamento de condicionais (e suas paráfrases), o futuro vai sendo projetado em “cascata”, no funcionamento do sorites (silogismo encadeado).

(...) temos que nos preparar para dirigir a luta da classe operária durante todo o processo da Revolução Brasileira, até **a conquista** do poder político e consequente construção do socialismo. (23 – 869 – s.e. 306)

O encadeamento subjacente pode ser assim lido: “se nos prepararmos para dirigir a luta da classe operária, dirigiremos a luta da classe operária; se dirigirmos a luta operária (revolução), conquistaremos o poder político; se conquistarmos o poder político, construiremos o socialismo.”

No entanto, como já vimos ao longo das análises de todos os recortes discursivos operados nesta pesquisa, a certeza no futuro utópico algumas vezes é **atenuada**, é

atravessada pela dúvida. A articulação da dúvida se dá, principalmente pelo funcionamento de:

- presente do subjuntivo, com funcionamento optativo

Êste potencial resultante [da somatória das contradições] vai aumentando dia a dia, até que um dia, que esperamos não esteja muito distante, **seja tão forte ao ponto de poder cortar** os pulsos do digante [sic] que sufoca o nosso País, e então podemos dizer em voz alta e para que todos ouçam:

O Brasil é um País rico.

O Brasil é um País livre.

O Brasil vive em paz. (00092 –8 – s.e. 18)

- modalização por verbo auxiliar “poder”

Pois se a infra-estrutura sócio-econômica determina as instituições [-]reestrutura político-jurídica, o processo não se verifica em um só senti[-] tanto uma mudança verificada na infra-estrutura **pode acarretar** modificações [-] superestrutura, como mudanças efetuadas na superestrutura **podem transform**[-] infraestrutura. E parece que o caso brasileiro enquadra-se na Segunda hi[-]se. (638 – 976 – s.e. 347)

Não estou dizendo que a sociedade capitalista tem condições de resolver os problemas socio economicos de toda população, mas que através de uma economia planificada e a abertura de perspectivas de desenvolvimento, **pode tirar** o impeto revolucionário de camadas da população e com isso arrefecer todo o processo. (2036 – 819 – s.e. 267)

- modalização por “só/somente” mais verbo auxiliar “poder”

Disse Berdiaef: o homem é chamado a agir no meio da sociedade, mas **somente poderá manifestar** sua atividade, **dominar** seu ambiente social, **controlar** suas relações sociais e **fazer** delas instrumentos de fins humanos, **se** sua atividade não fôr obediência cega dêste mesmo ambiente e destas mesmas relações sociais, mas sim resposta do homem a um poder espiritual mais profundo e mais íntimo. (00459 – 116 – s.e. 102)

Percebe-se que a atenuação da certeza se dá nos casos em que: a) há um funcionamento optativo para o condicional (s.e. 18) ; b) colocam-se hipóteses explicativas contraditórias alternativamente (s.e. 347, s.e. 102); c) atenua-se a utopia negativa (s.e. 267).

Durante as análises dos Recortes Discursivos operados podem-se perceber também os efeitos do **funcionamento enunciativo dos textos**. Esse funcionamento nos obriga a considerar o **acontecimento da enunciação** como constitutivo dos sentidos do discurso.

Isto é, temos de considerar que um sujeito locutor-x dirige um texto a um alocutário. Essa relação imaginária com o leitor e a imagem que faz dele são percebidas por certos funcionamentos gramaticais que produzem **efeitos autoritários** tais como: **efeito de injunção, de advertência, de acusação, de pergunta retórica** - para citar os mais recorrentes, e também o **efeito de súplica**. Considerando os efeitos autoritários, quero considerá-los também como produto de um **tom didático** que caracteriza o ethos da discursividade revolucionária.

Há, reconhecidamente, dois funcionamentos gramaticais que nos permitem falar em **funcionamento enunciativo**:

- as formas de representação do sujeito a partir do paradigma pronominal-verbal

Mas se pudemos começar essas passeatas pela Democracia, **não iremos longe se não formos** com todo o povo. **Só unidos chegaremos** ao fim do caminho. (00510 – 128 – s.e. 123)

AVISO AOS REACIONÁRIOS – **Nós**, os trabalhadores e nossos irmãos Camponeses e das Fôrças Armadas, **alertaremos** que se até o dia 1<sup>o</sup> de maio do corrente ano [1964], não forem cumpridas as Mensagens enviadas ao Parlamento, por S. Excia., o Sr. Presidente da República, no que tange às Reformas de Base, **serão vocês** os responsáveis perante o país, de tudo aquilo que venha a se desencadear. (1044 – 609 – s.e. 187)

**Se a gente não tem** coragem, não tem honestidade para ver o que é bom em seus inimigos [Fidel Castro], **a gente não é** mais cristão. (1094 – 36 – s.e. 21)

- uso do modo verbal imperativo

**Vamos conscientizar** o conjunto dos analfabetos adultos de nossa diocese, para que a pequenina e pobre diocese de Cratéus possa, como foi a coragem da pequena Cuba, ser um testemunho de coragem também, pra as outras grandes regiões do país. (1096 – 36 – s.e. 25)

Por outro lado, há que se considerar a diretividade do dizer produzida por relações intradiscursivas, isto é, pelas **relações sintático-semânticas** que se estabelecem entre os elementos lingüísticos constitutivos do encadeamento dos enunciados.

Esses efeitos são em parte articulados por recursos sintáticos da língua (como o uso das conjunções, das correlações do sistema verbal da língua, dos processos anafóricos) e em parte articulados por relações semânticas de natureza relacional e de natureza referencial e, especialmente, pela temporalização.

Dentre esses efeitos quero destacar:

- os **efeitos de hipótese e de projeção de futuro**, que marcam, cada um de maneira específica, os enunciados condicionais.
- o **efeito de argumentatividade**<sup>126</sup> - aquele que se produz a partir da relação prótase-apódose nos enunciados condicionais que temos analisado e em suas paráfrases - um **efeito simulado de relação de implicação lógica**.<sup>127</sup>

Nas análises pudemos também destacar outros efeitos articulados por relações semânticas tais como os efeitos de ambigüidade e o de contradição.

Assim, o **efeito de contradição**, que marca muitas das seqüências aqui analisadas e que é produto do enunciado dividido, segundo Courtine (81), deve estar sendo visto também como um efeito dentro do funcionamento enunciativo porque faz trabalharem as condições de produção muitas vezes contraditórias da discursividade revolucionária.

Neste ponto, quero colocar que todos os aspectos do funcionamento discursivo são relevantes porque nos permitem apontar para as relações que realmente nos interessam: as relações língua/história e porque nos permitem perceber a constituição do sujeito subversivo trágico.

Finalmente, quero colocar que nem todo o condicional hipotético é utópico. O que diferencia o condicional utópico do não-utópico é o fato de o primeiro ser sustentado por pré-construídos de funcionamento generalizante: “É para todo e qualquer X que ...”. Esse pré-construído constringe o enunciado a desenvolver-se do geral para o particular, numa

---

<sup>126</sup> “Argumentatividade” no sentido ducrotiano, conforme já foi discutido neste trabalho, no capítulo 6. Já sob uma perspectiva discursiva, ver a questão da “diretividade da enunciação” conforme Guimarães (1995) e discutida no capítulo 4 deste trabalho.

<sup>127</sup> Veja essa questão da “simulação de implicação lógica” também no capítulo 6.

diretividade argumentativa instauradora de sentidos políticos para a forma-sujeito com a qual se identifica o sujeito enunciador subversivo.<sup>128</sup>

---

<sup>128</sup> Para Pêcheux (1995: 77) essa forma-sujeito é *um efeito determinado do processo sem sujeito*.

## 9. A DISCURSIVIDADE REPRESSORA (SITUACIONISTA)

Se o Sujeito se constitui pelo Outro, o Sujeito Subversivo se constitui na contraposição de sua discursividade à discursividade do outro - da situação, do status quo, do poder. Antes de retomarmos a discursividade subversiva, a qual foi se delineando progressivamente ao longo das análises, quero tecer alguns comentários sobre aquela que se lhe opõe – a tal **discursividade situacionista**. E serão realmente alguns comentários, uma vez que um trabalho de análise dessa discursividade já foi realizado em profundidade e exaustivamente por vários autores: Indursky, F. (1997) e Mariani, B. (1998), que analisam uma discursividade situacionista sob a perspectiva teórico-metodológica da AD; De Decca (1994), que analisa a discursividade de uma certa historiografia e a produção dos sentidos de “industrialização”, “revolução” e “democracia” no imaginário brasileiro; Fiorin, J. L. (1988) que aborda a discursividade do poder a partir de uma perspectiva pragmática, para a qual as antíteses representam posições de classe, sem considerar a categoria da contradição discursiva.

Quero iniciar esses comentários dizendo que uma das normas do funcionamento da Justiça enquanto sistema institucional é que ninguém pode alegar ignorância da lei para atenuar a culpa de atos cometidos contrários a ela. Ora, **o texto da lei ou do decreto** deve sempre ser publicado pela **imprensa** oficial e a imprensa não-oficial pode ou não veiculá-lo. É certo que, na vigência do regime de exceção que iniciou-se em 1964, houve publicação das alterações impostas à ordem pública em diários de grande circulação nacional mas não houve arautos para proclamar leis e decretos em praças ou nos campos para a grande parte da população analfabeta. Desse modo, muitos foram pegos pela lei sem ter conhecimento dela e não puderam alegar ignorância em sua defesa.

As leis de um país refletem de alguma maneira o *modus vivendi* de suas classes sociais e o texto legislado integra-se à cultura do povo, não necessitando ser estudado para ser respeitado. No caso das leis e decretos repressivos da atividade política (e foram muitos) durante o regime militar, essas leis e decretos alteravam aquele *modus vivendi*.

Na interlocução autoritária e unidirecional que aí se criava, a discursividade do Estado se caracterizava por ser o **porta-voz das elites** política e economicamente dominantes no âmbito nacional e internacional. Esse discurso era dirigido ao **povo** brasileiro, que devia ceder ao autoritarismo sob pena de sofrer prisão, tortura e morte.

Durante a ditadura militar que se instalou no país a partir de 31 de março de 1964, a constituição vigente (de 1946) foi de ato institucional a ato institucional rapidamente sendo adulterada.

O AI-1 (Ato Institucional 1) de 09/3/64 cassa mandatos e suspende a imunidade parlamentar e os direitos políticos. Também acaba com a garantia de vitaliciedade dos magistrados e com a estabilidade dos funcionários públicos.

O AI-2 de 1965, extingue os partidos políticos existentes e institui o bipartidarismo representado pela Arena (Aliança Renovadora Nacional), com a situação, e pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), congregando os oposicionistas. Institui também eleições indiretas para presidente e vice-presidente.

O AI-3 de fevereiro de 1966 institui eleições indiretas também para governadores dos estados e cassa vários parlamentares.

O AI-4 ainda em 1966 convoca o congresso (que permanecera um mês fechado) para aprovar a sexta constituição do país, o que acontece 1967. Essa constituição institucionaliza o Regime Militar, incorporando algumas das determinações dos atos institucionais. Os poderes do Executivos são ampliados.

O AI-5 de 13/12/68, após o país ter presenciado episódios de marchas de protesto contra a ditadura, greves e recrudescimento da guerrilha urbana, fecha o Congresso, cassa mandatos, acaba com a garantia do habeas-corpus e institucionaliza a repressão. Em 1969 a constituição é novamente reformada para incorporar os dispositivos do AI-5.

Será somente em 1978, no governo do Gal. Geisel, que será extinto o AI-5, restabelecendo-se a autonomia do Congresso e os direitos políticos dos cidadãos e restaura-se o habeas-corpus. E será em 1979, já no governo do Gal Figueiredo, que será sancionada a lei da Anistia e será restabelecido o pluripartidarismo. No entanto, o país deverá esperar dez anos para ter novamente uma constituição democrática, promulgada a 05 de outubro de 1988.

O Projeto BNM, Tomo IV (*As leis repressivas*) divide a duração da ditadura militar em três períodos, de acordo com a maior ou menor intensidade dos atos repressivos. De 1964 a 1968, nos cinco primeiros anos, anteriores pois ao AI-5, estão registrados 2.875 denúncias de “crimes contra o regime”. De 1969 a 1974, nos seis anos após o AI-5 e até o final do governo do Gal. Médici, as denúncias dobram de número: são 4.748 os denunciados. A partir do governo do Gal. Geisel, decresce esse número. De 1975 a 1979, ano da Anistia, há 244 denunciados.

Ao examinar a legislação específica referente aos crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social durante o regime militar, o projeto BNM vai destacando artigos que alteravam a constituição vigente, “endurecendo” cada vez mais o regime e “enquadrando” os opositores do regime como criminosos.

É a partir do AI-2 que essa oposição ao regime passa a ser chamada de “crime contra a segurança nacional” que deverá ser reprimido pela Justiça Militar, através da alteração do parágrafo primeiro do artigo 108 da constituição:

*Art. 108, Par. 1º - Esse foro especial [Justiça Militar] poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a **repressão de crimes contra a segurança nacional, ou as instituições militares.***

Logo após, em 13 de março de 1967, surge a primeira “lei de segurança nacional”, na realidade o Decreto-Lei 314 que reiterou a competência da Justiça Militar para o processo e julgamento dos crimes nela definidos e passou a considerar todo e qualquer cidadão, inclusive as pessoas jurídicas, como responsáveis pela “segurança nacional”. Esse decreto-lei também instituía a “prisão preventiva”.

Desse decreto, são destacados abaixo os artigos mais invocados nas denúncias de prática de crime político, nos inquéritos e nas condenações, segundo o projeto BNM <sup>129</sup>:

*Art. 12º - **Formar ou manter associação de qualquer título, comitê, entidade de classe ou agrupamento que, sob a orientação ou com o auxílio de governo estrangeiro ou***

---

<sup>129</sup> BNM – tomo IV

*organização internacional, exerça atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.*

*Art. 21º - Tentar subverter a ordem política e social.*

*Art. 23º - Praticar atos de guerra revolucionária ou subversiva.*

*Art. 25º - Praticar massacre, devastação, saque, roubo, seqüestro, incêndio ou depredação, atentado pessoal, ato de sabotagem ou terrorismo; impedir ou dificultar o funcionamento de serviços essenciais administrados pelo Estado ou mediante concessão ou autorização*

*Art. 33º - Incitar à subversão, à desobediência coletiva às leis, à animosidade entre as Forças Armadas, à luta de classes e à paralisação dos serviços públicos.*

*Art. 36º - Fundar ou manter organização de tipo militar, assim como tentar reorganizar partido ou associação dissolvida por força da lei.*

*Art. 38º - Fazer propaganda subversiva.*

*Art. 41º - Posse ou fabricação de armas de fogo ou engenho privativo da Forças Armadas.*

Transcrevo aqui comentário do Projeto BNM a respeito desse decreto-lei no que tange ao ato de “subversão” cujo sentido interessa a este trabalho;

*A lei, vaga e geral, era absolutamente deformada. Punia atos destinados a provocar a guerra revolucionária ou subversiva, mas não esclarecia que atos eram esses. Considerava qualquer crítica às autoridades constituídas como crime contra a*

*segurança do Estado, e a honra dos mandatários passou a ser confundida com a da Nação e a ser defendida no âmbito da Justiça Militar.* <sup>130</sup>

O Decreto-Lei 314 sofreu alterações através de outros dois decretos (o 510, de 20/3/69 e o 898, de 29/9/69) os quais conferiam cada vez mais poderes à Justiça Militar na perseguição aos opositores do regime.

O Decreto-Lei 510/69 define do que se trata a “propaganda subversiva” <sup>131</sup> :

*Art. 39º - Constituem **propaganda subversiva**:*

*I – a utilização de quaisquer meios de comunicação social, tais como jornais, revistas, periódicos, livros, boletins, panfletos, rádio, televisão, cinema, teatro e congêneres, como veículos de propaganda da guerra psicológica adversa ou de guerra revolucionária;*

*II – o aliciamento de pessoas nos locais de trabalho ou ensino;*

*III – o comício, reunião pública, desfile ou passeata;*

*IV – a greve proibida;*

*V – a injúria, a calúnia ou difamação, quando o ofendido for órgão ou entidade que exerça autoridade pública, ou funcionário, em razão de suas atribuições;*

*VI – a manifestação de solidariedade a qualquer dos atos previstos nos itens anteriores.*

Um tal quadro repressivo, mais uma fúria ideológica contra o “comunista” <sup>132</sup>, acrescida de um regime onde se institucionalizava o abuso do poder de polícia e onde o sadismo podia ser exercido impunemente nas prisões, são as condições de produção de relatos como o seguinte, com verbos no pretérito perfeito com sentido passivo:

No dia 19 de fevereiro de 1969, fui sequestrado brutalmente por militares e levado na prisão. Aí já se encontrava o padre que morava comigo, prêso uns dias antes e cruelmente torturado. Agora era a minha vez de experimentar a fúria dos carrascos. (...) Um amigo meu, professor da USP, foi pendurado nu, de cabeça para baixo, e

<sup>130</sup> BNM – tomo IV, p. 5

<sup>131</sup> idem, p. 47

<sup>132</sup> Mariani, B (1998) trata da imagem do comunista na imprensa brasileira de 1922 a 1989. Na discursividade da direita que a imprensa veicula, o comunismo e o comunista são identificados com o Mal.

assim durante horas, batido com porrete e submetido a choques [-]létricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, desconhecida dêle, teve que presenciar a sena e sofreu depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo. Um outro prêso foi interrogado enquanto sua espôsa estava sendo violada pelo carrasco na frente dêle. Uma senhora grávida foi torturada a tal ponto que a criança morreu. A senhora foi depois abandonada sòzinha numa cela e poucos dias depois faleceu também. Isso são apenas alguns dos casos que presenciei. (1 – 2861 – **s.e. 375**)

Em 21/10/69, passaram a vigorar um novo Código Penal e um novo Código de Processo Penal Militar, através dos Decretos-Leis nos. 1001 e 1002, incorporando as disposições das leis de segurança nacional anteriores.

Já em 17/9/78 foi promulgada a Lei 6620, em substituição ao Decreto-Lei 898/69 no que diz respeito à segurança nacional. Essa lei institucionalizava a exceção.

Instalado e consolidado um regime repressivo, é possível que se produzam seqüências enunciativas como as seguintes, cujo funcionamento condicional não é sustentado por pré-construídos éticos, jurídicos ou do políticos que fazem uma sociedade ser “humana”, afinal, mas pelos sentidos do terror:

De fato, **basta** qualquer suspeita, qualquer delação anônima ou uma simples atitude que não agrade, **para que alguém seja** sequestrado, prêso incomunicável sem que os parentes sejam avisados, e torturado. (2 – 2861 – **s.e. 376**)

**Se não se encontra** a pessoa procurada, **um parente é** muitas vezes prêso como refém e torturado. (2 – 2861 – **s.e. 377**)

A **s.e. 376** e a **s.e. 377** apresentam estrutura com funcionamento condicional presentificado no funcionamento do relato. A relação entre prótases e apódoses é de causa suficiente mas não necessária, sendo que nas apódoses aparece uma seqüência enunciativa cronológica: “se X estiver sob suspeita, for delatado ou tiver uma atitude indesejada, **será sequestrado, preso incomunicável e torturado**” (**s.e. 376**); “se não se encontrar X, Y será **preso e torturado**”. Sustenta essas seqüências enunciativas o pré-construído do arbítrio os fins justificam os meios e que permitia a produção de frases emblemáticas como aquela “prendo e arrebento”.<sup>133</sup>

<sup>133</sup> Em discurso de 01/05/1981, o então Presidente da República, Gal. Figueiredo, declarou que a abertura política seria feita à revelia da “linha dura” do exército e completou: “se alguém for contra [a abertura

Quero comentar aqui algumas seqüências enunciativas que, nitidamente, são articuladas pela discursividade do poder e da repressão. Esclareça-se que se trata da discursividade do poder **tal como se inscreve** na discursividade da resistência, pelo discurso relatado de maneira direta (com verbos dicendi, uso do tempo presente ou do futuro do presente e aspas) ou de maneira indireta:

**Dar-te-ei** todo esse poder  
 [-] sua satisfação  
 (...)  
 Portanto tudo que vês  
 [-]r teu **se me adorares**  
 E, ainda o mais, **se abandonares** [sic]  
**O que te faz dizer não** (1 – 126 – s.e. 115)

Seus excessos [da repressão] tornaram-se uma [-]ca tão geral, no curso dos últimos meses, que em 1<sup>o</sup> de dezembro o [-]dente da República Emilio Garrastazu Médici se viu obrigado a denun[-] publicamente a tortura. Dez dias mais tarde foi o ministro da justi[-] Alfredo Buzaid, quem **prometeu castigar os culpados se lhe fornecessem** [-]. Encorajados, a Revista “Veja” de São Paulo, e o Jornal “Correio [-]ã do Rio de Janeiro puderam, pela primeira vez, citar casos co[-] Em vão. No dia seguinte a voz de um coronel se fez ouvir (...). (645 – 688 – s.e. 237)

À mãe de um detido que lhe foi pe[-] interceder em favor de seu filho, um ministro respondeu: “não [-] fazer nada, **se meto o nariz no assunto será pior**”. (645 – 688 – s.e. 236)

“Vivemos em um estado de guerra permanente”, diz o General Osval[-]ro de Carvalho, comandante da política militar, convencido de que [-] **meio de evitar um segundo Vietnam no Brasil é matar no nascedouro [-]lião que se anuncia**. Duzentos ataques a bancos e quartéis desde ... uma guerrilha urbana que se afirma, um guerrilha Rural que começa. Obsedados pela idéia da subversão, os militares brasileiros encurra[-] inimigo em tôda parte. (645 – 688 – s.e. 235 )

A s.e. 115 traz, dentro do poema popular, um condicional com apódose invertida (“dar-te-ei todo esse poder”) e com dupla prótase (“se me adorares e se abandonares o que te faz dizer não”). A seqüência faz referência à passagem evangélica da tentação de Cristo pelo demônio e, por essa referência, provoca movimentos de identificação política. A voz

---

política], eu prendo e arrebento”. A famosa frase, de funcionamento condicional, é uma pérola de contradição – o discurso da liberdade atravessado pelo discurso da repressão.

do demônio (o enunciador) é identificada com a voz do patrão, do governo, negociando a obediência por parte do povo, do trabalhador. Essa **s.e. 115** produz um **efeito de contradição forte** ao colocar como condição para o poder a obediência, e é sustentada pelo pré-construído que sustenta a prática política fisiologista todo aquele que colabora com o poder obtém o poder.

Durante a ditadura militar, conforme acontecia impunemente a prática da tortura e das perseguições políticas de todo o gênero (nos locais de trabalho, nas escolas), a resistência (armada ou não) recrudescia. Assim, em determinados momentos, o poder assumia aparência conciliadora, como na **s.e. 237**, que apresenta discurso relatado de forma indireta. Nessa seqüência aparece um condicional de decisão em que a prótase está incompleta mas pode ser inferida: “se me fornecerem [evidências da tortura] castigarei os culpados”. O condicional “se me fornecerem [evidências]” indetermina o sujeito denunciante e exime a polícia dessa investigação.

A omissão diante das arbitrariedades do “estado de exceção” em que estava mergulhado o país podia ser velada, como se vê na **s.e. 237**, ou aberta, como na **s.e. 236** : “se meto o nariz no assunto será pior”, na qual há uma ameaça velada, articulada pela elipse do sujeito gramatical em “será pior” – o que poderá ser pior? – a situação do prisioneiro? de sua família? do país?

A ameaça pode, no entanto, ser mais direta, embora metafórica. A **s.e. 235** produz esse **efeito de ameaça** pelo funcionamento do condicional subjacente: “se reprimirmos a rebelião incipiente, evitaremos a guerra civil”. Esse **efeito de ameaça** é articulado também pelo funcionamento do condicional metafórico “matar a rebelião no nascedouro” que faz referência ao dito popular “é preciso matar a cobra no ninho” e que não deixa de ser o funcionamento de um pré-construído militar – é preciso sufocar rebeliões antes que se tornem movimentos fortes. Ao fazer referência ao provérbio, a seqüência identifica depreciativamente aqueles que resistem às atrocidades da ditadura como “cobras” – seres perversos que, no imaginário popular, devem ser extirpados da face da terra. Por outro lado, a projeção de futuro utópico negativo (também metafórico) de o Brasil tornar-se um novo Vietnã, caso os “rebeldes subversivos” não sejam reprimidos, identifica esses rebeldes com os vietcongues (vietnamitas comunistas), pintados pela propaganda norte-americana como guerrilheiros obstinados, traiçoeiros e sanguinários.

A discursividade da repressão não é prerrogativa do discurso de militares e de seus ministros. Ela sustenta discursos produzidos por outros segmentos da sociedade. Observem-se as seqüências seguintes – uma retirada de declaração de sacerdote (anexo 2200) e outra, de transmissão de programa radiofônico cristão (anexo 858):

(...) êsse documento [sobre as Reformas de Base] tem um grande valor significativo da apatia, do comodismo, da falta de militância dessa mesma maioria que, **se continuar** assim, **vai acordar só quando já fôr muito tarde**. (1692 – 2200 – s.e. 373)

Uma das coisas mais difíceis é certamente **o dever de corrigir** [-]dérias, movimentos e correntes sociais **desviadas**, mas **colaborando com** [-] Igreja, esta obrigação **se tornará** mais fácil de ser executada. (236 – 858 – s.e. 280)

A s.e. 373 apresenta **efeitos de sentido de ambigüidade** pelo funcionamento de sentidos opacificados. A seqüência traz um condicional com apódoxe de sentido metafórico e opaco: “ se a maioria continuar politicamente apática vai acordar só quando já for muito tarde” – essa opacidade referencial temporal deixa uma questão sem resposta – “muito tarde” refere-se a que tempo? A quando o comunismo estiver instalado ou a quando a ditadura estiver fortalecida? Não se pode esquecer que as Reformas de Base, propostas pelo então Presidente da República João Goulart, representavam um duro golpe na burguesia – nos grandes capitalistas que defendiam privilégios em todos os setores da sociedade.<sup>134</sup> Observe também que a opacificação de referência temporal no futuro projeta um cenário utópico negativo com **efeito de ameaça e de terror** e que o pré-construído que sustenta essa s.e. 373 circula numa discursividade belicosa: quem se omite da luta acaba sendo dominado. Temos, então, um discurso que faz parte de um corpus considerado “subversivo” pela ditadura (e de outro modo não constaria como “anexo” do arquivo BNM) atravessado pela discursividade do poder. E olhe que não se trata de discurso relatado! É aquilo a que a AD se refere quando teoriza sobre os lugares do dizer – é sempre possível falar do lugar do outro<sup>135</sup>, numa “falha de identificação”.<sup>136</sup>

<sup>134</sup> Vide nota 126.

<sup>135</sup> Conforme Pêcheux, M. (81:07): *l'idéalisme ventriloque, passé maître dans l'art de parler à la place de l'autre, c'est-à-dire pour lui, en s a faveur et en son nom.*

A **s.e. 280** também traz a discursividade do poder, identificada com a discursividade da Igreja Católica, e produzindo, ela também, **efeito de ameaça** pelo funcionamento da opacificação. Essa seqüência apresenta um funcionamento condicional explícito, com prótase nominalizada por gerúndio verbal que pode ser parafraseado por : “se X colaborar com a Igreja, a tarefa de X será facilitada”. O problema é que somente a estrutura e que é explícita, o seu sentido é completamente opacificado e sobram perguntas: qual o sentido de “desviadas” em idéias, movimentos e correntes sociais “desviadas”? (desviadas de onde para onde?) Quem teria a “obrigação” de corrigir esses “desvios”? Qual o sentido de “colaborar com a Igreja” que aparece como condição para realizar a tarefa repressora referida pela seqüência? Sustenta esse condicional, o pré-construído reacionário todos devem se adequar ao sistema.

Para finalizar este capítulo sobre a discursividade repressora, quero analisar duas seqüências enunciativas do anexo 455:

Quando de minha atuação, junto aos grupos com[-] Brasil, tinha uma visão da repressão [sic], tão falsa [-]gava às raias da ficção e do surrealismo, mas que, [-] “informes” e as falsas notícias, maquinadas por estas [-]ções comunistas, acreditava piamente, ser verdade aqu[-] que diziam. Vivia em estado de pânico e apreensão por [-] que a qualquer momento, **poderia**, vir a cair em [-] dessa repressão “violenta” e “sanguinária”. (1 – 455 – **s.e. 184**)

[-], como todos os que “caem”, por um rigoroso inter[-]tório, mas, interrogatório êste, que nada tinha a [-] com “torturas”. Existem estas sòmente dentro do cé[-], daquêles que vivem sob o jugo do comunismo [-]rnacional para difamarem e falsearem a verdade. (...) [-]pois dos interrogatórios, pensei que ia ser levado [-] “campos de concentração”, que segundo essas [-]nizações comunistas existe no Brasil. E, novamente, [-] prêso, fui e vi, outros companheiros serem tra[-]dos da maneira mais humana possível, dentro d[-] ambiente de camaradagem e solidariedade (...) O comunismo internacional está sendo derrotado e no desespero da derrota não [-] em usar maquiavelicamente as mais [-] mentiras (...) e não existe aquela repressão [-]guinária” e violenta que nos apresentavam, e que [-]munismo

---

<sup>136</sup> Conforme Pêcheux, M. (97:56): *Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes de deslocamento em seu espaço: não há identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo – isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto da identificação.*

tenta apresentar na Europa; muito pelo [-]rário, o que existe, são **peças humanas** lutando [-] **construção do Brasil gigante**. (1-2 – 455 – s.e. 185)

A s.e. 184 e a s.e.185 apresentam discurso narrativo em primeira pessoa, sendo que a s.e. 185 finaliza com uma avaliação do comunismo internacional. Bem no final da seqüência aparece a expressão: “o que existe, são **peças humanas** lutando [-] **construção do Brasil gigante**”, a qual gostaria de comentar.

Perceba-se que temos aí o funcionamento do futuro utópico, porém sem o uso de tempo verbal futuro. Isso se dá porque um dos pressupostos de “lutando [-] construção do Brasil gigante” é que o Brasil ainda não é grande pois só se luta por construir algo que ainda não está pronto. A grandeza do Brasil é projetada como certa num cenário futuro pelo funcionamento do determinante “o” para a expressão “Brasil gigante”.

Quanto à determinação de “peças” em “peças humanas”, o sentido de “humano” desliza do campo da **biologia** (onde, de resto, “peça humana” é uma redundância, pois toda a pessoa é um ser humano) para o campo da **sociologia e da ética** (onde “humano” tem o sentido de civilizado, não-violento, solidário, em oposição a “desumano”, com sentido de “cruel”, “mau”, “violento”) <sup>137</sup>

O anexo 455 é um documento, que tem por título “A Repressão no Brasil”, é apresentado, em letras maiúsculas e destacadas, como DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO DE MANOEL HENRIQUE FERREIRA. É possível postular o estatuto de documento forjado para esse documento, pelos seguintes indícios:

- 1) o uso de aspas indicando o discurso outro: “informes”, repressão “violenta” e “sanguinária”, absurdos “baixados”, “centralismo democra[-], “informes” e “notícias” dessas organizações comu[-], todos os que “caem”, “torturas”, “camaras de tortura”, “campos de concentração”.
- 2) A assunção implícita de um aparelho repressor do Estado que, como quem estuda História sabe, nunca foi suave em suas práticas. Essa assunção de existência é marcada, logo no início do texto, pelo uso do artigo definido: “Quando de minha atuação, junto aos grupos comu[-] Brasil, tinha uma visão **da repressão**, tão falsa [-]gava às raias da ficção e do surrealismo”. Depois, a existência da repressão à oposição política vai se

confirmando pelo discurso narrado: “[-] ser **prêso**”, “um **rigoroso interrogatório**, mas, interrogatório êste, que nada tinha a [-] com torturas”, “E, novamente, [-] **prêso**, fui e vi, **outros companheiros serem tra[-]dos** da maneira mais humana possível”, “eu e meus companheiros **prêsos** estamos recebendo [-] bom tratamento”. Perceba-se que vão se delineando discursivamente duas posições politicamente opostas: de um lado, a discursividade do aparelho repressor, com suas práticas e seus funcionários, cuja existência real é marcada pela indeterminação de sujeito no uso de passiva: “pensei que ia ser levado”, “ser prêso”, “serem tratados da maneira mais humana possível”, “eu e meus companheiros prêsos estamos recebendo [-] bom tratamento”; de outro lado, a discursividade da resistência, na qual se inclui o sujeito enunciador, marcada pelo uso da primeira pessoa e de certos itens lexicais **sem o uso de aspas**: meus companheiros, prêsos, comunismo e comunista.

- 3) Uso da negação (que pressupõe a afirmação): “não existe aquela repressão [-]guinária” e violenta que nos apresentavam, e que [-]munismo tenta apresentar na Europa”
- 4) Atenuação da força semântica de palavras: 1) pelo uso de “mas” : “um rigoroso inter[-]atório, **mas**, interrogatório êste, que nada tinha a [-] com “torturas”; 2) pelo uso do adjetivo “possível”: “outros companheiros serem tratados da maneira mais humana **possível**”.
- 5) Apresentação do quadro político da repressão como uma ficção de característica ideológica (no sentido marxista): “tinha uma visão da repressão, tão falsa [-]gava às raias da ficção e do surrealismo”, “os ‘informes’ e as falsas notícias, maquinadas por estas [-]ações comunistas”, “no desespero da derrota [o comunismo internacional] não [-] em usar maquiavelicamente as mais [-] mentiras”
- 6) Desqualificação da imagem do outro: “mentes doentias”, “costumazes difamadores [os países comunistas]”, “elementos frustrados”, “maus bra[-]os”.
- 7) Apresentação de cenário que contradiz outros relatos do arquivo BNM <sup>138</sup>a respeito das prisões e da tortura: “vi, outros companheiros serem tra[-]os da maneira mais humana possível, dentro de [-] ambiente de camaradagem e solidariedade”.

---

<sup>137</sup> Na Argentina, na mesma época, a ditadura tinha um slogan: “Os argentinos somos direitos e humanos”, como um resposta ao discurso dos direitos humanos.

<sup>138</sup> Relatos de tortura aparecem nos anexos 399, 409, 451, 688 e 2861. Vide Apêndice deste trabalho.

O que tivemos neste capítulo foi uma visão do funcionamento do discurso da repressão da ditadura militar fazendo contraponto com a discursividade da resistência, da subversão. Os pré-construídos que sustentam a discursividade situacionista e repressiva são pré-construídos do campo militar: é preciso sufocar rebeliões antes que se tornem movimentos fortes, quem se omite da luta é dominado, mas também do campo político – de uma política inescrupulosa, repressiva e manipuladora: os fins justificam os meios, todos devem se adequar ao sistema, todo aquele que colabora com o poder obtém o poder.

Encontramos, no discurso repressivo, a produção de efeitos de sentido que são produzidos também na discursividade da subversão - o **efeito de ambigüidade** e de **contradição**. Essa constatação é uma evidência forte da **contradição constitutiva de todo o discurso** – as formações discursivas não contam com limites impermeáveis

Já não encontramos nesse discurso repressor a produção dos efeitos da certeza da realização da utopia que marcam de modo inquestionável o discurso da subversão. O que temos aqui são efeitos, digamos assim, “repressores” – **efeito de ameaça, de terror, de cinismo e de ilegalidade**.



## 10. O SUJEITO SUBVERSIVO – RETOMANDO A QUESTÃO DA SUBJETIVIDADE

Concebemos o fato de que a materialidade dos lugares dispõe a vida dos sujeitos e, ao mesmo tempo, a resistência desses sujeitos constitui outras posições que vão materializar novos (ou outros) lugares.

Eni Orlandi (2001:103)

Ao analisar a discursividade que sustenta as estruturas condicionais do nosso corpus, bem como suas paráfrases, acabou tendo visibilidade teórica uma forma-sujeito à qual estou chamando de **sujeito subversivo**.

Para a análise do condicional, foram operados seis grandes recortes discursivos no corpus e esses recortes revelaram que esse sujeito subversivo se constitui na contradição – trata-se de uma forma-sujeito dividida, portanto, a partir da qual se produz um sujeito dividido, clivado pela contradição. As utopias que o alimentam são ideologicamente impostas pela discursividade dos Direitos Humanos e, em alguns casos, pelo cristianismo – o sujeito subversivo acredita na utopia do mundo sem exploração, em paz, onde haverá igualdade, liberdade e fraternidade – um mundo ideal onde toda contradição será apagada, um mundo sem luta de classes. Mas essa não é a única utopia que se desenha pela discursividade analisada – aparece também, uma outra, a Utopia da Revolução, da derrubada da ditadura, que se relaciona temporalmente com a primeira: primeiro haverá a revolução e, após, o mundo será o ideal sonhado. Não encontrei, pelo menos nas seqüências enunciativas analisadas, a utopia da “ditadura do proletariado” – uma utopia realmente “revolucionária”, nos termos marxista-leninistas.

A condição para se chegar derrubar a ditadura é a Luta, embora nem sempre especificada. Ou então a Revolução. Mas uma revolução em que os iluminados devem dirigir as massas ignoras para que estas peguem em armas e aniquilem os déspotas, encarnados no burguês.

A direção das massas por esses iluminados passa pelo trabalho de “conscientização do povo”. Em poucos lugares pude ler seqüências enunciativas sustentadas por pré-construídos do materialismo histórico, tais como a prática política das massas conduz o processo revolucionário ou, então, a consciência de classes é produto da experiência – pré-construídos que se traduzem no primado da práxis sobre a teoria.

Gostaria de estabelecer, neste momento, uma distinção semântica e uma distinção discursiva entre os termos **subversivo** e **revolucionário**.

Sob uma perspectiva semântica enunciativa, observando o funcionamento das designações no corpus, concluímos que “ser subversivo” não implica necessariamente “ser revolucionário”. O **subversivo** é todo aquele cuja prática política **é julgada**, ou por um regime ou pelo próprio sujeito da subversão, como uma prática que traz em si ameaça de desestabilização desse mesmo regime. Subversivo é, portanto, o “outro”, o contrário, o antagonista. Já o **revolucionário** é aquele que tem uma prática **estrategicamente orientada** para a mudança radical de um regime e que, para isso, evidentemente, pratica a subversão. Assim, nem todo o subversivo é revolucionário, mas todo o revolucionário é subversivo.

Sob uma perspectiva discursiva, há que se considerar as formações imaginárias que inscrevem os sujeitos em posições com as quais se identificam e identificam outro. Em meu trabalho inédito “Discurso e Política”<sup>139</sup>, analisei a ocorrência desses itens lexicais, **subversivo** e **revolucionário**, em corpus mais amplo, opondo uma discursividade a que chamei “situacionista” e outra, a que chamei “resistente”. Aquela pesquisa incluiu textos do arquivo BNM, textos analisados por Indursky (1997) e textos mais atuais (produzidos entre 1999 e 2000), veiculados pela mídia. Naquele trabalho, os itens lexicais “revolucionário” e “subversivo” mostraram-se mutuamente excludentes, isto é, “subversivo” aparece na discursividade situacionista, referenciando a imagem do “outro”, juntamente com outros termos pejorativos tais como: “criminoso, terrorista, assaltante, agitador”, etc. A ditadura jamais chama o seu opositor como “revolucionário”, uma vez que, nessa discursividade, a “Revolução” era justamente o que os militares e a burguesia

---

<sup>139</sup> Apresentado à Profa. Dra. Suzy Lagazzi-Rodrigues, do Depto. de Lingüística do IEL/UNICAMP, em maio de 2001, como exigência acadêmica para minha qualificação geral no programa de Doutorado em Língua Portuguesa.

estavam fazendo no país. Indursky (1997: 118), aponta, na análise da nomeação do outro pela ditadura, para termos tais como: “adversários da revolução, contra-revolucionário, inimigo do regime, agente da traição nacional, subversivo, corrupto, agitador, inimigo da democracia, minoria contestante, detrator”, etc.

Assim, “revolucionário” aparece apenas na discursividade resistente, auto-nomeando o locutor (“subversivo”, nessa discursividade, aparece somente no discurso relatado).

“Subversivo”, “revolucionário” – trata-se de representações imaginárias de posições-sujeito através da língua, **processos e subjetivação**. Orlandi (2001: 99) fala assim sobre esses processos:

*O sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, **subjetivando-se** na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para a sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva). Vale lembrar que o sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, na articulação da língua com a história, em que entram o imaginário e a ideologia. (grifo meu)*

Neste trabalho, estamos focalizando um funcionamento sintático no processo de subjetivação: o funcionamento do condicional hipotético articulando no discurso a temporalidade. Assim, gostaria de tecer mais comentários sobre os processos de subjetivação na estrutura do condicional apontando para a projeção de futuro de algumas seqüências, tanto em estruturas condicionais como em estruturas simples.

É preciso lembrar que nem toda projeção de futuro é necessariamente utópica, mas que trabalhamos, nesta pesquisa, com o funcionamento da utopia articulado pelo futuro do presente e por paráfrases presentificadas.

É preciso lembrar também que o movimento de projeção de um futuro utópico instaura um **sujeito político** que se auto-representa (imaginariamente) como um eu/nós revolucionário.

Quero ver esse sujeito político revolucionário/ subversivo desdobrando-se em **três processos de subjetivação** que muitas vezes se sobrepõem.

**Inicialmente, ganha visibilidade um sujeito ético**, compromissado com a ação revolucionária e com princípios. Esse locutor mobiliza um enunciador individual ou coletivo que enuncia a partir de diversos lugares sociais: do padre, estudante, militante, militar, portuário, etc. e projeta um futuro a médio e longo prazo, no funcionamento das duas utopias que já examinamos aqui: a utopia da revolução e a utopia do mundo ideal. Esse sujeito tem a certeza da necessidade da luta e a certeza de que haverá um mundo melhor. Muitas vezes o futuro é projetado na utopia da luta como uma decisão de vida:

Pregunta por mi  
 Que alli **estare yo**  
**Luchando** por dar a mis hijos  
 La vida que no tuve yo  
 Pregunta por mi ... pregunta por mi  
 Que aqui en la trinchera **estare esperando** por ti (29 – 446 – s.e. 172)

Aí eu **estarei**, aí eu [-]rei, aí eu **darei o melhor de mim**, a minha vida, para fazer com que [-]átria dos brasileiros venha a ocupar [-]eu verdadeiro local entre as demais [-]ções do universsos, propiorcionando [-] filhos brasileiros liberdade [???] suas riquezas naturais [-]ipiciam. Deixo de ser marinheiro da marinha [-] guerra do Brasil para ser soldado [-] libertação nacional. (350 – 639 – s.e. 211)

Nada nem **ninguém me poderá desviar** do caminho que o Evangelho e a minha condição de Sacerdote do Povo me impuseram. (00395 – 07 – s.e. 11)

[-]nte a enxurrada escandalosa de mentiras e acusações terrivelmente [-]riosas contra mim [-]cadas, **não terei outra atitude a tomar** a não [-] **responder a bala** ao govêrno e suas nojentas forças policiais [-] minha captura vivo ou morto. (453 – 1615 – s.e. 359)

- Sim. **Atacaremos** grandes latifundiários brasileiros e também ame [-]. **Sequestraremos** ou **executaremos** aquêles que exploram e perseguem [-]. **Desorganizaremos** a economia rural mas **não defenderemos** zona [-] território algum. (1469 – 76 – s.e. 38)

**Estaremos** sempre prontos a uma unificação política tanto com a O como com qualquer outro grupo que se proponha a LA [luta armada?] respeitando o nosso princípio que é crescer de acôrdo com as bases. (2039 – 819 – s.e. 274)

(...) para se preparar a revolução, para se preparar a etapa seguinte [-] guerra revolucionária, **necessitaremos** de uma infinita quantidade de re[-] materiais e financeiros, e **iremos buscá-los** onde quer que haja (...) (3 – 666 – s.e. 233)

(...) **saberemos desenvolver** êsse terreno [científico-cultural] que é nosso com nossos próprios recursos, com nosso próprios métodos e com os nossos próprios homens. (633 – 975 – **s.e. 341**)

A guerrilha urbana está sendo implantada; a guerrilha [-]á lançada êste ano. Nós a anunciamos para dispersar o inimigo que [-]anobras antiguerrilhas em diversas regiões do país. Essas regi[-]ente essas, êle as conhece bem. **Aí não iremos.** (1467 – 76 - **s.e. 30**)

Não segui[-] [-]ca **seguiremos**, mesmo após a tomada do poder, nenhuma ortodoxia. (1468 – 76 – **s.e. 34**)

Nesse recorte discursivo temos o funcionamento do tempo futuro do presente articulando **um efeito sujeito da resistência** que planeja sua ação individual no sentido da luta por um futuro utópico: dar aos filhos uma vida digna e criar o país dos sonhos (**s.e. 172 e 211**). Esse sujeito nega a possibilidade de que o projeto não se realize (**s.e. 11**) e projeta ações radicalmente agressivas como único caminho de resistência contra a opressão: responder a bala (**s.e. 359**), implementando também outras ações truculentas (**s.e. 38**).

Na **s.e. 274** funciona uma **contradição** que pode ser melhor observada se for lido o recorte do anexo 819, ao qual pertence, no Apêndice deste trabalho. Pelos sentidos mobilizados na memória do dizer que determinam a carga semântica do item lexical “revolução”, sabemos que uma revolução não se faz individualmente – trata-se de um projeto e de uma série de ações articuladas coletivamente. Acontece que não só nessa e por essa **s.e. 274**, mas em outros momentos enunciativos do corpus desta pesquisa, muitas vezes delinea-se um sujeito singularizado, personificado, atomizado, dentro do movimento revolucionário. As cartas de dissidência, as justificativas de deserção, o relato de ações individuais, os **posicionamentos pessoais** são comuns no corpus composto pelos anexos do arquivo BNM.

As seqüências enunciativas **s.e. 233, 341, 30 e 34** põem também em evidência algumas das **contradições** que constituem esse sujeito da resistência, **identificado com o coletivo**. É um sujeito que não tem recursos para financiar a revolução mas pretende ir buscá-los, sem especificar onde (**s.e. 233**). Ora, se não especifica onde, também não exclui nenhuma possibilidade (financiamento estrangeiro, seqüestro, assalto, etc.) pois pretende ir buscar esses recursos “onde quer que haja”. Já para desenvolver o “terreno científico-

cultural”, os recursos deverão ser somente os nacionais (s.e. 341). Para que não haja contradição entre essas duas seqüências enunciativas (s.e. 233 e 341), é preciso que se infira que o referido “desenvolvimento científico-cultural” está colocado utopicamente num futuro pós-revolução quando haverá recursos nacionais para tudo, numa perspectiva nacionalista de fechamento de fronteiras. Colocar as duas seqüências no mesmo momento histórico é contraditório porque se não há dinheiro, pela s.e. 233, não pode haver também pela s.e. 341.

Esse sujeito da resistência é o sujeito contraditório, determinado pela discursividade revolucionária que planifica a guerrilha, procurando desarticular as defesas do inimigo (s.e. 30) mas, e ao mesmo tempo, determinado pelos sentidos da liberdade e da rebeldia, uma vez que projeta para o futuro, após a tomada do poder (utopicamente colocada), uma ação não-ortodoxa (s.e. 34).

Um **segundo processo de subjetivação** (que, como dissemos, pode ser recoberto pelos demais), instaura um **sujeito tático**, estratégico. Essa projeção de futuro utópico desdobra-se em vários efeitos de sentido: ora com o **efeito de planejamento de ação**, ora como **efeito de projeção de uma mudança** (favorável ou desfavorável) **de estado, situação ou sentimento**. Trata-se de um futuro mais imediato, próximo.

No caso do **efeito planejamento de ação**, esse efeito é produzido pelo funcionamento de verbos de ação no futuro do presente, geralmente. São verbos cuja carga semântica implica “movimento para alcançar determinados fins”. Esse planejamento de ação coloca uma **condição** para que outro futuro, mais distante e mais abrangente, seja alcançado. Trata-se de **uma estrutura sintática que vai integrar enunciados condicionais hipotéticos**, portanto. Há muitas ocorrências, no corpus desta pesquisa, de planejamento de ação sem estar vinculado, na superfície enunciativa, por relação condicional, a um futuro utópico ou a outro mais distante e mais amplo. **No entanto, é possível ler essa vinculação quando a seqüência enunciativa que o comporta é articulada com o texto todo**. Esse é o motivo pelo qual optei por anexar um Apêndice a este trabalho, onde estão dispostas seqüências enunciativas de um mesmo texto, numa tentativa de anular os efeitos da fragmentação analítico-metodológica que se efetiva aqui e

de oferecer uma visão mais totalizante do texto, incluindo-se indicações sobre suas condições imediatas de produção, para uma necessária reconstrução de sua coerência.

Vejam algumas dessas seqüências que instauram o **sujeito tático**:

**Manterei** o contato com a O para evitar maiores problemas de segurança com início destas ações. (...) (2039 – 819 – **s.e. 274**)

Outras informações **serão dadas** daqui a uma semana, com a precisão possível. O material pedido é difícil, a não ser com grande risco pessoal. Todavia, parte dêle **será transportado** na manhã de segunda-feira (6/IV), para um exercício, com a participação de cêrca de 10 homens desprevenidos. (2 – 722 – **s.e. 254**)

**Mandar-lhe-ei** uma revista do “Movimento [-]ista”. (0385 – 647 – **s.e. 216**)

A minha bolsa é para 1<sup>o</sup> de outubro. **Farei** uns [-] de planejamento no “Comissariat [?] au Plan” [-] de Economia no “Comissariat de la Production”. Não estou muito entusiasmada com isto; minha vont[-] era estudar Filosofia e Economia Política [-] **farei** independentemente; (0385 – 647 – **s.e. 213**)

A bolsa é de apenas 75 mil francos. [-] poderia mandar-me dizer como **viverei** com isto? (0385 – 647 – **s.e. 215**)

**Teremos que** conseguir isso [a consciência popular através da divulgação da plataforma revolucionária] rapidamente. Para divulgá-la, [-] explicá-la, **temos que** organizar brigadas. (...) De modo que para organizar as classes populares com o [-] que atinjam o poder **teremos que** fazer o contrário do que faz [-] dirigente [que impõe medidas, num movimento “de cima para baixo”]. (1577 e 1580 – 81 – **s.e. 71**)

N. B. – Faço um apêlo aos meus companheiros Nacionalistas para que formem Comissões Financeiras, a fim de que eu possa pagar essas despesas com o presente Manifesto e outros que serão lançados. No próximo **declararei** a arrecadação do mesmo. (1044 – 609 – **s.e. 188**)

Esse recorte projeta ações com finalidade prática: cuidar da segurança nas ações da resistência (**s.e. 274**), transportar material (**s.e. 254**) fazer circular material de propaganda política (**s.e. 216**), preparar-se intelectualmente para a liderança revolucionária (**s.e. 213**), organizar brigadas (**s.e. 71**). A discursividade do corpus vai delineando um sujeito que mantém com o dinheiro uma relação determinada por **uma condição de vida pequeno burguesa**, que conhece o preço dos produtos do mundo mas não pode arcar com sua aquisição (**s.e. 215 e s.e. 188**) e por uma **ética jurídica** que lhe determina os **sentidos da**

**honestidade** e o obriga a projetar prestação de contas de dinheiro utilizado em propaganda política (s.e. 188).

Quero chamar a atenção ainda para os efeitos de sentido do **futuro injuntivo** na s.e. 71, pelo funcionamento de “ter de”. Esse futuro injuntivo põe em circulação os **sentidos autoritários do sujeito revolucionário** e, mais, põe em circulação, pela tarefa proposta de “conscientizar e organizar o povo através de brigadas” (s.e. 71), sentidos iluministas, idealistas, racionalistas e ... militaristas, num movimento que, mais uma vez, o constitui **contraditoriamente** entre discursividades antagônicas. Ainda com relação a esse futuro injuntivo, percebe-se que o seu efeito sentido “necessidade de se fazer algo” pode se articular também com verbo no presente do indicativo (“temos de”).

O **terceiro processo de subjetivação** que quero apontar aqui produz um **sujeito íntimo** pela subjetivação de emoções, sentimentos, pela exposição de sua fragilidade. O futuro utópico tem a dimensão de uma vida humana. Esse funcionamento coloca o sujeito subversivo mais próximo da **tragicidade**:

Espero que me escreva contando do que lê e de como está de pensamento sôbre estas coisas [-] lhe falei. **Sentirei** não lhe encontrar aí; talvez me ajudasse a descobrir muitas coisas. Às vezes [-] o complexo de ser muito lírica e român[-] (...) (0385 – 647 – s.e. 217)

Quando estas linhas forem apresentadas no tribunal, **serei** mais uma exilada política. (1992 – 451 – s.e. 173)

Tudo indica e me faz temer que **serei condenada** à prisão, e que **serei privada** de vez da liberdade que estou convencida de não ter feito nada para desmerecer. (1994 – 451 – s.e. 175)

**Meu filho será obrigado** a abandonar a faculdade no último ano de Matemática e a minha mulher **deverá ter** a mesma conduta, quanto ao curso de Pedagogia, atingido aos 54 anos de idade, com sacrifícios. (995 – 409 – s.e. 169)

Imbuídos de fé cristã, e crentes que Deus esta conosco, nesta luta pela justiça social; damos inteiro apoio aos Padres. E, acreditamos que V. Exma nos **acolherá**, com atenção, eis que somos vítimas diretas desta perseguição (...) (1835 - 787 – s.e. 257 )

**Por prêço algum trairei** a minha condição de Sacerdote do [-]vo. (00395 – 07 – s.e. 12)

(...) **nunca deixarei** de ser sacerdote “por[-] quando alguém recebe a ordenação continua sacerdote por tôda a [-]nidade” (1576 – 81 – **s.e. 67**)

(...) riscos a que **só me exporei se**, bem analisados os fatos, os companheiros **acharem** que devo fazê-lo. (1 – 722 – **s.e. 251**)

**De-me** autoridade, e **eu vos farei JUSTIÇA** (78 – 925 – **s.e. 317**)

BENEDITO LUCIO MACHADO, **se eleito** vereador em 4 de Outubro, **será** o legítimo representante do trabalhador, que alimenta-se do pão molhado com o suor do rosto. (78 – 925 – **s.e. 319**)

A **discursividade pequeno burguesa** atravessa o sujeito da resistência quando **os sentidos dos sentimentos** estão articulados na enunciação (**s.e. 217**). E, no momento em que as condições de sua existência política ameaçam sua liberdade e integridade física, o sujeito projeta sua identificação nos **sentidos da vitimização** no funcionamento da voz passiva (**s.e. 173 e 175**). Esses sentidos da vitimização constróem também a imagem dos entes queridos do sujeito enunciador (**s.e. 169**). Vitimizado, o sujeito subversivo é produzido pelos sentidos da súplica e da clemência para salvar sua pele (**s.e. 257**) mas não abre mão da **preservação de sua identidade jurídico-política** projetada para o futuro (**s.e. 12 e 67**). Uma vez escolhido pela coletividade, o sujeito subversivo não se furtará de assumir a vida política, por mais riscos que ela traga, subjetivando-se, assim, pelos **sentidos do heroísmo** (**s.e. 251, 317, 319**)

Como já dissemos inicialmente, esses processos de subjetivação recobrem-se uns aos outros. O mesmo sujeito que planeja ações, planeja-a em função de sua utopia, de seu sonho e empenha aí sua vida, expõe seu corpo físico ao risco da morte, expõe a si e a seus entes queridos aos efeitos da repressão. Não há como “tipificar” esses processos e nem é nosso objetivo aqui. Nosso objetivo é apenas compreender, pelo funcionamento da língua, os processos de subjetivação delimitados pela forma-sujeito subversivo. Vimos, por esse funcionamento, que a temporalidade projeta uma representação do sujeito locutor em relação ao presente do acontecimento enunciativo.

Assim, o nosso objeto é descrever a constituição do sujeito subversivo a partir do funcionamento da sintaxe no acontecimento afetado pelo interdiscurso. Vimos o trabalho da sintaxe na análise do funcionamento do futuro utópico e na análise do funcionamento

do condicional hipotético e suas paráfrases. Quero agora retomar a questão da **determinação pelas orações adjetivas**, que já foi objeto de comentários nesta pesquisa, no capítulo 6.

Sabemos que sob a estrutura “todo aquele que X, Y”, encontra-se **subjacente uma estrutura condicional**: “se X, então Y.” Um **condicional categórico**, com dupla predicação, em que a segunda predicação decorre necessariamente da primeira. É preciso, contudo, estar sempre lembrando que essa “necessidade”, que se traveste de implicação lógica, é ideologicamente sustentada e não passa de uma simulação, conforme já comentamos anteriormente. Esse condicional tem **efeito definidor na constituição da auto-imagem do sujeito subversivo**.

Esse tipo de condicional, **o condicional categórico, de efeito definidor**, mobiliza um **enunciador universal**, pelo funcionamento de quantificadores e expressões indefinidas “todo aquele”, “quem”, “ninguém”, etc. E esse tipo de condicional caracteriza o **tom didático** da discursividade em análise, produzindo um **efeito de verdade inquestionável** por vários funcionamentos: por esse mesmo funcionamento de quantificadores e de expressões indefinidas, pelo funcionamento da presentificação e também pelo funcionamento da pseudo-implicação. Abaixo pretendo analisar algumas seqüências em que isso se dá. Primeiramente analisarei duas seqüências em que o condicional produz **efeito injuntivo**, sustentado por pré-construídos éticos que, pelo processo de identificação, obrigam o sujeito a agir em determinada direção:

(...) se a essência do catolicismo assim [-] a essência do cristianismo é o amor, tanto que São Paulo nos [-] que **aquele que ama seu próximo cumpre a Lei**, não teríamos um po[-] despedaçado pela violência, um povo em que se oprimem as viúvas, [-] órfãos, os pobres, um povo onde não reina o amor nas institui[-] (1573 – 81 – s.e. 62)

Apesar de isso [a união dos contrários] ter causado escândalo, sustentei, e [-] todos os que estão nesse movimento **sustentarão**, que **quem [-]te fôr colombiano e fôr patriota, deverá adreir [aderir] a ela** [plataforma única] e luta[-] junto com êle [?]. (1575 – 81 – s.e. 63)

Em s.e. 62 temos um encadeamento de implicações implícitas. Mas o que nos interessa aqui é isolar a seqüência justaposta: “tanto que São Paulo nos diz que **aquele que ama seu próximo cumpre a Lei**”. Essa seqüência traz um condicional implícito: “se X

ama seu próximo, X cumpre a Lei” em que o **efeito de sentido injuntivo**, produzido por “cumprir a lei”, implica “amar ao próximo” – um condicional categórico, portanto, com enunciador universal e tempo presente. Todos esses funcionamentos só podem produzir **efeito de verdade**. Estando a expressão sentenciosa funcionando como complemento de outra expressão com **efeito metaenunciativo**: “tanto que São Paulo nos diz que”, esse efeito de verdade se transforma em **efeito de verdade autorizada** (se São Paulo disse, está dito – fala aí uma autoridade dentro do cristianismo).

Com relação ao restante da **s.e. 62**, temos, como já se disse acima, um encadeamento de implicações implícitas. Podemos recuperá-las pela leitura do pré-construído que circula na formação discursiva que sustenta o discurso. A prótase condicional “se a essência do catolicismo/cristianismo é o amor” pressupõe a apódose implícita, que é um pré-construído ético: (então) o povo que se diz católico/cristão (e suas instituições) deve cumprir a Lei (do amor). Está relacionado a este condicional, outro: sua alternativa negativa, com duas conclusões: uma de definição e outra de causa/conseqüência – “se o povo que se diz católico/cristão não cumpre a Lei (do amor)”, então 1°) “não é verdadeiramente católico/cristão”; 2°) “a Lei (do amor) não vige”. Essa segunda conclusão funciona como prótase de outro enunciado condicional – “se a Lei (do amor) não vige, então vige a lei do desamor (= violência, opressão). Esse pressuposto é efeito de uma lógica bi-polarizada que, na FD que sustenta o discurso analisado e opõe, necessariamente, X a não-X. O enunciado põe em funcionamento o antagonismo entre a Lei cristã (do amor) e a lei do mais forte (da violência, opressão).

A **s.e. 63** permite uma análise semelhante à da seqüência justaposta à **s.e. 62**. A expressão “**quem for colombiano e for patriota, deverá aderir à plataforma única**” traz outra vez a estrutura analisada por Pêcheux (a da adjetiva significando a partir do enunciador universal “todo aquele que”) <sup>140</sup>, desta vez com o tempo futuro. Subjaz à expressão o condicional: “Se X é Y, X deve fazer Z”. Nessa condicional, a prótase inclui o sujeito na categoria dos colombianos patriotas, produzindo um **efeito de sentido definidor**. A apódose coloca como necessário para X, fazer Z, **produzindo um efeito de sentido injuntivo**. Sustenta esse condicional um pré-construído político-ideológico que simula uma relação de necessidade entre ser colombiano e patriota e aderir à plataforma única. Essa

---

<sup>140</sup> Vide capítulo 6 deste trabalho.

relação produz o **efeito de sentido de desqualificação** para os que não aderirem à plataforma única – esses não poderão ser identificados como “colombianos e patriotas”.

Assim, a **s.e. 62** e a **s.e. 63**, ambas produzidas pela discursividade cristã, conforme se lê no anexo 81, identificam o sujeito subversivo com os sentidos da religiosidade e do patriotismo, produzindo efeitos de sentido injuntivos, autoritários. A auto-imagem do sujeito subversivo, nessa discursividade, passa a ser daquele que é “obrigado a”, de alguma maneira. O sujeito responsável.

As próximas seqüências produzem **efeito de contradição**, pois são, ao mesmo tempo, atravessadas pela discursividade burguesa e marxista – dois processos diferentes de subjetivação.

Mas **se** é através do trabalho que o homem domina a natureza e faz ciência e técnica, **é também** através do trabalho que o homem produz a sociedade e faz história. Podemos concluir, pois, dizendo que **só quem trabalha faz realmente história**. (00427 – 113 – s.e. 83)

(...) isto de [-] humanista é lá para a França, [-] a tarefa é ainda muito simples e [-] jentar: **MATAR O BURGUÊS. Para quem quer [-] feliz e se realizar não há lugar**. (0386 – 647 – s.e. 218)

A **s.e. 83** inicia-se com dupla estrutura condicional. O interessante é que a conjunção “se”, que inicia cada condicional, não funciona propriamente como conjunção condicional, mas como conjunção aditiva: “se é X, é também Y”, sendo X e Y, essas sim, variáveis preenchidas por condicionais. Essas estruturas condicionais apresentam a mesma prótase nominalizada “através do trabalho” e podem ser parafraseadas por: “se o homem trabalha, o homem domina a natureza, a ciência e a técnica” e “se o homem trabalha, o homem produz a sociedade e a história”. Nesses condicionais, o referente de “homem” é universal: a humanidade.

A terceira estrutura condicional produz **efeito metaenunciativo** pelo sentido do verbo “concluir”. Essa estrutura é paráfrase da segunda e vem modalizada por “só” e “realmente”, produzindo **efeito de necessidade**: “só aquele que trabalha, produz realmente história”. Perceba-se que, nessa paráfrase, há um deslizamento de sentido para o sujeito das orações. Em “só quem trabalha” não se pode dizer mais que o referente de “quem” seja

coletivo – estamos aí num funcionamento subjetivador, identificando “somente aquele sujeito que trabalha” como capaz de fazer a história. Quero compreender nessa **s.e. 83** um **efeito de julgamento** recaindo sobre o sujeito – julgamento positivo para os trabalhadores e julgamento negativo para os exploradores do trabalho alheio

Fora do trabalho, então, não há dignidade, não há progresso (ciência, técnica), não há sociedade, não há história. O mesmo para o que diz a **s.e. 218** – “Para quem quer ser feliz e se realizar não há lugar”.

Essa **s.e. 218** é uma seqüência sustentada por um raciocínio implícito: “o objetivo da revolução socialista é o bem coletivo. O objetivo do indivíduo burguês é o bem individual (ser feliz e realizar-se). Se X quer ser feliz e realizar-se, X não tem lugar na revolução”. Na prótase aparece o sujeito indeterminado “quem”. No entanto, não se trata de sujeito universal, mas o sujeito particular que quer ser feliz e realizar-se, ou seja, o sujeito burguês.

Como já disse anteriormente, não é nosso objetivo analisar individualmente os anexos compõem o corpus da pesquisa. No entanto, vale a pena ler um outro recorte efetuado no anexo 647 do arquivo BNM. Assim será possível perceber o **efeito de contradição** que essa seqüência produz, uma vez que o sujeito enunciador se identifica, pelo relato de suas atividades, com o sujeito burguês e, no entanto, assume em letras maiúsculas o objeto “proletário” de “matar o burguês”, ou seja, acabar com a sua própria classe, produzindo, assim, um **efeito de sujeito trágico**:

A bolsa é de apenas 75 mil francos. [-] **poderia mandar-me dizer como viverei com isto? (0385 – 647 – s.e. 215)**

Vamos agora para mais três seqüências que articulam a identificação do sujeito pelo funcionamento do condicional de **efeito definidor**:

**Quem estiver com os mais pobres, está com o Evangelho, mesmo sendo um comunista. (1096 – 36 – s.e. 24)**

**Se a gente não tem coragem, não tem honestidade para ver o que é bom em seus inimigos [Fidel Castro], a gente não é mais cristão. (1094 – 36 – s.e. 21)**

O homem **atraído pela justiça será sempre um resistente**, um rebelado contra a estagnação da ordem, é o que tem em pouca conta a autoridade estreita e o sistema tradicional de valores. (00415 – 05 – s.e. 4)

A s.e. 24 traz a determinação de “ser cristão” implicada por “estar com o Evangelho”. Pode-se ler parafrasticamente o condicional da seqüência deste modo: “quem estiver com os mais pobres é cristão”. Esse condicional é sustentado pelo pré-construído que é princípio fundamental da doutrina cristã, presente nos Evangelhos, do mandamento do amor ao próximo, principalmente aos mais humildes. Até aí, tudo é previsível. O quem vem após produz **efeito desconcertante e paradoxal**: “mesmo sendo um comunista”, sendo que o funcionamento do advérbio “mesmo” (= embora) produz **efeito concessivo**. Para podermos entender esse efeito concessivo e o funcionamento do paradoxo, temos de perceber que estão sustentando a seqüência, tanto o pré-construído do imperativo da luta pelo fim da desigualdade social como o pré-construído que opõe cristãos a comunistas e temos de perceber também que o funcionamento de “mesmo” articula a **quebra desse paradigma**. Sustenta a estrutura um raciocínio do tipo “se X é Y e se Z é Y, então X é Z” (se o comunista opta pelo pobre e se o cristão opta pelo pobre, então o comunista é cristão). Um raciocínio falacioso que confunde a parte com o todo. Assim, por essa falácia, o que a s.e. 24 acaba por colocar é identidade cristão/comunista, assim um **efeito paradoxal**. Aliás, essa contradição, isto é, a determinação simultânea do enunciado e do sujeito enunciadore pela discursividade cristã e pela discursividade revolucionária, que perpassa o corpus em muitos momentos, reflete a histórica cisão político-ideológica que marcou a prática da Igreja Católica durante o vigência do regime militar: ora apoiando ao poder, sendo conivente com ele, ora resistindo a ele (pelos religiosos identificados com a Teologia da Libertação).

Na s.e. 21 temos um condicional funcionando na negação e com sujeito opacificado pelo funcionamento do sintagma “a gente” (“se a gente não tem coragem ... não é mais cristão”). Esses dois funcionamentos evitam a identificação direta do sujeito enunciadore como simpatizante de Fidel Castro, um dos grandes inimigos da ditadura, e a afirmação da necessidade cristã dessa simpatia. A paráfrase afirmativa, que é evitada pela negação, poderia ser: “Se nós somos cristãos, temos de ter coragem e honestidade para ver o que é bom em Fidel Castro”. Sustentam esse condicional os pré-construídos: o cristão é corajoso e honesto e Fidel Castro tem boas qualidades. O inverso seria: se não admitimos as boas

qualidades de Fidel Castro não estamos sendo honestos nem corajosos. Se não somos honestos nem corajosos, não somos cristãos. Não se pode negar o **efeito de sentido injuntivo** que a seqüência produz, negando a identificação como cristão para quem não admitir as boas qualidades de FC.

Finalmente, a **s.e. 4** acaba por produzir um **efeito de identificação** do subversivo como aquele que ama a justiça. O sujeito dessa estrutura condicional é o sujeito universal “o homem”, ou seja, “todo aquele que”. Uma paráfrase para a estrutura seria: “se X for atraído pela justiça, X será subversivo”, sendo que “subversivo” resume: “resistente”, “rebelado contra a estagnação da ordem”, “o que despreza a autoridade estreita e o sistema tradicional de valores”. O interessante é perceber o pré-construído que sustenta a seqüência e que opõe justiça ao reacionarismo da ordem, da autoridade e da tradição.

Encerrando as análises acima, que pretenderam dar conta dos processos de identificação do sujeito subversivo tanto pelo funcionamento das formas de representação do sujeito como pela temporalidade, vemos aí que se delineia um **sujeito da resistência** à ditadura militar afetado paradoxalmente pela **discursividades burguesa** e pela **discursividade cristã**, que se recobrem. Esse sujeito da resistência é determinado pelas **condições de vida pequeno-burguesa**, às voltas com problemas de financiamento de sua ação, e determinado por uma **ética** que lhe impõe a honestidade. É um sujeito que deixa aflorar os seus sentimentos, que alguma vez se julga vitimizado e que luta pela preservação de sua identidade. Funciona também na certeza e na esperança de dias melhores. Trata-se, finalmente, de um sujeito preso na **contradição** entre a utopia da liberdade (individual) e a utopia da revolução (coletiva).

Ao identificar o locutor com o **enunciador universal**, pelo funcionamento das estruturas adjetivas sustentadas por condicionais (“todo aquele que”), a discursividade resistente mostra o **tom didático** que vimos caracterizar os recortes discursivos analisados em capítulos precedentes. Esse tom didático vai produzir efeitos injuntivos sustentados por pré-construídos éticos da discursividade cristã e revolucionária, constituindo o sujeito da resistência (o sujeito subversivo) na contradição. Esse tom didático produz efeitos de verdade e de necessidade.

Durante todo o trabalho aqui apresentado, temos falado do **sujeito**. Mas, afinal, quem/o que é o sujeito?

Quero entender que o sujeito se compõe a partir de todas essas variáveis, como o resultado de um processo de **múltiplas determinações**. E quero também esclarecer que não se trata do processo de sobredeterminação como está trabalhado em Pêcheux (81: 07)<sup>141</sup>. No entanto, não há teoria dentro dos estudos da linguagem que dê conta dessa múltipla determinação. Mas há busca de caminhos.

É preciso optar teoricamente e, ao optar, recortar. Optei por uma **análise do corpus que considera o acontecimento e sua determinação histórica**.

Assim que, dentre tantas determinações do sujeito, aqui estou focalizando o sujeito determinado por um dizer inscrito numa determinada formação discursiva mas atravessado por outras. Um sujeito que ocupa uma certa posição numa região discursiva e **um lugar na política do dizer**. Esse sujeito, pela **contradição constitutiva do interdiscurso**, muita vez **ao custo da própria integridade física**, é impelido à ação.

O que me incomoda, portanto, é que nessa teoria não há lugar para a realidade física, sensorial, para a dor do **indivíduo**, nem na hora do grito, nem na antecipação do grito, embora, certamente o grito possa ter abordagem discursiva. O grito instaura sentidos. Que sentidos ele instaura? Os sentidos do animal. E nas teorias sobre a linguagem não tenho percebido um lugar para o corpo e o espírito do animal ferido no pau-de-arara, com costelas fraturadas, o ânus estraçalhado, unhas e dentes arrancados.

Mas há lugar para o seu grito. Que enunciados ecoam pelas paredes? Onde está o corpus que permite a análise discursiva desses urros e dessas frases desconexas? Se o pesquisador procurar, acha. Mas não serei eu quem fará isso. Talvez alguém faça. Não consigo fazer.

Não quero ir tão longe. Quero ficar à distância do momento do grito. Mas me fascina saber que esse momento existe como possibilidade concreta e que, para uns a **antecipação** da dor faz calar, e para outros não. Todo mundo sabe da dor, consequência possível do dizer. Os estudantes, operários, sindicalistas, professores, padres, sargentos, camponeses, que eram espécimes vivas de animais racionais durante a ditadura militar,

---

<sup>141</sup> Pêcheux (81:07), na introdução a Courtine (81), fala de um “efeito de sobredeterminação, pelo qual a alteridade vem afetar o mesmo”, isto é, quando uma FD atravessa a outra, constituindo a heterogeneidade do sujeito.

sabiam. Talvez houvesse um ou outro inconseqüente. Porra-louquice, como se dizia. E, no entanto, junto com os porras-loucas, havia as Antígonas que refletiam, pesavam, racionalizavam, consideravam, angustiavam-se com as possíveis conseqüências do dizer e ... diziam! E ... assinavam embaixo! Fazia mais sentido, para alguns sujeitos, agir do que omitir-se, dizer do que não dizer. A pergunta, que a teoria não responde é por que uns calam e outros falam. E, tenho para mim, que a resposta a esta pergunta é um lugar da subjetivação do sujeito, o lugar que permite a identificação de **cada indivíduo** com o **outro afetado pelo Outro** e a partir de uma “posição sujeito”.

Assim, chegamos à questão da **individação**, um caminho teórico para se chegar mais próximo do indivíduo que dorme, acorda, come e chora (embora não o alcance).<sup>142</sup> Se a teoria não permite que cheguemos ao indivíduo da dor, chegaremos pelo menos à singularidade imputável. Vejamos: ao vincular a utopia à **práxis** – ação consciente que, pretensamente, causará, possibilitará sua realização - o enunciado do condicional hipotético **compromete juridicamente** o locutor ao mesmo tempo com o desejo da mudança e com a ação para realizá-la, ambos interditados na ordem política vigente na época, caracterizando a ação subversiva de **crime com dolo**.

Na enunciação da práxis libertadora (sendo ela mesma, a enunciação, uma prática) o sujeito subversivo comprometia juridicamente o indivíduo falante/escrevente e o tornava passível de sofrer castigos físicos e morais em decorrência dessa sua prática interditada. Esse **comprometimento** pretendo ler como uma instância de **subjetivação** – a região onde a materialidade da ideologia e o inconsciente, pela força do desejo, vão se mostrar na enunciação. Ou seja, o condicional hipotético funciona como dispositivo enunciativo que produz um movimento de subjetivação que se dá pela e na enunciação do dizer interditado, pela temporalização desse dizer no acontecimento, o que permite projetar o futuro.

Orlandi, E. (2001: 106), a partir da teorização de Foucault, considera o percurso pelo qual o indivíduo biológico é interpelado ideologicamente pelo simbólico e se inscreve numa forma-sujeito histórica e pelo qual, num segundo movimento, num deslocamento teórico, é individualizado pelo Estado:

---

<sup>142</sup> Conforme Leite, N. (2000: 39), *a questão é a de uma resistência do simbólico em cernir o real*. Sercovich, A. (1977: 50) fala de uma conexão entre a psicanálise e a teoria das ideologias, sendo que a articulação se dá pelo imaginário que cria uma interpretação do real, isto é, cria uma realidade simbólica, ideológica, que circula na memória do dizer, como produto e como causa ao mesmo tempo.

*Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que **individualiza** a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de **individualização** do sujeito na produção dos sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então o I2, ou seja, indivíduo em segundo grau). (os grifos são meus)*

Se esse sujeito que persigo e que desejo tocar é inatingível fora do simbólico, nem por isso deixarei de desejá-lo e, nesse movimento, ele extrapolará os limites da semântica discursiva e, provavelmente, materializar-se-á no domínio da ficção.

## 11. O SUJEITO SUBVERSIVO E A TEORIA DO TRÁGICO – A POLÍTICA E A ÉTICA REVISITADAS

Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come.

(provérbio)

se da terra preza as leis e dos deuses  
na justiça faz fé, grande é a cidade;  
mas logo a perde  
quem por audácia incorre no erro.

(O coro em Antígona – Sófocles - 370)

Durante as análises do corpus desta pesquisa, sobrepondo-se à heterogeneidade e contradição discursivas, foi se delineando um efeito de sentido ao qual chamei de **efeito de tragicidade**. Seguindo a lição de Vernant (in Vernant e Naquet, 1999: 02) considero o **trágico** como aquilo que *traduz uma consciência dilacerada, o sentimento das contradições que dividem o homem contra si mesmo*. Ao constatar mais de uma divisão, fui vendo emergir do corpus da pesquisa, um “sujeito político subversivo” atravessado pelo trágico.

Quero deixar claro, porém, que esse sentido de trágico, com o que trabalho aqui não é o mesmo advindo da análise da **tragédia grega enquanto gênero literário**. Esse gênero floresceu no século V a.C., século que marca o nascimento do direito e da noção de responsabilidade individual na Grécia Antiga.<sup>143</sup> A tragédia, naquele sentido, segundo Vernant, caracteriza um confronto *entre as antigas formas do pensamento religioso, sempre vivas nas tradições legendárias, e as novas concepções ligadas ao desenvolvimento do direito e das práticas políticas*. (op.cit.: 49) Essas “antigas formas de pensamento”

colocam, na causalidade da ação, o divino, ou seja, a vontade dos deuses. Evidentemente, uma “causa divina”, contrapondo-se a uma “causa humana” para explicar a práxis política subversiva não tem sentido na discursividade moderna. Mas se sustenta a **noção do conflito como trágico** quando dilacera o sujeito entre duas éticas, forçando-o a escolher e sem domínio sobre o resultado de sua escolha.

Glenn Most (2001) propõe-se a examinar os sentidos de “tragédia” e de “trágico” e suas inter-relações desde o século V a.C. até a modernidade, não somente em seu uso na crítica literária mas também em seu uso coloquial, onde trágico tem a ver com a “experiência humana” (op. cit., p. 24). Para o autor, Schiller foi quem formulou pela primeira vez *uma visão do trágico como um aspecto fundamental da existência humana, indicativo da irremediável, dolorosa incompatibilidade entre o homem e o mundo em que ele se acha por acaso.* (op. cit., p. 33-34). No panorama traçado por Most, depois de Schiller também Friedrich Schlegel, Schelling, Hegel, Kierkegaard e Nietzsche teorizaram sobre a tragédia e o trágico.

Para Nicole Loraux (1992: 27-28) a tragédia, na literatura grega, é o **equacionamento entre a medida e o excesso** e há **várias lógicas** concorrendo para fundar *a lei trágica em virtude da qual quem agiu padece:*

*a lei divina quer que todo equilíbrio acarrete compensação; a lei do sangue, que o assassino pague seu ato com sua vida; a lei positiva, encarnada nos procedimentos judiciais, que o agente seja submetido a uma pena; e a lógica heróica, que as reviravoltas da força aniquilem o forte.”* (os grifos são meus)

Temos então, que o sujeito subversivo é o **sujeito excessivo**, que infringe a **lei positiva**, estando portanto, passível de sofrer penalidades.

Mas não a infringe por ignorância. Antígona, diante de Creonte, ao ser indagada se conhecia a existência de um édito que proibia o sepultamento do irmão, retruca: “Sabia. Como não havia de sabê-lo? Era público.”<sup>144</sup>

---

<sup>143</sup> Conforme Vernant (in Vernant e Naquet, 1999: 51): Na Atenas do século V, o indivíduo se afirmou, em sua particularidade, como sujeito do direito.

<sup>144</sup> Pereira, M. H. R (1997: 45)

A pergunta que se coloca a seguir é: ora, se sabia que não podia fazê-lo, se sabia das conseqüências terríveis do seu fazer, por que o fez? No caso de Antígona, falou mais alto a lei divina, da tradição. No caso do sujeito subversivo de nosso corpus, o que fala mais alto? A desgraça da personagem trágica é ser **instada à ação**.

Durante nossas análises, vimos que o sujeito subversivo é constituído na contradição, vimos também que sua prática discursiva é determinada por diferentes instâncias, por uma múltipla determinação (as ideologias, o desejo inconsciente, a língua atravessada pela história). Temos então que esse é o lugar do trágico: ser, individualmente, pego pelo desnivelamento das determinações (determinações ideológicas, das paixões, simbólica) e morrer morte física por isso – ou ficar mutilado (física e/ou psiquicamente) por isso.

Voltando à questão da tragédia na Grécia Antiga: para Vernant<sup>145</sup>, é na instância da dupla determinação do ethos (o **caráter** humano) e do daimon (seu demônio interior) *que o homem trágico se constitui*. Vamos abstrair a questão demoníaca (vamos deixá-la para a Psicanálise, pois não) e prender-nos à questão do ethos. Se apenas considerarmos esse aspecto, temos o sujeito trágico instaurado pelo mesmo processo sócio-histórico que instaura o sujeito do direito – um sujeito cuja **característica** é ser responsável por seus atos e assumir as conseqüências dos mesmos. Vernant aceita a análise de Louis Gernet para a tragédia no sentido em que este mostra que *a verdadeira matéria da tragédia é o pensamento social próprio da cidade, especialmente o pensamento jurídico em pleno trabalho de elaboração*.<sup>146</sup> Estamos, assim, naquele momento da história ocidental em que vai se plasmando o homem moderno, o domínio da forma-sujeito: a evidência lógico-lingüística do sujeito, segundo Pêcheux.<sup>147</sup>

O sujeito subversivo-trágico, que emergiu das análises, somente é subversivo porque **sua ação foi julgada pelo outro**, pelo poder, como subversiva. Assim, temos um sujeito de uma **prática política** interdita. Para explicar a caminhada desse sujeito em direção à ação, Vernant toma as palavras de Gauthier-Jolif, comentadores da *Ética* a Nicômano, de Aristóteles:

<sup>145</sup> In Vernant e Naquet (1999), p. 15

<sup>146</sup> op. cit., p. 03

<sup>147</sup> Pêcheux, M. (1995), p. 77

*“Da mesma forma que o silogismo nada é senão a ligação da maior com a menor, a decisão nada é senão o ponto da junção ou a fusão do desejo, que é a aspiração, com o pensamento, que é o julgamento.”*

*Assim: “A aspiração é necessariamente o que ela é e o julgamento necessariamente o que ele é e, na conjunção deles, que é a decisão, a ação segue-se necessariamente.”*<sup>148</sup>

Chegamos, assim, ao ponto do qual partimos: o desejo utópico como apódose de um condicional, antecedido por uma prótase que propõe a ação: “se lutarmos, derrubaremos a ditadura”. Daí, segue-se, “necessariamente” a ação, a luta: incendiar pastos, tomar fábricas, assaltar bancos, panfletar, discursar contra a opressão, etc. E encontramos, assim, um imperativo ético: uma pulsão, uma injunção à ação.

De todas as éticas que a filosofia já conseguiu produzir, quero considerar as duas éticas propostas por Max Weber (a ética da responsabilidade e a ética da convicção)<sup>149</sup> como o melhor ponto de observação dessa ação subversiva. Isso porque seus pressupostos, ideologicamente moldados por uma concepção idealista do mundo, produzem uma discursividade que constrói o sujeito do direito – a mesma discursividade que produz o sujeito subversivo, conforme vimos nas análises do corpus, pelo menos em cinco dos seis recortes discursivos operados.

Escusado é dizer que falar em ética num trabalho que se debruçou sobre um corpus fazendo análise discursiva somente tem sentido se procurarmos dar à noção de ética também um estatuto discursivo. Para tal devemos colocar a questão em termos de funcionamentos discursivos instalados em formações discursivas e articulados pelo interdiscurso. As éticas teriam lugar nas formações discursivas enquanto o saber já-lá, circulante, instaurador de sentidos e de sujeitos.

---

<sup>148</sup> op. cit., p.33. Vernant alerta para o fato de que não se pode inferir, a partir desse comentário, que Aristóteles tenha proposto uma psicologia “determinista” para explicar a ação. Isso porque *em sua teoria da ação moral, ele não pretende nem demonstrar, nem refutar a existência de uma liberdade psicológica com que não conta em momento algum. Nem em suas obras, nem na língua de seu tempo, encontra-se uma palavra para designar o que nós chamamos de livre arbítrio.* (ibidem)

<sup>149</sup> In Saint-Pierre, H. (2004: 101)

Vou tomar Weber por Saint-Pierre (2004).

Segundo o autor, Max Weber, em *Economia e Sociedade*,

*distingue as ações racionais das ações irracionais. No primeiro grupo, consegue caracterizar dois tipos de ação: 1) a racional orientada a fins (Zweckrationalität), determinada pela expectativa depositada no comportamento tanto de objetos mundanos quanto dos outros homens. Tal expectativa é utilizada como “condição” ou “meio” no logro de fins racionalmente perseguidos; e 2) a racional orientada a valores (Wertrationalität), determinada pela crença no valor absoluto da própria conduta. Note-se que o fim dessa ação coincide com a própria conduta, já que constitui o valor racionalmente perseguido, que pode ser ético, estético, religioso, etc. Por outro lado, as irracionais são caracterizadas por seus determinantes em : 3) afetiva (...), e tradicional (...)*<sup>150</sup>

A partir dessa caracterização das ações, Weber propõe dois tipos de ética: a ética da responsabilidade (Verantwortungsethik) e a ética da convicção ou do valor absoluto (Gesinnungsethik). Para Saint-Pierre, seguindo Talcott Parsons,

*Estas duas éticas fundamentariam dois tipos de atitude essencialmente diferentes: ou o ator reconhece uma multiplicidade de direções possíveis de ação, com a possibilidade de as variadas direções terem importâncias diversas [ética da responsabilidade], ou orienta a totalidade de sua ação na direção de um único valor absoluto [ética da convicção] em relação ao qual o resto dos valores potenciais se ordena em termos de meios e condições.*

*(...) O que têm em comum ambas as atitudes é a escolha racional dos meios. A diferença é a existência, no caso da Zweckrationalität [racionalidade orientada a fins], de uma preocupação objetiva pelo cálculo das conseqüências da ação e por uma maximização dos resultados. Pelo contrário, a Wertrationalität [racionalidade orientada a valores] não se preocupa com o êxito de sua ação, pois, no caso da*

---

<sup>150</sup> op. cit., p. 97

*impossibilidade do êxito, o martírio* <sup>151</sup> *é a única via possível. Também não se incomoda com as possíveis conseqüências que sua ação possa vir a desencadear, pois a questão dos resultados de sua ação fica nas mãos de Deus.* <sup>152</sup>

Para Saint-Pierre, Weber, com essa tipologia das ações, *está tentando caracterizar o tipo ideal de ação subjacente à ação política: racional orientada a valores nos fins e racional orientada a fins nos meios.* <sup>153</sup>

Creio que é possível, com relação às análises que aqui fizemos, entender que a ação política do sujeito subversivo (como qualquer ação política) é racional orientada a valores pela apódose do condicional, que coloca na utopia o fim último a ser alcançado e é racional orientada a fins pela prótase do condicional, que indica os meios para se atingir os fins desejados.

Vemos assim, mais uma vez, a tensão produzida pelo funcionamento do condicional: se, pelo funcionamento da apódose, a ação do sujeito é racionalmente orientada a valores e valores utópicos (“derrubaremos a ditadura”), pelo funcionamento da prótase, a ação do sujeito é racionalmente orientada a fins, procurando atingi-los pela proposta de estratégias (“se lutarmos”).

Não estaríamos, contudo, ao aceitar a teorização weberiana, aceitando um arcabouço teórico conflitante com o que até aqui nos fez trabalhar (uma teoria materilista da linguagem)? Certamente que sim. Como, então, ler no/pelo discurso, a elaboração de uma ética?

Para Guimarães, E. (2002: 21) há uma **determinação ética** do funcionamento da linguagem – assim a relação língua-falante é regulada por uma **deontologia do dizer**. Para o autor, os “espaços de enunciação” deontologicamente determinados são um espaço de língua e falantes que constitui a figura política do falante enquanto sujeito da língua. Guimarães considera a língua como dividida. Desse modo, *estar identificado pela divisão da língua é estar destinado, por uma deontologia global da língua, a poder dizer certas*

---

<sup>151</sup> O termo “martírio” aqui deve ser tomado com o sentido de “sofrimento infringido” e não com o sentido etimológico de “testemunho”, como aparece na epígrafe deste trabalho, segundo Derrida.

<sup>152</sup> op. cit., p. 101

<sup>153</sup> op. cit., p. 99

*coisas e não outras, a poder falar de certos lugares de locutor e não de outros, a ter certos interlocutores e não outros.* (idem, ibidem)

O discurso subversivo (materializado em realização de palestras, redação de cartas, teses, artigos jornalísticos, panfletagem) constitui-se enquanto **prática política** na medida em que sua **enunciação** instaura **o sentido da resistência contra o interdito**. Na enunciação o sujeito se apresenta. Falar o que não se permite é, nas ditaduras, uma prática tão condenável quanto seqüestro de autoridades, invasão de prédios públicos, invasão de fazendas, saques e assassinatos. Os sentidos da resistência, esses, são articulados pelo funcionamento da língua enquanto atravessada por processos históricos. A articulação dos sentidos da resistência se dá tanto no nível lexical, como no nível morfo-sintático, o qual, principalmente, temos analisado neste trabalho, a partir das análises do funcionamento das estruturas condicionais e suas paráfrases. Pela língua, o indivíduo se subjetiva, se inscreve numa discursividade X, mas também o faz pelo **desejo**. Portanto, é essa articulação entre desejo e história, pelo simbólico, que produz o sujeito.

Há, contudo, outro nível da subjetivação. O sujeito subjetivado, inscrito numa discursividade X, será **juogado** indivíduo, considerado juridicamente responsável, imputável, pelo outro, pelo Estado. Será, segundo Orlandi, E. (2001:106): *o resultado de um processo, um constructo (...) um indivíduo em segundo grau*. Nesse nível, como diz a autora (op.cit.:107), há que se considerar *o possível deslocamento (resistência?) do sujeito aos modos pelos quais o Estado o individualiza*.

Aceitando teoricamente processo de subjetivação em dois níveis (o nível ideológico e o nível jurídico), somos obrigados a operar, também teoricamente, a diferença entre dois níveis de comprometimento do sujeito com a discursividade: o nível do **político** e o da **prática política**. A instância do político sendo a instância dos sentidos, que subjetiva o indivíduo de carne e osso, inscrevendo-o numa discursividade X; a instância da prática política sendo a que individualiza esse sujeito, tornando-o responsável pelo seu dizer.

Considero, neste ponto, que **mesmo o deslocamento teórico-analítico operado em direção à enunciação ainda não dá conta da leitura da tragicidade do sujeito**

**subversivo.** Por que considerar um “efeito de tragicidade” recobrando um efeito claro de contradição?

Quero colocar que esse efeito de tragicidade somente é possível se se considerar, na análise, os processos de identificação do analista/pesquisador.

Pêcheux (1997: 318), num balanço dos desenvolvimentos da AD, deixa para os que se dispuserem a trabalhar em seu campo teórico algumas interrogações. Uma delas diz respeito à questão do efeito de interpretação, da intervenção da leitura na construção dos efeitos de sentido, ou seja, a questão do **sujeito-leitor**.

Orlandi, E (2001: 64), partindo da definição de **discurso como efeito entre interlocutores** e admitindo *a inscrição de falha da língua na história*, fala da constituição de um **efeito-leitor** como função do sujeito:

*(...) se temos, de um lado, a função-autor como unidade de sentido formulado, em função de uma imagem de leitor virtual, temos, de outro, o efeito-leitor como unidade (imaginária) de um sentido lido. Tanto a função-autor como o efeito-leitor atestam que no discurso o que existe são efeitos de sentidos variados, dispersos, descontínuos, sendo sua unidade construção imaginária (onde intervêm a ideologia e o inconsciente). Vale dizer assim que o efeito-leitor é uma função do sujeito como a função-autor. É um efeito porque resulta desses confrontos tal como dissemos. Nele aparecem os movimentos de entrega e de recusa à materialidade do texto face à memória e as condições de produção de todo discurso. (op. cit., p. 64-65) (grifos meus)*

Desse modo, para o corpus de arquivo desta pesquisa, gostaria de ver invertida aquela posição analítica que privilegia a função-autor e gostaria de enfocar melhor, na constituição do sujeito subversivo, **a imagem que o pesquisador constrói** do corpus e do sujeito que nele se delineaia.

Quero ver o movimento da interpretação em dois níveis deslocados no tempo: num primeiro nível, considerar que houve uma interpretação possível pelo outro contemporâneo do sujeito subversivo, com o qual dialoga: os companheiros, os dissidentes, a polícia, os reacionários. Num segundo nível, considerar a interpretação possível pelo analista de

discurso, encoberta pelo próprio trabalho de análise. Assim, o analista pode ser tomado como um “interlocutor”, um “enunciatório” deslocado no tempo.

A mim parece que apenas esse segundo nível da interpretação justifica que se possa postular um caráter de **tragicidade** para o sujeito subversivo do arquivo BNM. Ao introduzir a **categoria da tragicidade** na análise, desejo, portanto, considerar essa categoria sob o prisma da “interlocução” entre o sujeito que emerge do arquivo e o analista, sob a perspectiva da identificação, da **empatia**, uma perspectiva a que se poderia chamar de patética, pois se dá pelo pathos, pela paixão.

Gumbrecht, H.U. (2001: 12) coloca que *o trágico, enquanto tal, deve assim ser experienciado pelo espectador*. É evidente que fala do espectador da tragédia enquanto gênero literário. Mas não será possível que a distância temporal que separa o sujeito enunciatório do corpus subversivo do século XX e o analista de seu discurso no século XXI permita esse “deslize” na interpretação? A transformação do sujeito subversivo em espectro, em fantasma, a cujo drama se assiste?

Gumbrecht coloca também alguns dos motivos de interesse estético que levam o espectador a apreciar a tragédia enquanto manifestação de um gênero literário: 1) catarsis; 2) admiração pela serenidade “estóica” do herói; 3) “imagem parada” do ator diante do instante decisivo; 4) fascinação pela face do mal; 5) apelo do caos e da destruição (op. cit., p. 12-13). Glenn Most (2001: 31) fala da *ênfase insistente sobre os efeitos da tragédia em provocar os sentimentos clássicos de **compaixão** e **temor** (phobos), adicionados de **admiração** (e formando a tríade canônica neoclássica francesa), a qual ênfase marcou uma valorização da importância das emoções da platéia (...)*

Essas considerações fogem muito ao escopo de uma tese como esta, que se dispôs a analisar o sujeito que emerge do discurso taxado de “subversivo” pela ditadura militar brasileira de 1964. São desdobramentos. São reflexos de uma perplexidade que foi envolvendo o pesquisador ao longo de seu trabalho de lingüista e de analista de discurso. São questões em aberto, apontando para novas investigações.

O que quero colocar aqui que o analista/pesquisador, somente enquanto espectador empático do drama que se desenrola no corpus pode perceber sua tragicidade. Tenho claro, por outro lado, que, com esse deslocamento, o final deste trabalho poderia estar apontando para outros campos de análise: para o campo da Psicanálise ou para o campo da Estética.

E, mesmo assim, pretendo que seja possível uma leitura da “tragicidade” do corpus dentro de uma Semântica do Acontecimento, ou de uma teoria da Análise de Discurso. Quero crer que seja possível ler esse sujeito subversivo, que planeja e prega a mudança do status quo (por caminhos revolucionários ou não), esse sujeito atravessado pela contradição, que desafia o interdito num tom didático de efeito autoritário diante da projeção da dor e da morte, quero crer que seja possível analisá-lo como personagem na cena histórica com a qual o analista pode se identificar, identificar-se com o que diz e com o que não diz, e, através dessa identificação, inscrever-se empaticamente em sua memória.

Adicionalmente, quero colocar que aceitar o trajeto analítico que leva o ser biológico ao processo de subjetivação pelo simbólico e ao processo de individualização pelo Estado tem, como consequência, o reencontro com a **corporalidade** do sujeito. Encontra-se aí um corpo simbolizado e juridicamente individualizado, o qual pode sofrer agressões, mutilação e morte pelo outro. Acredito que, aceitar a tragicidade do sujeito subversivo implica aceitar esse nível da corporalidade na análise, pois o limite da tragédia é a antecipação imaginária da morte física do sujeito que ouse desejar o contrário do que é permitido pela Lei, pelo Estado. Gumbrecht (2001: 14) cita Miguel de Unamuno em *Del Sentimiento Trágico de la Vida en los Hombres y en los Pueblos* (1913) ao afirmar que *a morte é a última fronteira trágica*.

Maingueneau (1997: 46-47), ao falar de tom do discurso, seguindo as lições da Retórica, associa-o ao ethos enunciativo. Mas nesse campo do ethos enunciativo não se encontra somente o tom, encontram-se também um “caráter” e uma “corporalidade”. O “**caráter**”, como temos visto, *corresponde a este conjunto de traços “psicológicos” que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer*. Já a “**corporalidade**” *remete a uma representação do corpo do enunciador da formação discursiva. Corpo que não é oferecido ao olhar, que não é uma presença plena, mas uma espécie de fantasma induzido pelo destinatário como correlato de sua leitura*.

Como se vê, esse deslocamento que Maingueneau faz de categorias da Retórica clássica para o campo da Enunciação, vem bem ao encontro do que estamos desejando colocar neste trabalho: o lugar do analista como o ponto de observação do sujeito subversivo, um lugar que lhe permite “ver” a sua corporalidade, o seu caráter e perceber o seu tom discursivo. Um lugar sujeito à empatia, à identificação e que permite atribuir ao sujeito do discurso, ao sujeito subversivo do corpus, um caráter trágico.

Tenho como hipótese, que não cabe aqui examinar, que a ditadura (e todo o processo repressivo ao longo da história) visava, com seus procedimentos de intimidação e coação, à **aniquilação dessa subjetividade que se instaurava no desejo** – acabar com o desejo, mais do que acabar com o corpo físico do sujeito desejante. Aliás não é hipótese levantada originalmente por mim. Leia-se num dos textos do corpus (anexo 451):

*O objetivo principal que buscam os torturadores não é o de obter as confissões das vítimas. Isso pode, ou não, ocorrer, mas não alterará a marcha dos suplícios até conseguir o que desejam: vencer a resistência do indivíduo, dobrá-lo, fazê-lo perder a confiança em si mesmo, nas pessoas, reduzi-los tanto quanto possível abaixo da condição humana. Para conseguirem isso, adicionam às torturas físicas todo o tipo de torturas morais: humilham as pessoas, obrigam os maridos a assistirem à tortura das espôsas e vice-versa, inventam delações inexistentes, ofendem com palavras sórdidas. Chegam aos requintes no tratamento diário, quando procuram levar o prisioneiro ao maior grau possível de insegurança. Buscam amesquinhar os prisioneiros até o ponto em que percam definitivamente as forças e a coragem de pensarem independentemente, de fazerem qualquer coisa que os seus carrascos consideram como crime político; até o ponto que nenhum torturado tenha coragem de denunciar publicamente os horrores que eles praticam diariamente.*

Assim, para evitarem-se desvios de rumo teórico, é necessário que ao desejo de chafurdar em arquivos sangrentos se imponha a barreira das **formações imaginárias**. Isso evitará que o analista mergulhe ainda mais fundo nos processos de subjetivação, rumo à

psicanálise. Não que não seja interessante a psicanálise. É, e muito. É até demais. Mas é interessante também chegar exatamente até aí, até ao ponto em que as posições-sujeito vestem ossos, carne e nervos e a visitação à sua discursividade nos permite processos identificatórios (meus, seus, deles) e catárticos, com o perdão aristotélico da Tragédia (e da Literatura em geral). Até ao reino das personagens.

## CONCLUSÕES

Ao se encerrarem as análises levadas a efeito neste trabalho, creio que o que resta são mais aberturas que fechamentos – mais interrogações que verdadeiramente conclusões. Por termos aceitado trabalhar com um dispositivo teórico-metodológico aberto ao sincretismo, muitas outras áreas do conhecimento, além da Lingüística, da Semântica e do Discurso foram mobilizadas: a Filosofia, a Ética, a Política, a História, a Teoria da Tragédia, a Psicanálise foram tocadas e, espero, de maneira minimamente pertinente. Assim, creio que o trabalho suscita investigações mais aprofundadas e apropriadas em todas essas áreas do conhecimento, tomando como objeto o sujeito da resistência, o **sujeito subversivo**.

Esta pesquisa, ao procurar analisar o funcionamento discursivo das cláusulas complexas com o condicional hipotético e suas paráfrases, procurava os efeitos de sentido que se pudessem instaurar nessa discursividade, sob condições de produção dominadas pelo **interdito jurídico**. Os resultados evidenciaram um funcionamento histórico-político contraditório dessa discursividade a que se chamou **subversiva**.

Pelas análises realizadas, concluiu-se que o condicional hipotético, explícito ou subjacente, articula a **utopia** e suas hipotéticas **condições de realização**, num relação tensionada, produzindo o **sujeito político subversivo**. Contudo, a enunciação da utopia por si só não é garantia de produção dos sentidos da subversão. A utopia pode ser subversiva se o cenário projetado utopicamente não for de interesse do status quo. Do mesmo modo, para a enunciação das condições hipotéticas da realização do futuro projetado – se essas condições (políticas) não ferirem interesses do poder, não serão consideradas subversivas.

Vemos, então, que **o sentido da subversão é determinado pelo** outro, pelo inimigo. No caso de nossa pesquisa, o inimigo são os interesses capitalistas defendidos pela ditadura militar que se instaurou no Brasil a partir de 1964.

Assim a questão da **subversão** deve considerar a **enunciação** porque se o sujeito subversivo, que aqui se delineia, constrói-se discursivamente na oposição ao poder, no

antagonismo político, a sua nomeação vem do outro – a leitura é alheia. Por mais incêndios que provoque, por mais panfletos que distribua, por mais seqüestros e homicídios que pratique, se sua prática não for lida como subversiva, o sujeito será apenas “baderneiro”, “bandido”, “terrorista”. Certamente os textos “subversivos” foram assim rotulados e censurados porque traziam para a cena política os sentidos “proibidos”, interditados pelo “status quo” - a expressão do desejo de enfrentamento político num momento em que esse enfrentamento poderia operar transformações na estrutura do poder constituído.

É preciso sempre lembrar, no entanto, que a mesma estrutura enunciativa pode funcionar produzindo **efeitos de sentido contraditórios**: a expressão de um projeto revolucionário (o desejo de transformação - o surgimento do diferente) e a expressão de sua repressão (o desejo de repetição - a manutenção do mesmo). Desse modo, é preciso que se procure sempre fazer a interpretação dos discursos daquele momento em relação às ideologias que permitiram a sua constituição e é preciso também que o analista esteja atento à “heterogeneidade constitutiva”<sup>154</sup> desses discursos que se interpenetram num jogo de imagens nem sempre evidente, em posições-sujeito nem sempre facilmente delimitáveis.

A **tensão** que se instala numa mesma estrutura, o condicional hipotético, é apreendida somente pela interpretação de seu funcionamento tanto em relação aos efeitos de sentido produzidos quanto em relação às posições de sujeito que surgem daí. Nesse movimento de interpretação a consideração do papel do **interdiscurso** é fundamental pois é ele que permite a inscrição dos sujeitos em suas posições discursivas e seus deslocamentos.

A teoria materialista da análise do discurso tem como um de seus pressupostos o **primado da contradição** (proposto por Althusser) no interdiscurso. Isso quer dizer que os pré-construídos ideológicos que sustentam o ser e o não ser, o bem e o mal, o poder e a submissão, a ganância e o desprendimento, a fé e a dúvida, a razão e a paixão estão ali, na memória do dizer, atravessando uns aos outros, funcionando como antíteses dilacerantes. Dilacerantes por motivos óbvios – cada um puxa o sujeito para um lado e isso arrebenta com o cidadão: o sujeito pode ficar sem a bênção de saber quem é, ficar angustiosamente dividido, **clivado**. Problema de **identificação**. Uma hora fala uma coisa, outra hora fala

---

<sup>154</sup> Para a noção de “heterogeneidade constitutiva” do discurso, vide J. Authier-Revuz (2004).

outra coisa, oposta. Calar não ajuda em nada: também constitui posição sujeito, também é discursivo.

Ocorre que, ao falar ou calar (ou a simbolizar por outras linguagens), o sujeito (e vamos deixar aparecer aqui o corpo físico: a carne, os nervos e o sangue) se **compromete** com essa posição sujeito e essa posição sujeito se **compromete juridicamente** com uma certa configuração política da sociedade. O compromisso é com a **aceitação** dessa configuração ou com a **resistência** a ela. E não tem saída. Ou aceita ou resiste.

Agora, o que será dito ou será calado, é multideterminado, isto é, é resultado de determinações de ordens distintas. Como já vimos, dentro de uma teoria materialista da Análise do Discurso, interessa a ordem do discurso, que diz respeito à língua e às formações ideológicas, onde estão mergulhadas as **formações discursivas** que permitem um certo dizer. Mas há a ordem da pulsão do inconsciente (biológica e psiquicamente determinada), daquele desejo que, no nível da sociedade, dá em utopia, por exemplo. Isso quer dizer que o sujeito, ao escolher, só podia escolher aquilo que escolheu e que está preso a forças maiores que ele e que o constituem. Sua situação é a do pobre mortal que está preso ao jogo de deuses inimigos no mundo mitológico. A que deus obedecer? Ao deus do Estado Totalitário ou ao deus do Indivíduo, ao deus público ou ao deus privado?

Poder-se-ia argumentar que todo o discurso que funciona na contra-mão do poder é trágico, ainda mais se o poder é truculento. Concordo que realmente o seja, ou, pelo menos, traz a possibilidade de o ser. Por que então privilegiar a estrutura do condicional para aí apontar a tragicidade do humano, discursivamente posta? A pura enunciação do futuro utópico (“seremos livres”, etc.), com o seu pressuposto negado (“não somos livres”), os enunciados injuntivos (“devemos lutar”, etc.), a narração de fatos que deveriam ser ocultados (como a tortura, ou a injusta distribuição de renda, por exemplo) não posicionam o sujeito num lugar de resistência, de não-aceitação do status quo? Certamente que sim. Todo esse discurso da resistência funciona no sentido de subverter uma ordem estabelecida. Todo ele põe às claras um sujeito tensionado entre duas injunções jurídicas: obedecer à imposição do Estado com seus generais, seus atos institucionais, sua **ética** do **autoritarismo totalitário** ou obedecer à imposição de uma **ética** ideologicamente determinada pelos **valores de liberdade e igualdade**.

Acontece que a estrutura do condicional hipotético dá uma “visão panorâmica” desse drama da liberdade versus submissão à norma, do jogo trágico da contradição e da injunção à ação. Porque vejamos:

**Em primeiro lugar**, a estrutura do condicional hipotético coloca o presente odioso, pressupostamente negado na apódose com verbo no futuro do presente, projetando a utopia (“seremos livres” pressupõe “não somos livres”) mas condiciona a obtenção desse futuro a uma práxis interdita pelo status quo (“se lutarmos contra a ditadura”).

Temos, assim, sob a estrutura do condicional hipotético e do condicional do futuro, uma tensão **trágica** entre a utopia e as condições de sua realização. Essa tensão se revela trágica pois coloca o sujeito enunciador, identificado com o enunciador coletivo, entre o desejo, uma certa **necessidade ética** de realização do sonho utópico (através de **práticas políticas** concretas, instauração de sentidos) e a interdição dessa práxis pelo Estado. Agir, mesmo por palavras, implica submeter-se individualmente a sanções previstas na lei. Omitir-se implica silenciar, denegar a utopia. (“Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come”). Nessa contradição, que coloca o sujeito enunciador numa situação-limite, diante da repressão que pode lhe trazer a morte, lê-se o trágico.

Ora, se a tragicidade pode ser lida na contradição, a tensão paradoxal da estrutura do condicional, com modo verbal subjuntivo na prótase e modo verbal indicativo na apódose, constitui discursivamente o sujeito trágico, subversivo.

**Em segundo lugar**, a estrutura do condicional hipotético (e suas paráfrases) tensiona o sujeito enunciador entre **efeitos de sentido de certeza e de dúvida**, pois, se o futuro do presente utópico da apódose marca o sujeito como aquele que tem certeza de que uma modificação haverá no status quo, o verbo no subjuntivo da prótase, pressupõe a possibilidade de negar essa certeza e o sujeito passa a significar nos sentidos da possibilidade, do hipotético.

**Em terceiro lugar**, a estrutura do condicional hipotético põe em funcionamento uma **simulação de relação lógica necessária**, entre prótase e apódose, e essa simulação põe a nu a clivagem do sujeito entre a ordem da lógica e a ordem da ideologia, entre a ordem da língua e a ordem do discurso

Essa estrutura aprisiona o sujeito numa diretividade argumentativa eticamente determinada.

Se as **utopias e o político** em sua relação com o **efeito de tragicidade** podem ser analisados discursivamente como uma instância da determinação ideológica das posições-sujeito, articulados pela estrutura do condicional, as **éticas** também podem ser analisadas sob esse prisma teórico.

Sob uma perspectiva pragmática, quando o sujeito se faz sujeito inscrito numa discursividade X, é mobilizada uma ética X. No entanto, ficar com essa determinação biunívoca reducionista é o mesmo que apagar o trabalho da contradição no interdiscurso e na determinação do dizer. Vamos aceitar então que uma ética pode ser considerada, discursivamente, como uma região da determinação ideológica das posições-sujeito, isto é, uma região sustentada por pré-construídos discursivos, sendo possível delinear seus contornos tão somente pelo trabalho da leitura analítica. E nada impede que o sujeito seja atravessado por mais de uma posição-sujeito em sua constituição, seja atravessado por mais de uma ética - isto, aliás, é o que lhe confere o efeito de tragicidade.

Durante este trabalho procurei apontar para o **tom didático** que caracterizava o recorte do arquivo pesquisado. Vimos então que, para Maingueneau, a categoria de tom é derivada da retórica (voz) mas pode ter uma leitura discursiva. Ao falar em tom, estamos considerando o **ethos** discursivo, a imagem que o enunciador faz de si mesmo e de seu papel na **interlocução**. Ora, ao considerar a interlocução analiticamente, devemos considerar: a) a **enunciação**, que considera a relação entre interlocutores; b) a **política**, que pode ser considerada como um tipo de relação que se estabelece entre interlocutores. Courtine (81:45) apresenta a noção de **cenário político**: *um enunciado pode ser relacionado a um sujeito enunciador que o enuncia numa situação de enunciação determinada, a partir de um lugar definido no seio de um aparelho e este numa conjuntura caracterizada por um certo estado das relações sociais.* (minha tradução)

Assim, ao se considerar a enunciação como categoria discursiva, é preciso, portanto, dar relevância para o papel das **condições imediatas de produção** como constitutivas da discursividade. Desse modo, o lugar que ocupa o sujeito enunciador na sociedade, as

circunstâncias da enunciação, incluindo-se a quem se destina, devem ser considerados. Mas não se trata de cair na empiria: ao considerar a enunciação, o trabalho de análise deve operar necessariamente com as **formações imaginárias**.

Ao falar de tom didático, percebemos os **efeitos de sentido autoritário, de verdade e injuntivo** que ele produz pelo funcionamento de marcas lingüísticas: a própria estrutura “dividida” do condicional, o uso do presente do indicativo em lugar do futuro do presente, o uso dos modalizadores de necessidade, a nominalização, o uso da oração adjetiva na determinação do sujeito, etc. Esses efeitos de sentido nos remetem para a **tipologia do discurso** proposta por Orlandi, E (1987), em que a autora distingue, segundo o critério da reversibilidade na interação entre interlocutores e segundo a polissemia que se instaura na discursividade, três tipos fundamentais de discurso: o lúdico, o polêmico e o **autoritário**. Para Orlandi, *o discurso autoritário é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso e a polissemia contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando.* (op. cit.: 154) Podemos, assim, considerar o discurso subversivo como um discurso autoritário.

Nesta **pesquisa de arquivo** procuramos encontrar o sujeito pelo funcionamento da sintaxe –articulado por estruturas sustentadas por pré-construídos que têm sua circulação em certas formações discursivas. E realmente encontramos esse sujeito – um sujeito contraditório, constituído por sentidos de formações discursivas antagônicas. No entanto, nosso trabalho teve um efeito adicional – ao buscarmos o sujeito no funcionamento ideológico dos pré-construídos articulado pelo funcionamento gramatical do condicional, acabamos percebendo que salta dos textos do arquivo um sujeito que enuncia e que torna o analista de discurso seu interlocutor deslocado no tempo. Um sujeito que enuncia e que pode ser datado e localizado. Um sujeito cuja discursividade produz, dentre tantos **efeitos de sentidos**, um que afeta o analista pela identificação empática com o sujeito enunciador e que lhe permite ler o **efeito de tragicidade**

Mas nessa verticalização da subjetivação não ficamos por aí. Estando o sujeito enunciador datado e localizado, acabou individualizado, responsabilizado e imputável.

Acabou preso e torturado fisicamente e não apenas discursivamente. Um sujeito sangrante. Encontramos, então, o **indivíduo**. Mas, fechando-se o círculo, encontramos um indivíduo que é sujeito do discurso e, enquanto sujeito, é afetado por discursividades antagônicas e é levado por elas para a direita ou para a esquerda, em ziguezague, rodopia no centro e “cai”. E “cair” dói. “Fulano caiu” – dizia-se. “O aparelho caiu”. E isso significava dor e morte. Assim, esse sujeito subjetivado até às terminações nervosas do indivíduo, pode ser considerado como um efeito trágico.

É possível propor para a tragicidade um **funcionamento discursivo performativo**, pois o sujeito se instaura na enunciação, com seu ethos: seu tom, sua corporalidade, seu caráter e com os efeitos de sentido que isso produz: a) ali, na cena enunciativa, um tom didático com seus efeitos autoritários e injuntivos; b) aqui, no momento da análise, o efeito de tragicidade.

É possível, com os devidos deslocamentos, considerar aqui a noção austiniana de ato perlocucionário, como um “efeito sobre o interlocutor” (Ottoni, 98:35) e a relação do eu-sujeito com o uptake (apreensão). Para Ottoni (98:82), o uptake subverte a teoria calcada no papel central do sujeito falante, como *o lugar do desmantelamento da intenção, o caminho próprio para a desconstrução*.

Inverter, portanto, o foco da análises de discurso da **função-autor** para o **efeito leitor** (Orlandi, 2002: 65-66) talvez seja um primeiro movimento para dar um estatuto melhor à noção de **efeito de sentido**.

Embora a grande maioria dos trabalhos que utilizam o dispositivo teórico-metodológico da AD acabe por falar de efeitos de sentido e embora Orlandi, E. (2001:55) defina o **discurso como efeitos de sentido**, não encontrei nenhum trabalho sobre o estatuto teórico de “efeito”. É por essa abertura que prefiro focalizar o outro, o interlocutor, e, conseqüentemente, a interlocução, como o lugar privilegiado da produção do efeito. E, como quero considerar a interlocução sujeito enunciador e seu leitor em dois níveis (o sujeito enunciador e sua relação com o outro, contemporâneo; e sujeito enunciador com o outro analista), posso considerar o lugar do sujeito analista como o lugar onde se produz o **efeito de tragicidade**.

Embora não seja objetivo deste trabalho examinar os sentidos da resistência, hoje, ao neoliberalismo e à opressão do capital sobre as classes sociais dos “sem-...” (sem-capital, sem-camisa, sem-terra, sem-teto, etc.), gostaria de me reportar ao trabalho de Le Goff (1998).

Na introdução a *Mai 68 – l’héritage impossible*, o autor afirma que as condições sócio-econômico-culturais mudaram tanto em trinta anos que o mesmo movimento, que se deu na década de 60, de oposição às forças do status quo, na década de 90 seria impossível. Le Goff lê na sociedade ocidental um individualismo exacerbado e um novo conformismo que impedem movimentos contestatórios organizados politicamente nos mesmos moldes “**revolucionários**” de então:

*(...) é toda uma concepção de homem e de cultura que se perdeu talvez em nome das melhores intenções, tornando problemática a própria idéia de autonomia de julgamento e de mundo comum, confundindo as marcas e as distinções entre o racional e o irracional, entre o público e o privado, o normal e o patológico... E, se é verdade que o esquerdismo cultural foi suprimido foi ao preço de uma despolitização da sociedade, do surgimento de um individualismo exacerbado e de um novo conformismo. Aqueles anos contestatórios não simplesmente produziram o fim do mito revolucionário - eles minaram os fundamentos éticos e racionais do político e trouxeram a dúvida sobre a possibilidade de uma reconstrução. Nesse sentido, eles se constituem num “herança impossível” e é fora de seu horizonte que se deve procurar a possibilidade de uma renovação possível da política e da cultura. (op. cit.:20 – minha tradução)*

Pode-se questionar se o mesmo quadro de “despolitização” e de “conformismo” que Le Goff apontava para o cenário das relações sociais na Europa na década de 90, serve também para o cenário brasileiro hoje. A resposta, à primeira vista, pode parecer ser “sim”, pelo menos no que diz respeito à maior parcela da população. Isso porque as condições de produção de sentidos hoje, com o capitalismo hegemônico impondo suas regras sobre as relações sócio-econômicas ocidentais, tendem a impedir a possibilidade dos sentidos de luta política organizada anti-capitalista. É como se, no ocidente, fosse impossível lutar contra a

“globalização”. Se há luta armada, ela se dá, na maior parte das vezes, entre grupos que defendem interesses mais pontuais, como a separação territorial ou o controle de setores econômico das nações, como o do tráfico de drogas.

No entanto, há política, há luta no país, organizada ou não, armada ou não, para defesa de direitos não respeitados: direito ao trabalho (com ou sem terra), à saúde, à nutrição, à educação, mas essa luta está sendo silenciada com a interdição de seus sentidos. Onde se lia “luta”, “guerrilha”, “subversão”, hoje lê-se “baderna”.

Assim, o projeto de futuro daqueles discursos subversivos das décadas de 60/70 evidentemente não só não se tornou realidade como hoje, início do século XXI, está interdito pela mídia (o mais poderoso Aparelho Ideológico de Estado), excetuando-se as épocas de campanhas eleitorais, quando os partidos “de esquerda” retornam à cena política com seus velhos jargões.

O “se ... então” que, durante a ditadura militar de 1964, projetava aquele lugar-futuro sonhado, pode ser ouvido apenas ocasionalmente pelo rádio, pela TV, nos balcões dos bares, nas conversas das praças; pode ser lido apenas ocasionalmente nos jornais e revistas; foi banido do discurso das igrejas e da escola: “Se o povo se armar e sair às ruas das cidades para brigar pela reforma agrária, então a reforma agrária será feita” - certamente é uma frase com poucas possibilidades de ser ouvida fora de determinados contextos muito específicos. No entanto, a sua contrapartida repressora pode ser ouvida, até com certa frequência, principalmente sendo veiculada pela mídia: “Se o povo se armar e sair às ruas da cidade para brigar pela reforma agrária, então todas as medidas de força serão justificáveis para se manter a ordem e a paz sociais.”

Vemos assim que a relação tensionada entre a prótase e a apódose do condicional hipotético (que pode ser lida em muitas ocorrências do corpus como uma relação que instaura posições políticas), traz a possibilidade de duas leituras, com diferentes efeitos de sentido. Uma leitura exige um deslocamento temporal e exige que o analista de discurso procure, via análise de condições de produção, compreender as articulações que produziram aquelas posições sujeito, naquele cenário. A outra leitura traz o dizer do passado para o presente e, assim, o analista pode compreender sua anacronia. Hoje, o modo de viver do século XXI, não produz projeção de futuro utópico.

Os sentidos de luta devem ser elididos pelo poder pois onde há luta há o implícito da defesa de direitos e a reivindicação da vigência desses direitos desestabiliza a formação social tal como está. Mas não é porque se despande tempo, energia e capital para se apagar sentidos subversivos que eles se apagam. Eles continuam circulando a despeito do poder.

Desse modo, não se pode falar em despolitização, pois o político é o funcionamento do sujeito pela e na política, isto é, na luta de classes – e a luta de classes não cessa.

O condicional hipotético, tal como o temos analisado aqui, traz um dilema implícito, um **funcionamento disjuntivo** do *se ... então* : o futuro utópico está lá colocado: “derrubaremos a ditadura”, mas o condicional é excludente: “**se e somente se** lutarmos” – “se não lutarmos, não atingiremos nosso objetivo”. Um funcionamento “ou...ou”, portanto. Esse era o dilema que se colocava durante as décadas de 60 e 70 do século XX.

Em artigo publicado na coletânea *Matérialités Discoursives*, Pêcheux (1981) fala de uma escrita tipo “desligamento”, paratáxica, que estava, já na década de 80, revelando o sujeito clivado pós-moderno. Assim, creio que se pode ver a ausência dos condicionais hipotéticos na mídia, nos ensaios políticos, desde então, como um apagamento daquele sujeito político subversivo utópico, instado entre duas éticas, pressionado tragicamente à ação que, no limite, pode lhe custar a vida.

Segundo Gumbrecht (2001: 15), *as sociedades contemporâneas certamente fornecem instrumentos poderosos de desaparadoxificação, ou seja, instrumentos que lhes permitem remover todo e qualquer potencial de tragédia do espaço público. (...) uma minimização dos possíveis e (sérios) conflitos entre ordem individual e objetiva. O autor afirma que vivemos em uma sociedade “tragicofóbica”. No entanto, aponta para um movimento “tragicofílico” na esfera do privado patente em nosso persistente fascínio perante a morte como um espetáculo, ou seja, como a apresentação e a documentação das mortes individuais que estão distantes de nossas vidas o bastante para surgirem como algo alheio, objetivo, e, portanto, indefinidamente desfrutável.*( op. cit.: 17)

Ao fazer os necessários recortes de pesquisa, o **pesquisador**, ele mesmo, coloca-se como **objeto de análise**. Optar por uma teoria e não por outra, constituir o corpus de

análise dentro de um universo discursivo e não em outro, perguntar isso e não aquilo, apresentar o resultado da pesquisa de uma maneira e não de outra, são traços do simbólico que fazem com que se possa delinear um pesquisador distinto dos demais, através de um trabalho que não repete os demais. Portanto, quando o pesquisador opta por uma teoria, constitui um corpus, faz determinados recortes, ele só pode fazer assim e não de outra maneira. Ele se constitui, com seu trabalho, em sujeito discursivo ele mesmo. Seu discurso veicula sentidos, mais ou menos estabilizados, que permitem que se constitua, por eles e neles, uma posição sujeito pesquisador deste e não de outros objetos e que, como todas as posições, é política afinal.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Achard**, Pierre (et alii) – *Papel da Memória*. Campinas. Pontes. 1999
- Anscombre**, Jean-Claude e **Ducrot**, Oswald – *L'Argumentation dans la Langue*. Bruxelles: Pierre Mardaga Ed., 1983
- Althusser**, Louis – *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985 (2<sup>a</sup> ed.)
- Arquidiocese de São Paulo** (1985) – *Projeto A - Brasil Nunca Mais (BNM)* – Arquivo Edgard Leuenroth – IFCH/Unicamp
- \_\_\_\_\_ - *Projeto B – Brasil Nunca Mais (BNM) – Um Relato para a História*. Petrópolis (RJ): Vozes. 1990 (25<sup>a</sup> ed.)
- Austin**, John Langshaw – Performativo-Constativo in Ottoni, Paulo – *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: Unicamp, 1998
- Authier-Revuz**, Jacqueline – *Entre a Transparência e a Opacidade – um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004
- Azevedo**, Ricardo de e **Maués**, Flamarion (org.) – *Rememória – Entrevistas sobre o Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1997
- Baldini**, Massimo – *Il Linguaggio delle Utopie – Utopia e ideologia: una rilettura epistemologica*. Roma: Edizioni Studium. 1974
- Bakhtin**, Mikhail (Volochinov) – *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1988
- Benveniste**, Émile – O Aparelho Formal da Enunciação in *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989
- Bornheim**, Gerd – O Sujeito e a Norma in Novaes, Adauto (org.) – *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras/Secr. Mun. de Cultura, 2002
- Bourdieu**, Pierre – *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002 (5<sup>a</sup> ed.)
- Câmara Jr.**, J. Mattoso – *A Forma Verbal Portuguesa em -ria*. Washington, d.c. Georgetown University Press. 1967
- Chauí**, Marilena – *Política em Espinosa*. São Paulo. Companhia das Letras. 2003
- Clark**, Leslie, F – Social Knowledge and Inference Processing in Text Comprehension in Rickheit, G. and Strohner, H. - *Inferences in Text Processing*. North-Holland: Elsevier Science Publishers, B.V. 1985
- Conein**, Bernard et alii – *Matérialités Discursives – Colloque des 24, 25, 26 avril 1980, Université Paris X – Nanterre*. Lille: Presses universitaires de Lille, 1981
- Corten**, André – Discurso e Representação do Político in Indursky, F. et Alii (org.) – *Os Múltiplos Territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999

**Courtine**, Jean-Jacques – Analyse du Discours Politique (le Discours Communiste Adressé aux Chrétiens) in *Langages* 62 - juin, 1981. Paris: Larousse

**De Decca**, Edgar S. – *1930 – O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1997

**Doeuff**, M. Le – Utopie in Auroux, Sylvain (dir.) - *Encyclopedie Philosophique Universelle II – Les Notions Philosophiques*. Presses Universitaires de France, 1990

**Ducrot**, Oswald (1972 Dire et Ne Pas Dire) - *Princípios de Semântica Lingüística – Dizer e Não-Dizer*. São Paulo: Cultrix, 1977

\_\_\_\_\_ - *O Dizer e o Dito*. Campinas: Pontes, 1987

\_\_\_\_\_ - Argumentação e “Topoi” Argumentativos in Guimarães, Eduardo (org.) – *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes Editores 1989

\_\_\_\_\_ - Argumentation et Persuasion – apresentado no Colloque d’Anvers “Enunciation et Parti-Pris” in Congrès d’Anvers sur Enonciation et Part-Pris (1990). (paper)

**Einaudi**, Enciclopédia – *Linguagem – Enunciação* - vol II. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985

**Fiorin**, José Luiz – *O Regime de 1964: Discurso e Ideologia*. São Paulo: Atual, 1988

**Freitas**, Manuel da Costa – Utopia in *Logos – Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia* – 5. Editorial Verbo/Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa

**Foucault**, Michel – *A Ordem do Discurso* – São Paulo: Edições Loyola, 1996 (3<sup>a</sup> ed.)

\_\_\_\_\_ – *A Arqueologia do Saber* – R. Janeiro: Forense Universitária, 1997

**Fuchs**, Catherine – Les Problématiques énonciatives: Esquisses d’une présentation historique et critique in *DRLAV – Revue de Linguistique* 25. Paris: Centre de Recherche de l’Université de Paris VIII, 1981

**Gabaude**, Jean-Marc – Estudos Críticos – Por uma Metafísica da Utopização e da Kairificação in *Ética – Reflexão* 45. Campinas, SP: 1989

**Gadet**, Françoise e **Hak**, Tony (org.) – *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 (3<sup>a</sup> ed.)

**Gadet**, Françoise e **Pêcheux**, Michel – *La Langue Introuvable*. Paris: Maspero, 1981

**Gadet**, Françoise **et alii** – Apresentação da Conjuntura em Lingüística, em Psicanálise e em Informática Aplicada ao Estudo dos Textos na França, em 1969 in Gadet, F e Hak, T. - *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 (3<sup>a</sup> ed.)

**Gorender**, Jacob – *Combate nas Trevas – A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987

**Guérin**, Daniel – *Rosa de Luxemburgo e a Espontaneidade Revolucionária*. São Paulo: Perspectiva, 1982

**Guespin**, Louis – Typologie du discours politique in *Langages* 41. Paris: Didier-Larousse

**Guilhaumou**, Jacques e **Maldidier**, Denise – Da Enunciação ao Acontecimento Discursivo em Análise de Discurso in Guimarães, E. (org.) – *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989

**Guimarães**, Eduardo – Enunciação e História in Guimarães, E. (org.) – *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989

\_\_\_\_\_ – *Os Limites do Sentido: Um Estudo Histórico e Enunciativo da Linguagem*. Campinas: Pontes, 1995

\_\_\_\_\_ - *Semântica do Acontecimento: Um Estudo Enunciativo da Designação*. Campinas: Pontes, 2002

**Gumbrecht**, Hans Ulrich – Os Lugares da Tragédia – in Rosenfield, Kathrin H. – *Filosofia & Literatura: o trágico* – Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2001

**Hanns**, Luiz Alberto – *A Teoria Pulsional na Clínica de Freud*. R. de Janeiro: Imago, 1999

**Haroche**, Cl., **Henry**, P. e **Pêcheux**, M. – *La Sémantique et la Coupure Saussurienne: Langue, Langage, Discours* in *Langages* 24, déc. 1971. Paris: Didier-Larousse

**Hegel**, G.W.F. – Princípios Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio (1820) in *Idéias*, número 2, julho/dezembro 1994 – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp. Campinas: Unicamp, 1994

**Henry**, Paul – *A Ferramenta Imperfeita* – Língua, Sujeito e Discurso. Campinas: Ed. Unicamp, 1992

\_\_\_\_\_ – Os Fundamentos Teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969) in Gadet, F. e Hak, T. (orgs.) – *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 1977 (3ª ed.)

\_\_\_\_\_ - Construções Relativas e Articulações Discursivas in *Caderno de Estudos Lingüísticos*. Campinas, (19): 43-64, jul/dez 1990

**Indursky**, Freda – *A Fala dos Quartéis e Outras Vozes*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997

\_\_\_\_\_ - Polêmica e Denegação: dois Funcionamentos discursivos da Negação in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas (19), jul/dez 1990

\_\_\_\_\_ - A Prática Discursiva da Leitura in Orlandi, E. P. (org.) – *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 2003 (2ª ed.)

**Insaurrealde**, Lúcia R.I. – *Discurso e Política*. Inédito, 2001

\_\_\_\_\_ - Formas-Escritura em Pêcheux (81). Inédito. In I SEAD (Seminários de Estudos em Análise de Discurso) – UFRGS, nov. 2003

**Koch**, Ingedore G. V. – *Argumentação e Linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984

**Kury**, Adriano da Gama – *Lições de Análise Sintática*. São Paulo: LISA, 1973 (7ª ed.)

**Lagazzi-Rodriguez**, Suzy (1998) – *A Discussão do Sujeito no Movimento do Discurso* – tese de doutorado. Campinas – Unicamp

**Lahuerta**, Milton – Intelectuais e Resistência Democrática: Vida Acadêmica, Marxismo e Política no Brasil in *Cadernos AEL : Tempo de Ditadura*. Campinas: UNICAMP/IFCH/AEL, v. 8, no. 14-15, 2001

**Lavandera**, Beatriz (1984) – *Variación y Significado*. Buenos Aires: Librería Hachette, 1984

- Leão**, Ângela Vaz - *O Período Hipotético Iniciado por "Se"*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1961
- Lebrun**, Gerard – O Conceito de Paixão in Cardos, Sérgio et alii – *Os Sentidos da Paixão*. São Paulo: Cia. das Letras. 1987
- Leite**, Nina Virgínia de Araújo – Sobre a Singularidade in *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (38). Campinas: jan/jun. 2000
- Lenin**, V. I – *Como Iludir o Povo – com Slogans de Liberdade e Igualdade*. S. Paulo: Global Editora. 1980 (3ª ed.)
- Lorau**, Nicole – A Tragédia Grega e o Humano in Novaes, Adauto (org.) – *Ética*. São Paulo: Cia das Letras, 1992
- Mainueneau**, Dominique – *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 3ª ed., 1997
- Maldidier**, Denise – Elementos para uma História da Análise do Discurso na França in Orlandi, Eni P. (org.) - *Gestos de Leitura – da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp. 1997 (2ª ed.)
- \_\_\_\_\_ - O Discurso Político e a Guerra da Argélia in Orlandi, Eni P.(org.) - *Gestos de Leitura – da História no Discurso*. Campinas: Editora da Unicamp. 1997 (2ª ed.)
- \_\_\_\_\_ - *A Inquietação do Discurso – (Re)ler Michel Pêcheux Hoje*. Campinas, Pontes, 2003
- Mandel**, Ernst – *O Lugar do Marxismo na História*. São Paulo: Xamã, 2001
- Mariani**, Bethania Sampaio Corrêa - *O PCB e a Imprensa: Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1998
- Martins Filho**, João Roberto (org.) – *1968 faz 30 Anos*. Campinas: Editora da UFScar/Mercado de Letras, 1998
- Marx-Engels** – L'idéologie allemande in Calvet, Louis-Jean (dir.) - *Marxisme et Linguistique*. Paris: Payot, 1977
- Mateus**, M. H. Mira et alii - *Gramática da Língua Portuguesa* –Lisboa: Ed. Caminho, 1987 (4ª ed.)
- Mattini** Luiz (Arnol Kremer) – *La Política como Subversión*. Buenos Aires: De La Campana, 2000
- Mora**, José Ferrater – Utopía in *Diccionario de Filosofía* – Tomo II. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1975
- Morus, Thomas** – *A Utopia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992 (3ª ed.)
- Most**, Glenn – Da Tragédia ao Trágico in Rosenfield, Kathrin H. – *Filosofia & Literatura: o trágico* – Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2001
- Navarro**, Fernanda – *Filosofía y Marxismo – entrevista a Louis Althusser*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1988
- Negroni**, M.M. Garcia – Argumentación y Dinámica Discursiva in *Signo E Seña* (9) - *Lengua, argumentación y polifonía* – Revista de Instituto de Lingüística. Facultad de Filosofía y Letras - Universidad de Buenos Aires, junio de 1998
- Neves**, Maria Helena de Moura – As Construções Condicionais in Neves, M. H. Moura (org.) – *Gramática do Português Falado*, vol. VII. Campinas: Editora Unicamp. 1999

Nietzsche, Friedrich – *O Nascimento da Tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

Novaes, Adauto – Cenários in *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992

Oliveira, Nythamar Fernandes de – Kant, Hegel e a Fundamentação Normativa da Modernidade in *Reflexão 63 - Ética III*. Campinas: Instituto de Filosofia PUCAMP, 1995

Orlandi, Eni P. (1987) – *A Linguagem e seu Funcionamento – as Formas do Discurso*. Campinas: Pontes, 2ª ed. revista e aumentada

\_\_\_\_\_ - Silêncio e Implícito (Produzindo a monofonia) in Guimarães, Eduardo (org.) – *História e Sentido na Linguagem*. Campinas: Pontes, 1989

\_\_\_\_\_ - *Interpretação – autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996

\_\_\_\_\_ - *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999

\_\_\_\_\_ - Maio de 1968: os silêncios da memória in Achard, Pierre et alii – *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999 (b)

\_\_\_\_\_ - Do Sentido na História e no Simbólico in *Escritos* no. 4. Campinas: 1999 (c)

\_\_\_\_\_ - *Discurso e Texto – Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas: Pontes, 2001

\_\_\_\_\_ - *As Formas do Silêncio – No movimento dos Sentidos*. Campinas: Editora Unicamp, 2002 (5ª ed.)

Osakabe, Haqira – *Argumentação e Discurso Político*. São Paulo: Kairós, 1979

Otoni, Paulo – *Visão Performativa da Linguagem*. Campinas: Editora Unicamp, 1998

Payer, Maria Onice – *Educação Popular e Linguagem – reprodução, confrontos e deslocamentos de sentidos*. Campinas: Unicamp, 1993

Pêcheux, Michel – *Semântica e Discurso – Uma Crítica à Afirmação do Óbvio*. Campinas: Editora Unicamp, 1995 (2ª ed.)

\_\_\_\_\_ - Remontons de Foucault à Spinoza (1977) in Maldidier, Denise (ed.) – *L'Inquiétude du Discours*. Paris, Éd. De Cendres, 1990

\_\_\_\_\_ - L'énoncé: enchâssement, articulation, dé-liaison in Conein, Bernard et alii – *Matérialités Discursives* – Colóquio des 24, 25, 26 avril 1980 – Université Paris X – Nanterre, Lille: Presses universitaires de Lille, 1981

\_\_\_\_\_ - L'étrange miroir de l'analyse du discours in *Langages, 62 - Analyse du discours politique*. Paris: Larousse, 1981

\_\_\_\_\_ - Delimitações, Inversões, Deslocamentos in *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas (19), jul/dez 1990

\_\_\_\_\_ (1983) – *O Discurso – Estrutura ou Acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997 (2ª ed.)

- \_\_\_\_\_ - Papel da Memória in Achard, Pierre et alii – *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999
- \_\_\_\_\_ – Análise Automática do Discurso (AAD-69) in Gadet, F. e Hak, T – *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997 (3ª ed.)
- \_\_\_\_\_ - A Análise de Discurso: Três Épocas (1983) in Gadet, F e Hak, T. – *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora Unicamp, 1997, 3ª
- \_\_\_\_\_ – Ler o Arquivo Hoje in Orlandi, Eni P. (org) – *Gestos de Leitura*. Campinas: Ed. Unicamp, 1997 (2ª ed.)
- Pêcheux, Michel e Fuchs C.** – A Propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas (1975) in Gadet, F. e Hak, T. - *Por uma Análise Automática do Discurso – uma Introdução à Obra de Michel*
- Pêcheux, Michel et alii** – Apresentação da Análise Automática do Discurso (1982) in Gadet, F. e Hak, T. – *Por uma Análise Automática do Discurso – Uma Introdução à Obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997
- Pereira, M. Helena da Rocha** – *Antígona de Sófocles*. Brasília: Editora UNB
- Perelman, Chaïm e Olbrechts-Tyteca, Lucie** (1988) - *Tratado da Argumentação: A Nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996
- Pinheiro, Paulo Sérgio** – Estado e Terror in Novaes, Adauto (org.) – *Ética*. São Paulo: Cia. das Letras/Sec. Municipal de Cultura, 2002
- Possenti, Sírio** – Sobre as Noções de Sentido e de Efeito de Sentido in *Os Limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba, PR: Criar Edições. 2002
- Procópio, Marcos Luís** – *O Poder e a Análise Organizacional: Rompendo os Limites da Racionalidade Instrumental*. Inédito. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2003
- Rancière, Jacques** – *O Desentendimento – Política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996
- Saint-Pierre, Héctor Luis** – *Max Weber – entre a paixão e a razão*. Campinas: Unicamp, 2004 (3ª ed.)
- Sercovich, Armando** – *El Discurso, el Psiquismo y el Registro Imaginario*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1977
- Signorini, Inês** – (Des)Construindo Bordas e Fronteiras: Letramento e Identidade Social in *Lingua(gem) e Identidade: Elementos para uma Discussão no Campo Aplicado*. Faep/Unicamp/Mercado de Letras. 1998
- Stalin** – A Propos du Marxisme en Linguistique in Calvet, Louis-Jean (dir.) - *Marxisme et Linguistique*. Paris: Payot, 1977
- Sweetser, Eve E.** – Conditionals in *From Etymology to Pragmatics – Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge University Press. 1990
- Szacki, Jerzi** – *As Utopias ou a Felicidade Imaginada*. R. Janeiro: Paz e Terra, 1972
- Traugot, Elizabeth C. et alii (ed.)** - *On Conditionals* - Cambridge University Press, 1986
- Vernant, Jean-Pierre e Vidal-Naquet, Pierre** – *Mito e Tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo: Perspectiva, 1999

**Verón, Eliseo** – La Palabra Adversativa – Observaciones sobre la Enunciación Política in Verón, E. et alii – *El Discurso Político – Lenguajes y Acontecimientos*. Buenos Aires: Hachette, 1987

**Zoppi-Fontana, Mónica G.** – *Cidadãos Modernos – Discurso e Representação Política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997

\_\_\_\_\_ - Limiares de Silêncio – A Leitura Intervalar in Orlandi, Eni P. (org.) – *A Leitura e os Leitores*. Campinas: Pontes, 2003 (2ª ed.)

\_\_\_\_\_ - Lugares de Enunciação e Discurso in *Leitura – Análise do Discurso*. Maceió (Brasil): no. 23: 15-24, 1999



## APÊNDICE

ANEXO 05 - **Discurso** do Bacharel Carlos Walter Aumond, orador da Turma de Bacharelandos de 1962, da Faculdade de Direito da PUC do Rio Grande do Sul

1. **Se não foi isto** hipocrisia [os juristas justificarem a opressão de nações], **terá** alguma razão de ser o sofrimento humano, sob o jugo da lei, de idade [-]ndo, numa esperança proletária de libertação oferecida pela história? **Se** esta realidade **não for** impostura, **terá**, na certa razão, o otimismo burguês na violência da polícia para a manutenção da “ordem” e o pessimismo existencial da doce vida. **Então** é absolutamente inútil o sacrifício dos homens na construção de um mundo novo, é um outro direito a luta pela justiça, é uma ironia trágica a morte de crianças famintas e a morte das mulheres prostituídas e a vida ignota do mundo operário. Sua morte **estaria** perdida para a história. (00413 – 05 - s.e. 1)
  2. **Para aqueles** cujo estinto [sic] **rebelde** não se comprometeu com a “a impiedade e a injustiça dos homens que mantém a verdade cativa na injustiça” (São Paulo aos Romanos), **para os que** ainda são capazes de **radicalidade**, **para os que** não abdicaram de sua virilidade diante do imperialismo ocupador, da religião cúmplice e do poder mercenário, **para êsses** não causa espanto o perigo da história aberta pelas dolorosas marchas populares, vem o seu intendmento rude como “uma voz que clama no deserto”. **Para êstes** têm valor essas milhares de mortes desconhecidas e não lhes foge a compreensão de que o espírito burguês está morto para a história e que a miséria dos pobres é a gestação sofrida da libertação do “homem todo e de todos os homens” (*Lebret*) (00414 – 05 – s.e. 2)
  3. Não só vale a pena [ser advogado], como vale a vida **se** ser advogado quer dizer, a todo custo, justiça, consciência das necessidades humanas. (p. 00414 – 05 – s.e. 3)
  4. O homem **atraído pela justiça será sempre** um resistente, um rebelado contra a estagnação da ordem, é o que tem em pouca contra a autoridade estreita e o sistema tradicional de valores. (00415 – 05 – s.e. 4)
  5. É nesse quadro que se movimenta **o homem da lei, identificado como Profeta, “o homem de espírito”, que vive da paixão pelo povo e pela justiça**. Nos momentos críticos da vida de seu povo, êle o relembrará da Promessa da Aliança e o compelirá ao cumprimento de sua vocação de Povo Universal. Êle será sempre o homem que se coloca contra a “ordem estabelecida”, **contra “o sistema de valores”**, contra a “boa consciência” do povo esquecido de sua missão. Essa impertinência de educador do povo fará dêle o exilado, o perseguido, o **condenado em nome da letra tranquilizadora da lei**, pois êle é o **espírito subversivo da lei** que obriga essa difícil “metanoia”, conversão, revolução do homem velho ao homem novo, o que joga para a dimensão do humano e do histórico a responsabilidade do acabamento da criação. Êle será na história, pela esperança, a presença viva da Revolução.  
E isso ser fará até o amadurecimento da consciência moral do povo, até que os tempos estejam preparados para aquêle Rebelde que “foi encontrado pelo príncipes e sacerdotes sublevando a nossa nação” (Lucas), aquêle Pobre, aquêle Operário, aquêle Prometido que foi condenado em juízo por revelar **a nova lei das bem-aventuranças** tão difícil quanto exigem, para a purificação de tôdas as alienações, espada fogo r violência, chicote e cruz. (00416 – 05 – s.e. 5)
-

ANEXO 6 – Carta do Pe. Alípio de Freitas ao Irmão Aroldo – Recife, 04/setembro/1962  
Nesse documento, em primeira pessoa do singular, a vitória da revolução hipotética é projetada como certa.

6. [-]volução está em marcha e **ninguém poderá detê-la** (00391 –06 – s.e. 6)
7. (...) a Revolução é do Povo e **se [-]guem se levantar** contra o Povo **será** por Ele esmagado” (00391 – 06 – s.e. 7)
8. Diz a turma da Pa[-]liba que o nosso team rebenta qualquer esquema esquema, tão **subversiva** é a nossa pregação cívica. (00391 – 06 – s.e. 8)
9. Mais dia menos dia **os jornais devem anunciar** o seguinte “Preso com[-] agitador o Padre Alió de Freitas ....” (00391 – 06 – s.e. 9)
10. (...) inclusive por uma questão de segurança, **não poderei** fazer a [-]tida conferência na Faculdade de Filosofia. No entanto ela pode marcar e[-] conferência para **depois da Revolução**, para **quando eu voltar** à minha cátedra [-] professor.(00391 – 06 – s.e. 10)

ANEXO 7 – Carta do Padre Alípio de Freitas ao Arcebispo de São Luís do Maranhão – Recife, 25/agosto/1962.

11. Nada nem **ninguém me poderá desviar** do caminho que o Evangelho e a minha condição de Sacerdote do Povo me impuseram. (00395 – 07 – s.e. 11)
12. **Por prêço algum trairei** a minha condição de Sacerdote do [-]vo. (00395 – 07 – s.e.12)
13. O Evangelho sempre foi Revolução, sempre foi Libertação, e **quando perde** suas características e se acomoda, **deixa de ser** o Evangel[-] para tornar-se uma traição. (00396 – 07 – s.e. 13)
14. (...) **as minhas atívuda[-]** nada têm de comum com a **política**, pois dela descri inteiramente [-] julgo em absoluto incapaz de resolver os grandes problemas d[-]sil. **Se acreditasse em política, se acreditasse** ainda em eleições [-] **seria candidato** e V.Excia. Revma. sabe que tinha todas as condiç[-] para disputar uma cadeira do Congresso. (00396 – 07 – s.e. 14)
15. **Se V. Excia. Revma. duvidar** daquilo que afirmo, **mand[-]** escutar-me na praça pública ou nas ruas, em todos os lugares onde f[-]blicamente, e **terá** a confirmação do que ora estou escrevendo. (00396 – 07 - s.e. 15)

ANEXO 8 – Discurso escrito em 26/12/1965 pelo doutorando Boanerges de Souza Massa, orador da turma da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

16. Nós sabemos, tranquilamente, que o Brasil não é um País rico. **Poderá vir a ser** isso; tem tudo para ser isso; mas não é. (00091 – 8 – s.e. 16)
17. (...) do inimigo mais cruel que possamos conceber: A MISÉRIA. E êste inimigo existe e todos sabem que êle existe. E todos sabem que **um dia em que êle for exterminado cessa essa guerra** impiedosa. (00092 – 8 – s.e. 17)

18. Êste potencial resultante [da somatória das contradições] vai aumentando dia a dia, até que um dia, que esperamos não esteja muito distante, **seja tão forte ao ponto de poder cortar** os pulsos do digante [sic] que sufoca o nosso País, **e então podemos dizer** em voz alta e para que todos ouçam:  
 O Brasil é um País rico.  
 O Brasil é um País livre.  
 O Brasil vive em paz. (00092 –8 – s.e. 18)

ANEXO 36 – Manifestação do Bispo de Cratêus (NE) justificando uma frase pró Cuba que teve muita repercussão. Ele inicia historiando sobre suas atividades em favor do social e justifica seu pronunciamento. Um dos argumentos é historiar a necessidade da revolução cubana, embora sem concordar com a ditadura castrista que lhe sobreveio.

19. E no meio de 200 linhas, **eu disse** uma linha: A coragem da pequena Cuba, para libertação da América Latina, **poderá ser** um símbolo e um apêlo. (1091 – 36 – s.e. 19)
20. Mas, logo depois, Fidel Castro parou o país. Êle disse: 80% dos cubanos são analfabetos. O povo **analfabeto ficará** à margem, **será puxado** pelo cabresto. (1094 – 36 – s.e. 20)
21. **Se a gente não tem** coragem, não tem honestidade para ver o que é bom em seus inimigos [Fidel Castro], **a gente não é** mais cristão. (1094 – 36 – s.e. 21)
22. Eu disse: **Por que**, general [general Dilermando, comandante da 10ª Região Militar], o govêrno brasileiro **não fecha** as universidades, **não fecha** as nossas escolas secundárias, **não treina**, no método de Paulo Freire, um milhão de brasileiros, de professôres, **e dentro de 4 meses nós teremos** todos os adultos, camponeses analfabetos, conscientizados. **Então, êles se organizarão**, e êles **participarão** na mudança social. **Não será** o govêrno, **não serão** os ricos, **não serão** os poderosos, **não serão** os militares, **não serão** os padres nem os Bispos **que farão** a libertação do povo. **São** os camponeses que se libertam, pelo **seu esforço associado**. Êles não necessitam ser puxados pelo cabresto (...) (1095 – 36 – s.e. 22)
23. **Quando êles** [os sindicatos] **entrarem** na fase agressiva, pra reclamar justiça contra o latifúndio organizado, nesta hora, **meus irmãos**, que eu quero saber se conto com vocês. (1096 – 36 – s.e. 23)
24. **Quem estiver** com os mais pobres, **está** com o Evangelho, mesmo sendo um comunista. (1096 – 36 – s.e. 24)
25. **Vamos conscientizar** o conjunto dos analfabetos adultos de nossa diocese, **para que** a pequenina e pobre diocese de Cratêus possa, como foi a coragem da pequena Cuba, ser um testemunho de coragem também, pra as outras grandes regiões do país. (1096 – 36 – s.e. 25)

ANEXO 42 – Através deste documento, intitulado “Renúncia” [sic], Zé Wilson deixa a presidência do centro (acadêmico) de História e a Universidade (?) porque considera os seus pares ineficientes na luta política.

26. O mundo se fecha para vocês, o “governo” subtrai a cultura do povo e os impede, futuros professores, de dar aulas, e **os usará** como cúmplices de seu crime, como transmissores de lixo histórico. E vocês não reagem. (71 – 42 – s.e. 26)
27. E digo quem fez trabalho êsse ano, dos novos, do primeiro ano: Zé Roberto, Iara, Nilo, Maria do Carmo, Marli, Paulina, Janete e alguns outros em quem confio, **se não se perderem** em “partidarismos” ou incapacidade funcional por excesso de conversa teórica. (p. 72 – 42 – s.e. 27)

ANEXO 76 – entrevista concedida por Carlos Marighella, fundador da Aliança Libertadora Nacional (1967), a um semanário francês “Front” (?) – aparecida no no. 3 de novembro de 1969, logo após sua morte. O título é “O Brasil será um novo Vietnam”. No início e ao final da entrevista, o semanário faz comentários sobre a morte de Marighella – causas e conseqüências possíveis. Alguns enunciados são pinçados da fala do jornalista (?).

28. “O Brasil **será** um novo Vietnam” (1465 – 76 – s.e. 28)
29. A maioria dos grupos, mesmo os formados por [-] do P.C., querem primeiro fundar um partido – um nôvo P.C., com [-] democrático e tudo – e, por oposição ao PCB, inscrevem em seu [-] a luta armada, ou seja, **a revolução que farão mais tarde!** (1466 – 76 – s.e. 29)
30. A guerrilha urbana está sendo implantada; a guerrilha [-] **já** lançada êste ano. Nós a anunciamos para dispersar o inimigo que [-]anobras antiguerrilhas em diversas regiões do país. Essas regi[-]jente essas, êle as conhece bem. **Aí não iremos.**  
(...) os combatentes que **lutarão** no campo **terão si[-]** [-]dos antes na luta urbana. Os mais valentes dêles é que **serão envia[-]** campo. (...) Grupos [de guerrilheiros rurais] onde **serão inseridos** homens nascidos no campo e vindos à [-]ra trabalhar. (1467 e 1468 – 76 – s.e. 30)
31. Aliás, **a incorporação** de camponeses à re[-] é **indispensável se se quer** transformar em profundidade a sociedade [-]. Uma luta que oponha sômente a burguesia ao proletariado urbano, [-]tar em conciliação. Não **seria** a primeira vez que o proletariado [-] **ar-se-ia** no sitema [sic]. (1468 – 76 – s.e. 31)
32. Seguimos nosso próprio caminho e **se chega[-]** [-]tos de vista semelhantes aos de Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, [-] etc., **não terá sido** de propósito. (1468 – 76 – s.e. 32)
33. (...) estudei profundamente a revolução. Mas, **se se pode falar** de [-]ão [inspiração], a nossa vem sobretudo de Cuba e do Vietnam, (...) (1468 – 76 – s.e. 33)
34. Não segui[-] [-] **ca seguiremos**, mesmo após a tomada do poder, nenhuma ortodoxia. (1468 – 76 – s.e. 34)
35. (...) na situação atual de ditadura total, de fas[-] [-]soluto, manifestar, **oupar** uma fábrica **sem ser** apoiados por grupos [-] [armados ?], **seria** suicídio. (1468 – 76 – s.e. 35)
36. Nas últimas manifestações de rua, tanto no Rio co[-] Paulo, estudantes morreram. A polícia atirou e êles só tinham para [-]der pedaços de paú ou nada. Da próxima vez **será** diferente; **se os o[-] ocuparem** as fábricas, **estarão** armados de antemão. (1468 – 76 - s.e. 36)
37. (...) o proletariado achar-se-á um dia, [-] encruzilhada e **terá de** escolher. **Escolherá** a luta, porque a [-] é, històricamente, seu inimigo de classe. (1469 – 76 – s.e. 37)

38. - A guerrilha rural **surgirá** simultâneamente em vários pontos do [-] ?  
 - Sim. **Atacaremos** grandes latifundiários brasileiros e também ame [-]. **Sequestraremos** ou **executaremos** aquêles que exploram e perseguem [-]. **Desorganizaremos** a economia rural mas **não defenderemos** zona [-] território algum. (1469 – 76 – s.e. 38)
39. **Defender, é acabar sendo** derrotado (1469 – 76 – s.e. 39)
40. (...) E depois, os camponeses perseguidos **virão** refugiar-se na guerri[-] **engrossará** nossa coluna. (1470 – 76 – s.e. 40)
41. E o cangaço? **Será que** a guerrilha rural **pode degenerar** em bandi[-] [-]ra como foi o caso dos cangaceiros?  
 - **Se a integramos** numa estratégia global e **a levamos** em termos de [-] classes, **é impossível**. (1470 – 76 – s.e. 41)
42. Acredita que a ditadura militar e a burguesia **fariam** apêlo Pà [-]ção militar americana caso a guerrilha se estendêsse até ameaçá-los [-]?  
 - Creio que as tropas americanas **intervirão**. (...) o Brasil **se tornará** então um nôvo Vietnam (...) (1472 – 76 – s.e. 42)
43. A direção dêste movimento **aparecerá e afirmar-se-á** no de[-] da luta. Um grupo de homens e de mulheres, que podem vir de diferen[-] [-]ões, **destacar-se-á** necessàriamente e **se revelará** capaz de le[-] revolucionária a bom têrmo. (1472 – 76 – s.e. 43)

ANEXO 77 – entrevista concedida por Joaquim Câmara Ferreira (Toledo) – dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) – publicada no PENSAMENTO CRÍTICO (?) com a nota seguinte: “em 23 de outubro foi assassinado em condições ainda não esclarecidas, o companheiro Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Carlos Marighella na ALN. Pouco antes de sua morte concedeu esta entrevista em que ratifica a continuidade de uma linha de luta e combate.”

44. [-] trabalhadores se convencem fãcilmente de que **só com** a derrubada [-]jura **poderão** conquistar melhores condições de vida (...) (1482 – 77 – s.e. 44)
45. (...) e um número cada [-] [de trabalhadores] vai entendendo que **só através** da luta armada isso [a derrubada da ditadura] **será possível**. (1482 – 77 – s.e. 45)
46. O povo está desinte[-] disto [eleições parlamentares consentidas pelo governo], sabeque **com o voto não conseguirá** mudar nada; (...) (1483 – 77 – s.e. 46)
47. Da atomização [-]as organizações **passamos** a um processo de aglutinação que, certa[-] [-]rá **[trará]** importantes consequências para o processo revolucionário. (1484 – 77 – s.e. 47)
48. A nosso ver (...) [-]ta principal no Brasil **se dará** no campo; podemos realizar gran[-] cidade e criar enormes dificuldades para as classes dominan[-] [-]êrno, porém nelas **estaremos** sempre em situação de inferioridade [-] às fôrças armadas do govêrno; no campo **será diferente**. (...) a primeira fase da luta no campo deve ser de ações [-] pequenos grupos **deverão assaltar e queimar** os cartórios em [-]tradas a propriedade da terra dos latifundiários, **assaltar** [-]jeitos de víveres distribuindo-os entre a população, **matar** [-]uí-lo também entre os famintos e prender e

em alguns casos e[-] [-]te americanos que são proprietários de terra e expulsam os [-] suas propriedades.

(...) Estas ações **despertarão** a consci[-] no campo, (...)

[-] desta fase [ações isoladas] **passaremos** à fase de guerrilhas propriamente dita, [-] um Exército de Libertação Nacional que já **poderá** enfrentar e [-] [-]ortantes unidades das forças ditatoriais; tudo isso **terá** que [-] com a intensificação da guerrilha urbana (...)

(...) o desencadeamento da luta **inflamará** e **despertará** a inici[-] [-]cionária de milhões de camponeses e ao mesmo tempo **oferecerá** [-]tiva concreta de saída revolucionária para as massas urbanas. (1486 – 77 – s.e. 48)

49. O proletariado dos grandes centros também [-] a dar sua palavra quando o processo revolucionário **estiver** na [-] a derrota imediata da ditadura. Neste instante através de gre[-] [-]festações, juntamente com os estudantes e com as massas empobre[-], o proletariado **dará** o golpe mortal à reação. (1486 – 77 – s.e. 49)
50. (...) confiamos entretando que Allende **suba** ao poder, (...) (1487 – 77 – s.e. 50)
51. Washing[-] [**verá**] [**incadear-se** em todo o continente uma guerra revolucionária ant[-] se isso [a deposição de Allende] for tentado. (1487 – 77 – s.e. 51)
52. **Provoçarão** com este ato [a deposição de Allende] um incêndio de [-] tais que nêle **se consumirá** o ex-gendarme do mundo, **sofrerão** uma [-] séria como as que estão sofrendo no Vietnan. (1487 – 77 – s.e. 52)

ANEXO 81 – O título do texto é Encruzilhadas da Igreja na América Latina (Duas Conferências do Padre Camilo Torres Restrepo). Trata-se de tradução? Pelo menos a última conferência (II) foi pronunciada em Bogotá para sindicalistas e operários. Publicada em “Vanguardia Sindical”, Bogotá, em 23/7/65.

53. Essa minoria **não tomará** decisões contrárias a seus interesses. (1566 – 81 – s.e. 53)
54. **Se** o compromisso temporal de um sacerdote em lutas políticas **contribui** para isso [fortalecimento da Igreja e da caridade], **parece que** seu sacrifício é justificável. (1567 – 81 – s.e. 54)
55. (...) o que [-]peramos das pessoas não esperamos dos grupos aos quais pertenc[-] E o esperamos das pessoas, porque **do contrário teríamos** que [-]uir toda pessoa de classe burguesa de participação na revolu[-]. (...) **Teríamos** que excluir qualquer [-]a de boa vontade, qualquer militar de boa vontade, qualquer [-]ês; (...) (1568 – 81 – s.e. 55)
56. (...) e **se** se nos a[-] como o problema de moradia pode ser solucionado e como se p[-] estabilizar a moeda, como, apesar disso, não se resolvem os [-]mas na realidade? (1570 – 81 – s.e. 56)
57. (...) **se** o dizer que o poder está concen[-] poucas mãos e que os que detêm o poder não o estão utilizam[-] as maiorias, **se** isso é velho **então são** tanto mais culpados [a classe dirigente e a oligarquia] [-] conhecem o problema e não são capazes de resolvê-lo. (1571 – 81 – s.e. 57)

58. O povo sabe que as soluções adotadas pelas minorias **irão** contra [-]s interesses. E sabe que o esquema tributário tão minuciosa[-] estudado **será** um esquema para as oligarquias mas um fardo para [-]sse popular. (1571 – 81 – s.e. 58)
59. (...) nosso movimento não deve pensar em um Presidente, porque ês[-]dente **subiria** dentro do sistema atual e **embora haja** planeja[-] revolucionários, dentro do sistema atual [o presidente eleito] **terá que** submeter[-]as pressões, aos mesmos grupos, ao mesmo sistema que está [-] das minorias e contrário às maiorias. (1572 – 81 – s.e. 59)
60. **Se não temos** cons[-] [consciência] comum **acabamos por** nos dividir. (1573 – 81 – s.e. 60)
61. **Se não nos pomos** de acôrdo nos objetivos, [-] **andar** dispersos, cada um por seu lado: **vamos marchar** dividi[-] católicos e não católicos; divididos os esquerdistas e os di[-]stas, o povo liberal e o povo conservador, os camponeses e os [-]rios; divididos os de uma direção sindical contra outra direção [-]cal. (1573 – 81 – s.e. 61)
62. (...) **se** a essência do catolicismo assim [-] a essência do cristianismo **é** o amor, tanto que São Paulo nos [-] que **aquêlê que ama seu próximo cumpre a Lei, não teríamos** um po[-] despedaçado pela violência, um povo em que se oprimem as viúvas, [-] órfãos, os pobres, um povo onde não reina o amor nas institui[-] (1573 – 81 – s.e. 62)
63. Apesar de isso [a união dos contrários] ter causado escândalo, sustentei, e [-] todos os que estão nesse movimento **sustentarão**, que **quem [-]te fôr colombiano e fôr patriota, deverá adreir [aderir] a ela** [plataforma única] e luta[-] junto com êle [?]. (1575 – 81 – s.e. 63)
64. **Se** a Aliança popular **quiser aderir** [à plataforma única], nós a rece[-] de braços abertos e **se** os do M.R.L. ou os liberais que que[-]r algo de nôvo, ou os conservadores que queiram transformar [-], ou a democracia cristã, **a todos receberemos**, porque a plata[-] não é patrimônio de um grupo exclusivo, mas dever ser isso que [-], patrimônio de tôda a classe popular.(1578 – 81 – s.e. 64)
65. Mas além da consciência que a plataforma **irá criar**, [-] necessário que surjam líderes, novos líderes, devotados, capacita[-], prontos para a luta, e acima de tudo, uma organização que pos[-] financiar o jornal. (1575 – p. 81 – s.e. 65)
66. (...) pois **se chama comunista** a todos que estão contra a ordem consti[-] (...) de modo que **continuarão dizendo** [a classe dirigente] que sou **comunista** e o [-] **dirão** de todos, mesmo que se declarem cristãos, comunguem dià[-]te, pelo simples fato de aprovarem a plataforma.  
**Chamarão de comunistas** porque essa é a forma pela qual a [-]e dirigente se defende (...) (1576 – 81 – s.e. 66)
67. (...) **nunca deixarei** de ser sacerdote “por[-] quando alguém recebe a ordenação continua sacerdote por tôda a [-]nidade” (1576 – 81 – s.e. 67)
68. Daí os conselhos de guerra [-]jis e daí o estado de sítio, e **virão** coisas piores. (...) Tudo **utilizarão** contra mim e contra os demais que par[-]. **Empregarão** os meios de ataque mais baixos, mas temos que a[-] isso como algo que está nas regaras do jôgo. (...) **Taxarão** nós todos de **comunistas** e como nós aceitamos a [-]lipação do partido comunista **irão tergiversar e dirão** que o par[-] comunista tomará conta do movimento (1576 e 1577 – 81 – s.e. 68)

69. Mas **se** o que queremos é [-] a **revolução, sabemos que / os que se apoderarem** do movimento [revolucionário] se[-] [**serão** os] que tiverem as respostas mais populares e mais **revolucionárias**, [-] tiverem mais valor na luta (...) (1577 –81 – **s.e. 69**)
70. (...) **se se apoderam do movi[-]** [revolucionário] **é porque o merecem**. (...) O grupo que tiver êsses líderes [mais devotados, capazes, prontos para a luta, sensíveis às classes populares] seguramen[-] **dominará**. (...) Provavelmente, porém, **não será** um grupo único, um mesmo [-]lo, senão líderes de vários grupos onde alienados e não aliena[-], políticos e apolíticos, todos em uma enorme emulação de genero[-] e devotamento **trabalharão para ajudar** nossa pátria. (1577 – 81 – **s.e. 70**)
71. **Teremos que** conseguir isso [a consciência popular através da divulgação da plataforma revolucionária] rapidamente. Para divulgá-la, [-] explicá-la, **temos que** organizar brigadas. (...) De modo que para organizar as classes populares com o [-] que atinjam o poder **teremos que** fazer o contrário do que faz [-] dirigente [que impõe medidas, num movimento “de cima para baixo”]. (1577 e 1580 – 81 – **s.e. 71**)
72. **Uma vez que se decida** a forma de grupamento das maiorias [-]am a Frente Unida, **começarão** a sair os líderes, quiza por [-]lípios, ou por bairros, ou por ruas, ou por fábricas. **Será** uma [-]tatividade que pode chegar a ser departamental, e então ês[-] [-]presentantes eleitos e controlados por vós, eleitos e contro[-] pela classe popular, **formaremos** um comité nacional da Frente [-] (1582 – 81 – **s.e. 72**)
73. **Então** [formado um comité nacional eleito e controlado pela classe popular] **poderemos dizer** que êsse [comité nacional] **será** um aparelho democrá[-] que **não vamos** enveredar pelas linha tradicionais fazendo as [-] de cima para baixo, mas o que tiver de ser feito **será** de i[-]tiva que vem de baixo para cima. (1581 – 81 – **s.e. 73**)
74. **Quando tivermos** essa organização representativa, das al[-]s à capital e seja um movimento com amplo apoio popular, unido [-]ciplinado, **então sim, poderemos** tomar o poder; **porque** nesse mo[-]o **poderemos** controlar as eleições (...) (1581 – 81 – **s.e. 74**)
75. **se não** nos permitirem as e[-]ões, **recorreremos** a outro meio para tomarmos o poder, mas **toma[-]** o poder. (1581 – 81 – **s.e. 75**)
76. Ela [a classe dirigente] sabe que quem **vai definir** sobre a pacificidade, isto [-] revolução **será pacífica ou não**, é ela. (1582 – 81 – **s.e. 76**)
77. Um camponês **não venderá** uma vaca que dá leite para seus [-] com o fim de comprar uma metralhadora, **a não ser** em caso ex[-], **quando**, por exemplo, **alguém vá** acabar com a vida de seus fi[-] com outra metralhadora. De modo que **se** o campesinato se arma, [-]e o fará? (1582 – 81 – **s.e. 77**)
78. **Se** a classe minoritária **não nos [-]líte** [à maioria] tomar o poder – o que é fundamentalmente antidemocrático, [-]que, **se vamos** constituir uma maioria, **se somos** uma maioria e **se [-]os** na democracia, **merecemos** o poder – **se chega** a profanar a [-]cracia colombiana exercendo a violência, é necessário que sai[-] que **nós estamos** prontos a responder a força com a força. (1582 – 81 – **s.e. 78**)
79. **Se** somos representantes da classe popular ou queremos [-]lo; **Se** queremos formar êste movimento de unidade; **Se** se nos a[-] a necessidade de definir nossa atitude ante a violência; [-]

]mos responder a tôdas essas coisas, **temos** que estabelecer [-] muito claramente: não queremos a violência, (...). Queremos o poder para as maiorias. (1583 – 81 – s.e. 79)

80. E que cada um dêles [os amigos, os familiares, os vizinhos, os companheiros de trabalho dos elocutários] cuide de fazer o mesmo [divulgar a plataforma]. E depois êsse [-] **distribuirão** o jornal e logo **começaremos a procurar** a repre[-]ção da base até encima, e **constituiremos** uma organização popu[-] marcha. (1583 – 81 – s.e. 80)

81. E **obteremos** uma abstenção ativa [nas próximas eleições]. **Será um povo** que se le[-] para dizer NÃO uma vez mais. **Será um povo** que como um só[-]ostrará a êsse regime que continua sendo superior a seus di[-]s e que é capaz de adotar atitudes coletiva. (1583 – 81 – s.e. 81)

ANEXO 91 – texto de uma página intitulado “Breve esquema para estruturação de uma linha política”. Coloca, como perspectiva de atuação política, a atuação junto à população marginalizada no campo e na cidade. Somente um enunciado interessa deste texto:

82. **Se usarmos** o realismo dialético ao invés do materialismo dialético como meio de captar nossa realidade, **temos de precaver** contra o dogmatismo e os “chavões” correntes para não nos iludirmos quanto a essa realidade. Assim é que **analisando** a situação geral do país **constatamos** que a luta de classes no sentido marxista não se aplica à nossa realidade. (134 – 91 – s.e. 82)

ANEXO 113 – “Jornal Revolução” – no. especial dedicado aos trabalhadores – 1966  
Trata-se de texto doutrinário.

83. Mas **se é** através do trabalho que o homem domina a natureza e faz ciência e técnica, **é também** através do trabalho que o homem produz a sociedade e faz história. Podemos concluir, pois, dizendo que **só quem trabalha faz** realmente história. (00427 – 113 – s.e. 83)

84. SEGUNDA ETAPA: Preparação da contra ofensiva.

Nesta fase de preparação da contra-ofensiva, nós **agiremos** como uma verdadeira rêde por todo o país. Nós **aumentamos** as ações de guerrilhas, **aumentamos** também nossos números de guerrilheiros, fazendo êles aparecerem [-] as regiões desenvolvendo cada vez mais nossa luta, assim nós **co[-]jos** a formar um exército popular regular: o exército guerrilheiro. [-]ndo sentido na nossa luta, explicando as razões dela e onde queremos [-]ar, nossa organização também cresce muito. Pela presença do exército [-]rrilheiro nós **vamos ocupando** regiões cada vez maiores. E como o inimigo [-]da vez mais se restringindo às cidades e grandes guarnições, com as [-] da revolução **conquistamos** um contrôle de uma parte cada vez maior [-] território. E assim, **despontamos**, isto é, **começamos a aparecer** como po[-] revolucionário, e cada vez mais **vamos pegando** no contrôle de certas [-]dades como: alimentação, transporte, energia, etc.

E aí já **entramos** em outra etapa.

TERCEIRA ETAPA: contra-ofensiva geral.

Nesta fase nossa ofensiva não só é tática mas também estratégica. Aqui [-]ta já é decisiva. **Formamos** um exército popular e toda nossa ação au[-], **levamos** ao extremo nossa luta, **ocupamos** efetivamente zonas e cida[-], **formamos** um poder revolucionário, **desgastamos** ao máximo o inimigo até [-] desferir o golpe de misericórdia numa contra ofensiva geral, marcada [-] levante em massa.

Vimos que nossa luta revolucionária insurrecional consta de três eta[-] a primeira etapa em que **usaremos** estratégia defensiva [essa etapa não consta do arquivo – está faltando], uma segunda [-]

em que **teremos** uma estratégia de preparação contra-ofensiva e a terceira etapa de estratégia ofensiva. (00428 – 113 – s.e. **84**)

85. A própria radicalização da luta institucional irá se tornando cada vez [-] profunda na **medida em que fôr** se elevando o nível de conscientização do povo. (00429 – 113 – s.e. **85**)

86. (...) **nenhum** destes objetivos estratégicos [radicalização da luta institucional e luta ideológica] **pode** ser conseguido **se não tiver[-] organizado** as forças revolucionárias. (00429 – 113 – s.e. **86**)

87. Vimos [-] nossos estudos que as classes que **constituirão** as bases da [-]lução socialista de libertação nacional são principalmente a classe [-]ponesa e a classe operária. (00429 – 113 – s.e. **87**)

88. A esta organização das forças revolucionárias de vanguarda **nós chamaremos** organização de vanguarda. (00430 – 113 – s.e. **88**)

89. Assim **através dos** sindicatos livres **poderemos radicalizar** a luta [-]tucional elevando o nível ideológico do povo. E esta elevação do nível [-]lógico é então completada pelo trabalho de conscientização de cada ho[-] do povo. (00430 – 113 – s.e. **89**)

90. **Deveremos usar** portanto um tipo de luta que nos permita enfrentar a força modernizadora do adversário. **Será** um tipo de luta em que **enfrentaremos** a força bruta do dominador com a agilidade de nossa organização e a astúcia de nossa inteligência. (...) é a luta guerrilheira ou de guerrilhas. Este método de luta facilita o desgaste das forças dominadoras e possibilita a criação de um exército maior e mais sólido que **seria** o exército do povo. (00430 – 113 – s.e. **90**)

91. Enquanto no campo a luta **vai se desenvolvendo**, ganhando fôrça, cada [-] maior, nas cidades o mesmo fato **deve acontecer**. Assim, como nas zonas [-] a luta **é mantida** pelos focos guerrilheiros, na cidade o povo também [-]a de **uma forma de luta**, capaz de somar aos companheiros camponeses [-] esforço de libertação. (p. 00431 – 113 – s.e. **91**)

92. Além do ata[-] [ataque às forças dominadoras] que assim **é desfechado** pelo povo organizado em grupos, um sistema de [-]a também **é formado**, com a missão de proteger as manifestações de mas[-] como passeatas, greves, reuniões populares. **São** os grupos armados de [-] popular. (00431 – 113 – s.e. **92**)

93. Uma Revolução isolada dentro da América Latina **facilitaria** o esquema [-] invasão e dominação pelas fôrças do imperialismo. A generalização da [-] revolucionária **faria** a dispersão das forças imperialista. Por conseguinte, os movimentos revolucionários na América Latina **devem fortalecer** sua união e solidariedade. (00431 – 113 – s.e. **93**)

ANEXO 116 – Texto veiculado pelo CN (Comando Nacional) e intitulado “[...]manização, política e ideologia revolucionária” – textos para debate 2

Segundo nota de esclarecimento à p. 1: primeiro – a perspectiva do texto não corresponde exatamente à da organização veiculante; segundo – deve ser objeto de leitura urgente por parte dos militantes; terceiro – o autor é um “eminente teólogo protestante” cujo nome está omitido por não ter autorizado a divulgação do texto.

O texto tem duas partes: “[...]vização e Política” e “A Secularização das Ideologias Revolucionárias”, seguidas de “questões para debates

94. (...) temos pensado que, **se** conseguirmos transformar a vida do indivíduo, êle inevitavelmente **transformará** a sociedade (...) (00452 – 116 – **s.e. 94**)
95. (...) não pode haver humanização da vida e da sociedade **sem a política**.  
 (...) **sem política** não pode haver humanização.  
 Em suma: não pode haver humanização **sem política**.  
 A humanização **só** se realiza **por meio da política**. (0052 e 0053 – 116 – **s.e. 95**)
96. Aprendemos que **somente envolvidos** neste processo [processo histórico que traz novas possibilidades de vida para o homem], identificados com o povo, **temos** possibilidades de ser homens. (00454 – 116 – **s.e. 96**)
97. Sua tese [do formando] foi que **só seria possível** para êstes jovens formados encontrar sentido em suas vidas como médicos, **se se identificassem**, como profissionais, com as lutas do povo. (00454 – 116 – **s.e. 97**)
98. Êste rapaz [o orador da turma] percebeu que a vida **só** tem valor **quando** se aceita a responsabilidade de trabalhar e se esforçar a favor do povo, custe o que custar. (00454 – 116 – **s.e. 98**)
99. **Mudando** o sistema, **mudam-se** as condições de vida do homem e apresentam-se novas possibilidades. Mas **mudar** o sistema em si, **não muda** o homem (00455 – 116 - **s.e. 99**)
100. **Se nós lermos** as obras de Marx, do jovem Marx, **temos** uma surpresa muito interessante. O jovem Marx não está preocupado principalmente com questões econômicas, não está preocupado de uma forma decisiva com a igualdade econômica, o que em certo sentido é secundário. Para o jovem Marx há uma questão, a desumanização da sociedade capitalista do século XIX, e a necessidade de humanizar todos os aspectos dessa sociedade. (00457 – 116 – **s.e. 100**)
101. (...) [o velho Marx] chegou à conclusão que, **através de** uma revolução neste contrôle dos meios de produção, **haveria** inevitavelmente a evolução para uma sociedade humana.  
 (...) [Nicolas Berdiaef chegou à conclusão de que] **só na medida em que haja** dentro da sociedade forças capazes de re[-]tir às tendências desumanas que aparecem dentro das estruturas, [-] **possível** humanizar a sociedade  
 (...)Berdiaef chegou à **mesma conclusão** que mais tarde foi expressa nas obras de Buber. De que **só na medida em que** o homem **aprende** a viver em relação com o tu o qual pode [-]r exigências sôbre êle e exigir-lhe responsabilidade, **é possível** ter uma sociedade humana. (00457 a 00459 – 116 – **s.e. 101**)
102. Disse Berdiaef: o homem é chamado a agir no meio da sociedade, mas **somente poderá manifestar** sua atividade, **dominar** seu ambiente social, **controlar** suas relações sociais e **fazer** delas instrumentos de fins humanos, **se** sua atividade não fôr obediência cega dêste mesmo ambiente e destas mesmas relações sociais, mas sim resposta do homem a um poder espiritual mais profundo e mais íntimo. (00459 – 116 – **s.e. 102**)
103. [o cristão deverá] Compreender o fato de que, **sem política não pode haver humanização**; o fato de que **somente podemos chegar a ser homens – [-] meio a nosso envolvimento** e à nossa responsabilidade para com nosso próximo, dentro da sociedade. Mas, ao mesmo tempo, deverá compreender que **a política pode servir como instrumento de humanização apenas na medida em que** ela reconheça suas limitações. **Apenas na**

- medida em que as estruturas políticas tornem possível o controle das forças de desumanização em todas as estruturas políticas** e em todos os políticos. **E na medida em que o cristão puder compreender** esta **ambigüidade** e viver esta preocupação pelo homem em termos mais amplos, **nesta medida, o cristão participa** do esforço de humanização da sociedade, e faz isto em diálogos com todos os outros movimentos que têm esse mesmo objetivo. (00459 – 116 – s.e. 103)
104. O conhecimento desta verdade relativa e concreta, humana e histórica, em processo de formação, **terá que ser**, necessariamente, um conhecimento precário e relativo. (...) Tôda estrutura dogmática absoluta **terá que nos afastar**, mais cedo ou mais tarde, da mesma realidade que procuramos entender. (00462 – 116 – s.e. 104)
105. (...) (...) nós os cristãos (...) Só pudemos ver em tudo isso a maior tragédia do mundo moderno, um esforço do homem de se libertar de Deus que **terá que terminar** em fracasso total... (00463 – 116 – s.e. 105)
106. (...) sentimos [os cristãos] a urgência de procurar uma nova estrutura racional e total que **poderá** oferecer-nos uma nova síntese, uma base firme e segura para deduzir os princípios que **hão de reger** nosso pensamento e ação. (00464 – 116 – s.e. 106)
107. **E se não podemos** confiar em nenhuma filosofia para orientar seguramente nessa ação política, dificilmente [-]tirá uma base para o tipo de dedicação entusiasta à luta pela transformação da sociedade que o presente momento exige. (00464 e 00465 – 116 – s.e. 107)
108. **Quando** uma ideologia política assume [-]áter absoluto, **ela se torna** um instrumento de desumanização, que po[-] ser inclusive pior que as religiões antigas. (0046 – 116 – s.e. 108)
109. No Brasil estamos no meio de um processo revolucionário em que o marxismo **vai ocupar** uma posição bastante central. (p. 00467 – 116 – s.e. 109)
110. Qual **será** sua contribuição [do marxismo] à evolução deste processo [revolucionário brasileiro]? **Poderá** o marxismo servir como instrumento para a análise da realidade nacional concreta e dinâmica e orientar a procura das soluções mais adequadas para nossos problemas? Ou **procurará** o marxismo impor sobre esta realidade viva uma ideologia rígida e dogmática? **Contribuirá** o marxismo para a libertação do povo brasileiro das forças da desumanização que são tão evidentes neste momento, **ou será** êle, afinal de contas, uma nova “religião” que, segundo a mesma definição de Marx, **poderá ser** uma nova força de desumanização do mesmo povo? (00467 – 116 – s.e. 110)
111. A meu ver, a resposta para essas interrogações [a respeito do papel do marxismo no processo revolucionário brasileiro] **dependerá** da possibilidade do marxismo em realizar o objetivo original de Marx de levar os seus adeptos ao grau de maturidade no qual possam analisar a realidade concreta e viver e agir à base de verdades precárias e relativas, permitindo sempre que a mesma realidade corrija suas formulações e programas de ação [sem posições dogmáticas]. (00467 – 116 – s.e. 111)
112. Creio, no entanto, que **no inevitável encontro** entre marxismo e fé cristã [-] América Latina **êste ponto** [o reconhecimento das falhas do cristianismo enquanto religião] **será decisivo**. Estou convencido também que nesse encontro, o cristianismo **poderá contribuir** com alguma coisa. (00467 e 00468 – 116 – s.e. 112)

113. **Na medida em que** esta perspectiva cristã se encarna numa comunidade que está plenamente envolvida no processo revolucionário [-] que expressa em sua vida esta realidade, **nesta medida** os cristãos **poderão entrar** neste encontro com o marxismo confiantemente! (00468 – 116 – s.e. 113)

---

ANEXO 126 – O Operário em Construção – poema assinado por Juarez Ferraz da Maia – Goiânia, 27 de julho de 1967 – Lago das Rosas – Brasil – impresso em folha com timbre da Confederação Goiana dos Estudantes – Lago das Rosas – Fone 6-4925

114. [-]ão sofrera o operário  
[-] primeira agressão  
muitas outras se seguiram  
[-]uitas **se seguirão** (1 – 126 – s.e. 114)
115. **Dar-te-ei** todo esse poder  
[-] sua satisfação  
(...)  
Portanto tudo que vês  
[-]r teu **se me adorares**  
E, ainda o mais, **se abandonares** (sic)  
O que te faz dizer não (1 – 126 – s.e. 115)
116. E o operário ouviu a voz  
De todos seus irmãos que morreram  
Por outros que **viverão** (2 – 126 – s.e. 116)
- 

ANEXO 128 – Documento intitulado “Chegou a hora de dizer NÃO”, assinado pelo MCD (Movimento contra a Ditadura) da UNE (União Nacional dos Estudantes) – 1966  
É um texto que apresenta duas partes: a primeira, denuncia os interesses estrangeiros no golpe de estado de 1964 e a situação de repressão política por que passa o país; a segunda parte conclama vários segmentos da sociedade à luta contra a ditadura militar.

117. No exercício dessa missão [-]tórica [lutar pela democracia e pela justiça social], **ninguém poderá dete[-] ou conseguirá amordaçar** a sua voz [da juventude]. (00509 – 128 – s.e. 117)
118. Nós [os estudantes] **percorreremos** um caminho que potência alguma **poderá obstruir**: o da Libertação de nossa Pátria [...] (00509 – 128 – s.e. 118)
119. Por isso é também inútil querer fechar a U.N.E. Ela não foi **nem será fechada**. (p. 00509 – 128 – s.e. 119)
120. O nosso Brasil **nascera das cinzas** de tudo o que hoje êle possa ter de velho, reacionário e retrógrado. (00509 – 128 – s.e. 120)
121. Eles próprios [os governantes] proclamam sem pudor: “Nosso governo é anti-popular. Nosso govêrno está fraco politicamente mas está forte militarmente, e **só pela força poderá ser derrubado**”. (00510 – 128 – s.e. 121)

122. E esta Democracia **não nos será doada** pela Ditadura, na base de artimanhas, falsos “diálogos”, “bons propósitos”, e “boas intenções”. **Ela será conquistada** através da nossa luta. Um povo tutelado por militares, um povo que não elege seu governo, que não decide livremente – não vive num Democracia e **lutará** para conquistá-la. Impossibilitado de ir às urnas, [o povo] **deverá** sair às ruas. (00510 – 128 – s.e. 122)
123. Mas **se** pudemos começar essas passeatas pela Democracia, **não iremos** longe **se não formos** com todo o povo. **Só unidos chegaremos** ao fim do caminho. (00510 – 128 – s.e. 123)
124. Um povo só é livre **quando** luta. (00510 – 128 – s.e. 124)

ANEXO 272 – poema popular, no estilo de literatura de cordel. M.G. 7/2/71

125. Derrubando o imperialismo e ditadur  
**Tomaremos** o poder e **ficamos** em seu lugar  
**Seremos** dono do que é nosso  
 E um Brasil nôvo **vamos criar**. (1- 272 – s.e. 125)

ANEXO 331 – Discurso pronunciado pelo Vereador Dr. Efraim de Campos (médico), na 377ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de abril de 1972. – Sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

126. A partir de determinada data os tecelões **terão** que trabalhar com quatro teares, com redução da tarifa na ordem de 40%. (...) (...) no fim de 8 horas de trabalho, realizando um movimento e quase uma produção em dobro, o tecelão, isto **se** nada de anormal acontecer, **ganhará** os memos 30 cruzeiros. O patrão **terá**, assim, a produção de 67 mil batidas de graça. Duzentos operários **foram** para a rua, e os que **ficaram realizam** quase o mesmo número de metros de tecido. (132 e 133 – 331 – s.e. 126)
127. Daí decorre o grande drama contra o que trabalha: “**se correr o bicho pega – se ficar o bicho come**”. Este “bicho” é ocasionado pela falta de segurança para aquele que trabalha. Começa então o grande cerco, ameaça de desemprego (...) (132 – 331 – s.e. 127)
128. A solução que este vereador **indicaria seria** de dar maior autonomia sindical (...); exclusão da opção do “Fundo de Garantia por Tempo de Serviço” e estabilidade com um ano de trabalho (...); revogação da política de contenção salarial; instituição de um salário profissional (...) (133 – 331 – s.e. 128)

ANEXO 373 – O documento, transcrito a partir de uma gravação de programa colocado no ar pela Rádio Mayrink Veiga do Rio de Janeiro, feita pelo Serviço de Rádio Escuta do DOPS em 17/10/63, traz muitas rasuras. O programa foi uma homenagem ao Ministro da Educação demissionário, Paulo de Tarso. O texto é um pronunciamento do ex-ministro dirigido aos “companheiros estudantes, companheiros operários e amigos de S. Paulo” e dá como motivos de sua demissão sua não concordância contra algumas medidas do governo: quebra do monopólio da distribuição do petróleo, câmbio livre e não lutar para elegibilidade dos sargentos.

129. **Se** a reação **canta** vitória com a saída do Ministro da Educação, ela **não perde** por esperar. (452 – 373 – s.e. 129)
130. O Sr. Presidente da República, **formará** um dispositivo inven[-]él que **há de** lhe permitir a liderança da revolução brasileira, **se libertar** os sargentos porque êles, unidos, [-] oficiais. Os sargentos, cabos e soldados, libertos, unidos aos oficiais nacionalistas, unidos aos operários, unidos aos estudantes, **formarão** uma sustentação invencível para o governo e digo mais, **formarão** a unica sustentação possível para um governo que, neste instante, está enfrentando uma conspiração anti-nacional (...) (452 – 373 – s.e. 130)
131. (...) a contrá revolução, que quer perpetuar estruturas iníquas que **não vão poder ser** perpetuadas porque o povo **não vai permitir** que isso ocorra. (452 – 373 – s.e. 131)
132. Um só caminho existe [para a revolução pacífica no Brasil] e é o da união do povo brasileiro. **Na medida em que** o povo se organiza, **na medida em** que o povo se une, **na medida em** que estudantes, camponeses, operarios, profissionais liberais, intelectuais, mulheres, homens, jovens, **na medida em que** todos se dão as mãos, **então se organizará** neste país, uma força de tal maneira poderosa que a contra-revolução **não terá** coragem para deflagrar a violencia que ela costuma deflagrar (...) (453 – 373 – s.e. 132)
133. **Se nós sairmos** como **vamos sair**, homens de uma mesma geração, de cidade em cidade, de porta em porta, contando ao povo a verdade, tudo mais [a revolução] **será** decorrência disso **porque** a verdade **há de banir** a mentira e **há de ser recebida** como revolucionária (...) (453 – 373 – s.e. 133)
134. Quero dizer que **vamos dizer** a verdade, **vamos lutar** com os nossos irmãos, sargentos, cabos e soldados **para que êles possam** conquistar completamente os seus direitos de elegibilidade. (453 – 373 – s.e. 134)
135. (...) os sargentos, cabos e soldados, procuram construir êsse Brasil novo, no qual **há de haver** mais tranquilidade, porque **o povo será** o árbitro, não um IBAD qualquer (...) (454 – 373 - s.e. 135)
136. **Se o povo não se organizar**, e já está se organizando. **Se o povo não mantiver** a própria unidade e já está mantendo. **Se o povo não der** como lhe quer dar cobertura ao atual governo da republica, **nada o salvará** da deposição que está sendo tramada as claras por meia duzia de maus brasileiros que querem colocar o nosso país a serviço da prosperidade de outros povos. (454 – 373 – s.e. 136)
137. (...) uma sociedade que **só poderá sobreviver na medida em que** se dê oportunidade ao povo, para conseguir a fonte da educação e da cultura. (455 – 373 – s.e. 137)
138. (...) desenvolver toda a sua capacidade criadora de uma patria **que há de sêr** grande, forte, **apesar da** reação, **apesar do** imperialismo (...) (455 – 373 – s.e. 138)
139. Denunciei a CEBAE (?), fiz claro que o convênio **não será renovado**, porque a renovação **será** um crime contra, a soberania do povo brasileiro. (457 – 373 – s.e. 139)
140. **Se não quiserem** [os governos estrangeiros] respeitar [a soberania brasileira], **nós saberemos** faze-la respeitar. (457 – 373 – s.e. 140)

141. (...) nós dizemos que a U.N.E. é a antecipação do futuro de um Brasil que **há de sêr** grande e forte (457 – 373 – s.e. 141)
142. Não é que não haja oportunidade para êles [os que se habituaram a viver do trabalho dos outros], **há, se eles quiserem** se reeducar para o trabalho. (458 – 373 – s.e. 142)
143. Porque, então, eles [os burgueses re-educados para o trabalho] se **confraternizarão** com o traba[-]dor que, **através** da dominação do mundo, **evita** a dominação de um homem pelo outro. (458 – 373 – s.e. 143)
144. (...) do Magnificat, que representa o grande hino da revolução cristã no Brasil, e pela qual **nós haveremos de lutar** sempre. (458 – 373 – s.e. 144)
145. (...) porque então [se o presidente João Goulart for deposto] **será o fim** do instrumento democrático do qual o povo há de se servir para mais amar a própria libertação. (459 – 373 – s.e. 145)
146. **Nós** [homens representativos de uma geração de homens públicos] **seremos uma fôrça só**. Em todas as oportunidades. **Ninguém conseguirá** se servir da nossa vaidade, do nosso egoísmo, do apego nosso á nossa carreira, da preocupação nossa com o nosso futuro político.(...) muito acima do nosso interêsse político, está a libertação da nossa gente, pela qual **nós saberemos lutar unidos** e, unidos, nós haveremos ao lado de nosso povo, levar a nossa gente a vitória, **construindo** aqui uma grande nação, uma grande nação, poderosa economicamente. (...) Então, **todos nós entoaremos** um hino de crença e de fé, numa futura patria, grande e forte. E então, o operário na construção de Vinicius de Moraes **vai poder repetir** publicamente e com orgulho, que era êle que erguia a casa onde antes só havia chão (...) Então, o nosso trabalhador **vai sentir** que o trabalho não é um instrumento da dificuldade de cada dia, mas é um meio grandioso da defesa concreta da dignidade de cada hora. (459 – 373 – s.e. 146)
147. Esse futuro grandioso **não virá** de benesses de outros povos. (...) A nossa libertação **não virá** como um todo acabado, de uma dádiva de outro país **não sairá** do cereiro inspirado de um homem publico, como saem os coelhos das cartolas dos mágicos. A nossa libertação **não há de ser** a doação de um lider ao povo, **há de ser** a conquista do povo em todos os sentidos.(459 – 373 – s.e. 147)
148. A libertação **há de resultar** da consciencia popular, da organização popular, e da unidade popular. (459 – 373 – s.e. 148)
149. **E na medida em que** o povo se conscientisa, **e na medida em que** o povo se organiza, **e na medida em que** o povo preserva toda a própria unidade, todos aqueles que se envaidecem das nossas canções de ninar, que se envaidecem das nossas romarias, **não têm por que temer** a violencia, porque se organizou a única fôrça capaz de dete-la (...) (459 – 373 – s.e. 149)
150. (...) de um futuro grandioso **há de resultar**, a páz e a tranquilidae da familia brasileira. (460 – 373 – s.e. 150)

---

ANEXOS 389, 390 e 391 – 3 cartas enumeradas como C-2, C-3 e C-5, de 16/março, 05 de abril e 23/maio de 1963 respectivamente, endereçadas a Prazeres e assinadas por Almir R. Salles a partir

de UNEF – Brazilian Battalion – Rafah – Egypt. As cartas estão transcritas, como “cópias autênticas”, pelo capitão escrivão do IPM, Celso Rodrigues em 4/junho/1964. Apenas a C-2 vem acompanhada da reprografia do original.

As cartas mostram que o remetente está ansioso para saber notícias do que se passa no Brasil.

151. (C-2) Fico a pensar que qualquer coisa não anda bêm por aí. Mesmo nesse caso, acho que **seria interessante** uma troca de ideias para mais rapidas soluções. (...) conseguiste o tão almejado ingresso na Faculdade? (...) **Seria interessante** quer me fizesses um resumo das aulas **que tiveres** oportunidade de assistir (...) e correm rumores de que **serei indicado** para a Military Police, a melhor “bôca” daqui, aguardemos! (...) E as fotos que tiramos curso? **Gostaria** de vê-las!” (615 – 389 – s.e. 151)

152. (C-3) (...) Não consigo encontrar justificativas para esses teu longo e total silêncio! (...) Tenho certeza de que estás com sérios problemas e por isso mesmo debes escrever! (...) Já escrevi ao Paulo Claros e ao Barbosa, até o momento ainda não deram “sinal de vida”! (...) (616 – 390 – s.e. 152)

153. (C-5) (...) pesaroso por não poder ajudar decisivamente e preocupado com o que possa estar acontecendo. Por aqui a impressão mais ou menos geral, é de apoio, mas um apoio “naquela base” (...) Não há possibilidade de imitar-mos “bons exemplos”! Espero que “arranjes um jeito” de fornecer instruções, bem como informar como estão todos os nossos; se “o estado de saúde” do nosso companheiro tende a melhorar ou **quais as consequências que poderão advir**. Acreditando que seja necessário bastante **dinheiro para as despesas**, estou enviando em nome do Veleda, uma carta que o mesmo **deverá procurar** no Serviço de Correio do I Ex, **a importância de 50 Dolares que deverá dar** uns 30 e poucos mil. **Se houver** necessidade de mais, **peço-te avisar-me** quanto e, por aqui, **tentarei** dar um jeito. Em caso negativo, **a importância deverá ser entregue** ao Rui e êle dará destino conveniente. (...) Não esqueças de que estou em “suspense” a espera de notícias. (...) Talvez seja melhor usarmos o correio cvil, neste caso, **o endereço deverá ser:** - To Mr. Almir R. Sales (...) (617 – 391 – s.e. 153)

---

ANEXO 399 – Documento intitulado “Aos Companheiros Militares e ao Povo Brasileiro” e assinados por José Medeiros D’Oliveira – 2° Sargento Fuzileiro Naval e José Lauro Moreira – 3° Sargento F.A. B. Nesse documento, ambos denunciam a tortura de oficiais graduados em porões de navios, denunciam a corrupção do governo e a situação de miséria do povo.

Conclamam “os companheiros sargentos, cabos, soldados, marinheiros “ e “as classes trabalhadoras” à luta contra a repressão e assumem que estão pedindo asilo político à Bolívia.

154. (...) **não poderíamos deixar de denunciar** aos companheiros militares e ao povo, todo o processo anti-democrático e discriminatório que os poderes constituídos vêm desencadeando contra os sub-oficiais, sub-tenentes, sargentos, cabos, soldados, marinheiros e as classes trabalhadoras. (25, A – 399 – s.e. 154)

155. Enfim, neste Brasil onde a fome já mata, neste país cuja ordem econômica e social é das mais injustas, não podemos calar, **não calaremos** e a todos conclamamos para a luta. (p. 25, A – 399 – s.e. 155)

---

ANEXO 408 – O documento é reprografia de material impresso e é intitulado “Carta Aberta do Deputado Francisco Julião ao Bispo Dom Vicente Scherer”. Abaixo do texto reprografado há uma nota manuscrita: “Apreendido na Residência do Sgt Luiz Carlos dos Prazeres.” O documento responde ao ataque do Bispo às Ligas Camponesas nordestinas, reprochando-o.

156. Em que fonte fostes saber que as minhas viagens à União Soviética, à China, ou à Cuba tiveram como objetivo obter treinamento militar? Só uma fonte **poderia fornecer** essa notícia: o Departamento de Estado norte-americano. (25 – 408 – s.e. 156)
157. Antes, porém, preciso deixar bem claro, D. Vicente, que **se eu tiver**, um dia, de receber instrução militar para defender a minha Pátria do invasor estrangeiro **não precisarei** arrear o pé do Brasil nem de copiar o exemplo de outros povos. **Bastaria** recorrer às lições que me deixaram os pernambucanos de 300 anos passados, quando aqui expulsaram os holandeses, ou louvar-me no exemplo dos gaúchos indomáveis nas Guerras Farrroupilhas, ou ainda nas lições deixadas ainda pelos invencíveis jagunços de Antônio Conselheiro (...) (1 – 408 – s.e. 157)
- 
- ANEXO 409 – documento manuscrito, pós-AI-5, de 11 folhas, todas elas assinadas por Renato Oliveira da Motta (militar ?), que descreve o seu seqüestro por policiais militares, os locais em que foi mantido preso, incluindo-se as dependências do DOPS e do DOI. Descreve também as sessões de tortura a que foi submetido nos diversos locais em que esteve preso, bem como as torturas a que foram submetidas outras pessoas, militares. Denuncia também a morte, sob tortura, do tenente José Ferreira de Almeida.
158. O prédio **deveria ter** vários aposentos, porém, observei a existência de três: uma sala de uns 4 x 4 m<sup>2</sup>, com um armário onde eram guardados instrumentos de tortura e roupas. (987 – 409 – s.e. 158)
159. **Eu deveria** prestar depoimento sobre supostas atividades partidárias, que eles diziam conhecer por depoimentos de outras vítimas daquele sistema. Nada eu tinha a declarar sobre o que pretendiam. (988 – 409 – s.e. 159)
160. Devo, porém, dizer que lhes fiz sentir que **se prendessem** a minha mulher, o meu filho ou qualquer dos meus familiares **poderiam** preparar-se para matá-los sob torturas, porque me **manteria** mudo e, assim, também, **morreria**. (989 – 409 – s.e. 160)
161. Eu **nem poderia** alimentar ódio contra eles [os agentes da tortura], pois, estavam de tal modo condicionados para a prática daqueles atos contra os prisioneiros [tortura] que diziam que o próprio Cristo **seria submetido** àquele processo **se retornasse** à terra. (989 – 409 – s.e. 161)
162. Consideraram-me [os médicos] “bem”, embora, no dia seguinte, um deles retornasse para dizer-me que **iria propor** a minha remoção por questão humanitária. (989 – 409 – s.e. 162)
163. Disse-lhe [o enunciador disse a um dos seus inquiridores, “pessoa mais categorizada”] que o sistema político brasileiro estava isolado e que o governo **continuará se isolando**, progressivamente, **na medida em que se deixasse** enredar nas malhas de comandos militares conservadores, cuja força de situava nos dispositivos do AI-5; (...) (990 – 409 – s.e. 163)
164. [o enunciador disse a um de seus inquiridores] que **estando a maioria dos militares** entrosados no contexto social brasileiro, oriundos que eram do campesinato, da classe operária, da pequena burguesia e, poucos, da burguesia, **sofreriam**, inevitavelmente, os efeitos da situação objetiva e subjetiva daquelas classes e camadas da população. (990 – 409 – s.e. 164)

165. Não podem, os militares, isolarem-se dos seus familiares em cujo meio **encontrarão** os elementos de contestação da política econômica, social e nacional do governo; pois vivem os problemas (...) (990 – 409 – **s.e. 165**)
166. Por muita ginástica mental que o governo faça **não poderá dessassociar-se** da fragorosa derrota política em 15 de novembro de 1974, disse-lhes. (990 – 409 – **s.e. 166**)
167. Disseram-me [os carcereiros] que **iriam simular** a minha prisão naquele dia, próximo à minha casa; e que **eu deveria confirmar** tais circunstâncias no órgão para onde fosse levado, sob pena de prejudicar-me; que dentro de dez dias **eu estaria** no DOPS para ser entregue à Justiça. (992 – 409 – **s.e. 167**)
168. Estes fatos [tudo o que foi narrado sobre a prisão e tortura do enunciador e de outros], **estou certo, servirão** para anular as acusações lançadas contra mim e demais pessoas envolvidas nesse inquerito policial militar e **servirão** de anátema contra o governo que se estruturar sob o signo do terror, **subvertendo, completamente a ordem jurídica**. (995 – 409 – **s.e. 168**)
169. **Meu filho será obrigado** a abandonar a faculdade no último ano de Matemática e a minha mulher **deverá ter** a mesma conduta, quanto ao curso de Pedagogia, atingido aos 54 anos de idade, com sacrifícios. (995 – 409 – **s.e. 169**)
170. É melhor, assim, [que o filho e mulher do enunciador abandonem os estudos e fujam da polícia] **até que** os ventos da liberdade de respeito à pessoa humana **soprem** em nossa Pátria. (995 – 409 – **s.e. 170**)
171. **Que este meu apelo ecoe** com vigor suficiente para transpor as paredes deste Tribunal [?] e chegar aos ouvidos das pessoas bem formadas, da opinião pública do Brasil e do mundo, das quais, estou certo, **não nos faltará** a solidariedade necessária para vencermos as dificuldades que enfrentamos neste momento crucial de nossas vidas. (996 – 409 – **s.e. 171**)

ANEXO 446 – letra de um bolero de Anibal de Peña, intitulado “Desde la Trinchera”

172. Pergunta por mi  
Que alli **estare yo**  
**Luchando** por dar a mis hijos  
La vida que no tuve yo  
Pregunta por mi ... pregunta por mi  
Que aqui en la trinchera **estare esperando** por ti (29 – 446 – **s.e. 172**)

ANEXO 451 – Carta de Vera Vital Brasil, com firma reconhecida em Cartório, endereçada aos Exmos. Srs. Juizes da 2ª Auditoria do I Exército, assim datada: Rio de Janeiro, 6 de maio de 1970, quando se preparava para ir para o exílio. A autora pertenceu ao Diretório Acadêmico da Faculdade de Farmácia da U.F.R.J. A carta denuncia torturas, sofridas por ela e por outros prisioneiros políticos, durante os 71 dias que esteve presa no I Batalhão da Polícia do Exército e esclarece que seus depoimentos nos autos de seu processo foram feitos sob coação.

173. **Quando estas linhas forem** apresentadas no tribunal, **serei** mais uma exilada política. (1992 – 451 – **s.e. 173**)

174. O objetivo principal que buscam os torturadores não é o de obter as confissões das vítimas. Isso pode, ou não ocorrer, mas **não alterará a marcha dos suplícios** até conseguirem o que desejam: vencer a resistência do indivíduo, dobrá-lo, fazê-lo perder a confiança em si mesmo, nas pessoas, **reduzi-los tanto quanto possível abaixo da condição humana**. Para conseguirem isso, adicionam às torturas físicas todo o tipo de torturas morais: humilham as pessoas, obrigam os maridos a assistirem à tortura das espôsas e vice-versa, inventam delações inexistentes, ofendem com palavras sórdidas. Chegam aos requintes no tratamento diário, quando procuram levar o prisioneiro ao maior grau possível de insegurança. Buscam amesquinhar os prisioneiros até o ponto em que percam definitivamente as forças e a coragem de pensarem independentemente, de fazerem qualquer coisa que os seus carrascos consideram como crime político; até o ponto em que nenhum torturado tenha coragem de denunciar públicamente os horrores que eles praticam diariamente. (1993 – 451 – s.e. 174)
175. Tudo indica e me faz temer que **serei condenada** à prisão, e que **serei privada** de vez da liberdade que estou convencida de não ter feito nada para desmerecer. (1994 – 451 – s.e. 175)
176. Levo comigo a saudade e a dor de ver minha terra nesta situação, de ver seus filhos tão cruelmente tratados. Levo também a confiança em que **ainda há de ressurgir a luz e a certeza de que haverá os que saberão acendê-la**, trazendo a esperança na alma de um povo que nunca foi tão triste. (1994 – 451- s.e. 176)

ANEXO 454 – Declarações datilografadas de Manoel Henrique Ferreira – depoimento obedecendo a roteiro. Entrega nomes, aparelhos, esquemas, estratégias. Faz avaliação negativa da luta da esquerda no Brasil. Esse anexo é acompanhado do anexo 455, que traz declarações do mesmo Manuel Henrique Ferreira com claros indícios de coação.

177. Sei que estão para chegar aqui na GB algumas metralhadoras que **seriam adquiridas** no Sul de Minas ou na área de campo. (258 – 454 – s.e. 177)
178. (...) viu-se que a melhor maneira de fazer Movimento de Massas no momento, era a partir daquele pessoal que já teve alguma participação no Partidão, PC do B, etc. (...) Este pessoal, além de já ter alguma noção política, tem um grande conhecimento de pessoas que estão desligados de org. ou Partidos mas que já tiveram algum trabalho. Esse pessoal **seria trabalhado** em um estrutura que **se chamaria** rêde, isto é, dentro de seu local de trabalho; o cabeça da rêde **veria** os que tivessem condições para o trabalho e os **colocaria** dentro da estrutura de rêde, isto é, pequeno grupo. Através de um rêde, sempre aparecem outras em locais diferentes, que **iriam sendo trabalhadas** dentro de uma determinada definição estabelecida pela/ pela Org. (258 – 454 – s.e. 178)
179. Estávamos: EU, “JUCA”, “TOM” e “JULIO” dentro de um carro puxado, preparando-nos para discutirmos **a ação que haveria** no dia seguinte (DISCO/GB), quando uma RP deu-nos uma fechada e mandou que parássemos. (259 – 454 – s.e. 179)
180. A partir da morte de MARIGHELLA, a esquerda começou a deslumbrar o seu fim, mas mesmo assim só eram tentadas medidas paliativas e conciliatórias, quando **deveríamos ter parado** e tomamo [sic] rumos completamente diferentes, pois daquela maneira não **conseguiríamos** nada. (260 – 454 – s.e. 180)

181. A esquerda está parcialmente desmantelada, mas mesmo assim devem surgir ainda ações de vulto, seja por desespero ou não. Acredito que se leve algum tempo **para que se acabe** com essa esquerda, porém acredito mais firmemente ainda que **ela não conseguirá** mais nada; está pagando pelos seus próprios erros, pela falta de visão, pela tentativa de querer extrapolar revoluções de outros países. (260 – 454 – s.e. 181)
182. (...) o melhor setor atualmente é o campo, mas este **não terá condições** de existência **sem** o apoio da cidade. (261 – 454 – s.e. 182)
183. Bem, a esquerda no Brasil é isto, ou pouca coisa mais que isso, o que importa é que agora já está tarde inclusive para que ela reveja suas posições, pois com o grande número de caras ilegais e o pouco dinheiro que se tem, **ela terá que forçosamente continuar assaltando**; hoje um, amanhã outro ... A briga hoje deixou de ser pela revolução. É contra a repressão e pela sobrevivência. (261 – 454 – s.e. 183)

ANEXO 455 – este documento, que tem por título “A Repressão no Brasil”, é apresentado, em letras maiúsculas e destacadas, como DECLARAÇÃO DE PROPRIO PUNHO DE MANOEL HENRIQUE FERREIRA. Há indícios de que se trata de texto coagido.

184. Quando de minha atuação, junto aos grupos com[-] Brasil, tinha uma visão da repressão [sic], tão falsa [-]gava às raias da ficção e do surrealismo, mas que, [-] “informes” e as falsas notícias, maquinadas por estas [-]ções comunistas, acreditava piamente, ser verdade aqu[-] que diziam. Vivía em estado de pânico e apreensão por [-] que a qualquer momento, **poderia**, vir a cair em [-] dessa repressão “violenta” e “sanguinária”. (1 – 455 – s.e. 184)
185. Como todos os que “caem”, por um rigoroso inter[-]tório, mas, interrogatório este, que nada tinha a [-] com “torturas”. Existem estas somente dentro do cé[-], daqueles que vivem sob o jugo do comunismo [-]rnacional para difamarem e falsearem a verdade. (...) [-]pois dos interrogatórios, pensei que ia ser levado [-] “campos de concentração, que segundo essas [-]nizações comunistas existe no Brasil. E, novamente, [-] prêso, fui e vi, outros companheiros serem tra[-]dos da maneira mais humana possível, dentro d[-] ambiente de camaradagem e solidariedade (...) O comunismo internacional está sendo derrotado e no desespero da derrota não [-] em usar maquiavelicamente as mais [-] mentiras (...) e não existe aquela repressão [-]guinária” e violenta que nos apresentavam, e que [-]munismo tenta apresentar na Europa; muito pelo [-]rário, o que existe, são **peçoas humanas** lutando [-] **construção do Brasil gigante**. (1-2 – 455 – s.e. 185)

ANEXO 609 – Manifesto assinado por Sylvio C. Walter (Macumba) e intitulado: “Os Vigilantes do Pôrto Lançam Manifesto aos Portos e ao Povo”, em nome do C.G.T. e do P.U.A. [?]. Apoia o pronunciamento do presidente João Goulart, na Central do Brasil, em 13 de março de 1964.

186. Feliz, ainda, S. Excia. [o presidente João Goulart], quando, peremptóriamente, se referiu á exploração que vem sofrendo o povo e das medidas **que adotará** para que cessem tais anomalias. (044 – 609 – s.e. 186)
187. AVISO AOS REACIONÁRIOS – **Nós, os trabalhadores e nossos irmãos Camponeses e das Fôrças Armadas, alertaremos** que se até o dia 1<sup>o</sup> de maio do corrente ano [1964], **não forem cumpridas** as Mensagens enviadas ao Parlamento, por S. Excia., o Sr. Presidente da

República, no que tange às Reformas de Base, **serão** vocês os responsáveis perante o país, de tudo aquilo **que venha a se desencadear**. (1044 – 609 – s.e. 187)

188. N. B. – Faço um apêlo aos meus companheiros Nacionalistas para que formem Comissões Financeiras, a fim de que eu possa pagar essas despesas com o presente Manifesto e outros que **serão lançados**. No próximo **declararei** a arrecadação do mesmo. (1044 – 609 – s.e. 188)

ANEXO 610 – Carta Aberta ao Presidente da U.P.B. [associação portuária] e sua Diretoria. – Escrita por Silvio Clarimundo Walter (Macumba)

Nessa carta, o enunciador se coloca solidário ao Presidente da U.P.B. que está sofrendo oposição interna na associação de classe e insta-o a convocar uma assembléia geral extraordinária para a discussão de uma pauta de interesse dos portuários.

189. (...) um homem que, com seus atos, não coaduna com a sua posição de secretário-geral – o Sr. Robens Teixeira, que é suspeito de ser conivente de um certo cambalacho “Davis Josetti” – o “Judeu carrerista”, a fim de pedir a nomeação do “Falso Pachá = Mário Brandi, que deixou ar condicionado no seu escritório, mas abandonou os interesses da nossa Classe, e, **se fôr provado**, a Classe lhes **dará** um corretivo à altura. (1045 – 610 – s.e. 189)

190. (...) **se** necessário, **fôr** o seu afastamento [do secretário-geral], **não será** sentido pela nossa U.P.B. (...) (1045 – 610 - s.e. 190)

191. COMPANHEIROS! **Unidos, somos** uma fôrça invencível. (1045 – 610 – s.e. 191)

ANEXO 613 – Conferência do Pe. Aloísio Guerra aos bancários de Niterói, em 28 de junho de 1963. Texto publicado pelo Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Niterói. Nessa conferência o enunciador questiona o direito de propriedade sem fim social e ataca o clero por seu compromisso com o capital.

192. **Se permanecer** nossa vigilância nacionalista “jamais falaremos [-]” [?] E petulantes Embaixadores nos **respeitarão** mais, não exorbi[-] suas atribuições. (2– 613 – s.e. 192)

193. “**Quando** de vive de empréstimos, **quando** a vida é um pêso e a exis[-] uma maldição é **explicavel** a revolta em vez de gratidão, a praga em [-] de reverência.” (4 – 613 – s.e. 193)

194. “**Enquanto** a justiça **não distribuir** melhor os bens [-] para todos, **será** sempre possível o esquecimento de Deus, expli[-] revolta contra Deus” (4 – 613 – s.e. 194)

195. Ninguém pode possuir com o prejuizo do bem comum. Isto **seria** uma usurpação, um [-] e não um direito. (5 – 613 – s.e. 195)

196. **Se** as forças [-]e dominam o mundo **não são capazes** de resolver os problemas assim [-]dos [da propriedade sem fim social], **convém recusar** seu domínio. (5 – 613 – s.e. 196)

197. Para terminarmos, vamos ler agora, um dos capítulos de meu novo [-]TOLICISMO AINDA É CRISTÃO?. É dedicado aos Bancários brasilei[-]guir **autografaremos** (outros autores também aqui estão) os livros [-]teressados. (6 – 613 – s. e. 197)

198. “(...) Eu [“um notável Arcebispo”] não posso apare[-] vocês [bancários], no campo das reivindicações. Estou construindo e os Ban[-] estão me ajudando. **Se apoiar** vocês assim, **êles negarão** o dinhei[-] **como terminarei** as construções?!” (7 – 613 – s.e. 198)
199. “Quem não [-] comigo está contra mim”, **repetirão**, com Cristo, os pobres, os mal as[-]liados em geral.” (7 – 613 – s.e. 199)
200. Os Bancários que ouviram tão alarmante confissão [enunciado 198], se **sentirão** a[-]os a praticar a Religião que pregamos, **quando sabem** nós estamos co[-]les [contra eles]? (7 – 613 – s.e. 200)
201. Eu **preferiria** passar por criador de boa[-]s [boatos] **desejaria** ardentemente que isto não tivesse acontecido como REAL[-]CONTECEU) (7 – 613 – s.e. 201)
202. Isto [o comercialismo dentro das dioceses] **seria assunto** para [-] um livro de folclore, exploração, fanatismo. (8 – 613 – s.e. 202)
203. **Seria** calúnia afirmar que há sacerdotes que [-] não leram ao menos uma vez a Bíblia tôda? **Seria** calúnia dizer que [-]IOR parte do clero não lê as Encíclicas Papais? (8 – 613 – s.e. 203)
204. E um simples bancário **poderá acreditar** no Deus dos Banqueiros? (8 – 613 – s.e. 204)

ANEXO 638 – duas cartas pessoais, manuscritas – uma datada de 17 e outra de 20 de julho de 1964, ambas do Rio de Janeiro. Pelos manuscritos não é possível identificar o missivista pois há trechos ilegíveis, por problemas de reprografia. Há, inclusive, montagem das duas cartas e impressão com efeito espelho (parcialmente legível com o auxílio de um espelho). A primeira carta é endereçada a “minha querida e inesquecível Marlene”. A última folha do documento, que é praticamente ilegível devido à grafia e ao efeito espelho, tem timbre do Estado Maior da Armada.

205. (...) **será crime pensar** em mudar esta estrutura e êste modo de viver [?] do nosso povo; **será crime estudar** e [-]nalisar os problemas relativos para [-] construção de uma nova pátria, baseados em estudos feitos por êstes que hoje vivem sendo prêsos ou perseguidos; **pensar** em uma mudança nos nossos problemas econômicos, políticos e sociais. Não! (0343 – 638 – s.e. 205)
206. Sei que ainda não chegaste a compreender êstes problemas [sócio-político-econômicos brasileiros] e estas contradições e **isto poderá acarretar** por vários motivos [-]fastamento em nossos convívios e por conseguinte uma rutura nas boas relações que mantemos. (0343 – 638 – s.e. 206)
207. Sabes o porque de nossa luta? **Para que os homens venham** [-] ter realmente os seus direitos, dentro de [-]ma nova lei que os ampare nos seus [-]abalhos e **para que** milhões e milhões [-] brasileiros que vivem da força do seu [-]abalho **deixem de** serem explorados pelos [-]nos de fabricas, de terras e dos políticos [-]rruptos e profissionais.. **Para que** os [-]rários das fabricas , os camponêses que [-]ltivam a terra para nós que vivemos [-] cidades tenhamos a nossa sobrevivência, [-]**jam** da miséria em que vivem e **possam** [-]recer a seus filhos uma vida mais condig[-] com a condição humana, e que estas [-]ovas gerações que são os nossos filhos [-]**nsigam** sem grandes dificuldades atingir [-] universidades (...) (0344 – 638 – s.e. 207)

208. Análisis [analisa – imperativo]o problema dentro de [-] própria casa. Quando teus pais trava[-] todos os dias e **quando chegarem** [-]lhice e **tiverem que parar** achas que [-]ssos governantes **irão ajudá-lo** ou reco[-] os sindicatos das suas profissões. (0345 – 638 – s.e. 208)
209. Querida, isto é realmente o que desejava te falar, para que fiques ciente que **não sou um criminoso** (...) Mas afinal o que me levou a escrever [-] isto é **para que** me julgues de [-]do com a tua consciência e **se achares** [-]entires que eu estou errado, **podes** me [-]r a primeira pedra. Estou consciente e [-]juto para cumprir a minha missão, que [-]ão **levará** muito tempo, então **voltarei** as [-]has atividades. (0345 e 0346 – 638 – s.e. 209)
210. Precisando [-] que me deslocar até o Rio Grande [-] Sul para manter um contacto [-]m um pessoal, que proválvemente [-]ão me arranjar lo[-] e c[-]o [-]bém lugar para trabalhar e possivêlmente **será** um trabalho [-]m remunerado, peço que se [-]ssível a senhora levantar a [-]potância de (CR\$ 50.000,00) [-]ncoenta mil cruzeiros, o que **poderia** [-]zer juntamente com o [?]lho, o Saul [-] **se possível poderá chamar** o [-]illiam, Djalma e mais companheiros [-] levar aos mesmos êste meu [-]oblema e sei que os mesmos não [-]ão **se furtar** (...) (0346 – 638 – s.e. 210)

ANEXO 639 – Carta assinada por Severino Vieira de Souza e endereçada a “Meu Caro Evangelista”, de Belo Horizonte em 20 de julho de 1964. O documento inicia-se datilografado e segue manuscrito com grafia quase ilegível e problemas com a ortografia. O missivista declara-se um “marinheiro da marinha de guerra” que está deixando esse lugar na sociedade para ser “soldado da libertação nacional”. O motivo da carta é pedir desculpas por não ter ainda pagado uma dívida. O missivista nomeia vários companheiros de luta e cita o destinatário como um elemento de ligação entre todos. No final, pergunta porque a carta deveria ser queimada.

211. Aí eu **estarei**, aí eu [-]rei, aí eu **darei o melhor de mim**, a minha vida, para fazer com que [-]átria dos brasileiros **venha a ocupar** [-]jeu verdadeiro local entre as demais [-]ções do universsos, propiorcionando [-] filhos brasileiros liberdade [???] suas riquezas naturais [-]ipiciam. Deixo de ser marinheiro da marinha [-] guera do Brasil para ser soldado [-] libertação nacional. (350 – 639 – s.e. 211)

ANEXO 647 – Trata-se de carta manuscrita de Rita para Rui. É uma carta-resposta em que a missivista relata seu trabalho junto a um grupo chamado “Juventude Socialista”, fala de seus estudos, de seus planos e de uma próximo curso que fará na França.

212. Lendo **tuas cartas** sinto que estamos [-] e por isso Reynaldo fica a dizer piadas: “que [???] **faremos a Revolução**”; (...) (0385 – 647 – s.e. 212)
213. A minha bolsa é para 1<sup>o</sup> de outubro. **Farei** uns [-] de planejamento no “Comissariat [?] au Plan” [-] de Economia no “Comissariat de la Production” . Não estou muito entusiasmada com isto; minha vont[-] era estudar Filosofia e Economia Política [-] **farei** independentemente; (0385 – 647 – s.e. 213)
214. (...) preciso dêsses ou[-] cursos para “fazer média” aqui para a Colô[-] Precisamos ganhar dinheiro, sabe? Do [-] **não poderemos fazer** muita coisa. (0385 – 647 – s.e. 214)
215. A bolsa é de apenas 75 mil francos. [-] **poderia mandar-me dizer** como **viverei** com isto? (0385 – 647 – s.e. 215)

216. **Mandar-lhe-ei** uma revista do “Movimento [-]ista”. (0385 – 647 – s.e. 216)
217. Espero que me escreva contando do que lê e de como está de pensamento sôbre estas coisas [-] lhe falei. **Sentirei** não lhe encontrar aí; talvez me ajudasse a descobrir muitas coisas. Às vezes [-] o complexo de **ser muito lírica e român[-]** (...) (0385 – 647 – s.e. 217)
218. (...) isto de [-] humanista é lá para a França, [-] a tarefa é ainda muito simples e [-]entar: **MATAR O BURGUEËS**. Para **quem quer** [-] feliz e se realizar **não há** lugar. (0386 – 647 – s.e. 218)

ANEXO 666 – Carta datada do Rio, de junho de 1969, dirigida a “Meus queridos pais” e assinada por “seu filho”. Diz que ama os pais e procura justificar a ausência creditada à necessidade da luta revolucionária.

219. **Sou um revolucionário**, e como tal espero ser [-]dido por vocês [os pais], e pelas pessoas amigas. (1 – 666 – s.e. 219)
220. (...) sabemos que [-] caminhando para uma nova realidade social e política em que a [-]cia de classe **se imporá revolucionariamente**, destruindo toda [-] monstruosa farsa construída ao longo dos anos, e que visa criar uma [-] “ideal para a classe dominante” do **povo brasileiro**, que é apresen[-] como “**ordeiro, pacato e bom**”, e que nós sabemos também que a tradução em termos práticos significa simplesmente que seríamos **covar[-] acomodados e acarneirados** (...) (1 – 666 – s.e. 220)
221. (...) a partir de um conhecimento científico da reali[-] **estarão os revolucionários**; do outro lado, fazendo **frente única** [-] exploradores e seus agentes, **estarão os traidores**, os canalhas, oportunistas, e os pseudo-revolucionários de sempre. (1 – 666 – s.e. 221)
222. O momento histórico que estamos vivendo no [-] e também na maioria dos países da América Latina, coloca clara[-] para **todo homem honrado, não-corrompido pela burguesia, e com um [-] de conhecimento da ciência marxista** que só há **um caminho** para a [-]ção social dos nossos povos, que **só há um caminho** para a Revolu[-] nesse países, e **êsse caminho é a luta armada para** a derrubada do [-]guês, e **para** o início do Socialismo em escala [-]nental. (1 – 666 – s.e. 222)
223. (...) mas **será na medida em** que **formos ca[-] de mobilizar nosso povo e conduzir** corretamente a luta que **teremos** [-]s a da vitória, (1 – 666 – s.e. 223)
224. (...) e de que os povos oprimidos da América Latina cum[-] também sua parte nesta guerra que **poderá durar** 10, 20 anos, não [-] quantos anos, mas que **só terminará com** a vitória total sôbre o im[-]lismo e seu prolongamento interno. (1 – 666 – s.e. 224)
225. O simples conhecimento das lu[-] **heróicas** que travam **nossos irmãos latino-americanos**, particularmen[-] Venezuela, Colômbia, Guatemala, Bolívia, onde já se consolidaram [-]rosas frentes de luta, nos dá a certeza de que êste Continente se [-]tará como um só homem **em muito pouco tempo**, e com um fuzil na mão [-]truirá essa estrutura apodrecida e desumana que oprime milhões e mi[-] de trabalhadores em todo o continente. (1 – 666 – s.e. 225)

226. Mas **um homem sòmente é** vilipendiado, desonra[-] explorado **na medida em que** mantém a cabeça baixa e não utiliza os [-]mentos disponíveis para a luta, e isto também é válido para **um pa[-] um povo inteiro ou um continente.** (2 – 666 – s.e. 226)
227. Para tanto [ajustar as estratégias e as táticas pós-Cuba] dispo[-] do instrumento que **corretamente manipulado responderá** as questões co[-]as à realidade social vigente, e êste instrumento é o marxismo. (2 – 666 – s.e. 227)
228. (...) vocês [os pais] me compreendem, e sabem com que honestidade, com [-] propósitos eu me engajo nesta luta, que, **espero, em breve será** uma [-] de todos os explorados contra seus exploradores. (2 – 666 – s.e. 228)
229. (...) campanha de difamação [-] pelos agentes e lacaios da classe dominante, que visa criar uma [-] distorcida dos **revolucionários còncios de suas responsabilidades [-]tóricas e que ora se empenham em preparar a luta armada** pela supres[-] da burguesia como classe dominante e opressora, pela luta armada [-] **terá** como palco principal o campo, e pela destruição do Estado Bur[-] **consequente tomada do poder** pelos trabalhadores armados. (2 – 666 – s.e. 229)
230. Eu **sou um comunista, um revolucionário** (mesmo porque [-] poderia compreender um comunista que não fosse revolucionário), acre[-] sòmente **através da luta armada**, que **se desenvolverá** em forma de [-] guerrilhas com predominância no campo (...) (3 – 666 – s.e. 230)
231. Atualmente, todos os meios de divulgação a serviço [-]sse dominante empenham-se com todo afínco em ludibriar as massas, [-]ndo-nos como **“criminosos”** e **“bandidos”, “assaltantes”,** etc.; se[-]da êsses meios e divulgação e ainda as demais peças do aparelho [-]do burguês nós constituiríamos **“bandos”** e **“quadrilhas”** de margi[-] organizados apenas para roubar e matar, chegando ao absurdo de fa[-] “salários” para os participantes destas supostas “quadrilhas”. [-] também pintar-nos como **“terroristas” a serviço de potências extran[-]teressadas** em deter o que chamam com todo rídículo de “marcha [-]sso brasileiro”. Com que moral êsse **bando de salteadores e tor[-]** [torturadores ?] fala em “marcha do progresso”!!! (3 – 666 – s.e. 231)
232. (...) uma política [-]ca e financeira que visa exclusivamente atender aos interesses [-] **grupos sem pátria** que é constituído tanto de norte-americanos, in[-] alemães, japoneses, franceses, belgas, e também brasileiros, [-] **esta é a nova composição da classe burguesa:** simplesmente ela não [-] pátria, não tem mais aquelas veleidades “patrióticas” do começo [-]culo, e unem-se solidamente para explorar melhor e mais tranquila[-] os trabalhadores do mundo inteiro. (3 – 666 – s.e.232)
233. (...) para se preparar a revolução, para se preparar a etapa seguinte [-] guerra revolucionária, **necessitaremos** de uma infinita quantidade de re[-] materiais e financeiros, e **iremos buscá-los** onde quer que haja (...) (3 – 666 – s.e. 233)
234. Creio ser tempo de falar algo sòbre questões que [-] respeito aos nossos, e posso dizer que a Gisélia está indo muito [-]tação, e **deverá ser mãe** no próximo mês, e envia cumprimentos a [-], pedindo que falem a seus pais dando as boas novas (...) (3 – 666 – s.e. 234)
-

ANEXO 688 – Artigo intitulado “A Lição d[-] [de tortura]” transcrito da Revista L’Expresso no. 966 de 12/18 janeiro 1970 – título em francês “La Leçon de Torture” – Autor: Edouard [-]aiby. O Artigo denuncia a existência de uma escola de tortura no Rio de Janeiro.

235. “Vivemos em um estado de guerra permanente”, diz o General Osval[-]ro de Carvalho, comandante da polícia militar, convencido de que [-] **meio de evitar um segundo Vietnam no Brasil é matar no nascedouro [-]lião que se anuncia**. Duzentos ataques a bancos e quartéis desde ... uma guerrilha urbana que se afirma, um guerrilha Rural que começa. Obsedados pela idéia da subversão, os militares brasileiros encurra[-] inimigo em tôda parte. (645 – 688 - s.e. 235)
236. À mãe de um detido que lhe foi pe[-] interceder em favor de seu filho, um ministro respondeu: “não [-] fazer nada, **se meto o nariz no assunto será pior**”. (645 – 688 – s.e. 236)
237. Seus excessos tornaram-se uma [-]ca tão geral, no curso dos últimos meses, que em 1° de dezembro o [-]dente da República Emilio Garrastazu Médici se viu obrigado a denun[-] publicamente a tortura. Dez dias mais tarde foi o ministro da justi[-] Alfredo Buzaid, quem **prometeu castigar os culpados se lhe fornecessem [-]**. Encorajados, a Revista “Veja” de São Paulo, e o Jornal “Correio [-]ã do Rio de Janeiro puderam, pela primeira vez, citar casos co[-] Em vão. No dia seguinte a voz de um coronel se fez ouvir (...). (645 – 688 – s.e. 237)

ANEXO 698 – Carta à Executiva – Carlos Marighella se desliga da Executiva do Partido Comunista por discordância ideológica. Ele acusa a Executiva de pactuar com a burguesia e abandonar a organização da luta armada junto às classes populares. O texto está afixado em folha com o timbre da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

238. Não há, assim, ação planejada, atividade não gira em torno da luta. Nos momentos excepcionais, o Partido inevitavelmente **estará** sem condutos para mover-se, **não ouvirá** a voz de comando, como já aconteceu face à renúncia de Jânio e à deposição de Goulart. (930 – 698 – s.e. 238)
239. (...) revelar as contradições é uma forma e até mesmo um método para superá-las, **desde quando** as idéias entram em confronto umas com as outras e a prática é tomada como critério para testar a verdade. (930 – 698 – s.e. 239)
240. Em outra parte [de “Duas Táticas”], falando sobre a vitória, acrescenta Lênin que esta **“deverá apoiar-se inevitavelmente** na força armada das massas, na insurreição, e não em tais ou quais instituições criadas “por via legal” e “pacífica”. (931 – 698 – s.e. 240)
241. A Executiva crê na liderança da burguesia, e este fato é decisivo na tomada das posições. Conforme o ponto-de-partida a propósito desta questão, as demais questões **serão resolvidas de uma forma ou de outra**. (932 – 698 – s.e. 241)
242. A constituição fascista, autoritária, que [-]mina o monopólio estatal, que sustenta a [-] estrutura agrária retrógrada, que asse[-] a total entrega do país aos Estados Unidos, que reduz o Parlamento e a Justiça [-] instrumentos dóceis do Poder Executivo, tal Constituição **não permitirá** nenhum governo democrático por via eleitoral. (932 – 698 – s.e. 242)
243. **É preciso** pôr abaixo tal Constituição [autoritária], derrubar a ditadura, estabelecer um governo apoiado em outra base econômica, em outra estrutura. **Fora disso, é permanecer** mais

- dez, vinte anos, fazendo acordos eleitorais e ajudando as classes dominantes e o imperialismo norte-americano a manter o Brasil como uma ditadura institucionalizada, a serviço da repressão do movimento de libertação dos povos latino-americanos. (932 – 698 – **s.e. 243**)
244. A luta pelas reformas de base **não é** possível pacificamente, **a não ser através** da tomada do poder por via revolucionária e com a conseqüente modificação da estrutura militar que serve às classes dominantes. (932 – 698 – **s.e. 244**)
245. **O abandono** do caminho revolucionário **leva** à perda de confiança no proletariado, **transformado, daí então**, em auxiliar da burguesia (...) (932 – 698 – **s.e. 245**)
246. **A subordinação e a perplexidade** [do partido marxista] ante a burguesia e sua liderança **impelem** ao menosprêzo do campesinato [por parte do partido marxista] na revolução brasileira. (...) Entretanto o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira, e **sem êle o proletariado terá de gravitar** na órbita da burguesia como acontece entre nós, na mais flagrante negação do marxismo. **Sem o camponês, o Partido não fará** outra coisa senão acordos políticos e acordos eleitorais de cúpula, para não falar em barganhas. (932 – 698 – **s.e. 246**)
247. Tentando rechaçar a iniciativa dos militantes [de eleger para a direção estadual um dos membros da Executiva e outro dirigente nacional], a Executiva invocou uma Resolução inexistente, proibindo a qualquer de seus membros pertencer a uma direção estadual. O que **seria transformar** a Executiva num espécie de torre de marfim, sem atuação direta junto às bases de emprêsas ou de campo. (933 – 698 – **s.e. 247**)
248. **Se é** assim [a Executiva reconhecer o desmantelamento do Partido em São Paulo], **que se apurem** as responsabilidades, que se asinalem as causas, que levaram o Partido a perder suas bases nas emprêsas, por que não se realizava (...) (933 – 698 – **s.e. 248**)
249. É para mim doloroso escrever-lhes como o faço neste momento. Mas **não seria** do meu feitio deixar de dizer a vocês, perante o coletivo partidário e a opinião pública, o que sinto realmente. (933 – 698 – **s.e. 249**)
250. **Não acredito que** o individualismo ou a ação pessoal possa resolver todos êses problemas. As idéias **é que desempenharão** o papel decisivo. E **sòmente** elas **encontrarão** eco. (933 – 698 – **s.e. 250**)

ANEXO 722 – Carta de Valdir, em 4/IV/70 ao Companheiro Cid – manuscrito – onde o missivista relata problemas com: a organização de seu grupo (de três elementos); com a falta de comunicação com a “organização”; com os riscos que as ações envolvem. Sugere mobilização para os próximos dias. O texto fala de “apoio externo”, expressão que aparece sublinhada no texto. Afirma que o grupo tem possibilidade de mobilizar outras pessoas.

251. (...) riscos a que **só me exporei se**, bem analisados os fatos, os companheiros **acharem** que devo fazê-lo. (1 – 722 – **s.e. 251**)
252. Todos estão descontentes com a situação, mas os mais favorecidos procuram amparar-se no poder central contra o estadual e **difícilmente mudarão** de opinião. (1 – 722 – **s.e. 252**)

253. **Com** ligação mais estreita [com a organização], **poderíamos** planejar o que sugerimos e participar, direta ou indiretamente das ações. (2 – 722 - s.e. 253)

254. Outras informações **serão dadas** daqui a uma semana, com a precisão possível. O material pedido é difícil, a não ser com grande risco pessoal. Todavia, parte dêle **será transportado** na manhã de segunda-feira (6/IV), para um exercício, com a participação de cêrca de 10 homens desprevenidos. (2 – 722 – s.e. 254)

ANEXO 733 – “[...] a [Carta] Aberta aos Cristãos Brasileiros” **datilografada** e assinada, em letra de forma: Ass: Um Padre Prêso no Brasil – Fevereiro 70” - o missivista se dirige a todos os cristãos, exortando-os à ação contra a ditadura e a tortura, seguindo o exemplo de Cristo e dos Apóstolos que, segundo ele, lutaram contra a pela liberdade, justiça e verdade.No final há um imperativo em letras maiúsculas datilografadas: DIVULGUE ESTA CARTA. COPIE-A e PASSE À FRENTE.

255. [...] jornais, censurados e controlados pelo Exército, acusam de **“terrorista”** e **“subversivo”**[...]o aquêle que – de alguma maneira – luta para libertar o Brasil. Não damos [...]jito a essas qualificações injuriosas e pré-frabricadas. (1241 – 733 – s.e. 255)

256. [...]do [quando] o Senhor **nos disser**: “eu tive fome e não me deste de comer, tive sede e não me visi[-]te, estive nú e não me vestiste, fui oprimido e não me libertaste”, **que responderemos?** (1241 – 733 – s.e. 256)

ANEXO 787 – Abaixo-assinado por operários de V. Camargo, V. Rosaria, Alto Pedroso, S. Miguel, Ermelindo, Ita[-] – 22 assinaturas – dirigido A Emcia. [sic] Revma. Dom Agnelo Rossi. O documentos está colado sobre um folha da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública (S.G. – SSP), sem data. O documento pede a intervenção do cardeal (?) quanto à prisão de padres e seminaristas em Minas Gerais.

257. Imbuídos de fé cristã, e crentes que Deus esta conosco, nesta luta pela justiça social; damos inteiro apoio aos Padres. E, acreditamos que V. Exma nos **acolherá**, com atenção, eis que somos vítimas diretas desta perseguição (...) (1835 - 787 – s.e. 257 )

258. “Solidariezamos com a ideia de que **êstes padres não são subversivos**” (1835 – 787 – s.e. 258)

ANEXO 788 – Manuscrito - poema ingênuo escrito em quadras enumeradas por romanos. A última estrofe é um dístico. O texto, em folhas pautadas, está colado sobre folha com timbre da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública (SG – SSP).

259. Quando **vamos vencer?** (1836 – 788 – s.e. 259)

260. Nêste país tudo é infeliz  
Aqui impera a ditadura.  
mas **nós unido podemos vencer**  
**isto quando o povo coragem ter.** (1836 – 788 – s.e. 260)

261.

II

Os operários sempre a sofrer  
seus filhos com fome sempre a chorar  
E **nós adultos** sempre a correr  
Por que os ricos querem nos matar.

III

E nós o que estamos fazendo  
Até quando **vamos viver** sofrendo  
E **tôdos unidos vamos lutar**  
**Para que um dia as coisas possam melhorar.** (1836 – 788 – s.e. 261)

262.

IV

Um dia **quando essa luta terminar**  
E o povo **unido vencer.**  
Juntos **poderemos dizer:**

V

Derrubamos a ditadura  
E acabou-se o egoísmo (1836 – 788 – s.e. 262)

ANEXO 797 – documento de **tréplica**. Por ocasião da visita de Rockefeller ao Brasil, o Comando da O. (ex-comando da VPR) pretendia participar de um movimento de massas (MM) como protesto. O enunciador deste documento, escreveu ao Comando dizendo que tal participação era inadequada porque: expunha os quadros, não era prioridade, não tinha embasamento teórico. O Comando redigiu um documento, como réplica, intitulado “O que o Companheiro L. não entendeu”. No presente documento L. responde a essa réplica – uma contra-réplica (ou tréplica), portanto. Por essa natureza, o documento apresenta alta incidência de discurso relatado de maneira direta ou indireta.

263.(...) ao documento que ela [Coordenação Política] informa estar elaborando e que, pa[-]me, **será** o primeiro passo para procurar-se embasar cientificamente [-]o TM [?] (1935 – 797 – s.e. 263)

264. Como estas, um grande número de questões **teriam** a CP ou os comps. [-] que nos responder para que se pudesse considerar a pretendida par[-]pação em movimentações Anti-Rockefeller algo além do que um impulso i[-]tista e empirista de “responder” aos fatos políticos, (...) (1937 – 797 – s.e. 264)

265. **Não será “refutando”** as vírgulas e as afirmações inexistentes de meus [-]ntos **que a CP conseguirá dar** sequer um passo adiante no sentido de [-]nvolver uma prática consciente e revolucionária. **Não será com respos[-] do tipo** “se o programa não define a participação no MM, também não [-]ine a não participação” **que a CP conseguirá responder** a questões tão [-]ortantes levantadas pelo programa como a necessidade de desenvolver [-] atuação eminentemente clandestina e, ao mesmo tempo, principiar a or[-]lizar o MM. **Não será postulando** ou verdades reveladas em lugar de [-]dos científicos, de abordagens sistemáticas da realidade para nela [-]r ou não a comprovação de nossas opiniões pré-concebidas, mas a respos[-] nossos problemas, **que a CP responderá** ao desafio de harmonizar o MM [-]

necessidades ditadas pelo desenvolvimento da luta no campo, estabele[-]ndo uma real complementaridade entre o complementar e o principal. (1937 – 797 – s.e. 265)

---

ANEXO 819 – Carta à O . [Organização?] assinada por Basílio em São Paulo, I/7/69, com o título: “Razões que determinaram meu desligamento d[-] O”. O missivista critica o imobilismo da Organização. Ao final de sua crítica, Basílio declara que está formando um braço independente da Organização.

266. A repressão tent[-] nos isolar d[-] mass[-] nos pixando de **marginais aventureiros etc. etc.**” (2036 – 819 – s.e. 266)

267. Não estou dizendo que a sociedade capitalista tem condições de resolver os problemas socio economicos de toda população, mas que **através de** uma economia planificada e a abertura de perspectivas de desenvolvimento, **pode tirar** o impeto revolucionário de **camadas da população** e com isso arrefecer todo o processo. (2036 – 819 – s.e. 267)

268. A luta armada na AL é baseada nas condições de meséria da quase totalidade da população. Podemos permitir que **camadas da população** sejam compradas? A partir isto **teremos que voltar a lutar** nos moldes do partido. (2036 – 819 – s.e. 268)

269. (...) **não sou** absolutamente contra a realização deste tipo de ações [expropriação de armas, tomada de fábricas, comícios, panfletagens] mas que elas **tenham** também **condições de nos dar** dividendos políticos. (2036 – 819 – s.e. 269)

270. Esta faltando par[-] o programa uma maior fundamentação, maior, com a pa[ ]ticipação de toda O . mas **somente através de** circulação de documentos redigidos pelo setor específico no caso encarregado imprensa **isto se tornará possível**. (2036 – 819 – s.e. 270)

271. Ficou determinado [a partir do último congresso] que a estruturação dos GTs alia [?] que os GTs **seriam** o embrião da GU. [guerrilha urbana] ora é claro no programa que a cidade é uma região complementar e que so tem condições de GI [?]. **Se é GI** uma de suas características **é** (seus combatentes misturarem-se com a massa) daí pressupor-se que os quadros tenham todos as condições de legalidade etc. etc. (2037 – 819 – s.e. 271)

272. Por tudo isto que tentei expor resolví tentar dar condições de continuidade ao procisso que bem ou mal encaminhamos até agora. (...) formação de quadros (o quadro já começa a lutar com seus problemas pessoais resolvidos pois **vai partir já** para a luta pronto. **já inicia** em uma situação de fato. (2037 – 819 – s.e. 272)

273. (...) propus [à Organização] que criassemos um P/O com autonomia suficiente para iniciar e desenvolver e[-] trabalho; est[-] P/O **teria** que ser estanque totalmente da O com condições par[-] esta etapa. **Seria** mais ou menos um **grupo autônomo** [sic] que **agiria** em nome da O com condições inclusive de crescimento autônomo. (2037 – 819 – s.e. 273)

274. **Manterei** o contato com a O para evitar maiores problemas de segurança com início destas ações. **Estaremos** sempre prontos a uma unificação política tanto com a O como com qualquer outro grupo que se proponha a LA [luta armada?] respeitando o nosso princípio que é crescer de acôrdo com as bases. (2039 – 819 – s.e. 274)

---

ANEXO 857 – Colaboração ao programa de Frente de Mobilização Popular, na Radio Três Rios. Em 8-8-1963. Datilografado em 7-8-63. Pronunciado na Radio Três Rios em 8-8-1963. Hora de: Mobilização Popular, por Maria Jardim Faria da Cruz. O nome da autora do texto aparece quatro vezes no final, inclusive em assinatura por extenso. Termina com um poema em homenagem à Virgem da Miséria.

275. A luta [não especificada] neste momento é a mais justa, porque é a luta pela sobrevivência, é o combate a carestia que impiedosamente nos esmaga. **Se assim continuarmos** o nosso Brasil **será** um País cheio de párias... e nababos!... Alguns poucos demasiados ricos... e muitos demasiados pobres, paupérrimos, num contraste revoltante que clama e que brada ao Ceu e pede a DEUS vingança ! ... (232 – 857 – s.e. 275)

276. Disse o Grande Libertador: JESÚS NAZARENO: “**Se não vos fizerdes** como as criancinhas, **não entrareis** no reino dos ceus!”... (232 – 857 – s.e. 276)

277. Sim, porque as criancinhas são puras e limpas de coração!... a besta humana, nelas, ainda dormita!... **Somente com** o acumular dos anos, **ela desperta!**... (232 – 857 – s.e. 277)

278. E **ai de nós, senão** [sic] **estivermos preparados** contra as suas investidas [investidas da besta humana = forças do mal]. (232 – 857 – s.e. 278)

ANEXO 858 – Texto para a “Frente de Mobilização Popular. Radio Tres Rios” – 4-9-1963 – datilografado.

279. **Se os responsáveis deixarem** que se propaguem os meios que levam ao mal e ao pecado [luxo, egoísmo, vaidade, avareza], fazendo definhar e até eliminar a vida espiritual nos cidadãos, **tudo andarà mal**, porque os mortos não progridem e sim apodrecem! (235 – 858 – s.e. 279)

280. Uma das coisas mais difíceis é certamente **o dever de corrigir** [-]dédias, movimentos e correntes sociais **desviadas**, mas **colaborando com** [-] Igreja, esta obrigação **se tornará** mais fácil de ser executada. (236 – 858 – s.e. 280)

281. Fazei justiça, dando justa paga do salário, das dívidas, dan[-] a cada um o que lhe pertence. Diz o Divino Mestre: “Procurai an[-]es de tudo o Reino de Deus e a sua justiça.” – “**Se a vossa justiça não exceder** a dos fariseus, **não entrareis** no reino dos Ceus.” (236 – 858 – s.e. 281)

ANEXO 869 – Um opúsculo de 27 páginas intitulado “Como Construir o Partido [Comunista] nas Grandes Empresas?”, datado de março de 1971 e assinado por Itagiba Brasil. O autor declara, em nota final, que “a responsabilidade pela sua elaboração é individual” (p. 67 – 869).

282. Acreditamos, que **para enfrentar** com êxito o “desafio histórico” colocado perante nós pela vida e reconhecido publicamente pelo VI Congresso do Partido – construir um forte e numeroso Partido no seio da classe operária -, **é indispensável que procuremos realizar** um balanço crítico e autocrítico de toda nossa atividade passada **e adotemos** critérios e métodos de trabalho que estejam de acordo com a nova realidade criada e com as novas condições que surgiram neste últimos anos [a repressão da ditadura]. (1, 2 – 869 – s.e. 282)

283. (...) **se não se realiza um grande esforço**, (...) **se não se desenvolve uma grande iniciativa e persistência** para atingir os objetivos traçados, **não é possível alcançar** sucessos na tarefa de

- construção do Partido numa época., como a atual, quando o centro de toda a repressão da ditadura está dirigido contra os comunistas (...) (2 – 869 – s.e. 283)
284. (...) os resultados por nós obtidos **não teriam sido possíveis se**, ao mesmo tempo, **não se lutasse** contra a passividade, o conformismo e a burocracia em nossas fileiras. (2 – 869 – s.e. 284)
285. Segundo estes companheiros [os que defendem a mobilização dos “peões” em primeiro lugar], os operários qualificados **teriam** um nível de vida que os aproximaria da classe média, **seriam** influenciados pela pequena burguesia e, portanto, individualistas e acomodados. (4 – 869 – s.e. 285)
286. (...) ela [a camada dos trabalhadores braçais] **só poderá** ser despertada e mobilizada para a luta de classes **no curso de todo um processo**, quando **terá que** adquirir por sua própria experiência a consciência de classe, da qual está extremamente distante. (6 – 869 – s.e. 286)
287. A prática dos últimos anos (...) pôs por terra a falsa tese de “**quanto pior melhor**”. (segundo a qual, **quanto pior** a situação, **melhor** seria para nós) (...) (7 – 869 – s.e. 287)
288. (...) pois cada vez se torna mais claro, que o operário **só ingressa** no Partido **quando** toma consciência da exploração capitalista **e não porque** esteja descontente com a sua situação ou passando fome. (7 – 869 – s.e. 288)
289. (...) **sempre que** o Partido tem a capacidade de levantar com acerto as reivindicações da massa e de adotar uma verdadeira posição de classe, **surgem** entre os trabalhadores muitos **elementos**, que passam a simpatizar com o Partido e a apoiar as suas posições. (7-8 – 869 – s.e. 289)
290. (...) o Partido não deve se deixar transformar num “corpo estranho” e **para crescer e se fortalecer precisa** que seus membros sejam vistos pela massa, ou pelo menos pela sua parcela mais esclarecida, como os elementos mais destacados e combativos da classe operária. Mas o Partido **só poderá** ser “sentido”, criticado e ajudado pela massa **se estiver** presente em cada problema ou acontecimento que interesse à massa trabalhadora. (10 – 869 – s.e. 290)
291. Decidimos, que a propaganda para a massa **seria realizada** de forma clandestina através de folhetos, boletins, passa-passa, colagens, pinturas, e na medida do possível, **passariamos** a imprimir um jornalzinho da empresa. Entretanto, tínhamos que enfrentar um novo problema: não estávamos materialmente preparados para realizar esse tipo de trabalho. (10 – 869 – s.e. 291)
292. Há algum tempo estamos trabalhando no sentido de formar uma caixa especial **para num futuro mais ou menos próximo** equipar a Base com o aparelhamento técnico indispensável **para a realização** de sua agitação e propaganda uma de suas atividades revolucionárias mais importantes. (11 – 869 – s.e. 292)
293. (...) [o Partido] **só poderá assumir** seu papel de vanguarda **se estiver** ligado às massas, aprendendo e dialogando francamente com elas. (11 – 896 – s.e. 293)
294. (...) temos procurado sempre manter um determinado número de companheiros na reserva para **em caso de queda** daqueles que estão em ação **assegurar** a continuidade do funcionamento da Base. (14 – 869 – s.e. 294)

295. Entendemos que os companheiros **só despertarão** para a importancia da assimilação da teoria **na medida em que** a sua própria atividade revolucionária junto às massas, assim como a vida organica no seio da base do Partido, lhes mostrar que **sem estudar não será possível desempenhar** o papel de vanguarda que nos propomos. (16 – 869 – s.e. 295)
296. (...) pois sabemos que **sem teoria** revolucionária, **sem estudo, sem quadros** dirigentes política e ideologicamente capacitados, **não poderemos desempenhar** na prática o papel de vanguarda, o papel de dirigente político da classe operária e das grandes massas de nosso povo. (16 – 869 – s.e. 296)
297. **Ao permitir** os apartes e contra-apartes, sem muito rigor na limitação do tempo, **temos ajudado** os companheiros mais tímidos e que têm mais dificuldade para expôr seu pensamento a se desenvolverem politicamente e adquirirem mais confiança em suas próprias forças. (17 – 869 - s.e. 297)
298. **Ao partir** dos problemas imediatos, concretos e práticos da emprêsa, relacionando-os com os problemas gerais do país e as formulações de nossa linha política, **temos conseguido uma maior assimilação** da teoria revolucionária e da linha política do Partido por parte dos militantes e, conseqüentemente, melhores resultados em sua aplicação às condições concretas da emprêsa. (17 – 869 – s.e. 298)
299. (...) **com esta medida** [discussões individuais] **tem sido possível aprofundar** o exame do problema controvertido, **promover** a ajuda mútua muito salutar, **valorizar** as qualidades dos jovens militantes e **conseguir** dos companheiros em questão uma participação mais conciente e dinamica na atividade partidária. (18 – 869 – s.e. 299)
300. **Essas iniciativas** [encontros informais entre companheiros e suas famílias] **têm permitido o debate** entre diversos companheiros da Base **sobre** problemas que não estão bastante esclarecidos e que ficaram pendentes nas reuniões, assim como sobre temas políticos e teóricos de carater geral.  
**Os debates desse tipo** (...) **têm possibilitado** uma ajuda mútua proveitosa, assim como a elevação de nosso nível de conhecimentos.  
**Esta medida possibilitou também** um maior relacionamento entre nossas famílias e o fortalecimento da amizade e do espirito de camaradagem e fraternidade entre os companheiros.  
**Isso nos levou ainda** a melhorar a compreensão do problema da solidariedade aos presos políticos e suas familias (...)  
**Esses encontros** e debates informais **tem ainda contribuido** para que uma parte considerável das famílias de nossos companheiros se incorporem de uma forma ou de outra à nossa causa. Assim é que muitas das esposas de nossos companheiros passaram a entender melhor os objetivos por que lutam seus maridos. (18 – 869 – s.e. 300)
301. **A atividade** de agitação e propaganda clandestina (...) é por si só **insuficiente para** conduzir as massas à luta.  
**Não basta** despertar as massas para um determinado problema de seu interesse [**para** conduzir as massas à luta]  
**é necessário** realizar um trabalho de agitação e propaganda em profundidade, no sentido de educar as massas politicamente [**para** conduzir as massas à luta],  
**pois só quando** elas adquirem a consciencia de classe **sentirão** a necessidade de se organizarem e **se lançarão** à luta. (19 – 869 – s.e. 301)

302. Já está suficientemente comprovado, que **não basta** agitar os problemas que a massa sente e realizar a propaganda da revolução [**para** atingir os objetivos da classe operária];  
**é necessária a prática revolucionária** dessas mesmas massas [para atingir os objetivos da classe operária];  
 a experiência de todo o movimento operário nos ensina que os milhões de trabalhadores se educam **na prática da luta**, através de sua própria experiência no processo da luta de classes.  
 Por esta razão, a preocupação central da Base consiste em despertar, organizar e conduzir os trabalhadores da empresa à luta por suas reivindicações e pela conquista dos objetivos da classe operária. (p. 20 – 869 – s.e. 302)
303. É preciso ter em conta que **para realizar** com êxito o trabalho sindical na empresa **faz-se necessário** preparar militantes que **possuam um conhecimento** razoável da legislação trabalhista e sindical, **conheçam bem** os problemas da empresa, o nível de consciência dos operários, **saibam se relacionar** com a massa, **sejam fraternais, solidários e amigos** dos colegas de trabalho. (21 – 869 - s.e. 303 )
304. (...) trata-se de uma tarefa difícil [a combinação do trabalho nos sindicatos com o trabalho ilegal] mas apesar disso, nosso dever é lutar para alcançar essa meta, pois **caso contrário não será possível** desenvolver com êxito a luta de massas no momento atual. (22 – 869 – s.e. 304)
305. O Partido **só poderá desempenhar** na prática seu papel de vanguarda, **se** as organizações de base e os seus militantes **dominarem** todas as formas de luta;  
**para isso é necessário** estarmos orgânica, política e materialmente preparados para passar de uma forma de luta para outra, sempre que a situação o exigir. (23 – 869 – s.e. 305)
306. (...) temos que nos preparar para dirigir a luta da classe operária durante todo o processo da Revolução Brasileira, até **a conquista** do poder político e consequente construção do socialismo. (23 – 869 – s.e. 306)
307. A experiência tem mostrado, que **o êxito** do trabalho de massas **depende** fundamentalmente da unidade de ação dos trabalhadores. (23 – 869 – s.e.307)
308. E essa unidade [de ação dos trabalhadores] **só poderá** ser alcançada **em torno daqueles** objetivos programáticos **que atenderem** no fundamental às aspirações das diferentes correntes políticas, que atuam no meio da classe operária,  
**e que poderão**, assim, constituir a bandeira de luta dessas massas. (23 – 869 – s.e. 308)
309. Esta [formação de uma frente única de luta] **só se desenvolverá** e se consolidará **durante** o processo de luta das massas,  
 que **a partir de** sua própria experiência **se convencerão** da necessidade conjunta das ações conjuntas. (24 – 869 – s.e. 309)
310. (...) estamos (...) mobilizando as massas para a luta contra a política de “arrôcho salarial” imposta pelo governo da ditadura militar, assim como pela luta por suas reivindicações específicas, o que **será** um primeiro passo importante **rumo à conquista da unidade da classe operária**. (24 – 869 – s.e. 310)
311. **Para fortalecer** de forma constante o Partido na empresa **é necessário adotar** determinadas medidas de segurança, tanto no que se refere ao recrutamento, à organização e ao funcionamento, assim como à atividade prática da Base. (25 – 869 – s.e. 311)

312. **Para consolidar** a Organização do Partido na empresa **é indispensável contar**, ao menos, com um companheiro que possua certa base teórica, experiência e firmeza ideológica, **podendo assim contribuir para** a educação comunista dos elementos recém-recrutados, **para** a formação dos quadros dirigentes **e para** a seleção adequada dos militantes destinados a cada frente de trabalho. **É muito importante também** a assistência e a ajuda do organismo superior do Partido. (25 – 869 – s.e. 312)
313. O ritmo de crescimento da Base da empresa **depende fundamentalmente**: - **de sua capacidade** [do companheiro com base teórica, experiência e firmeza ideológica] **de aplicar** o método da direção coletiva e de incorporar todos os companheiros à atividade política; - **de convencer** os militantes da necessidade e da importância do estudo da teoria revolucionária, da linha política do Partido e da realidade brasileira; - **de compreender** a necessidade da renovação do Partido e planificar o recrutamento, concentrando-o nas seções fundamentais da empresa; - **de romper** com os métodos rotineiros, com a passividade e o comodismo, **e encontrar** novos métodos de trabalho de acordo com a necessidade e a realidade concreta. (26 – 869 – s.e. 313)
314. **Para que** a organização de Base **possa exercer** na prática o seu papel de vanguarda **é necessário**: - **que esteja** permanentemente ligada à massa da empresa e, tendo em conta o seu nível real, **seja capaz** de indicar com acerto a solução de seus problemas; **que contribua** para a formação de uma consciência de classe, assim como para a organização e para a unidade dos trabalhadores da empresa; - **que tenha** uma visão de conjunto de todo o processo revolucionário, **que se prepare** política, orgânica e materialmente para aplicar todas as formas de luta e **saiba combinar** o trabalho ilegal com o legal. (26 – 869 – s.e. 314)
315. (...) o Partido **só pode crescer e se fortalecer** no seio da classe operária **na medida em que** aplica corretamente e com firmeza a sua linha política, aprovada no VI Congresso [?] (27 – 869 – s.e. 315)
316. Uma tarefa depende fundamentalmente da outra: **não é possível** aplicar a nossa luta, **sem** construir o Partido, e a construção do Partido representa a maneira mais correta de aplicar a linha [linha política = luta?] no momento atual. (27 – 869 – s.e. 316)

ANEXO 925 – folheto de propaganda eleitoral para vereador. Sabe-se que se trata do ano de 1961 e que se trata de campanha para re-eleição porque há outro documento que aponta para essa data. O candidato Benedito Lúcio Mauro do PTB aponta as agruras por que passa o povo brasileiro: falta de escolas, falta de leitos hospitalares, fome, etc.

317. **De-me** autoridade, **e eu vos farei JUSTIÇA** (78 – 925 – s.e. 317)
318. Onde estás.. Representantes do povo. **Olhai** para traz, e **verás** até que ponto chegou o vosso desvêlo. (78 – 925 – s.e. 318)
319. BENEDITO LUCIO MACHADO, **se eleito** vereador em 4 de Outubro, **será** o legítimo representante do trabalhador, que alimenta-se do pão molhado com o suor do rosto. (78 – 925 – s.e. 319)

ANEXO 970 – Texto impresso assinado por Hugo Luciano Washeck, intitulado “Verdades Mentirosas”. O enunciador declara pertencer ao Diretório Acadêmico [-] do Cairo, pertencente provavelmente a uma Universidade paranaense. A data é pós Seminários de Reforma Universitária de Salvador (1961) e Curitiba (1962). O enunciador defende que para que tenham fim as greves estudantis, é preciso que se cumpra o que determina o Artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases, ou seja, dar aos estudantes participação na gestão universitária numa proporção de um terço

320. Desde que se queira u’a maior democratização da Univer[-]dade do Ensino Superior, **isto só poderá ser conseguido com** [-] participação do corpo discente também, em tôdas **as trans[-]mações que a Universidade deverá sofrer**, a partir de suas [-]ndições atuais até um estágio superior, mais humanizado. (525 – 970 – s.e. 320)
321. (...) as transformações que se fazem necessárias na [-]trutura da Universidade não decorrem de necessidades pe[-]gógicas exclusivamente, como querem muitos professores, [-]sim como os reitores. Mais do que isto, são necessidades da sociedade onde está situada a nossa universidade, da qual [sociedade] **não poderá** ser separada [da universidade] **sob pena de** se destacar a parte do todo, [-] cuja análise **advirão** conceitos insuficientes, **se feita** nessas condições. (525 – 970 – s.e. 321)
322. (...) não nos parece exata a não participação [-]os universitários na direção da universidade, pelo fato de não [-]rem participado antes. Esta tese, francamente, **não poderá prevalecer**. (525 – 970 – s.e. 322)
323. Desde que se considere que a Universidade existe porque o estudante existe, **e que sem a existência dêste aquela também não teria razão de ser**, podemos dizer que o estudantado é parte ativa daquela. (525 – 970 – s.e. 323)
324. (...) tal apoliticismo [imposto pela Universidade a seus alunos] serve na verdade para encobrir a política das classes dominantes. **O estudante que** não concordar com êsse falso apoliticismo, **será apontado** como agitador, comunista, frustrado, etc. (525 – 970 – s.e. 324)
325. O assunto é gravíssimo **se se pensar que** sòmente a Universidade pode formar homens que farão sobreviver a Nação. (525 – 970 – s.e. 325)
326. E **se há** erros crassos na formação profissional, intelectual e social do jovem estudante, **que pensar** de um Brasil de amanhã? – Trevas e mais trevas, evidentemente... (525 – 970 – s.e. 326)
327. Dir-se-ia que como bem prova a história particular de cada escola superior, **não se aceita** a existência da Universidade **sem** a sobrevivência de greves. (525 – 970 – s.e. 327)
328. Mas **se se analisar** as causas das paredes estudantis, **a grande maioria delas prova que** o estudantado tem razão. (525 – 970 – s.e. 328)
329. E concluiu-se [do I Seminário de Reforma Universitária, realizado na Bahia] tanto os professores, estudantes como profissionais deviam participar nos diversos órgãos administrativos – no govêrno, enfim – da Universidade. A repartição dar-se-ia na base de 40% do total para membros do corpo docente, 40% para o corpo discente e 20% para representantes dos profissionais. “**Somente** um critério semelhante **será capaz de** assegurar a organicidade,

- harmonia e democracia que devem reinar no govêrno da comunidade universitária”. (525 – 970 – s.e. 329)
330. Mas por certo **chegará** a vez dessa fórmula [participação dos discentes na gestão universitária] como necessidade histórica da geração de amanhã. (525 – 970 s.e. 330)
331. (...) é justo proibir o voto do analfabeto brasileiro, **se** êste mesmo pobre coitado paga imposto, é legislado, e por causa da própria incoerência do regime não lhe dão educação? (525 – 970 - s.e. 331 )
332. **Se** todos os assuntos da Universidade são de interesse imediato do estudante: **se** a distribuição de verbas às Universidades, **se** a nomeação de assistentes (muitos sem capacidade), **se** a limpeza do proprio prédio da Universidade, - são feitas em função quase que imediata do estudante, **é de se perguntar: por que** não pode o estudante ser ouvido em tôdas estas coisas? (525 – 970 – s.e. 332)
333. Muitos **poderão argumentar que** a passagem do estudante na escola é um processo rápido, e os professôres permanecem sempre. Eis aqui um êrro primordial do sistema universitário brasileiro. (525 – 970 – s.e. 333)
334. E, **se** por outra feita, **muitos professôres julgam** que os alunos não têm capacidde para co-administrar a Universidade, **o que não julgar então** da capacidade didática dêsses mesmos professores aos quais cabe ministrar-lhes ensinamentos para que êles – os estudantes de hoje governem o país de amanhã? (525 – 970 – s.e. 334)
335. **O um têrço** [participação proporcional dos estudantes na gestão universitária] **evitará** problemas futuros porque **haverá** diálogo. **E não mais haverá** existência de greves para resolver assuntos de rotina da Universidade. (525 – 970 – s.e. 335)
336. **Quando alguém está** imbuído de uma certeza de que age de acôrdo com as normas da Verdade, **êle não tem** medo de nenhum **inquisidor**. (525 – 970 – s.e. 336)

ANEXO 975 – Trata-se de uma análise, sob o nome de Luis Filipe Ribeiro, do discurso do presidente norte-americano John Kennedy ao apresentar o programa Aliança para o Progresso. Texto de 1963, Curitiba. Acontece que as 5 primeiras páginas do documento não se referem a esse tema mas a um pretenso trabalho sobre Conhecimento e Direito, intitulado “Direito Formal: Direito de Classes Dominantes”, assinado por Luis Felipe Miranda de Souza Ribeiro, da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná. O trabalho é apresentado como uma tese, tem dedicatória, agradecimentos e na Introdução, diz que vai tratar de questões sobre o Conhecimento e de sua relação com o Direito.

337. (...) **não há** liberdade **onde não existam** condições para que seja exercida (...) (630 – 975 – s.e. 337)
338. Melhores condições de vida não se dão, são conquistadas, **não é com** os “Alimentos para a Paz” **que** os problemas da fome e da miséria na América Latina **serão resolvidos**. (630 – 975 – s.e. 338)
339. A Comissão Econômica para a América Latina e o Banco Inter-Americano de Desenvolvimento **reuniriam** economistas para que ajudassem **cada país** a forjar o plano de

desenvolvimento. Fiscalização direta, **assim não haveria** perigo de que **os países ajudados** por Tio Sam, aplicassem os recursos nos verdadeiros fulcros do progresso, mas o entregassem aos pioneiros do capitalismo da dependência para que pudessem melhor explorar os mendigos operários de **nossos países**. (631 – 975 – s.e. 339)

340. (...) [-]préstimos no valor de mais de um bilhão de dólares, e essa verba **dará** [-] que exclusivamente para pagar dívidas anteriores, e nem sequer se pode cogitar de desenvolvimento a custa disso. (632 – 975 – s.e. 340)

341. (...) **saberemos desenvolver** êsse terreno [científico-cultural] que é nosso com nossos próprios recursos, com nosso próprios métodos e com os nossos próprios homens. (633 – 975 – s.e. 341)

342. Pois nesse momento **ou** o indivíduo **se [-]gra [integra]** dentro da realidade nacional, **ou estará colaborando para que nosso [-] [país] seja entregue** definitivamente à sanha dos interesses imperialistas. (635 – 975 – s.e. 342)

ANEXO 976 – Texto assinado por Luis Filipe Ribeiro (o mesmo autor do texto do anexo 975), intitulado “A Tarefa da Esquerda na Universidade Brasileira”. A análise feita pelo autor do texto é que a esquerda universitária não está engajada na luta socialista (operária) e que todas as ações revolucionárias perpetradas por estudantes são amadoras.

343. **Necessário se faz** um estudo objetivo sobre o **[-]deiro caminho a ser trilhado** pela classe mais esclarecida e progressista [-]ta Nação subdesenvolvida. (637 – 976 – s.e. 343)

344. A atividade e a luta não pode mais ser levada [-]nte de maneira improvisada e ao sabor das diversas manifestações de um [-]nto histórico de transição e, às vezes, contraditório. **É a atividade** [-]ala e sem rumo definido **que corrói** lentamente as campanhas fundamentais [-] **leva**, muitas vezes, a um desgaste sem solução. (637 – 976 – s.e. 344)

345. Dêste panorama pode-se inferir que **uma tarefa urgente**, e mesmo [-]damental, **se impõe** à esquerda universitária: organizar sua atuação po[-]jica segundo uma esquema de quadros partidários conscientes. (637 – 976 – s.e. 345)

346. Resulta daí a **necessidade imperiosa**, para êsse países [de economia dependente], e é [-]mente o nosso caso, da formulação de uma ideologia nacional que permita [-] desenvolvimento econômico, propiciador de melhores condições sociais. (638 – 976 – s.e. 346)

347. Pois **se** a infra-estrutura sócio-econômica determina as instituições [-]reestrutura político-jurídica, o processo não se verifica em um só senti[-] tanto **uma mudança** verificada na infra-estrutura **pode acarretar** modificações [-] superestrutura, **como mudanças** efetuadas na superestrutura **podem transform[-]** infra-estrutura. E parece que o caso brasileiro enquadra-se na Segunda hi[-]se. (638 – 976 – s.e. 347)

348. (...) **modificação** (surgimento de uma nova mentalidade política) que **poderá acarretar** profundas mudanças na economia nacional. (638 – 976 – s.e. 348)

349. **É necessário** [-] **seja reestruturado** [o Nacionalismo econômico], não como interpretação econômica apenas, mas como ideologia política. **Seja estruturada** sua filosofia. **Surja** como processo de pensame[-] total, como solução nacional aos problemas do complexo sociológico. (638 – 976 – s.e. 349)

350. Porém, o problema efetivo e **imposto** pela aceleração de [-] processo histórico é o da **criação de uma programática revolucionária [-]ileira**. A teorização das fórmulas do **rompimento** de uma estrutura econômi[-] e sua **substituição** por outra acorde com a história, **é necessidade imposta** [-]a própria ideologia da esquerda. (639 – 976 – s.e. 350)
351. Não podemos mais continuar a cantar lou[-] a quem resolveu seus problemas e esquecer de **preparar a resolução**, de [-]eira inteligente, dos nossos. **Esta**, quer nos parecer, **é a tarefa essencial** [-] esquerda universitária. (639 – 976 - s.e. 351)
352. **Se** a infra-estrutura **não estiver** convenientemente politi[-]da e integrada nas realidades, pelo menos imediatas, a participação merame[-] pessoal na superestrutura política [por parte dos egressos das universidades] **carecerá** de autenticidade e possibili[-] de ação. (639 – 976 – s.e. 352)
353. **Tornar possível** uma participação efe[-] cada vez mais ampla da massa estudantil nos movimentos políticos, [-]cipação consciente e não meramente eleitoreira, **é a solução** para al[-]os mais urgentes problemas da política ideológica. **Superar** as fór[-] organizacionais das entidades estudantis, antes de pretender superar [-]nização nacional; **participar** coletivamente das lutas reivindicatórias [-]versidade; **procurar** resoluções para enfrentar a reação sem com ela [-]igir; **integrar-se** com coerencia e urgentemente numa luta efetivamente [-] interêsse nacional **são algumas das metas próximas** de uma esquerda organi[-]a. (639/640 – 976 – s.e. 353)
354. A esquerda universitária existe, [-]jiram ou não as fôrças da reação, queiram ou não so interêsses constitui[-]s. **Ou ela afirma-se** definitivamente, **ou perecerá** dôcilmente nas garras [-] procuram eliminá-la. (640 – 976 – s.e. 354)

ANEXO 977 – texto assinado pelo mesmo autor dos documentos 975 e 976 acima: Luís Filipe Ribeiro. Aqui o autor historia a crise argentina desde a queda dos preços do trigo no mercado internacional (quando da recuperação pós-guerra dos países belicosos) até a deposição do presidente Frondizi que se negou a anular as eleições que deram a vitória ao peronismo apoiado pelo Partido Comunista e pelo Partido Socialista da Argentina.

355. É evidente que, por serem frutos de um regime de direita, há algum tempo apeado do poder [peronismo], os candidatos eleitos **não poderão** realizar a política apregoada na campanha eleitoral. O povo, em sua maioria, por ausência de um politização de base, **acredita que**, sem mudança da estrutura sócio-econômica, **poderão** ser efetivadas as medidas de base necessárias à sua libertação econômica e social. Entretanto, as constantes experiências e constantes decepções **determinarão**, inevitavelmente, o processo revolucionário que **conduzirá** ao poder a verdadeira representação popular, única fôrça capaz de realizar a humanização da sociedade. Mesmo sendo assim, os homens do poder na Argentina, temerosos, não de uma mudança radical da infraestrutura, mas de serem êles apeados dos vantajosos cargos de mando, **resolveram**, muito simplesmente impedir a posse dos eleitos. (644 – 977 – s.e. 355)
356. O poder de escolha foi violentamente retirado do povo, seu único e autêntico condutor, numa violação flagrante dos anseios populares. E **isto sempre acontece**, é a história que nos diz, **quando** os interêsses egoístas dos grandes grupos econômicos são contrariados. Assim aconteceu no Brasil, em agosto passado. Assim **continuará acontecendo**, até que o planeta terrestre **esteja livre** da sanha desenfreada dos possuidores de riquezas, até que o capitalismo,

regime que já é cadáver, **seja definitivamente enterrado** com as honras merecidas. (645 – 977 – s.e. 356)

357. (...) **quando** o povo fôr às ruas em defêsa de seus direitos inalienáveis, (...) **dirão** os “respeitáveis” homens de mando que a turba comunista quer assassinar o indefêso povo argentino. (645 – 977 – s.e. 357)

358. **Quando se retira** ao povo seu direito de escolha, êle, custe o que custar, o **reconquistará**, numa afirmação de que a história é escrita com a determinação e a coragem das massas populares. (645 – 977 – s.e. 358)

ANEXO 1615 – Marighella - Mensagem aos Brasileiros – texto datado Brasil, dezembro, 68. O texto de 5 páginas datilografadas apresenta dificuldades para leitura pela má qualidade da cópia.

359. [-]nte a enxurrada escandalosa de mentiras e acusações terrivelmente [-]riosas contra mim [-]ncadas, **não terei outra atitude a tomar** a não [-] responder a bala ao govêrno e suas nojentas forças policiais [-] minha captura vivo ou morto. (453 – 1615 – s.e. 359)

360. Aceitando o honroso título de “**inimigo público no. 1**” que **me** foi [-]ferido pelo **govêrno gorila, assumo a responsabilidade** pelo inrompi[-]to de tais operações e táticas guerrilheiras.. (454 – 1615 – s.e. 360)

361. Quem **desfechará** os ataques vindouros, onde como e quando **serão [-]fechados**, isto é segrêdo da guerrilha, que o inimigo em vão tenta saber. (...) **Os gorilas ficarão** num labirinto escuro, **até que sejam obrigados [-]nsformar** a situação política do Brasil numa situação militar. (454 – 1615 – s.e. 361)

362. O que fará um govêrno revolucionário

Dentre algumas medidas populares previstas para serem aplicadas inape[-]nte com a vitória da revolução, executaremos as seguintes:

- **Aboliremos** os privilégios e a censura;
- **Estabeleceremos** a liberdade de criação e a liberdade religiosa;
- **Libertaremos** todos os presos políticos e os condenados pela atual ditadura;
- **Faremos** a extinção da polícia política, do SNI, Ce[-]mar e demais órgãos de repressão policial;
- Após julgamento público sumário, **levaremos ao paredão** os agentes da CIA encontrados no país e os policiais responsáveis por torturas, espancamentos, baleamentos e fuzilamentos de presos;
- **Expulsaremos** os norte-americanos do país e confiscaremos suas propriedades, incluindo emprêsas, bancos e extensões de terras;
- **Confiscaremos** as emprêsas de capital privado nacional que colaboraram com os norte-americanos e se opuseram à revolução;
- **Tornaremos efetivo** o monopólio estatal na esfera do câmbio, comércio exterior, riquezas minerais, comunicações, e serviços públicos fundamentais;
- **Confiscaremos** a propriedade latifundiária, acabando com o monopólio da terra, garantindo os títulos de posse aos agricultores que trabalhem, extinguindo forma[-]de exploração como a meia, a têrça, o arrendamento, o fôro, [-] o barracão, os despejos, [-] ação dos grileiros, e punindo todos os responsáveis por crimes contra os camponeses;

- **Confiscaremos** tôdas as fortunas [-] dos grandes capitalistas e exploradores do povo;
- **Eliminaremos** a corrupção;
- **Asseguraremos** pleno emprêgo aos trabalhadores e às mulheres, acabando com o desempregô e o subemprêgo, e aplicando o lema: de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo o seu trabalho;
- **Extinguiremos** a atual legislação do inquilinato, eliminando os despejos e reduzindo os alugueís para proteger os interêsses dos inquilinos, bem como criando condições materiais para a casa própria;
- **Reformaremos** todo o sistema de educação, **eliminando** o acôrdo Mec-Usaid e qualquer vestígio da intromissão norte-americana, para dar ao sistema ensino brasileiro o sentido exigido pelas necessidades da libertação de nosso povo e seu desenvolvimento independente;
- **Daremos expansão** à pesquisa científica;
- **Retiraremos** o Brasil da condição de satélite da política externa norte-americana, para nos tornarmos independentes da política dos blocos militares seguindo uma linha de nítido apoio aos povos subdesenvolvidos e a luta contra a colonização. (455/457 – 1615 – s.e. 362)

363. Tôdas essas medidas [a serem aplicadas com a vitória da revolução – ver s.e 362] **serão sustentadas** pela a[-]ça armada de operá[-] camponeses e estudantes, **de onde surgirá o exército revolucionário [-]bertação nacional**, cujo embrião é a guerrilha. (457 – 1615 – s.e. 363)

364. [-] **umbrais de uma nova época** no Brasil, que **marcará** a trans[-]ção radical da nossa sociedade e a valorização da mulher e do homem [-]leiros. (p. 456 – 1615 – s.e. 364)

ANEXO 1656 – Texto-denúncia, uma folha impressa, com o título “Uma face da reação” de Stanislaw Villa. Abaixo está escrito em letra manuscrita de forma: Sindipetro Jornal 18-3-64 – pg 5. Acompanha o texto outro, datilografado, que poderia ser o original mas de onde **foi suprimido** um longo trecho que denuncia o papel reacionário dos “líderes sindicais pelegos” e da imprensa, especificamente dos Diários Associados.

365. (...) “os donos do poder”, os já famosos GORILAS (...)  
 (...)o PROFESSORADO, que dita sempre aos educandos, uma pseudoface da comovente situação nacional, escondendo o que é de fato, o que é real;  
 (...)o nosso CLERO, que contrariando a própria filosofia cristã, que prega a igualdade entre os homens, afirma em seus sermões [sic]: “ser natural a existência de abastados e miseráveis (...);  
 (...)os POLÍTICOS, que em quase sua totalidade, por origem, são “burgueses puro-sangue”, filhos de ou latifundiários, filhos de ou banqueiros, filhos de ou indústrias, etc.  
 (...)os INTELECTUAIS, que em suas obras d’arte filosofam a desgraça do povo, que glosam e gozam o sofrimento alheio, que utilizam seus artifícios publicitários em defesa de grupos capitalistas ou de cartéis internacionais, que levam [-] palestras e ou conferências [**aliciadoras, que utilizando-se das [-] de rádios e TV’s, revistas e jornais, lançam em programas [-]mente planejados e elaborados princípios dúbios, no [-] de amaciar opiniões e implantar a confusão de idéias (...)**  
 (...) [-]DERES SINDICAIS PELÊGOS, muito bem caracterizados pelos mi[-]listas ou pelos vendidos a grupos patronais, que se colocam [-] em posição de “centro” (êles detestam definições!) e que usan[-] [-]busando da demagogia, encarregam-se de desviar a atenção dos [-]ldores dos fatos políticos mais consequentes, (...) sugerindo-lhes sempre soluções incompatíveis ou paliativas, (...) provocando a cisão da classe, lançando líder contra líder (...)

(...)os “DIÁRIOS ASSOCIADOS”, a representação [-]os interesses capitalistas. (...) estes mesmos jornais, revistas, rádios e TV’s, diariamente (...) público (provavelmente para demonstração de força dos “peludos”) (...)pressões militares, notadamente as policiais às greves; prisões [-] líderes sindicais autênticos (...); encarceramentos de líderes estudantís, camponêses e militares (...)] (673-674 – 1656 – s.e. 365)

[o trecho em negrito está suprimido da folha impressa 672]

366. Para “êles” [os reacionários] **é comunista, todo aquele que** ousa ir de encontro aos seus escusos interesses e privilégios e que se põe irresoluto ao lado dos **desprotegidos e espoliados**, os quais, por incrível que pareça, são 70 (setenta) milhões de brasileiros, ou melhor, 97% (noventa e sete por cento) da nação brasileira. (675 – 1656 – s.e. 366)

367. (...) **dia virá em que** a REVOLUÇÃO BRASILEIRA, **varrerá** para sempre do solo pátrio, os inimigos de seu povo! a verdade tarda mas, não falta. (675 – 1656 – s.e. 367)

368. **E nós, petroleiros de hoje**, aqueles mesmos que a cerca de uma década atrás, viram ruas e praças brasileiras estampadas em patriótico sangue, em imundas cadeias apodrecerem a chicotadas e a fome os que aventuravam-se a externar seu ideal e serem lançados à deshonra e ao desespero, todos que lutavam pela criação da Petrobrás (...) sabemos que temos uma dívida para com este povo e **só descansaremos, quando** a tivermos devidamete paga. (672 – 1656 - s.e. 368)

ANEXO 1673 – poema (letra de música?). Texto datilografado e assinado por José Carlos Capinan, com nota para “Nemésio”: “sem a permissão de inúteis reparações. O amigo Jccapinan. Salvador, 15-6-62”. Os versos dirigem-se a João Pedro, camponês morto pela repressão.

369. João Pedro Teixeira, camponês  
Balas democráticas te penetraram  
(...)  
João Pedro, afinidades de origem nos aproximam  
E o mesmo processo de existir sedimenta nossas mãos  
Trancadas **numa só identidade**  
**Somos** do campo, João Pedro (1147 – 1673 – s.e. 369)

370. (...)  
e qualquer religião nos servira até **quando** aprendemos  
que **só é** merecido e real o mundo **que** plantamos (1147 – 1673 – s.e. 370)

371. mas não estás morto  
joão Pedro, que **se confundir ao povo não morrerá**  
**permanecerá** porque não foi indivíduo  
foi uma época, porque não foi uma dor apenas  
mas um sofrer coletivo (1147 – 1673 – s.e. 371)

ANEXO 2200 – Texto publicado em um jornal de Atibaia, interior de São Paulo, na 1ª página, intitulado “Explicação Pessoal”. Nas beiradas do documento, há duas datas: 1966 e 07/76, sendo esta última do Arquivo do Superior Tribunal Militar. No texto, o Pe. Odilon explica ao povo de Atibaia (interior de S. Paulo) porque assinou um documento que trazia “resoluções” tomadas como resultado da Convenção Municipal sobre as Reformas de Base.

372. **Se** as resoluções finais **tiveram** um caráter que, em alguns pontos, fere a doutrina social católica, **não se pode** colocar simplesmente a culpa nos “esquerdistas”. A culpa deve ser imputada àqueles que, sendo não esquerdistas, se abstiveram muito cômodamente de qualquer participação nessa realização tão importante. (1692 – 2200 – s.e. 372)
373. (...) êsse documento [sobre as Reformas de Base] tem um grande valor significativo da apatia, do comodismo, da falta de militância dessa mesma maioria que, **se continuar** assim, **vai acordar** só **quando já fôr muito tarde**. (1692 – 2200 – s.e. 373)
374. **Quanto mais** os “cristãos” [-] esquivam de fazer as reformas [Reforma de Base], **mais êles** [os comunistas] es[-] livres para fazê-la a seu modo”. (1692 – 2200 - s.e. 374 )

ANEXO 2861 – O texto é datilografado e tem o título “Carta de Padre Talpe (ao ser expulso do Brasil)”. Assinada por Jean Talpe – São Paulo, agosto, 1969. O padre (e físico) depois de um ano de prisão e com o exílio [sic] decretado, dirige-se aos Amigos. Narra sua vida desde a chegada ao Brasil em março de 1965, seu trabalho com as comunidades operárias, sua prisão, as sessões de tortura a que foi submetido e as que presenciou, bem como outras de que teve notícia.

375. No dia 19 de fevereiro de 1969, **fui sequestrado** brutalmente por militares e levado na prisão. Aí já se **encontrava** o padre que morava comigo, **prêso** uns dias antes e cruelmente **torturado**. Agora era a minha vez de experimentar a fúria dos carrascos. (...) Um amigo meu, professor da USP, **foi pendurado** nu, de cabeça para baixo, e assim durante horas, **batido** com porrete e **submetido** a choques [-]létricos nas partes mais sensíveis do corpo. Uma moça, desconhecida dêle, **teve que** presenciar a sena e **sofreu** depois o mesmo tratamento vergonhoso na presença do meu amigo. Um outro prêso **foi interrogado** enquanto sua espôsa **estava sendo violada** pelo carrasco na frente dêle. Uma senhora grávida **foi torturada** a tal ponto que a criança morreu. A senhora **foi depois abandonada** sòzinha numa cela e poucos dias depois **faleceu** também. Isso são apenas alguns dos casos que **presenciei**. (1 – 2861 – s.e 375)
376. De fato, **basta** qualquer suspeita, qualquer delação anônima ou uma simples atitude que não agrade, **para que alguém seja** sequestrado, prêso incomunicável sem que os parentes sejam avisados, e torturado. (2 – 2861 – s.e. 376)
377. **Se não se encontra** a pessoa procurada, **um parente é** muitas vêzes prêso como refém e torturado. (2 – 2861 – s.e. 377)
378. **Gostaria de me unir** à luta de nosso povo **para conseguir** sua verdadeira segurança na liberdade e no contrôle próprio de seu destino.  
**Gostaria de me unir** a vocês, colegas cientistas, **que fazem** pesquisa em proveito do nosso povo e não de interesses estrangeiros.  
**Gostaria de ficar** com vocês, estudantes, **na luta** por um ensino livre, aberto a todos e adaptado às necessidades do nosso povo, e não escravizado pelos interesses imediatos dos grandes trustes internacionais.  
**Gostaria de ficar** com vocês, colegas e amigos da paróquia universitária, **para aprofundar** a mensagem de amor do evangelho perante a violência brutal da Ditadura, que esmaga o nosso povo.  
 (...)

**Gostaria de lutar** com vocês [moradores de meu bairro], unidos a todo o povo brasileiro explorado. **Numa luta** sem ilusões, uma luta dura e longa, **que terá que enfrentar** a violência da Ditadura do govêrno com métodos adequados. (2 – 2861 – s.e. 378)

379. Perante a violência cruel desta ditadura –

“é difícil defender,  
só com palavras, a vida,  
**ainda mais quando** ela é  
esta que se vê, severina”. (2 – 2861 – s.e. 379)

380. (...) para o nosso povo a vitória e [é] **garantida**. (2 – 2861 – s.e. 380)

---

ANEXO 3727 – Manifesto [-]sileiros Cristãos Patriotas – texto impresso assinado pelo Movimento Revolucionário Cristão – data: 1968 – no topo do texto, em letra manuscrita de forma está escrito “[...]umento encontrado na [-]a do indiciado Irineu Ronconi”.

381. **Vamos nos organizar**, nos unir, **para combater** e esmagar a ditadura que nos enxovalha, dissemina a miséria e afome e nos ameaça com as armas que custaram o nosso suor e nosso sangue!

(...) **Vamos**, patriotas, **nos organizar para abreviar** a “NOVA ERA”! (1 – 3727 – s.e. 381)

382. **Silenciar**, nos omitir, deixar como está, **é comprometer** o futuro de nossa Pátria, de nossa gente, de nossos filhos! (1 – 3727 – s.e. 382)

383. (...) **se eles** [os ditadores] **nos esmagam** pela força e pela violência, **vamos preparar-nos** para o revide em igualdade de condições: DE ARMAS NAS MÃOS! (1 – 3727 – s.e. 383)

384. Nossa luta **não será** contra os pracinhas, contra os sargentos e oficiais cristãos e patriotas. Ào contrário, deles **esperamos** a adesão e o apôio, como bons brasileiros que são! (? – 3727 – s.e. 384)

385. Nossa luta é **pela libertação** do Brasil e de seu povo, **para esmagar** e expulsar os donos dos trusts e monopólios internacionais que nos escravizam! **Para derrubar** do poder a minoria que defende os interesses de tais monopólios! **Para punir** os criminosos e ladrões! **Para evitar** que, anualmente, morram mais de um milhão de crianças brasileiras, pela miséria, pela fome! (? – 3727 – s.e. 385)

386. No horizonte, já se vislumbra o limiar de una [sic] nova era, onde o espírito cristão **regule** as atividades e a vida dos brasileiros! (1 – 3727 – s.e. 386)

387. Unidos, nossa luta será un [sic] passeio triunfal até Brasília! (1 – 3727 – s.e. 387)

388. **Ninguém poderá** se omitir da luta! Ela [sic] **atingirá** a todos. O seu resultado **beneficiará** a todos! (1 – 3727 – s.e. 388)

389. Avante, pois, brasileiros! Vamos nos organizar e aguardar a CLARINADA PARA A LUTA! (? – 3727 – s.e. 389)

---

ANEXO 6201 – [Carta ?] de Encorajamento ao Povo da Prelazia de São Felix, MT – nesta carta de 15 de junho de 1973, Pedro Casaldáliga, Bispo de São Félix, MT, explica o que é uma “prelazia”, historia sua vida desde quando chegou a São Félix, em 1968, até ser sagrado o primeiro bispo em 23/10/1970.

390. Vocês sabem o que a gente faz. Vocês sabem [-]s **“terroristas”, “comunistas”, “subversivos”**... Vocês e o Senhor, são [-]ores juízes da gente.  
 (...) E ganhamos toda sorte de **calúnias** e de ameaças. Perdemos a amiz[-] poderosos e dos ricos. Somos tratados de “comunistas”, “terroristas”, [-]sivos”. Temos sido esperados de tocaia, e nossa vida já foi posta a [-] Somos presos... (1126 – 6201 – s.e. 390)
391. **Quem acredita** [-]s, **deve** acreditar na dignidade do homem. **Quem ama** o Pai, **deve** servir aos irmãos. (1126 – 6201)  
 (...) **Quem ama** seu próximo **deve-se** preocupar da alma e do corpo de seu pró[-] (1127 – 6201 – s.e. 391)
392. Vocês [o povo da prelazia] e nós [os dirigentes da prelazia] **sendo uma coisa só**, um só povo, o povo de Deus que no sertão vive e labuta, **sofremos**, dos mesmos inimigos, a mesma perseguiç[-] (1126 – 6201 – s.e. 392)
393. E **SEREMOS CADA VEZ MAIS PERSEGUIDOS**, **por**[-] [porque, com] a força de Deus, **continuaremos** do lado dos oprimidos e dos pobres. (1127 – 6201 – s.e. 393)
394. “Tive fome, estava nu, era peregrino, estava preso...” **dirá Jesus** no [-]o Juízo. (1127 – 6201 – s.e. 394)
395. **Um país sem** justiça para todos **não é** uma Pátria livre. **Onde não há** liberdade **não há** pas [sic] nem progresso nem Evangelho. (1127 – 6201 – s.e. 395)
396. Eu sei, irmãos, que essa PERSEGUIÇÃO **vai esmorecer** alguns, e **vai afas**[-] outros de nossa amizade e até da missa e dos sacramentos. Alguns **vão** [-]**vergonhar** do Evangelho”... Alguns posseiros e outros moradores **aban**[-], assustados, a região. As crianças e a juventude **sofrerão** sérias di[-]des de ensino. O gado das grandes fazendas **poderá ocupar** livremente [-]rra e as roças das famílias, novamente retirantes, sempre tocadas pelos tubarões ... (1127 – 6201 – s.e. 396)
397. **Se cantamos** “é preciso a gente lutar prá este mundo melhorar”, [-] **então, lutar**, unidos, para melhorar a vida desse nosso sertão, para aju[-] pouco a melhorar o mundo. (1127 – 6201 – s.e. 397)
398. “**Nenhum** dos que esperam em Vós **ficará** desiludido”, reza o Salmo (1127 – 6201 – s.e. 398)
399. “**Ser** [sic] perseg[-] a mim, **também perseguirão** vocês”, dizia Jesus aos seus amigos (...) (1127 – 6201 – s.e. 399)
400. “não t[-] medo, não [dizia Jesus a seus amigos]: eu já venci o mundo”. Nós, irmãos, também **venceremos** com Ele [Jesus]. (1127 – 6201 – s.e. 400)
-